

# A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS. Cem anos depois.

Volume 1 - Reedições da Fortuna Crítica



Organizadores

José Octávio de Arruda Mello

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

 eduepb

  
EDITORA  
A UNIÃO



## UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Prof<sup>ª</sup>. Célia Regina Diniz (Reitora)

Prof<sup>ª</sup>. Ivonildes da Silva Fonseca (Vice-Reitora)



## EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Cidoval Moraes de Sousa (Diretor)

### CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Araújo (UEPB)

### EXPEDIENTE EDUEPB

Erick Ferreira Cabral (Design Gráfico e Editoração)

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes (Design Gráfico e Editoração)

Leonardo Ramos Araujo (Design Gráfico e Editoração)

Elizete Amaral de Medeiros (Revisão Linguística)

Antonio de Brito Freire (Revisão Linguística)

Danielle Correia Gomes (Divulgação)

Efigênio Moura (Comunicação)

Carlos Alberto de Araujo Nacre (Assessoria Técnica)

Thaise Cabral Arruda (Assessoria Técnica)

Walter Vasconcelos (Assessoria Técnica)



EDITORA INDEXADA NO SCIELO DESDE 2012



EDITORA FILIADA A ABEU

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

P222 A Paraíba e seus problemas cem anos depois [recurso eletrônico]  
/ organizadores, José Octávio de Arruda Melo, Lúcia de  
Fátima Guerra Ferreira. – Campina Grande : EDUEPB,  
2023.

300 p. : il. ; 15 x 21 cm ; v. 1 ; 12000 KB.

ISBN: 978-85-7879-895-6 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-894-9 (E-book)

1. Identidade cultural. 2. História Paraibana. 3.  
Reformismo. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

Ficha catalográfica elaborada por Taciany Kariny dos Santos Almeida - CRB 789

## EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone: (83) 3345-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: [eduepb@uepb.edu.br](mailto:eduepb@uepb.edu.br)

Organizadores  
**José Octávio de Arruda Mello**  
**Lúcia de Fátima Guerra Ferreira**

# **A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS.** **Cem anos depois.**

Volume 1 - Reedições da *Fortuna Crítica*



Campina Grande-PB

2023



## GOVERNO DA PARAÍBA

João Azevêdo Lins Filho	Governador
Lucas Ribeiro	Vice-governador
Nonato Bandeira	Secretário de Comunicação Institucional



EMPRESA  
PARAIBANA DE  
COMUNICAÇÃO

Naná Garcez de Castro Dória	Diretora Presidente
William Costa	Diretor de Mídia Impressa
Rui Leitão	Diretor de Rádio e TV
Amanda Lacerda	Diretora Administrativa, Financeira e de Pessoas



EMPRESA  
**A UNIÃO**

Alexandre Macedo	Gerente Executivo
Bevenuta Sales	Revisão

GRÁFICA **A UNIÃO**

Nilton Tavares	Gerente Executivo de Produção Gráfica
Marcio Oza	Gerente Operacional de Artes Gráficas
Naudimilson Ricarte	Arte da Capa
Marcio Oza	Diagramação
Gráfica A União	Impressão



FUNDAÇÃO CASA DE  
JOSÉ AMÉRICO

Gerências

Fernando Moura	Presidente
Fernanda Albuquerque	Vice-presidente
Janete Lins Rodriguez	Gerente do Museu Casa
Lidiana Cavalcanti	Gerente de Administração e Finanças
Lúcia Guerra	Gerente de Documentação e Arquivo
Nadígila Camilo	Gerente da Biblioteca

Assessorias

Amanda Félix	Mídia Digital
Fátima Farias	Comunicação
Helena Serrano	Planejamento, Projetos e Pesquisas
Rossiane Delgado	Programação Visual
Sheila Raposo	Comunicação e Projetos

**Sobre a Capa:** José Américo no começo da década de 1920, época da produção do relatório/livro *A Paraíba e seus Problemas*. Acervo da Fundação Casa de José Américo.

## PREFÁCIO

### ***A Paraíba e seus problemas, de José Américo de Almeida***

Imaginemos, na História da Humanidade, o tanto de obras produzidas por nós seres humanos. Artísticas, literárias, científicas, etc etc etc. Difícil imaginar, nossa cabeça não comporta.

Então, para uma indagação diante desse assombro: por que certas obras perduram, são referências constantes, enquanto outras desaparecem na voragem dos tempos, embora haja um outro movimento bastante peculiar na História: obras presumivelmente esquecidas, de repente, irrompem novamente, passam por leituras de atualização, em suma, são reapropriadas. Daí que aqueles/as que consideram a História como apenas passado, absolutamente não sabem o que é História, porquanto não sabem a permanente interação dialética entre os tempos: passado, presente, futuro. Não compreendem que o passado constantemente irrompe no presente, que o presente constantemente se alimenta do passado, que o futuro já está sendo construído no presente, que o futuro constantemente se nutre do passado embora reelaborado.

Nesse movimento fascinante das temporalidades, o passado se redescobre e o futuro, se ainda se encobre, mostra seus sinais. E tudo acontece no tempo presente. Agora mesmo, se atentamos para as mais recentes pesquisas, de repente nos deparamos com novos achados fabulosos, que recuam a História em milhões/milhares de anos, que a redefinem, pois, em novas perspectivas para muito além dos conhecimentos e temporalidades supostamente assentados. Na outra ponta, o escancaramento das janelas siderais, de outros universos possíveis fora

da galáxia, ampliam as perspectivas do tempo em sentido inverso. Ou mesmo na galáxia, pois basta ver o que está acontecendo intra-oceanicamente, ou intra-natureza terrestre, com outros universos emergindo. Ou mesmo no universo já disponível, em que a retomada de saberes já sistematizados passam por temporalidades novas e aí se transformam, engendrando novos saberes que contestam os “velhos saberes”, não necessariamente os contestando, muitos mesmo se incorporando aos originais.

Este é o ingente trabalho da História e da sua parceira Memória, que, infelizmente, por sua complexidade, é uma minoria a entendê-lo, porquanto a maioria é instrumentalizada para uma visão linear do que isto seja, o Tempo Social e seus mistérios e fascínios. Para a imensa maioria, o Tempo Social é apenas percebido em uma escala superficial, reducionista, simplificada: passado-presente-futuro, como uma seta de todo irreversível. Sem recuos, sempre no sentido de presumidos recuos sem circularidades, sem espiralidades.

Todas essas considerações afloram quando examinamos uma obra literária de perduração de 100 anos. E – perceba-se –, ainda é um tempo curto da História, não imediato, mas um certo recorte temporal curto. Mas são 100 anos, em que, quando menos, uma obra atravessou dois séculos diversos.

No caso, estamos nos referindo ao livro de José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas*, originalmente surgida em 1923.

Agora, 100 anos depois, retomada, homenageada e, mais do que isso, passando por um novo processo de reapropriação. Então, a pergunta é: por que isso acontece, está acontecendo?

E se fosse mera homenagem? A intenção de determinados grupos em fazer perdurar uma determinada memória? Sabemos que as sociedades disputam jogos simbólicos pela preservação de uma determinada visão de mundo inserta em variadas obras que a legitimam. Mas a mesma memória durante 100 anos? Variantes temporais de uma mesma memória fundacional?

É risível constatar que todos aqueles/aquelas que queiram congelar a História e a Memória – e aqui me permitam sair um pouco dos

fumos acadêmicos –, caem do cavalo montado. Porque a História e a Memória não se congelam, não se submetem a camisas de força, embora regimes políticos autoritários tenham a vã pretensão de o fazer. História e Memória navegam para além de limites que se lhes pretende antolhar porque navegam nas águas do Tempo que lhes é a sua própria dimensão.

Por essa navegação nas temporalidades pretendemos dizer que uma obra, quando se lança ao mundo, não é mais dona de si, mas é (re) apropriada por diferentes públicos, em diversas épocas, segundo interesses diferenciados.

Quando José Américo lançou sua obra, corria a segunda década do século XX, até num momento de certo otimismo para a Humanidade, depois da carnificina brutal da 1ª Guerra Mundial, e da Revolução Russa de 1917, com esperanças postas em mudanças sociais, que anos depois se revelariam muito problemáticas. No contexto mais específico em que a obra se engendrou, a República Brasileira ainda recente, tais esperanças também se faziam presentes, buscando efetivamente republicanizar uma República que não o era, porque implantada de forma restrita. Também é preciso levar em conta o espaço em que uma obra se engendra *pari passu* com o tempo de sua tessitura: no caso, o Nordeste brasileiro, em que a crise agrária avassalava e vinha produzindo secas e levas de retirantes em movimentos por sobrevivência, desde há um tempo em direção à Amazônia da borraça e já para o Sul (Sudeste) a industrializar-se. Mais um dos períodos em que o Nordeste está a perder seus recursos humanos.

No momento atual em que a obra de José Américo completa 100 anos e irrompe em uma nova apropriação, vivemos uma segunda década de século bastante diferente, um mundo bastante mudado.

Entre as demarcações temporais de seu surgimento e de seu Centenário, a obra carrega muitas outras camadas contextuais, respectivas a suas sucessivas reedições, conforme pode ser percebido na *Fortuna Crítica* elaborada diligentemente pelo historiador José Octávio de Arruda Mello, meu colega, durante muitos anos, no Departamento de História da UFPB. Acho, pessoalmente, que José Octávio era a

pessoa mais adequada para realizar esse empreendimento, devido a sua vasta produção sobre a História da Paraíba, embora tenhamos tido várias discordâncias historiográficas. O texto de José Octávio, na presente edição, é assim como um texto-guia a partir do qual ela foi estruturada, pois que o historiador nos oferece uma periodização sobre os vários autores e respectivos textos relativos à obra de José Américo, situando as avaliações das quais a obra americista foi crivo, desde os anos de 1920 até a década de 2010. Uma consideração de José Octávio fica registrada para reflexão de quantos forem interessados/as: a de que *A Paraíba e seus Problemas* teria sido uma obra mais referenciada do que analisada, comparativamente à outra obra americista, *A Bagaceira*, ocorrência reputada à diferença de teor entre as duas obras e à atuação política de José Américo. Essa afirmação talvez seja válida para os anos iniciais do lançamento da primeira, mas não para os anos recentes, em que *A Paraíba e seus Problemas* tem vindo mais à tona reproblematicada. De todo modo – remarque-se – o texto de José Octávio é um referencial indispensável para percorrermos o Centenário deste livro.

Seguindo a periodização octaviana, na II PARTE da presente edição, uma preciosidade para quantos apreciem estudos de Fortuna Crítica: a reunião dos muitos Prefácios e Posfácios apontados por José Octávio, seja do próprio autor José Américo e do próprio José Octávio, seja de outros intelectuais relevantes da cultura brasileira [Josué de Castro, José Honório Rodrigues, Manuel Correia de Andrade] e ainda de figuras conhecidas da vida política paraibana e nacional [os ex-governadores Tarcísio Burity e Ronaldo Cunha Lima e o ex-senador Humberto Lucena]. Nestes Prefácios e Posfácios se evidenciam as várias camadas contextuais em que se involucra a obra, possibilitando muitas leituras e interpretações acerca das motivações que ensejaram as suas sucessivas reedições.

Nas três Partes subsequentes, são apresentadas as três periodizações octavianas dos muitos trabalhos sobre a *A Paraíba e seus Problemas*: a dos anos de 1920, a dos anos de 1980 com algumas extensões para os anos de 1990 e 2000, e a das décadas de 2000-2010. Estas



Partes totalizam 23 textos, cujas leituras levaram esta prefaciadora a optar por uma exposição de cada Parte como conjunto, e não de forma individualizada, autor/a por autor/a, por considerar fastidioso fazê-lo e por entender que cada um dos textos passará pelo crivo dos leitores.

A III PARTE consiste na primeira das periodizações, com as apreciações da obra americista no calor da hora de seu surgimento. São cinco trabalhos datados já do ano de 1924 e um sexto, de 1928. Ao final desta Parte, foram adicionados, por escolha dos organizadores da presente edição, dois outros trabalhos recentes, de 2021 e de 2022, comentando dois dos textos vintistas. Dessa *Fortuna Crítica* inaugural sobre *A Paraíba e seus Problemas*, destaca-se um autor a que se atribui ter sido o pioneiro na análise da produção americista de 1923: Gilberto Freyre, fato que é reconstituído pelo texto de 2021. Destacam-se também dois outros autores/comentadores que igualmente alcançariam projeção na cultura nacional: José Lins do Rego, revisitado pelo texto de 2022, e Jackson de Figueiredo. Nota-se neste conjunto textual uma recepção positiva do livro de José Américo, por seu tema, abordagem, lastro de pesquisa e uma escrita entre a ciência e a poesia/literatura, o que não significa que os comentários foram meramente encomiásticos e isentos de discordâncias quanto à interpretação americista. Muitas questões importantes emergem dos comentários sobre a obra: a trajetória do próprio José Américo e a estrutura de seu texto, a radiografia geo-socioeconômicas e racial da população e sociedade paraibanas, as cruzezas e tragédias das secas e de suas consequências em diversos âmbitos, obviamente as políticas do Presidente Epitácio Pessoa de combate às estiagens na Paraíba, o sentido modernizador que tais realizações significariam. Não apenas por meu gosto pessoal pelo regionalismo nordestino, mas certamente por sua importância, essa temática extravasava das páginas americistas para os comentadores: da falta de verbas para o combate às secas, dimensiona-se a disparidade do então Norte em relação aos estados do Sul, as preterições regionais na Federação republicana, a falta de representatividade política da Paraíba e a omissão de suas elites.

A IV PARTE agrupa 10 textos de *Fortuna Crítica* sobre *A Paraíba e seus problemas*, em um recorte temporal entre 1967 e 2003, com a predominância dos anos de 1980. José Octávio denomina esta periodização de Clarinada, com esta denominação significando a reposição do prestígio literário do autor e da obra, após uma Conspiração do Silêncio, durante a qual avultava mais *A Bagaceira*. Cremos que contribuiu para esta retomada o falecimento do autor, em 1980, que reabriu o exame de sua produção. Depois de uma 2ª edição em 1937, somente em 1980 viria a lume a 3ª e uma 4ª, em 1994. A 5ª edição tarda até 2012. Nas análises deste tempo de “Clarinada”, as análises apresentam considerações mais elaboradas de teor metodológico, tais como: comparativos com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; o regionalismo do autor e as motivações para sua escritura, enquanto instrumento de compreensão e interpretação do contexto de crise dos proprietários de terra, irrupção de relações capitalistas de produção no meio rural e ascensão de novos segmentos sociais (urbanos). O autor e sua obra são *situados* nos anos do Governo João Pessoa e de perspectivas reformistas do Estado [nacional e paraibano], sendo apontados os vínculos ideológicos entre José Américo e sua classe agrária de origem. Comentários extravasam a temporalidade de origem da obra americana, estendem-se para a atuação política do autor já depois de 1930, especialmente em relação às secas, bem como se estendem para considerações sobre outras de suas obras, embora em conexões com o livro inaugural de 1923. Os comentários divergem e disputam as narrativas: em algumas, *A Paraíba e seus Problemas* expressa marcas de determinismo, argumento refutado em outras; para certos comentaristas, o livro critica as teses eugenistas, também contestada por outros. Duas lacunas, no entanto, notou esta prefaciadora no tocante à periodização do período 1967-2003: a ausência de considerações sobre a presença negra na sociedade paraibana, silêncio que, de certa forma, corrobora a configuração feita em 1923; e também a quase subsunção da questão da desigualdade regional. Contudo, se a *Fortuna Crítica* não é unânime, se comentaristas criticam comentaristas, há convergência no reconhecimento do que o livro significou/significa como

imprescindível estudo não apenas sobre a Paraíba e a região Nordeste, mas para o entendimento da formação histórica brasileira.

A V PARTE pretendeu reunir textos sobre a obra americista de lavra de estudiosos situados na Universidade. Um total de cinco textos, dos quais quatro da década de 2000 e um último da década seguinte. Os dois iniciais desta Parte, de geógrafas. Os demais, de historiadores. Os dois textos de autoras geógrafas problematizam *A Paraíba e seus Problemas* garimpando a Geografia contida na obra, mediante o exame da sua tessitura quanto à relação Homem-Meio. Há uma interessante discussão de ordem metodológica entre uma concepção possibilista e uma concepção determinista do autor, como este constrói sua interpretação entre um certo determinismo climático sobre as secas e como vislumbra as possibilidades de mudanças na situação regional paraibana. As comentadoras lhe consignam um “espírito geográfico” e apontam os aspectos geográficos contidos em seu livro, registram seu acurado senso de observação, a divisão regional da Paraíba que empreende e descreve, os limites enfrentados em sua empreitada em função dos conhecimentos disponíveis na ciência geográfica da época. Os três comentadores/historiadores que se seguem, vislumbram outras dimensões da obra americista ou mesmo dimensões já afloradas em outros comentadores, mas agora analisadas sob novas perspectivas: a questão dos problemas paraibanos [omissão da sua classe dirigente, o não aparelhamento dos estados nordestinos em infraestrutura, a evasão de impostos, a falta de educação técnica para as atividades produtivas] é recolocada à luz de considerações sobre as relações entre a Paraíba e os poderes centrais do país, do localismo como obstáculo para a coesão das elites regionais, o centralismo monárquico como óbice ao progresso da então província paraibana, as perspectivas abertas pela autonomia republicana quanto à modernização regional, e, sobretudo, a proposição de José Américo de uma necessária intervenção estatal como solução para as disparidades entre estados e regiões. Esta proposição é discutida nos comentários, aclarando o entendimento de José Américo sobre este intervencionismo, que o autor defende, porém com restrições, diante do contexto revolucionário dos

anos vinte e porque sua visão é elitista e considera o povo desprovido de opinião sobre os problemas de nacionalidade, devendo ser conduzido por uma classe dirigente. O revisionismo sobre a obra americista, no tempo recente, também se manifesta nos comentários de dois dos textos, acerca da sua tese sobre a miscigenação da população paraibana, em que nega a presença negra, especialmente no sertão, e considera a mestiçagem entre brancos e índios como uma solução mais favorável para o desenvolvimento da Paraíba. Outros comentários recentes recuperam a historicidade americista na abordagem sobre as secas, sua ótica calcada na psicologia social em termos de entendimento sobre a população brasileira e uma correlação entre a modernização epítacista e o Centenário da Independência.

Enfeixando a edição, um Apêndice reconstitui a Linha do Tempo de José Américo de Almeida: dados familiares, estudos, carreira jurídica, atividades literárias, atividades políticas, cargos políticos, obras publicadas.

Retomando, finalmente, a pergunta inicial, sobre o que faz uma obra perdurar durante tanto tempo, aventamos uma possível resposta no caso analisado. Em nosso entender, a resposta de maior amplitude nos parece ser *o fato de que os problemas lá do passado dos inícios do século XX, analisados por José Américo naquele que, então, era seu presente histórico, ainda hoje continuam presentes*. As secas, o subdesenvolvimento ... é que perduram, e aí se compreende que a interpretação do autor, de 100 anos atrás, continua válida em seus contornos gerais, ainda que não nos específicos. Os mesmos problemas perduram, lamentavelmente, na sociedade brasileira e nordestina, apesar do decurso histórico. As permanências de uma sociedade desigual, em que o problema da falta de uma perspectiva de futuro, a ausência de um projeto de sociedade para todos exceto para uma minoria privilegiada, acena para um horizonte meio invertido, onde as permanências da fome e da miséria de milhões parecem abortar as expectativas de um futuro melhor. Mas há muito os/as historiadores/as já desestruturaram a concepção de que o Tempo Social é uma seta linear entre o presente e o passado e entre o presente e futuro, em movimento repetitivo, iterativo, e apontaram

as múltiplas sinuosidades das temporalidades, suas analogias, porém suas diferenciações. De modo que expectativas continuam no horizonte e na vida concreta, no sentido, sinuoso embora, de um futuro diferenciado.

Por tal razão, a obra americista continua em aberto. Porque foi problematizadora. Escancarou, em seu nascedouro, o seu contexto social, um mundo pleno de tribulações, de possíveis soluções, mas também de muitos impasses. Em aberto em sua temporalidade e, sob novos prismas, em aberto ainda na temporalidade presente porque oferece reflexões que igualmente questionem, problematizem nossos impasses como sociedade e possibilitem superações.

*Jundiaí, São Paulo, 26 de novembro de 2023.*

**Rosa Maria Godoy Silveira**  
*Departamento de História*  
*Universidade Federal da Paraíba*



# SUMÁRIO

## I PARTE UM LIVRO POR SI MESMO

---

CRÍTICA DE REFERÊNCIAS E ANÁLISES A UM GRANDE LIVRO .....	21
<i>José Octávio de Arruda Mello</i>	

## II PARTE PREFÁCIOS, APRESENTAÇÕES E POSFÁCIOS

---

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO .....	41
<i>José Américo de Almeida</i>	
PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO .....	53
<i>Josué de Castro</i>	
A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: UM LIVRO EXEMPLAR .....	55
<i>José Honório Rodrigues</i>	
JOSÉ AMÉRICO E A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS .....	65
<i>Manoel Correia de Andrade</i>	
NADA DE NOVO .....	73
<i>José Américo de Almeida</i>	
MATRIZ E ANTECIPAÇÕES SOCIOLOGICAS EM A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS .....	75
<i>Tarcísio Burity</i>	

A PARAÍBA NO ENCONTRO DE DOIS MUNDOS .....	81
<i>José Octávio de Arruda Mello</i>	

APRESENTAÇÃO 1.....	85
<i>Humberto Lucena</i>	

APRESENTAÇÃO 2.....	87
<i>Ronaldo Cunha Lima</i>	

### III PARTE

### AS PRIMEIRAS ANÁLISES

---

A PARAHYBA E SEUS PROBLEMAS .....	91
<i>Raynero Maroja</i>	

O LIVRO DO SR. JOSÉ DE ALMEIDA.....	99
<i>Gilberto Freyre</i>	

UM LIVRO.....	105
<i>Olívio Montenegro</i>	

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA – “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS” ...	111
<i>José Lins do Rego</i>	

“A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS” – JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, PARAÍBA 1923.....	121
<i>Renato de Alencar</i>	

A FISIONOMIA CULTURAL DO AUTOR DE “A BAGACEIRA” .....	133
<i>Jackson de Figueiredo</i>	

GILBERTO FREYRE E A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS.....	139
<i>Flávio Ramalho de Brito</i>	



<b>A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS NA VISÃO DE JOSÉ LINS DO REGO</b> .....	<b>153</b>
<i>Neide Medeiros Santos</i>	

**IV PARTE**  
**A CLARINADA DOS ANOS OITENTA**

---

<b>“A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”</b> .....	<b>161</b>
<i>José Rafael de Menezes</i>	
<b>UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”</b> .....	<b>175</b>
<i>Gemy Cândido</i>	
<b>ANTROPOSSOCIOLOGIA E HUMANISMO EM A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS</b> .....	<b>193</b>
<i>Maria Thetis Nunes</i>	
<b>FRANKLIN OLIVEIRA E AS ORIGENS DE UM ENSAIO</b> .....	<b>207</b>
<i>Rossini Corrêa</i>	
<b>JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: UM HOMEM MÚLTIPLO</b> .....	<b>211</b>
<i>Joacil de Brito Pereira</i>	
<b>UM INÍCIO AUSPICIOSO</b> .....	<b>219</b>
<i>Francisco de Sales Gaudêncio</i>	
<b>SOCIOLOGIA DAS SECAS E NOVA GEOGRAFIA EM JOSÉ AMÉRICO</b>	<b>223</b>
<i>Deusdedit Leitão</i>	
<b>JOSÉ AMÉRICO E A SOCIOLOGIA DAS SECAS</b> .....	<b>227</b>
<i>Fernando Melo do Nascimento</i>	

ATUALIDADE DE UM RELATÓRIO SOBRE AS OBRAS “CONTRA AS SECAS” .....	233
<i>Aécio Villar de Aquino</i>	

BLOCO DO NORDESTE .....	239
<i>Newton Madruga</i>	

V PARTE  
UNIVERSIDADE E ESTUDOS MAIS  
RECENTES

---

RELAÇÃO HOMEM VERSUS MEIO .....	245
<i>Gelza Rocha Fernandes de Carvalho</i>	

A PARTIR DAS OBRAS TÉCNICAS DE JOSÉ AMÉRICO .....	251
<i>Celeida Pereira Bezerra</i>	

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: VISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E SÓCIO-ECONÔMICA .....	259
<i>Guaracy Medeiros de Assis</i>	

MISCIGENAÇÃO EM A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS .....	281
<i>Solange Pereira da Rocha</i>	

A PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: AS OBRAS CONTRA AS SECAS E A EMANCIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES DO NORTE .....	285
<i>Luiz Mário Dantas Burity</i>	

APÊNDICE

LINHA DO TEMPO: VIDA E OBRA DE JOSÉ AMÉRICO .....	295
---	-----

I PARTE

# UM LIVRO POR SI MESMO



# CRÍTICA DE REFERÊNCIAS E ANÁLISES A UM GRANDE LIVRO

José Octávio de Arruda Mello

“Eis um livro do qual se pode dizer que poucos leram, mas todos gostaram” – assim Mário de Andrade se referiu a **Os Sertões** (4ª ed., 1938) de Euclides da Cunha.

Reproduzindo a tirada, o mesmo se poderia proclamar de **A Paraíba e seus Problemas** (1923, 1937, 1980, 1994, 2012, 2023), de José Américo de Almeida.

## 1.1 Das Origens de uma colocação

Tanto em um caso como em outro, a Blague Andradina tem em vista a circunstância de que, obras ciclópicas, os ensaios de Cunha e Almeida tornaram-se mais **referidos** que analisados. Isso, evidentemente, não lhes retira o relevo, mas define a dificuldade de **apreensão** de estudos tipificados pelo cientificismo do conteúdo e preciosismo da linguagem.

No que tange ao paraibano, o próprio José Américo, em conversa com este autor, reconheceu que sua principal criação fora **A Paraíba e seus Problemas**, mas **A Bagaceira** (1928) lhe ocupara o lugar. Isso “por ser mulher”, ao contrário do antecessor, **macho**, pesado

e indigesto – embora, ressalte-se, inigualável e valioso – com as setecentas páginas, forradas de extensa bibliografia.

O paradoxo foi compreendido por Alceu Amoroso Lima, ao saudar José Américo, na Academia Brasileira de Letras, em 1967. Referindo-se a **A Bagaceira**, por cujo reconhecimento se fez responsável, com o célebre “Romancista ao Norte” foram suas as seguintes palavras: “(...) e já havíeis mesmo publicado um volumoso estudo sobre **A Paraíba e seus Problemas** que havia passado despercebido à miopia de nosso sulismo crítico”.

## 1.2 Na comprovação de uma realidade

Essa **miopia crítica** permaneceu pelos tempos afora. Tanto é assim que os três mais recentes maiores livros de condensação da Paraíba – **Capítulos de História da Paraíba** (1984) de José Octávio et alii, **Paraíba – Memória Cultural** (2011) de Chico Pereira Júnior e **Paraíba** (2014), de Giovanni Seabra, fizeram-se sintomaticamente **parcos** sobre a magna criação americista.

Nos **Capítulos**, apenas seis autores – Luiz Kherle, Barroso Filho, José Joffily, Gelfa Aguiar, Gonzaga Rodrigues e José Octávio – um dos quais restritivamente, em universo de cento e três lembraram-se dele, enquanto Pereira e Seabra se limitaram a isolada referência. Isso apesar da lucidez de Pereira Jr. equivalente a Gonzaga que em **Poder e Política na Paraíba – Uma Análise das Lideranças 1960-1990** (1993) secundou Salvador de Sá e Benevides para quem foi graças ao famoso ensaio que o presidente João Pessoa o convidou para secretariá-lo, no governo, em 1928.

A questão torna-se mais aguda quando evocamos dois dos mais prolíficos críticos da moderna literatura paraibana, sem esquecer autorizados **coletores** do pathos americista como Nelson Lustosa Cabral.

Juarez Batista, conhecido pelo enraizado americismo de quem redescobriu **O Boqueirão** (1935), quase não refere **A Paraíba** em suas considerações, sendo que Hildeberto Barbosa Filho, por nós

pessoalmente cadastrado, reconheceu que até agora nenhum estudo específico produziu sobre o ensaio.

### 1.3 Referências e análises

Essas observações justificam a iniciativa da Fundação Casa de José Américo, almejando tornar mais conhecida a criação americista, com essa coletânea dos estudos até agora publicados sobre **A Paraíba e seus Problemas**.

À margem prefácios das cinco primeiras edições, sendo que a quinta para não omiti-lo **repetiu o da quarta**, a cargo do geógrafo Manuel Correia de Andrade, a garimpagem só se tornou possível, graças ao extraordinário levantamento de Norma Lins Leite em **Bibliografia Comentada de José Américo de Almeida** (1988).

Neste, e comprovando nossas colocações, as referências tornam-se bem mais numerosas que as análises, o que significa **A Paraíba e seus Problemas** estudo bem mais consultado que lido.

Se, no primeiro caso, avultam autores a seguir delineados, no segundo, especialistas como Maria Thetis Nunes, Tarcísio Burity, Joacil Pereira, Maria Gelza Carvalho e Celeida Bezerra produziram **ensaios induzidos**, ou seja, de que foram chamados a participar.

Assim sendo, ocorreu com **A Paraíba e seus Problemas** algo diverso de **A Bagaceira**. Enquanto esta viu-se mais analisada que referida, é o contrário o que ocorreu com aquele, apenas mencionado por autores como Lauro Xavier, Castro Pinto, R. Moreira Sobral, Carlos Romero, Lopes de Andrade, Virginius da Gama e Melo, Evaldo Gonçalves, Linda Lewin, Aspásia Camargo, Gelfa Aguiar, Guilherme D'Ávila, Diana Galiza, Marcos Formiga e José Mário Branco, entre uns poucos mais.

### 1.4 Algumas profundas referências

Destes, Virginius, Linda e Aspásia foram felizes nas referências, mas não passaram daí.

Gama e Melo em um dos penetrantes ensaios de **Estudos Críticos** (1980) estabeleceu que

Dos homens que conquistaram o poder em 1930, José Américo era o mais categorizado. (...) O paraibano era o pensamento profundo, a lucidez devassando as águas abissais. Revolucionário no poder, em pleno regime discricionário, a oportunidade era magnífica para a expansão das ideias políticas que por certo lhe germinavam no cérebro. O livro **A Paraíba e seus Problemas**, obra de vulto, um dos estudos mais completos de geografia humana já realizados no país, garantiam pelos subsídios uma técnica e uma visão brasileira.

Já a brasilianista Linda Lewin, mais antropóloga que historiadora, não o fez por menos em **Política e Parentela na Paraíba – Um Estudo do Caso da Oligarquia de Base Familiar** (1993, p. 294):

Um trabalho acadêmico da melhor qualidade, o livro de José Américo ofereceu muitas pistas sobre a orientação política dos Jovens Turcos (...) para não mencionar sua evolução paralela na literatura brasileira como um dos primeiros modernistas. Publicado em 1923, exatamente quando foram extintos os projetos do IFOCS e endosso das políticas que viessem a dirigir o crescimento econômico e os gastos federais para a melhoria da infraestrutura de exportação, no sentido de promover a conexão da Paraíba com os mercados litorâneos, o livro projetou uma visão abrangente dos benefícios do desenvolvimento para o conjunto do Estado, visão que coincidia com as aspirações dos Jovens Turcos.

Para a norte-americana, em nota de pé de página, “o famoso romance **A Bagaceira** fundamentou-se, diretamente em **A Paraíba e seus Problemas**”.

Enfim, Aspásia Camargo, entusiasta da História Oral com Sérgio Flakesman e Eduardo Raposo, valeu-se **O Nordeste na Política**



– Diálogo com José Américo (1984) para sustentar que “**A Paraíba e seus Problemas** (...) revela grande erudição sobre a história e os problemas nordestinos, sobretudo a seca, que o livro trata de maneira exaustiva. Este tema será a tônica de suas gestões políticas futuras”.

## 1.5 No prelúdio de um prefácio

De certa forma, as colocações de Gama e Melo, Lewin e Camargo primaciam, para efeito de nossas concepções, o prefácio que o próprio José Américo escreveu para **A Paraíba e Seus Problemas** constante da primeira edição e mantido em todas as seguintes.

No levantamento a que procedemos, este prefácio não poderia faltar, por uma razão. Foi como se, consciente da densidade de seu estudo, o autor precisasse explicá-lo para os que tivessem dificuldade em compreendê-lo.

Data daí a amplitude dessa introdução iniciada pelo convite de Solon de Lucena a José Américo e Celso Mariz para que preparassem abordagem destinada a resumir o trabalho da Presidência Epitácio Pessoa em prol da região. Como Celso se desligasse do compromisso, Américo explicou: “Concebi um plano que comportasse algumas relações de nossa atividade geral na sua interdependência com a iniciativa remodeladora. Dispus a matéria de modo a que se atasse, numa continuidade lógica, o desdobramento das diferentes teses”.

Com obra a caminho, e tal como Euclides da Cunha em **Os Sertões**, o autor começa pela **base física** do objeto, ou seja, “TERRA IGNOTA é o ambiente físico para esclarecer a distribuição local das obras descritas e, sobretudo, para evidenciar que a Paraíba não era um meio que devesse ser considerado ao abandono. Suas condições naturais são as mais vantajosas de associar”.

Dentro da ideia, própria da época, de a região Norte às secas, José Américo explica porque se detém sobre o estio, o que impõe pequena digressão. Como demonstrado pela crítica mais recente, **A Bagaceira** não deve ser considerado um livro sobre a seca. Essa

condição pertence a **A Paraíba e seus Problemas** onde, todavia, o declínio da região ancora em razão mais profunda:

“O ABANDONO evoca o devorismo da política colonial, excessiva centralização monárquica e o desprestígio da autonomia republicana como obstáculos à nossa índole de progresso”.

José Américo então volta-se para o desprestígio administrativo do Nordeste, cujo termo começa a aparecer no **corpus** do livro – em termos de representação política que, a nível nacional, lhe faltou. Como, todavia, a visão americista é mais estruturante. “Seguem-se o estudo comparativo e a notícia das obras empreendidas e dos serviços realizados, como solução geral e medidas acessórias em “O Problema das distâncias”, “Política hidráulica”, “O Porto”, “O Saneamento” e “A Ação Dispersa”. (...) É fácil a previsão das **Consequências Sociais** desses empreendimentos, pois em **A Paraíba e seus Problemas** a raça não significa questão étnica, mas sociológica e cultural. Por conseguinte, “Tentei determinar a distribuição geográfica do elemento etnográfico e discriminar os tipos sociais do praieiro, do lavrador ou, melhor teria dito, do matuto e do vaqueiro”.

Muitas dessas categorias provinham, tal como percebido por Oliveira Vianna, cujos primeiros livros datam dessa época, e Basílio de Magalhães, dos bandos de caudilhos sertanejos tipo Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão que nem o idioma português falavam, por optarem pela língua geral compendiada pelos jesuítas.

Como o segmento econômico não fosse desmerecido, Almeida volta-se para a qualidade da fibra do algodão favorecido pela irrigação, para concluir triunfante: “O título **A Paraíba e seus Problemas** é exatamente, compreensivo. Mas reporteime, apenas, às soluções fundamentais, como ponto de partida de todo nosso progresso”.

## 1.6 O Prefácio dos outros

Ao prefácio de José Américo, seguem-se os das sucessivas edições assinadas por Josué de Castro, José Honório Rodrigues e Manuel Correia de Andrade.

Na segunda edição de 1937, a cargo da Editora Global, o prefácio pertenceu a Josué de Castro que, para incluí-lo em “Biblioteca de Investigação e Cultura”, dele extirpou os capítulos referentes a Epiácio Pessoa e suas obras contra as secas.

Segundo o autor de **Documentário do Nordeste** (1937)

Com essas pequenas modificações, reaparece a obra original de José Américo, aquela que primeiro revelou as excepcionais possibilidades deste infatigável criador, dono de uma das mais vivas culturas do Brasil, vivas no sentido de forjadas ao contato direto com a realidade e experimentadas no choque das realizações objetivas.

O mais caudaloso prefácio a **A Paraíba e seus Problemas** é o da 3ª edição, em 1980, da lavra de José Honório Rodrigues. Historiógrafo mais que Historiador, Rodrigues situa-o no quadro da historiografia estadual brasileira e paraibana, para vinculá-lo, quando das abordagens sobre o cangaço, à teoria do banditismo social do inglês Eric Hobsbawm.

Apaixonado pela Paraíba, o autor de **Aspirações Nacionais** (1963) encerra suas análises com um hino de louvor àquele Estado da Federação, porquanto “É um livro único, singular, reflexo da individualidade incomum de seu autor, que simboliza a personalidade de seu povo, que traz no sangue as virtudes e a coragem, do denodo, da confiança e da inteligência paraibana.” Essa edição foi enriquecida com um apêndice que reproduz a réplica de Epiácio Pessoa aos reparos da Comissão Rondon, datada de 27/12/2023, bem como apresenta dois excertos devidos a Tarcísio Burity, então governador da Paraíba, e José Octávio de Arruda Mello. Enquanto Burity considera que, pela valorização da mestiçagem e tempo tríbico, Américo antecipa teses gilberteanas de **Casa Grande e Senzala** (1933), Octávio enfatiza em **A Paraíba** a matriz americista de toda obra.

Já a quarta edição, de 1994, desponta com estudo do abalizado geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade. Reproduzindo, de certa maneira, a conferência sobre **A Paraíba e seus Problemas**,

constante da coletânea **Geografia, Antropologia e História em José Américo** (1982), Correia de Andrade aduz que José Américo “fugiu à alienação e correu os riscos que se corre quando se faz afirmações que nem sempre agradam aos donos do poder, sobretudo em um meio provinciano como a Paraíba do início do século”.

Essa edição resultou de uma parceria do governo da Paraíba com o Senado Federal, contando com apresentações do senador Humberto Lucena e do então governador Ronaldo Cunha Lima, e ao final uma cronologia de vida e obra de José Américo.

Em 2012, vem a lume uma quinta edição, que se configura como uma reimpressão da edição anterior, como volume 172 das Edições do Senado Federal, acrescentando-se um índice onomástico.

## 1.7 As primeiras abordagens

Estamos assim laborando na (re)composição de **A Paraíba e seus Problemas – Estudos Críticos e Análises**, tal como proposto pela Fundação Casa de José Américo.

A primeira notícia sobre o grandioso ensaio surgiu nas oficinas da Imprensa Oficial, do Governo da Paraíba, em janeiro de 1924.

A primeira crítica registrada aparece no jornal A Província do Pará, em março de 1924, com um artigo do escritor paraibano e advogado Raynero Maroja, transcrito no jornal A União, em 9 de maio de 1924. Neste artigo só elogios ao livro, afirmando que “Não se trata nessa monografia de falível obra de oitiva, mas de lustrosa e documentada exegese, a pedir atenta leitura.” Embora, em 3 de abril de 1924, Odilon Nestor tenha publicado um artigo sobre o lançamento do livro A Paraíba e seus Problemas, no jornal A União.

Em seguida, aparece Gilberto Freyre cujo comprometimento com a concepção semântica e conceitual do Nordeste, levá-lo-ia, um ano depois, à publicação do **Livro do Nordeste**, erudita coletânea de escritores do Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Paraíba, sendo os desta Coriolano de Medeiros e Ademar Vidal.

Vidal foi um dos dois ensaístas que se referiam ao colega da Paraíba com a frase “O Sr. José Américo de Almeida é também forte erudito; prova-o seu recente livro **A Paraíba e seus Problemas**”. A outra referência partiu do próprio Freyre que o arrolou na bibliografia do mini ensaio “A Cultura da cana no Nordeste – Aspectos de seu Desenvolvimento Histórico”.

Não admira que o estudo gilberteano haja circulado no **Diário de Pernambuco** de quem Freyre, egresso dos Estados Unidos e Europa, era espécie de redator chefe. Foi em homenagem ao centenário daquele periódico (1825-1925) que **Livro do Nordeste** foi elaborado.

Dos **Diário de Pernambuco**, modernismo literário e regionalismo, Gilberto Freyre evoluiu para o que louva no estudo de Américo – **o conceito de Nordeste**.

As peças encaixam-se. Pois foi no **Diário** de 15 de maio de 1924, que Freyre publicou o artigo sobre **A Paraíba e seus Problemas**, de que tomamos conhecimento, graças à gilberteana Ana Isabel de Sousa Leão Andrade e ao historiador Jean Patrício.

Nele, o chamado sociólogo de Apipucos não ocultou entusiasmo pela obra do amigo, porquanto, além de ressaltar o paisagismo de Almeida, ressalta em **A Paraíba e seus Problemas** o alcance social de quem compreendia as particularidades de uma região.

Este era o Nordeste que José Américo, antecipando o cearense Djacy Menezes em **O Outro Nordeste** (3ª ed, 1995), equivale ao Sertão das secas e cangaço, ao contrário daquele dos vales úmidos do litoral, valorizados por Gilberto Freyre.

Em torno de um mês, após a crítica de Freyre, Olívio Montenegro, paraibano radicado em Recife, publica a sua análise, inclusive citando o trabalho de Freyre concordando que “Nas páginas atinentes às secas, é que se encontra esse “sabor trágico de romance russo” (...). Entre os elogios, destaca-se ao afirmar que “É mais que uma descrição, é uma pintura da paisagem selvagem em toda a sua fisionomia erriçante; mas uma pintura vividamente interpretada por uma sensibilidade de gosto”. E ressalta “o luxo da documentação, uma documentação que é um prodígio de paciência investigadora, um triunfo teutônico, e que

exprime, sobretudo em que melindrosa conta tem o autor os interesses da verdade”.

Destaca-se a apreciação crítica de **A Paraíba e seus Problemas** da lavra de José Lins do Rego, então estudante de Direito no Recife, onde caíra sob a influência de Gilberto Freyre.

O veículo foi o número 56 da revista **Era Nova**, impressa na Editora **A União** e para não muitos, porta voz do modernismo. Dirigido pelo filho do governador Solon de Lucena, o magazine responsabilizou-se pela série **A Novela** que, da responsabilidade de jovens autores paraibanos, circulava em folhetins acoplados à publicação. Um daqueles foi de José Américo, com **Reflexões de uma Cabra** (1922).

Tal como o de Freyre, o estudo do jovem Lins do Rego é francamente encomiástico. Para o colunista do “Livros Novos”, José Américo, imune ao barulho de jovens como Martins Júnior e simbolismo de Cruz e Sousa, iria inaugurar “um gênero de literatura difícil” para o Nordeste, um tanto à Euclides da Cunha.

Nesse sentido, coube-lhe flanquear as generalizações de Alberto Torres e romantismo de Gustavo Barroso, para tornar-se “um crítico de nossos valores sociais e econômicos neste seu imenso volume que é quase um romance à Vraisemblance. Um romance de aguda e sincera interpretação da terra e do homem”.

Ainda em 1924, outro artigo sobre **A Paraíba e seus problemas**, de Renato de Alencar, afirma que “Destarte, ninguém se atreve a fazer a crítica que merece a formidável produção de José Américo de Almeida. Não quero melindrar ao que se têm externado sobre o livro; mas creio, que de nenhum já houve crítica.” E, realmente, ele tece elogios à obra de José Américo, mas faz questão de discordar de certas afirmações e até apresentar alguns erros ortográficos.

Com o lançamento de **A Bagaceira**, em 1928, Jackson de Figueiredo, expoente da corrente **reacionária** da História das Ideias no Brasil, escreve “A fisionomia cultural do autor de **A Bagaceira**”, o que, porém, não o impediu de, neste, conceituar **A Paraíba e seus problemas** como “um dos mais bem documentados livros que já publicou o brasileiro sobre a terra nordestina”.

Estudos mais recentes comentam os artigos de Gilberto Freyre e de José Lins do Rego, de autoria de Flávio Ramalho de Brito e Neide Medeiros Santos, respectivamente.

Ramalho de Brito, integrante do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, pesquisador atento às fontes primárias, no seu artigo “O livro A Paraíba e seus problemas e a sua primeira análise crítica”, aqui intitulado “Gilberto Freyre e A Paraíba e seus problemas”, foi quem chamou a atenção para a impressão do livro, embora com data de 1923, só saiu da gráfica em janeiro do ano seguinte.

O miniensaiio do futuro autor de **Moleque Ricardo** (1935) tornou-se tão instigante que a crítica Neide Medeiros o repercutiu noventa e dois anos depois!, pelas páginas da revista **Genius** de março de 2022, com o artigo “A Paraíba e seus Problemas na visão de José Lins do Rego”.

Segundo Neide, reinterpretando o futuro-romancista José Américo distinguia-se pelo paisagismo, o que aproximava do russo Gogol, em relação à Ucrânia. Daí a força da análise de José Lins coadjuvada pelas cartas trocadas entre José Américo e o estudante de Direito.

## 1.8 Menezes e a Conspiração do Silêncio

Apesar do apoio obtido junto a intelectuais da dimensão de Gilberto Freyre e José Lins do Rego, **A Paraíba e seus Problemas**, não obteve maior espaço junto à cultura, mesmo paraibana. Nesta, até as notícias rareavam. Análises mais sólidas, bem poucas.

Era como se a **Conspiração do Silêncio** baixasse sobre o livro. Para tanto, contribuía não só o prestígio de **A Bagaceira** como a condição de político de José Américo.

Este, chefe revolucionário e ministro de 30, candidato à Presidência da República em 37, presidente da UDN e Senador da República em 1947, bem como postulante à vice-Presidência da República, nesse mesmo ano, passou a ser hostilizado por perrepeistas, getulistas e pessedistas, com seu controle sobre a mídia.

Essa situação somente foi alterada em 1967, quando seu acesso à Academia Brasileira de Letras o recolocou em plano exclusivamente literário. Data desse mesmo ano, a publicação, pelo escritor católico José Rafael de Menezes, da biografia **José Américo, o Homem do Bem Comum** (1967), dotada de penetrante capítulo acerca de **A Paraíba e seus Problemas**, com essa mesma titulação.

Não por acaso, essa publicação recebeu o patrocínio do Governo do Estado cujo Secretário da Educação e Cultura, José Medeiros Vieira, compusera o “Jardim da Infância” que ajudou José Américo a administrar a Paraíba entre 1951 e 56.

Menezes, além de ressaltar os méritos da Escola Monocrática, da predileção do autor, estabelecia que

Com seu talento de panfletário, com a sua verve de polemista já ensaiada nos entreveros da revista **Era Nova**, com a sua mocidade estuante, seria normal que as páginas de **A Paraíba e seus Problemas** divulgassem ideias, assomassem protestos, encaminhassem reivindicações num estilo político-regional, com o romantismo e a demagogia da literatura verbosa da época.

## 1.9 O toque de clarim dos anos 80

De certa maneira, **José Américo, um Homem do Bem Comum** expressou toque de clarim que repôs o **prestígio literário** de Américo com **A Paraíba e seus Problemas** dentro dele.

Para tanto, dois acontecimentos também contribuíram para o renascimento do escritor quase exclusivamente como tal: morte de José Américo, em março de 1980, e subsequente instalação, pelo Governador Tarcísio Burity, da Fundação Casa de José Américo (FCJA).

Dessa combinação emergiram algumas das melhores abordagens sobre a sociologia americista, na maioria constantes de ensaios e assemelhados.

Tais o estudo de José Octávio, “Paraíba Cultural e Modernismo na Década de Vinte”, inserido no **Correio das Artes** e depois enfeixado



em livro, com amplas referências **A Paraíba e seus Problemas**, e a glosagem octaviana de Aécio Aquino em dois longos artigos de **O Momento** de novembro/dezembro de 1984 sobre “O Conceito de Nordeste”, inspirado em José Américo.

Fora daí, o período compreendido entre 1980 e 2000, tornou-se modelar para **A Paraíba e seus Problemas**, pela conjugação das seguintes iniciativas e publicações:

- Primeiras publicações da Casa de José Américo, não sobre cordel, mas a respeito de José Américo e autores conexos, como Walfredo Rodrigues, tematizado por Alex Santos;
- Convênio com o programa de História Geral da Fundação Getúlio Vargas que não olvidou José Américo e as origens de **A Paraíba**;
- Coletâneas tipo **Geografia, Antropologia e História em José Américo** (1982), com conferências específicas sobre **A Paraíba e seus Problemas** da lavra de Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes, José Octávio Mello e José Honório Rodrigues;
- Preparo em 1980, sob a coordenação de Eduardo Martins, de primorosa terceira edição de **A Paraíba e seus Problemas**, integrado por todos os prefácios anteriores, um novo, a cargo do historiador José Honório Rodrigues, e abordagens críticas de Tarcísio Burity e José Octávio.
- Artigos de Joacil Pereira e Luiz de Barros para o suplemento literário Correio das Artes, recriado pelo crítico Jurandy Moura, em 1969, e apenso ao gabinete do Secretário Tarcísio Burity.
- Edição, por José Octávio e Antônio Arcela, em 1981, do **Roteiro Crítico Bibliográfico em José Américo** (mimeo);
- Diversos estudos de Gemy Cândido sobre **A Paraíba e seus Problemas**, para Correio das Artes de 1985 a 1990, culminando com **Uma abordagem crítica sobre A Paraíba e**

**seus Problemas**, no número 263, de 14 de janeiro a 14 de fevereiro de 1987;

- Criação, junto ao Departamento de História da UFPB e o Fórum Aníbal Moura, com discussão de obras básicas, sobre a Paraíba, como as de José Américo;
- Seminário sobre as produções americistas na Escola Estadual Olivina Olívia, sob a presidência do Governador Tarcísio Burity com a participação dos General Reynaldo Almeida, historiador José Honório Rodrigues e professores Ronald Queiroz, José Costa e Lúcia Guerra Ferreira.
- Incorporação dos municípios de Santa Rita, Guarabira, Alagoa Grande, Areia, Campina Grande, Patos, Sousa, Brejo do Cruz, Cajazeiras e Antenor Navarro ao circuito das produções americistas;
- Levantamento dos livros básicos sobre a Paraíba para suprimento dessas bibliotecas;
- Resenha crítica do professor Francisco Sales Gaudêncio, pela imprensa, em março de 1982, sobre as publicações da nascente Casa de José Américo;
- Preparo pela Fundação Guimarães Duque de Mossoró, de edição revisada de **A Paraíba e seus Problemas** com seminários em Mossoró e Natal;
- Articulação, com o IV Centenário da Paraíba, em 1984/5, para divulgação da obra americista, particularizando aquelas sobre as secas.
- Vamireh Chacon, “José Américo, escritor”, **O Norte**, João Pessoa, 16/11/1980.
- Eptácio Soares, “José Américo”, **Diário da Borborema**, Campina Grande, 13/3/1980.
- José Octávio de A. Mello, “José Américo de Almeida, um Precursor da Democracia Conservadora de Massas”, **A União**, João Pessoa, 1/4/1980.
- Veríssimo de Melo, “A Paraíba e seus Problemas”, **Correio das Artes**, João Pessoa, 27/7/1980.

- Juca Pontes, “Literatura”, **O Norte**, João Pessoa, 20/1/1982.
- Deusdedit Leitão, “Sociologia das secas e nova Geografia em José Américo”, **A União**, João Pessoa, 10/1/1982.
- Waldemar Duarte, “José Américo e a Cultura Regional”, **O Norte**, João Pessoa, 7/6/1983.
- José Octávio de A. Mello, “Testamento de um estadista em José Américo”, **O Norte**, João Pessoa, 10/3/1984.
- Luiz Alvarenga, “O Centenário de José Américo de Almeida”, **O Popular**, Goiânia, 13/1/1987.
- Marcos Almir Madeira, “Cem Anos de José Américo e seu romance tropical”, **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 15/1/1987.
- Vitória Chianca, “Bibliografia de José Américo de Almeida”, João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1987.
- Aécio Villar de Aquino, “Atualidade de um relatório sobre as obras contra as secas”, **Correio das Artes**, João Pessoa, 3/1/1982.
- Fernando Melo do Nascimento, “José Américo e a Sociologia das Secas”, **Correio das Artes**, João Pessoa, 3/1/1982.
- José Octávio de A. Mello, “Perguntas e respostas sobre José Américo”, **Correio das Artes**, João Pessoa, 3/1/1982.
- Newton Madruga, “Bloco do Nordeste”, **O Norte**, João Pessoa, 6/9/1992.
- Abelardo Jurema, “A Grande data da Paraíba”, **O Norte**, João Pessoa, 3/1/1993.
- Adylla Rocha Rabello, “José Américo de Almeida, A União foi sua escola de jornalismo”, 2/2/1993.

## 1.10 Universidade e estudos mais recentes

Apesar da má vontade do estamento universitário e seus núcleos de pesquisa para com José Américo, taxado de oligarca, alguns professores da UFPB discutiram-no com elevação.

Daí, o primoroso levantamento americista da professora de Biblioteconomia da UFPB, Norma Lins Leite, com pesquisa desenvolvida de 1992 a 1997, que resultou na publicação de “Bibliografia comentada de José Américo de Almeida” (1998), com relação e verbetes de obras do autor e sobre o autor.

Instigadas pela Fundação Casa de José Américo, com o seminário “A geografia na obra de José Américo, realizado em 1997, algumas professoras da UFPB, como Janete Lins Rodriguez, Maria Gelza Carvalho e Celeida Bezerra participaram, e seus ensaios foram publicados em 2003, “A relação homem versus meio” e “A partir das obras técnicas de José Américo”, das duas últimas, respectivamente.

Em 2005, foi apresentada a dissertação “A Paraíba pequenina e doida: José Américo e a Revolução de 30”, de autoria de Guaracy Medeiros de Assis, no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE em parceria com a UFPB, sob orientação da professora Monique Cittadino. Trata das relações poder, da ascensão de José Américo e das abordagens historiográficas sobre a luta pelo poder, e em um dos capítulos destaca um item intitulado “A Paraíba e seus problemas: visão político-administrativa e sócio-econômica”.

A professora Solange Pereira da Rocha, com a tese de doutoramento, transformada em livro, “Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, família e parentesco espiritual”, editado pela UNESP, em 2009, questiona a miscigenação do branco com o índio, mais positiva, segundo José Américo, que a do português com o negro, apesar da reconhecida presença africana no sertão.

Os anos de 2022 e 2023 trazem para a discussão os centenários das obras americistas “Reflexões de uma cabra” e “A Paraíba e seus problemas”, permeados por outros centenários como da Semana de Arte Moderna e bi-centenário da Independência do Brasil. Nesse diapasão, Luiz Mário Dantas Burity, ao publicar o artigo “O Centenário da Independência na Paraíba: os usos do passado em tempos do governo Epitácio Pessoa”, em 2022, abordou “A Paraíba e seus problemas” na perspectiva das obras contra as secas e da emancipação das populações do norte.

## 1.11 Conclusões

Tecidas essas considerações, restam-nos acrescentar os textos que se seguem, para conclusão da honrosa atribuição da Casa de José Américo.

Como livro ornado por estudos e referências, **A Paraíba e seus Problemas** impunha, pelo autor, prefácio explicativo à primeira edição que, por razões já expostas, não poderia faltar a estas notas.

Com elas, não tivemos a validade de esgotar o assunto, mas **abrir caminho para ele**, mediante a advertência do padre Serafim Leite, segundo o qual “nunca tente esgotar inteiramente um assunto, deixe sempre alguma coisa para quem vier depois”.

Foi com essa observação na cabeça que preparamos estes estudos introdutórios à leitura crítica de **A Paraíba e seus Problemas**, de José Américo de Almeida. Nessa perspectiva, suponho que possa ser recompensado com leitura atenta e tolerante.



II PARTE

**PREFÁCIOS, APRESENTAÇÕES E  
POSFÁCIOS**





## PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO<sup>1</sup>

José Américo de Almeida

O Presidente Solon de Lucena achou que o meio mais sensível de expressar ao Sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas, seria perpetuar num livro a história desse esforço redentor.

Ninguém mais do que ele está senhareado por esse sentimento. Tendo alcançado a fortuna de governar o Estado nesse período memorável, testemunhou a solicitude permanente de nossa salvação, movido por um ardente patriotismo. Teve o fado de ver o seu programa de realizações concretas coroado de êxito. E tanto se identificou, pela harmonia de vistas e oportuna orientação, com essa atividade, que é, enfim, o mais habilitado para preconizar seu valor.

Dir-se-ia escusada esta divulgação, porque os melhoramentos se acham mencionados em relatórios oficiais. Mas, a documentação dispersa e de caráter técnico não está ao alcance da inteligência comum. Não obtém, sequer, por sua circulação limitada ao âmbito das secretarias, um conhecimento amplo.

---

1 Paraíba, dezembro de 1923.

À unidade do vasto plano estão vinculados trabalhos disseminados por todo o território paraibano, ora em proporções vultosas, ora desconhecidos por sua exiguidade.

Para se fixar a medida dessa organização é preciso juntar todos os elementos esparsos.

Demais, dilui-se, rapidamente, a impressão dos benefícios... Cumpre inscrevê-la em forma duradoura, ao menos, para o apreço dos pósteros...

Avulta a importância dessas medidas, quando ocorre abandono sistemático... A história das secas e do combate aos seus efeitos não é a mesma para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba: cada uma dessas unidades tem sua situação à parte.

Dera-se uma omissão injustificável. Foi um indício de inércia ou de renúncia.

Mas, já que não nos movêramos, anteriormente, é mister, pelo menos, consignar a tentativa da solução definitiva.

É um movimento de gratidão, em sua forma simples e rara: a confissão pública dos benefícios recebidos e ao mesmo tempo um apelo para o remate dessa construção.

Foi esse o pensamento do Sr. Solon de Lucena.

Lembrou-lhe o meu nome e o de Celso Mariz para essa tarefa. Não me cabia o cometimento, mas a outrem, de preparação especializada, talento de escritor e espírito crítico. Entretanto, eu, que associara o coração de patriota a essa máxima aspiração de minha terra, não poderia subtrair-me ao generoso convite. Depois que o autor da grande obra deixou o poder cedendo, talvez, menos ao cansaço das lutas que ao enjoo dos corrilhos, achei-me mais à vontade para interpretar o sentimento dos meus coestaduanos e fixar fatos. Meus conceitos não pecam por insinceridade.

O pesquisador do “Através do Sertão” e dos “Apanhados Históricos da Paraíba” estava, porém, aparelhado para mais essa demonstração de sua capacidade.

Já conhecíamos todo o território. Mas empreendemos, em novembro do ano passado, uma excursão ao interior. Fomos rever

lugares perlustrados, havia poucos anos, em seu emperro centenário, para as surpresas de uma transformação febril.

Colhemos a impressão do centro dos grandes melhoramentos. Por toda parte, até nos pontos mais segregados do contato da vida civilizada, se mudava a feição primitiva.

Modifica-se a mentalidade da população sertaneja.

De retorno, consumimos o mais do tempo acumulando material, no serviço da coleta de dados sobre as obras realizadas ou em via de execução.

São notórias as dificuldades dessas aquisições. As repartições públicas são, ordinariamente, inacessíveis. Os elementos eram incompletos, porque as publicações estavam retardadas.

Meu companheiro de comissão vencia esses embaraços com a pertinácia e o tato de historiógrafo afeito à rebusca dos arquivos. Mas, solicitado pela imprensa diária e empenhado na feitura da “Paraíba no Parlamento Nacional”, desligou-se do nosso compromisso. Privado desse concurso de ideias práticas e outros requisitos que implicariam a vitoriosa orientação do livro, não descoroçoei, porque meu amor à Paraíba me duplicou a força de vontade.

Afastei o propósito de organizar um simples inquérito dos serviços. A ação ficaria, destarte, isolada no espaço e no tempo, sem o relevo das circunstâncias especiais que a caracterizam.

Concebi um plano que comportasse algumas relações de nossa atividade geral na sua interdependência com a iniciativa remodeladora. Dispus a matéria de modo que se atasse numa continuidade lógica o desdobramento das diferentes teses.

E, logo que se anunciou, em junho do corrente ano, a viagem do Sr. Epitácio Pessoa, de volta da Europa, me dei pressa em levar a termo este trabalho, para que sua publicação coincidissem com a chegada do egrégio brasileiro. Entrei a redigir, dia a dia, à medida da composição. Confesso-o para desconto dos senões inevitáveis.

Familiarizado com as principais fontes de consulta, num meio de aquisições escassas, onde cada qual só dispõe de sua biblioteca,

pude firmar princípios que, todavia, seriam dirigidos com outro rigor de método e de síntese.

As ideias estavam amadurecidas, mas a redação foi vertiginosa. E, ainda assim, não foi possível por embaraços materiais a edição com a ambicionada brevidade.

Tive, outrossim, de versar assuntos de responsabilidade técnica, pouco chegados às minhas lucubrações.

TERRA IGNOTA é o ambiente físico para esclarecer a distribuição local das obras descritas e, sobretudo, para evidenciar que a Paraíba não era um meio que devesse ser condenado ao abandono. Suas condições naturais são as mais vantajosas. Assinaei as principais feições geográficas e a fisiográfica das diversas zonas com a fidelidade da minha observação pessoal. Coligi subsídios para explicar a constituição geológica e indiquei os produtos minerais, as termas e as curiosidades controvertidas.

Mas as irregulares condições meteorológicas impossibilitavam um maior aproveitamento do território. O capítulo II é um ensaio que se contrapõe a esse conceito. É o primeiro esboço da climatologia paraibana. Mas consegui mostrar com o quadro dos valores médios e extremos a benignidade desses elementos. Vê-se que a serra da Borborema é uma das mais saudáveis zonas climáticas do Brasil. Alcancei também elucidar a distribuição de chuvas em toda a área, com a segurança de um mapa pluviométrico. De tudo se infere que esse regime, sem embargo das perturbações periódicas, de efeitos redutíveis, abona o conjunto dos elementos físicos.

E, com o fim de justificar a assistência em favor deste meio suscetível de pronta correção, para uma fecunda atividade, delinee a história das nossas secas, referidas em documentos avulsos. O MARTÍRIO reconstitui a crônica dessa sucessão de perdas.

Impugnei a falsa noção de que o território paraibano é pouco exposto ao flagelo. Foi o silêncio de nossas dores que favoreceu essa errônea convicção.

Se o obituário da capital não atingiu, nos ciclos mais funestos, as proporções da mortalidade de Fortaleza, foi por causa da salubridade

geral e por que o centro de convergência dos retirantes era a exígua faixa dos brejos.

Para destruir esse conceito, tive de cotejar recursos naturais.

Talvez se afigure infiel a classificação da hidrografia do litoral, que comporta pequena navegação. Mas é outra a capacidade dos rios dignos deste nome.

Atribuí a primeira manifestação histórica da seca do Nordeste ao ano de 1692.

Os Srs. Coriolano de Medeiros e Celso Mariz pretendem recuar a invasão inicial do fenômeno climatérico a uma época anterior. O primeiro responsabiliza essa força destruidora pela mudança de colonos paraibanos para São Paulo, escorado no seguinte trecho de um livro do Dr. Emmanuel Lomonaco, referente à fundação da cidade de Sorocaba: “Verso l’anno 1654 il villaggio si ampliò consideravelmente, perché sopraggiunsero in esso alcuni coloni guidati da un tal Baldassare Fernandes Mourão, da un suo genero Andrea de Zuniga e da Bartolomeu Zuniga (questi ultimi spagnuoli) e quali tutti emigrarono con loro famiglie della Paraíba del Nord, dove residievano, per questa nuova località”<sup>2</sup>.

Conclui esse beneditino da história indígena que “as secas no interior do território paraibano datam de tempos imemoriais”<sup>3</sup>.

Orienta-o ainda o seguinte trecho de Galante: “Em 1642 houve inundações extraordinárias em Pernambuco. Essas inundações repetiram-se em maio-agosto de 45, começando, então, uma grande seca que causou uma terrível epidemia. Parece ter a fome e a seca continuado até 1654...”<sup>4</sup>.

Discute Celso Mariz: “Coriolano de Medeiros cita um documento sobre a emigração de paraibanos, em 1654, para Sorocaba, São Paulo, por motivos da seca e sugestão dos paulistas. A seca daquele

---

2 “Usi e costumi del Brazile”, cap. V. p. 188.

3 “Revista do Inst. Hist. e Geog. Paraibano”, vol. 2º, p. 16.

4 “História do Brasil”, vol. 3º, nº 1, p. 371.

quartel de século foi em 1642, sucedendo a inundações no baixo Paraíba e à peste de varíola em 1641. Depois, não constando no fio das tradições locais fosse ainda habitado naquele remoto ano a nossa região sujeita ao flagelo climatérico, seria mais provável tratar-se de emigrantes arrasados no medo ou na miséria da guerra holandesa, que atingiu exatamente o ano de 1654”<sup>5</sup>.

Suponho, entretanto, que a causa desse deslocamento foi a sedução das minas.

Era o fim do período do ciclo de ouro da lavagem. Coriolano de Medeiros reconhece, enfim, esse poder de atração: “De 1687 a 1692, foi a capitania batida cruelmente pela seca, fome e peste, e no findar do século XVII apresentava sensível decadência. Até as ordens religiosas se ressentiam de todo conforto e a população válida havia emigrado, em grande parte, para Minas Gerais, na esperança de uma fácil abundância na lavra do ouro”<sup>6</sup>.

Nesse tempo, formigava a emigração para o Brasil, à cata do ouro, a ponto de Portugal tentar, por fim, obstá-la, com as ordens de 28 de abril de 1674 e 14 de fevereiro de 1694.

Seria natural que esse movimento também se operasse internamente.

A violência da dominação holandesa requintou em 1645, ao férreo jugo do diretor Paulo de Linge; no mesmo ano, reboou o grito de restauração. Assim, não seria em 1654, no momento da capitulação, que portugueses e espanhóis evacuariam a capitania.

A versão de Galante não tem consistência histórica. Houve, de fato, inundações em 1644; mas nenhum documento confirma a seca subsequente, até 1854. Foi, justamente, naquele ano que Elias Herckman empreendeu uma excursão ao interior, até ao atual município de Areia. E, por volta de 1643, o aventureiro Roulox Baro entrou

---

5 “Apanhados Históricos da Paraíba”, p. 52-55.

6 “Almanaque do Estado da Paraíba”, 1922, p. 47.

no sertão, à procura de minas. Em 1646, André Vidal de Negreiros, arrebanhou nos campos da capitania gado dos inimigos.

São circunstâncias que repelem a hipótese dessa longa calamidade. De forma que, se houve estiagens antes de 1692, não tiveram efeito social, porque encontraram o interior despovoado e não alcançaram o litoral.

Não eram somente as crises do clima que requeriam uma intervenção decisiva. Resumi a história político-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, como uma continuidade de preterições sistemáticas, de forma a autorizar o justo e cabal resgate.

O ABANDONO evoca o devorismo da política colonial, a excessiva centralização monárquica e o desprestígio da autonomia republicana, como obstáculos à nossa índole de progresso.

São curiosos os dados que comprovam essa desproteção, devida, em grande parte, ao desvalidamento dos nossos dirigentes.

Só O HOMEM DO NORTE seria capaz de corrigir o descaramento inveterado.

É um traço da gênese das candidaturas ao governo da República, desde as circunstâncias da primeira investidura, através da aspiração do sentimento de ordem, da indicação de um veterano da propaganda, da influência do Catete, da política dos governadores, da hegemonia do Centro-Sul, da nova invocação ao prestígio militar, do apostolado civilista, do momento histórico de valorização das faculdades superiores, até a escolha do primeiro presidente nortista pelo voto direto.

Reconheci a linha de separação entre o Sul e o Norte, como produto de “duas histórias distintas, em que se observam movimentos e tendências opostas”<sup>7</sup>, mas sem “destinos rivais”, sem o perigo das subpátrias.

Nossas condições caracterizam outras formas de existência e problemas à parte que demandam programas de governo à volta da

---

7 Euclides da Cunha, “Os Sertões”, p. 80.

experiência dessas necessidades regionais. Mas, nossos valores são privados dos altos postos da política e da administração.

Dos vinte e três estadistas do Império que ascenderam à presidência do Conselho, eram baianos Alves Branco, o visconde de Macaé, o marquês de Monte Alegre, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Zacarias de Góis (três vezes), o visconde do Rio Branco, Saraiva, Dantas e Cotequipe. Foi o maior concurso dos políticos setentrionais. Além da Bahia, apenas Pernambuco deu o marquês de Olinda (quatro vezes) e João Alfredo; Piauí, Francisco José Furtado e o marquês de Paranaguá e Alagoas, Cansansão de Sinimbu. As outras províncias não lograram uma participação direta nos negócios públicos.

A República parecia querer emendar essa orientação com as vice-presidências de Manuel Victorino e Rosa e Silva. Mas, finalmente, o Sul chamou a si essas posições, até que uma corrente de renovação política determinou as escolhas de Urbano dos Santos e Estácio Coimbra.

Ainda mais inacessível tornou-se essa interferência nos ministérios. Em tantos anos de vida republicana, depois de organizado o regime, só se contam, entre os titulares das diversas pastas: Gonçalves Ferreira, Epitácio Pessoa, Severino Vieira, J. J. Seabra (duas vezes), Tavares de Lira (duas vezes), Miguel Calmon (duas vezes), e, por pouco tempo, Esmeraldino Bandeira, José Bezerra, Pereira Lima, Urbano dos Santos, Ferreira Chaves e Estácio Coimbra. Mostrei, em face desses precedentes, qual deveria ser o programa governamental de um filho do Nordeste desamparado.

A REDENÇÃO é a história do combate aos efeitos das secas, desde as tentativas frustradas de uma atividade tibia e mal dirigida, até à eficiência do plano complexo.

Seguem-se o estudo comparativo e a notícia das obras empreendidas e dos serviços realizados, como solução geral e medidas acessórias, em O PROBLEMA DAS DISTÂNCIAS, POLÍTICA HIDRÁULICA, O PORTO, O SANEAMENTO e A AÇÃO DISPERSA. É um pouco da história da viação, do suprimento d'água, da navegação, da higiene e da saúde pública da Paraíba, perante o espírito de reforma que



introduziu os grandes melhoramentos e, além disso, colaborou, fragmentariamente, no estímulo direto ou indireto de nossa capacidade econômica.

É fácil a previsão das CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS desses empreendimentos.

Procurei demonstrar que a raça é capaz dos novos destinos que lhe atribui essa transformação. Cumpria, pois, estudá-la, desde a sua composição, até o estado atual de sua mentalidade, para poder fixar as relações da demografia com o progresso ambiente.

Tentei determinar a distribuição geográfica do elemento etnográfico e discriminar os tipos sociais do praieiro, do lavrador ou, melhor teria dito, do matuto e do vaqueiro.

E, numa ordem de estudos, ainda mais difícil, no conflito das teorias do atavismo, de hereditariedade e da função do cruzamento, mormente quanto à transmissão das qualidades de espírito, aprendi a psicologia coletiva. É de se ver que, neste ensaio, ao invés de me abeirar das teses controvertidas, sequer das contribuições mais modernas, que perturbariam a verificação da realidade viva, em favor de preconceitos teóricos, me inclinei para o contingente de nossos escritores.

No exame das faculdades do sertanejo, antecipei a refutação das fantasias do Dr. Paulo de Moraes Barros, cujas conferências só pude conhecer, há poucos dias, em resumos da imprensa. Em vez de “inconstante, volúvel e sem mais ambição do que qualquer outro caboclo brasileiro”, esse experimentado lutador é, conforme proclamei, incessantemente laborioso. Como que atalhando essa injustiça, acrescentei: “E, graças a tanta diligência, vive, se não o salteiam as vicissitudes climáticas, em feliz mediania. Enquanto os deserdados da região fertilíssima, favorecida por um regime regular de chuvas, vegetam numa inacreditável miséria, não há sertanejo que não tenha qualquer coisa de seu: a casa de telha, algumas vacas ou o chiqueiro de cabras. Se não fossem as devastações periódicas, todos viveriam na abastança”.

E ainda prevendo a balela da inaptidão deste esforçado agricultor das vazantes à lavoura irrigada, acentuei: “Manifesta um inigualável poder de assimilação. Em poucos meses de aprendizado torna-se apto

em todos os officios.” É a mesma observação do Dr. Arno Pearse em passagem que ajustei a outro capítulo.

A iniciativa incipiente será suprida pela educação técnica.

Sobre as virtudes da velha têmpera e as causas da criminalidade desse povo forte, encontrei, depois, uma opinião antiga que se concilia com o meu modo de ver e me convence da persistência do estado de espírito da população, nas localidades mais segregadas. É o juízo constante do seguinte trecho da mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Dr. João Capistrano, a 4 de julho de 1854: “Uma das causas mais fecundas de assassinatos premeditados é a vingança de atos atentatórios da honra do sexo feminino, e depois a vingança do sangue derramado, tomada pelos parentes da vítima. Dá-se nesta matéria uma filiação de causas que reagem e se reproduzem. Os crimes a que aludo são por certo mais frequentes nos lugares do interior da província pouco populosos, onde não lavra a prostituição e onde parece que o valor da honra no seio das famílias é apenas excedido pelo da vida. Daí, em parte, a irritabilidade e esquecimento do recurso aos tribunais do país. Matar para roubar, matar para livrar-se de um credor exigente ou de um vizinho que disputa a propriedade territorial raras vezes se verifica”.

Expliquei o banditismo como o efeito nocivo de um ambiente saneável, e não como uma determinação do coeficiente étnico.

E, enfim, indiquei todas as formas de atuação humanitária, cultural e moralizadora do governo transato.

Para evidenciar como será compensadora a utilização de nossas riquezas, o aparelhamento de nossos recursos naturais pelas obras contra os efeitos das secas, dei, no capítulo XIII, uma ideia sucinta da evolução econômica da Paraíba, tendo em vista, principalmente, as possibilidades da agricultura e da pecuária.

Observei todas as zonas de cultura, desde a exploração inicial. E, quanto à penetração sertaneja, dissenti do parecer de Coriolano de Medeiros, que nega a influência dos paulistas no povoamento da área de além-Borborema. Ainda bem que, em seu recente livro, Oliveira Viana confirma a permanência desses bandeirantes no território paraibano:

«No Norte, o grande reduto africano, denominado “Palmares”, é atacado e dizimado pelo ferro de um caudilho possante, Domingos Jorge Velho. Com um formidável exército de curibocas, desce de sua fazenda de Piancó, nos altos sertões da Paraíba, para realizar esta façanha guerreira”<sup>8</sup>.

E, abeberado num escrito de Basílio de Magalhães (“A Conquista do Nordeste no Século XVII”, na Revista Trimensal, vol. 85), indigita a direção dos sertanistas Domingos Sertão e Domingos Jorge Velho para a nossa banda ocidental: “Na sua diversão pelas zonas orientais do Nordeste, eles atravessam o planalto da Borborema e, repelindo os sucurus e icós e ariús e cariris, conquistam para a sua galaria os campos e caatingas da Paraíba e do Rio Grande, através dos vales do Piancó, do Piranhas e do Apodi”<sup>9</sup>.

Sem discutir o itinerário, cuido que essa corrente colonizadora está esclarecida, em São Paulo, por uma documentação ainda estranha à curiosidade dos paraibanos.

Juntei essa investigação histórica, como auxiliar da estatística, no exame das virtualidades do meio, ao elemento estático, expresso nos dados censitários de 1920, para atestar a intensidade do nosso profícuo esforço. E deduzi dessa relativa prosperidade os prognósticos da mobilização de nossa riqueza, ao grande impulso protetor.

Duvidei da pretensa degenerescência de espécies algodoeiras nas várzeas irrigadas, sem o argumento decisivo da experiência. Mas, o engenheiro Thomás Pompeu Sobrinho acaba de fulminar essa tendenciosa suposição em substancioso trabalho dado a lume no Jornal do Comercio, do Rio de Janeiro: “O Dr. Barros tem um receio infundado sobre a possibilidade da nossa boa fibra degenerar com a prática da irrigação. Nós mesmos já tivemos ocasião de medir fibras com 52mm, obtidas em terras irrigadas de Quixadá. Os algodões do Egito são

---

8 “Evolução do povo brasileiro”, p. 70.

9 Idem, p. 78.

notáveis pelo comprimento e resistência de suas fibras e, entretanto, são cultivados em terras irrigadas.

“Com a prática da irrigação e enriquecimento das zonas de cultura virão certamente as estações experimentais e de seleção que, operando com o nosso material, já excelente, poderão criar novas variedades ainda melhores, não só quanto à produtividade, como quanto à qualidade da fibra”.

Orçam pela mesma craveira as outras contradições das conferências do Dr. Paulo de Moraes Barros, as quais, por falta de um conhecimento oportuno, não tive azo de analisar.

No capítulo IMPRESSÃO GERAL, contrapuz, finalmente, o juízo de técnicos e homens públicos incorruptíveis à demência das injustiças facciosas.

Sem embargo de sua origem, este livro não guarda a discricção oficial. Impus, ao contrário, como condição de sua feitura, toda a liberdade crítica, toda a autonomia de ideias, sem censura prévia. Assumo, por conseguinte, a responsabilidade dos juízos menos reverentes sobre homens e coisas.

O título A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS é, exageradamente, compreensivo. Mas, reporteime, apenas, às soluções fundamentais, como ponto de partida de todo o nosso progresso.

Levantei algumas questões que exorbitam, talvez, dos limites propostos. Mas o Sr. Epitácio Pessoa gostará de ver que me impressionei mais com a sua obra do que com o seu nome e menos com a sua obra do que com sua terra.

Infelizmente, a insuficiência de dados e a pressa do trabalho nos fugidios lazeres de um ofício absorvente, impediram-me de referir essa diligência em toda a extensão de seu êxito.

Poderia ter suprido essas falhas com ilustrações. Mas, a documentação fotográfica que consegui é mínima e incaracterística. Não se acham representadas as obras principais e muitas das que já estão concluídas figuram ainda como em construção. Entretanto, o mapa dos serviços realizados dá uma ideia da variedade dos melhoramentos.

## PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO<sup>10</sup>

Josué de Castro

Os organizadores da “Biblioteca de Investigação e Cultura” sentem-se felizes de poder incluir nesta coleção a notável obra de José Américo de Almeida – “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”.

Este importante trabalho de geografia humana foi publicado pela primeira vez, no ano de 1923, tendo se esgotado rapidamente a edição, feita em caráter oficial pelo governo do Estado.

Obra amplamente documentada, elaborada com amor por um homem que observa e que pensa, e, por isso, conhece admiravelmente a sua terra e a sua gente, “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS” constitui o primeiro estudo sólido, de conjunto, sobre a estrutura física e cultural desta região do Brasil, ainda tão mal conhecida cientificamente. Ademais, por suas diretrizes científicas, pelos processos de indagação utilizados e pelas tentativas de interpretação de certos fenômenos nitidamente regionais, este livro veio abrir horizontes novos à Geografia Humana entre nós, inaugurando o método profícuo dos estudos monográficos, tão de gosto de geógrafos da envergadura de um Jean Brunhes, de um Pierre Deffontaines.

---

10 Publicado originalmente como Prefácio da 2ª edição de A Paraíba e seus problemas, Porto Alegre: Globo, 1937. Assinado: Rio de Janeiro, abril de 1937.

Pretendendo a “Biblioteca de Investigação e Cultura” editar uma coleção de trabalhos dessa natureza, monografias que estudem isoladamente as várias regiões características do Brasil em seus diversos aspectos naturais e em suas variadas paisagens humanas, pareceu nos oportuno iniciar a série por tão valiosa obra, reeditando-a.

Foram conservados, propositadamente, a forma, o plano geral do livro, e mesmo os dados estatísticos utilizados na primeira edição, para que, modificações impostas com o fim de atualizá-lo, não lhe viessem roubar o seu inexcédível valor de documentário de uma época da vida do nordeste, tão pobre em documentos históricos inteligentemente conservados e honestamente respeitados em seus traços originais. Apenas, devidamente autorizados pelo autor, deixamos de incluir os capítulos referentes às obras públicas, que no momento realizavam o Governo do Estado e a Inspetoria de Obras Contra as Secas, para que, assim, ainda melhor se enquadrou-se o livro dentro dos moldes desta coleção. E que o trabalho foi escrito visando justificar, com dados objetivos, o acerto e a oportunidade da assistência que o Governo Federal então dispensava ao Nordeste, no combate contra as secas. As bases científicas utilizadas com proveito nessa justificativa, possuíam, porém, tão intensivo valor próprio que levaram o livro a ultrapassar seus fins imediatos, transformando-o, de simples defes dum ponto de vista político-administrativo, num verdadeiro livro de ciência. Livro de inestimável valor, para todos os que se interessam por nossos problemas de ordem geográfica, econômica e histórica, porque nele, encontram subsídios indispensáveis à interpretação de inúmeros traços e complexos de nossa organização econômico-social. Para esses estudiosos dos problemas de nossa terra, planejamos esta segunda edição.

Com essas pequenas modificações, reaparece a obra original de José Américo, aquela que primeiro revelou as excepcionais possibilidades deste infatigável criador, dono de uma das mais vivas culturas do Brasil, – vivas no sentido de forjadas ao contato direto com a realidade e experimentadas no choque das realizações objetivas.

## A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: UM LIVRO EXEMPLAR<sup>11</sup>

José Honório Rodrigues

Possuímos no Brasil uma historiografia estadual de muito boa qualidade exemplificada nas obras de João Francisco Lisboa (Maranhão), Tristão de Alencar Araripe (Ceará), Pizarro e Araújo (Rio de Janeiro), Baltazar da Silva Lisboa (Rio de Janeiro), Pedro Taques (São Paulo), Gaspar Madre de Deus (São Paulo), José Miguel de Britto (Santa Catarina), José Feliciano Fernandes Pinheiro (Rio Grande do Sul), Joaquim Felício dos Santos (Minas Gerais), J. M. P. de Alencastre (Goiás) e Felipe José Nogueira Coelho (Mato Grosso).

Todas elas se distinguiram pelo esforço da pesquisa e pela contribuição factual, embora João Francisco Lisboa, José Feliciano Fernandes Pinheiro e Joaquim Felício dos Santos apresentassem melhor qualidade literária, e uma elaboração mais refinada.

A historiografia provincial ou estadual é preferida à regional que compreende porções que por analogia de sua natureza física pertencem a um mesmo quadro geográfico e a uma mesma ou muito semelhante evolução histórica.

---

11 Publicado originalmente como Introdução da 3ª edição de *A Paraíba e seus problemas*, João Pessoa: A União, 1980. Assinado: Rio de Janeiro, agosto de 1979.

Carlos Frederico Felipe Von Martius, o famoso naturalista que escreveu com João Baptist Von Spix a Viagem ao Brasil em 1823, sugeriu no seu conhecido plano “como se deve escrever a História do Brasil”<sup>12</sup> que se fizesse a convergência das histórias das possessões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão e Pará, a de Pernambuco com o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; a de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro não poderia ser escrita sem a da Bahia. Era esta a primeira sugestão de história regional que se fazia no nosso país, muito antes que Frederick Jackson Turner, o grande mestre norte-americano escrevesse o livro fundamental *The frontier in American History*<sup>13</sup>.

A fronteira tinha uma significação especial, porque era um novo campo de atividade e oportunidades que se moveu durante muito tempo, constituindo no seu conjunto uma região. A tese da fronteira serve muito bem para ajudar a compreender o movimento bandeirante, que não é estadual, e sendo regional foi também nacional. E teve aspectos democráticos.

Uma historiografia estadual não deve esquecer as semelhanças e diferenças básicas que juntam e separam dois ou mais Estados limítrofes ou quase limítrofes.

A província ou o estado contém uma seção econômica, uma fronteira política, e se unifica pelas condições geográficas e sociais e também pela consciência de seus ideais e costumes e pelo sentimento da sua distinção em face das outras partes do país.

Deve-se sempre levar em conta as peculiaridades étnicas e religiosas, ou melhor, culturais, que distinguem a província ou o estado. A historiografia nacional não é uma soma de histórias estaduais, ou regionais, assim como essas não são a soma das histórias locais. Deve-se estimular o desenvolvimento das historiografias estaduais, regionais e locais, não porque elas somadas constituem a história nacional, mas porque são individualidades históricas que caracterizam a nação.

---

12 RIHGB, VI, 381, 2. ed. 389.

13 New York, 1920.



Quaisquer que sejam as limitações das histórias locais elas preservam a memória de fatos que a passagem de uma ou duas gerações havia esquecido.

O mal maior é que ela seja apenas produto de um antiquário, que veja apenas a genealogia de um proprietário rural, ou de um arquiteto de igreja.

E embora todos esses interesses tenham ou possam ter seu lugar na história local, os compiladores de monumentos sepulcrais preponderaram com a exclusão de quase tudo mais. A velha escola dos cronistas paroquiais tem prestado seus serviços, mas está condenada à morte.

Muito mudou e muito mudará no tratamento da historiografia local, estadual e regional. Hoje os que nela trabalham não duvidam de reconhecer que ela é uma disciplina tão ampla quanto qualquer forma de estudo histórico, exigindo uma qualificação histórica de nível superior, e uma clareza de propósito.

A história local ou estadual, por menos que seja a área do grupo humano que ela investiga, deve ter um valor permanente, e um apelo maior que os velhos estudos possuíam.

Escrever a história de um Estado exige toda a disciplina de um historiador, o treino metodológico, os princípios críticos, o exercício prático da pesquisa e, sobretudo, a clara consciência de seu propósito.

## **O sentido da história estadual**

Não seria dogmático falar-se das vantagens que advêm da consciência da nossa paróquia. Tudo nasce ali, nas primeiras horas da nossa criação, no sentido da nossa aprendizagem, no amor à nossa paisagem, nas paixões humanas, no sentimento da gente que primeiro nos viu, no que se imitou, se detestou e se admirou.

Em qualquer lugar em que tenhamos nascido é nele que nós tomamos consciência dos fatos que nos cercam, e é nele que crescemos conscientes das particularidades que nos envolveram. Nisto está o valor da história estadual. Ela está sempre conosco, estejamos ou não nela.

O paroquialismo, o regionalismo, o provincianismo é um veículo de sentimentalismo. A questão consiste em que a localidade vivendo em nós, não nos abafe nos seus limites, não nos impeça das generalizações que a vida ou a profissão nos impõe.

Há uma outra sociedade por fora, na qual o maculado convive com o puro, o complexo com o simples, o agora com o futuro, ou com o eterno. Estamos todos abertos às mesmas influências, as paroquiais e as gerais, mas o sentimento do meio inicial nos marcam para sempre.

As diferenças regionais são inerentes à qualquer nação, desde a forma de povoamento, as etnias e seu estabelecimento, até às variedades climáticas, as estruturas geológicas e geográficas.

As diferenças essenciais de povoamento histórico, de estrutura econômica e social e de superestrutura do poder dão caráter à história estadual.

No campo as variações podem ser outras, provocadas pela propriedade de terra, pela exploração agrícola, pelos recursos naturais, pelos meios de comunicação. Tão importante quanto a diversidade das economias rurais determinada pelas diferenças regionais tem sido a diversidade da estrutura social e da terra.

Todas essas diferenças de padrões estaduais, na economia rural, nas correntes imigratórias, na evolução demográfica não exaurem a diversidade histórica da sociedade provincial.

Elas são tantas que podem bem sugerir que o Brasil não é uma comunidade simples, uma sociedade unitária, mas que pode ser legítimo considerá-lo como uma amálgama de diferentes sociedades, todas em estágios diversos de evolução, reciprocamente se influenciando, todas desenvolvendo-se a sua maneira, movendo-se para frente em períodos diferentes, de modo que coexistem sociedades velhas e novas, vigorosas e diferentes. 3do os vários Brasis, a que se têm referido vários autores, desde Melo Matos em 1870.

Já desenvolvi em *Aspirações Nacionais*<sup>14</sup> algumas considerações sobre o tema e seu tratamento na história brasileira.

---

14 1. ed. S. Paulo, 1963, 4. ed. 1970.

Observei que somos um império, uma federação de seções, uma reunião de regiões, e que nunca houve uma evolução uniforme de desenvolvimento, nem o poder nacional foi arrebatado por uma única província ou Estado. Fatores históricos, geográficos, econômicos, conspiram contra as igualdades regionais, e assim como o poder mundial é transitório, também é transitória a força dos Estados no Poder Nacional.

A nossa história mostra as variedades do predomínio regional e Capistrano de Abreu mostrou no começo de seus estudos como certos séculos corresponderam a predomínios de certas capitâneas, províncias ou Estados. Deve-se examinar até que ponto o provincialismo representou um papel importante na elaboração histórica do Brasil de hoje.

Gilberto Freyre se manifestou contrário “a todo tradicionalismo apenas necrófilo. A todo regionalismo apenas político. A todo estadualismo. A todo o provincialismo que importasse ódio a outras províncias, com desprezo pelos valores estrangeiros, em louvor ao moderno, ao novo, ao atual, confundido sempre pelos caturras com o mau cosmopolitismo. A todo regionalismo ou provincianismo apenas literário, apenas atitude, apenas sentimental. Donde a insistência no contacto com as fontes, com o quotidiano, com o existencial, com as pressões populares da vida. E não apenas com o pitoresco dos dias de festa”<sup>15</sup>.

## **A história da Paraíba**

Não vou aqui fazer um levantamento da historiografia paraibana, que vem sendo feita e, sobretudo, por José Octávio, que tanto tem trabalhado pelo desenvolvimento da cultura paraibana, pela sua divulgação e reconhecimento nacional.

---

15 “Provincianismo: que é”. **Diário de Notícias**, 30 de Maio 1948.

Desde o “Sumário das Armadas” de Simão Travassos (1587-1589), e da “Descrição da Capitania da Paraíba do Norte” (1798-1802), a Paraíba teve sua história, sua economia, sua geografia, seu povo, seus costumes, sua vida, sua individualidade singular esmiuçada e estudada. Não é um Estado que possa se queixar da desatenção de seus filhos, sobretudo contando-se com o “Catálogo dos governadores e presidentes da província da Paraíba do Norte” pelo Tte. Cel. Frederico Carneiro de Campos<sup>16</sup> e as Notas sobre a Paraíba (1892) de Irineu Joffily, as Datas e Notas para a História da Paraíba (1908) de Irineu Ferreira Pinto, A Paraíba (1910) de João de Lyra Tavares, a História da Província da Paraíba (1912, e 2. 1977) de Maximiano Lopes Machado, o Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba (1914), a Evolução Histórica da Paraíba (1946) do Coronel Delmiro Pereira de Andrade, a História da Paraíba (1978) de Horácio de Almeida, sem contar as monografias especializadas sobre épocas, temas, cidades, cultura que têm surgido nestes últimos anos.

## **José Américo e a história da Paraíba**

A Paraíba e seus Problemas<sup>17</sup> é um livro exemplar, pela amplitude da pesquisa, pela correção metodológica, pela capacidade crítica, pela informação bibliográfica, pelo uso das fontes, até mesmo relatórios de presidentes de província e discursos no Parlamento o que não era usual na sua época, pela elaboração do plano, sistemático, ordenado, orgânico, e pelo resultado obtido, frutífero, cheio de originalidade e novidades, não só fatuais, mas sobretudo interpretativas.

O livro é esplendidamente bem organizado, estudando a terra, o clima, as secas, a história político-administrativa, os dois problemas básicos, as distâncias e a água, o estudo antropológico, e o econômico.

---

16 RIHGB, II, 1846, 81 e XXIII, 1860, 491.

17 1 ed. 1923, 2 ed. 1937.

Como se vê uma unidade orgânica perfeita que começa com o estudo da terra, da sua fisionomia, passa pelo clima, que é importante na região, examina os acidentes, as secas, conta a história política e administrativa, estuda as distâncias e a questão da água que se liga à seca, caracteriza o povo, e analisa a estrutura econômica.

É um estudo profundo, com base no conhecimento dos cronistas contemporâneos, na bibliografia contemporânea também e na da sua época, a interpretativa e a crítica.

“Não incide, propositadamente”, escreve o autor, “em hipérbolos e exageros bairristas que desvirtuariam a feição da natureza do Nordeste. Deixei, ao contrário, de salientar as forças de produção de zonas aparentemente desprovidas desses recursos. Porque não há na Paraíba um só palmo de terra imprestável, como mostrarei em outra parte. Mas, sem detrimento desse plano, reservei-me a liberdade de me arrear da forma didática que tiraria todo interesse às descrições”.

O estudo das secas é valiosíssimo, cronológico, histórico, geográfico e social. Acentua a miséria que elas trazem e os sofrimentos da população. E escreveu com força: “A nossa sorte foi mais peca. A conjuntura agravava-se, mais e mais, irremediavelmente, deixando ao léu a população desprotegida”, referindo-se à seca de 1888-1889.

Noutra página forte, o escritor, o historiador, o pensador político se unem para escrever essas palavras incisivas:

“A angústia da síntese não me permitiu reconstituir toda a vastidão desses desastres. Se me ative, às vezes, em miudezas de interesse puramente local, para satisfazer uma curiosidade, porventura mais exigente, preteri lances expressivos e de maior sentimento histórico”.

“De tudo se vê que a Paraíba sofreu muito, com uma resignação calada que lhe escondia as dores”.

“Não se contam as mortes pela fome e pelos outros males consecutivos à seca, os lares destruídos, os despenhos na miséria, as forças vivas escoadas para meios inóspitos, todos os danos acumulados das repetições da calamidade”.

O crítico social, o pensador político, o historiador analista aprofunda os aspectos sociais, revela a força do povo paraibano, que como

todo povo brasileiro tem dado mais ao país que o país a eles, porque uma minoria dominadora não lhe reconhece os direitos, e o despreza e marginaliza nos usufrutos dos benefícios por ele, povo, produzidos.

“Sirvam, ao menos, estes delineamentos de estímulo à curiosidade dos historiógrafos paraibanos. Essa luta do homem com as desordens do clima é a comprovação de um valor moral que deve ser assinalado em todos os seus traços de amargura e de coragem renitente”.

Na parte política ele não esconde as verdades, antes as revela, com o agudo espírito crítico e a profundeza do analista político.

As lutas contra os indígenas, os quilombos, a anexação da Paraíba à Pernambuco, decidida em 1755 e efetuada em 1757, é relembrada e escreve essa frase que é uma condenação ao colonialismo: “E a Paraíba, ao termo de 215 anos de colonização, tinha, apenas, a história de um progresso tantas vezes construído, quantas vezes desfeito.

A Paraíba ia entrar no grande século numa situação que, por assim dizer, só diferia do estado da natureza porque se achava semi-morta a raça dos aborígenes e as matas virgens tinham sido destruídas pelas queimadas”.

Relembra a liberdade explodida em 1817, a independência, condena a monarquia, que não favoreceu a Paraíba, recorda a revolução da praia, e outros levantes, sobretudo o quebra-quilos, hoje tão bem estudados monograficamente por Souto Maior e Geraldo Joffily e traça em poucas linhas a herança deixada pela monarquia: “A 15 de Novembro de 1889 era mesquinho o espólio que nos herdava a monarquia. As linhas telegráficas, iniciadas em 1878 não tinham desenvolvimento e a via férrea Conde d’Eu, inaugurada em 1882, estava limitada a 141 quilômetros”. E chamava atenção sobre um aspecto muito importante, a então modesta contribuição paraibana à liderança nacional: “Permanecia, porém, o desvalimento crônico de nossos homens representativos”, o que se modificou muito na República, sobretudo caracterizado pelo aparecimento de homens notáveis, que muito contribuíram para a melhoria da liderança política brasileira, como o Presidente Epitácio Pessoa.

Seu capítulo sobre Distâncias e águas é como todos bem cimentados numa seleta bibliografia. Trata da crise dos transportes, da

influência social do trem, e como nos outros capítulos não esconde a desventura dos famintos.

Agrada-me muito o capítulo antropossocial pela tentativa curiosa e pioneira à sua época de descrever o caráter e a personalidade do paraibano. Para isso estudou as várias etnias que compuseram a população, os vários grupos indígenas, os africanos, a variedade da mestiçagem, e definiu o paraibano, o urbano e o sertanejo.

O caráter e a personalidade sociais estão ligados intimamente à História e José Américo de Almeida estudou as características, a índole e as virtudes do povo paraibano. Esboçou o tipo urbano, estudou as variedades rurais, advertiu sobre a função social dos engenhos, falou já àquela época da uniformidade da arquitetura da Casa Grande.

Concordou com Alberto Torres que o povo brasileiro não era preguiçoso, embora lhe negasse a faculdade de iniciativa. E dócil e disciplinado, embora seja capaz de violência. Reconheceu não haver deficiências constitucionais no seu comportamento nas causas sociais.

Na verdade José Américo reconheceu o esforço enorme do povo paraibano e do brasileiro em geral, na construção do Brasil feita por ele, apesar das deficiências de educação, saúde, alimentação e casa. “Esse povo tem, sobretudo, espírito próprio”, eis aí uma definição concisa e precisa.

Deu atenção cuidadosa à descrição do sertanejo e louvou-lhe o labor, o caráter, a inteligência, a assimilação, a generosidade, a hospitalidade.

Defendeu o aumento da população para que o Brasil preenchesse seus espaços vazios.

Finalmente a grande novidade do livro, sob o ponto de vista psicossocial, era e é o estudo do banditismo, que não estava então na moda, como está hoje, desde a publicação de *Bandits* de E. J. Hobsbawm<sup>18</sup> e do interesse que o assunto despertou na historiografia mundial.

---

18 Londres, 1969.

Houve sempre bandidos sociais na história do Brasil, e já no período colonial os régulos, como eram, então, chamados, abundavam. Na História da História do Brasil<sup>19</sup> tente chamar atenção sobre esse aspecto da história social.

Mas creio que os que precederam José Américo apenas registraram o fenômeno, enquanto este procurou estudar as causas sócio psicológicas do banditismo, do cangaceirismo, ao lado de Gustavo Barroso com seu livro Heróis e Bandidos<sup>20</sup>.

José Américo pensou que o fim da miséria, do analfabetismo, o contato social determinado pela maior comunicação social, que seria promovida pelo trem e foi aumentada pelo automóvel, liquidaria com a barbaria sertaneja.

O capítulo final “estudo econômico” é repleto de informações que servem, até hoje, para mostrar o quadro da situação econômica paraibana nos anos vinte deste século.

Este livro tem 56 anos de vida, mas ainda tem viço e força, e creio que terá por outros muitos anos. É um livro único, singular, reflexo da individualidade incomum de seu autor, que simboliza a personalidade do seu povo, que traz no sangue as virtudes da coragem, do denodo, da confiança e da inteligência paraibana.

---

19 1ª pte. a historiografia colonial, Comp. Ed. Nac. 1979. 1ª e 2ª edições.

20 1917.



# JOSÉ AMÉRICO E A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS<sup>21</sup>

Manoel Correia de Andrade

## **A Importância da Figura de José Américo de Almeida**

José Américo de Almeida foi uma das grandes figuras da Paraíba, do Nordeste e do Brasil, nos meados do século XX. Homem afirmativo, ele tomava as atitudes mais duras, nos momentos mais difíceis e ia às últimas consequências, enfrentando sem temor, perigos e desafios. Era, muitas vezes, contraditório em suas posições, refletindo bem a situação psicológica do homem que nasceu em uma família da oligarquia rural e optou por uma atuação política liberal.

A importância de José Américo não se circunscreve apenas ao político ou ao intelectual; como político ele teve grande atuação no seu Estado, por ocasião do discutido governo de João Pessoa, de quem foi auxiliar, e na execução da Revolução de 30. Apoiando João Pessoa, ele foi dos que combateram os coronéis do sertão, liderados por José Pereira, chefe político de Princesa, quando eles se mantiveram fiéis a Washington Luís e receberam o apoio do Governador de Pernambuco, Estácio Coimbra. No nosso entender, por trás da rivalidade existente

---

21 Publicado originalmente como Introdução/estudo da 4ª edição de A Paraíba e seus problemas. Brasília: Senado Federal, 1994. Assinado: Rio de Janeiro, agosto de 1979.

entre João Pessoa e os coronéis sertanejos, havia os interesses das regiões da Paraíba. O grupo ligado ao Presidente do Estado representava os interesses dos proprietários da porção oriental do Estado, que desejava fortalecer a cidade da Paraíba, hoje denominada João Pessoa, no controle econômico do território estadual. Deve-se lembrar que, quando Presidente da República, Epitácio Pessoa canalizou vultosas verbas para construir um expressivo porto naquela cidade. Os coronéis, porém, tinham os seus interesses ligados ao comércio do Recife e procuravam estreitar as relações com essa cidade, por cujo porto escoava o algodão que produziam. Do choque de interesses econômicos ao choque político, foi um passo.

Feita a revolução, passou a Paraíba a desfrutar de um grande prestígio no País e José Américo, como herdeiro político de João Pessoa, projetou-se, tornando-se Ministro de Estado do Governo Getúlio Vargas. Suas posições nacionalistas e suas afirmações em favor de uma renovação das forças políticas nacionais lhe deram tal prestígio que, em 1937, foi escolhido candidato à Presidência da República, concorrendo com Armando de Sales Oliveira, o prestigiado interventor em São Paulo. E José Américo apresentava um discurso que atendia mais aos anseios populares do que ao do chefe de governo paulista. Aparecia também como o porta-voz da Revolução, que não havia ainda se desgastado, e como candidato oficioso de Getúlio Vargas. Mas, o golpe de 1937, que instituiu um sistema de governo corporativista e parafascista, o alijou por oito anos do cenário político. Oito anos depois ele ressurgiu no cenário político, através de uma entrevista ao Correio da Manhã, em que condena a ditadura estadonovista e estimula o eleitorado e o povo brasileiro a apoiarem a campanha cívica que pretendia levar o Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. A ditadura caiu, o País foi redemocratizado com a Constituição de 1946, mas os lugar-tenentes de Vargas, organizados no então Partido Social Democrático, continuam controlando o poder, utilizando os mais variados processos de manhas políticas, que narcotizam a população brasileira.

José Américo não transigiu, manteve a sua militância política, elegeu-se Governador da Paraíba, foi novamente Ministro de Estado

de Getúlio Vargas, no seu segundo governo, continuou até a morte a deter uma grande soma de poder e de influência na decisão dos problemas nacionais, sobretudo naqueles ligados à Paraíba. De seu retiro, na praia de Cabo Branco, ele exercia uma grande influência na política de seu Estado e, até certo ponto, na política nacional.

Como explicar a contradição entre o discurso e a ação contradição que se constata em numerosos políticos e intelectuais brasileiros de origem rural? No caso José Américo, ele era filho de senhor de engenho do Brejo paraibano e fora educado em um ambiente conservador - a princípio sob a orientação de um tio padre e, em seguida, em instituições de ensino acessíveis quase que apenas às elites, o que marcou fortemente a sua personalidade, fazendo com que gostasse de ser ouvido e obedecido, mesmo quando punha em discussão os problemas com que se deparava. Em 1930, como auxiliar do Governo Estadual, revoltou-se contra as estruturas políticas dominantes no País, que preservavam para os grandes estados as posições políticas mais em evidência e excluía a sua Paraíba. A ascensão de João Pessoa à Vice-Presidência poderia ser uma forma de restaurar o prestígio que a Paraíba desfrutará nos três anos de mandato de Eptácio Pessoa (1919/1922). E deu-se de corpo e alma à Revolução.

Em 1937, ainda esperançoso de que o Brasil caminhasse por trilhas democráticas e, naturalmente, desejoso de atingir a suprema magistratura, não colaborou com o golpe e ficou ao lado de Armando Sales, uma das vítimas do mesmo. Daí a energia com que investiu contra o Estado Novo em 1945. Participou do Governo Popular de Vargas (1954/1954) mas, como aristocrata do açúcar, temia o avanço do operariado, das forças populares que poderiam conduzir o País a reformas de profundidade e reformas estruturais.

Como intelectual, José Américo de Almeida foi também uma grande figura, destacando-se como ficcionista, como ensaísta e como memorialista. As obras de ficção foram escritas na mocidade e dentre elas destaca-se *A Bagaceira*, que pode ser considerada um dos primeiros livros da escola regionalista nordestina, que seria continuada por José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Armando Fontes e Jorge

Amado, entre outros. No romance, ele faz o retrato de um engenho rapadureiro do brejo, sua área natal, e das relações existentes entre os brejeiros e os sertanejos, caatingueiros que assinalam sempre a sua presença na região; presença que se faz através das relações comerciais com almocreves, com a migração sazonal de trabalhadores do sertão que vêm para o brejo trabalhar no corte da cana, com os retirantes, que abandonam o sertão durante a seca e procuram abrigo nas terras úmidas do brejo. Além do aspecto social, ele projeta o problema das relações humanas desenvolvidas entre o brejeiro rico e proprietário de terra e de engenho, e o caatingueiro pobre e flagelado pela seca. O seu romance, além do aspecto regional, geográfico e social-relações de classe, aborda também o aspecto emocional, psicológico, nas tramas de amor.

Como memorialista, já na velhice, ao voltar para a sua praia do Cabo Branco, ele retratou, em livros e opúsculos, as suas experiências de político e as crises e vicissitudes a que assistiu ou de que participou, dando assim uma contribuição positiva tanto à literatura como à história do Brasil contemporâneo.

A sua contribuição como ensaísta é representada sobretudo pelo livro que escreveu na década de 20 a respeito da Paraíba e dos seus problemas, livro que aos setenta anos ainda tem grande atualidade, merecendo a 4ª edição, ora lançada pelo Senado Federal e pela Casa de José Américo.

## **A Paraíba e seus problemas**

A Paraíba e seus Problemas, cuja edição veio a lume em 1923, é um livro de análise da realidade paraibana, com o levantamento dos principais problemas do Estado e a procura de soluções para os mesmos. Nesse mesmo período, surgiram em outros estados livros de análise, em profundidade, dos problemas estaduais e regionais como o de Agamenon Magalhães, homem dedicado, como José Américo, à vida intelectual e à política, com O Nordeste Brasileiro, e como o de Raimundo Lopes, com o Torrão Maranhense. Foram dezenas de livros

com profundidade de análise e enfoques os mais diversos sobre os estados, ao mesmo tempo em que estudiosos nacionais, como Oliveira Vianna e Alberto Torres, procuravam levantar os problemas do País como uma unidade. E no Brasil, país de dimensões continentais, sempre foi difícil conciliar o nacional com o regional e o estadual.

A importância da história regional e estadual já foi salientada por historiadores do porte de Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues, Não se pode fazer uma revisão da História brasileira - indispensável nos dias atuais - sem um conhecimento, em profundidade, da história estadual e municipal. Não que a História seja a soma da história dos municípios e a nacional a soma da história dos estados, mas o local, o estadual, o regional e o nacional estão de tal forma integrados que não se pode fazer a síntese nacional sem conhecer a problemática das áreas que a compõem.

A História não pode ser apenas a descrição cronológica dos acontecimentos, enaltecendo-se os heróis e combatendo se os “bandidos”, mas uma análise das razões, das causas que provocaram os fatos e das reações e atitudes das elites e do povo diante dos acontecimentos. A História deve ser geográfica a fim de que se faça uma análise dos problemas enfrentados por cada geração no processo de controle do meio natural e da exploração dos recursos e das formas e métodos utilizados para controlar a influência mesológica. Deve ser social, com uma visão não apenas das posições das elites vitoriosas, mas também dos grupos dominados, dos indígenas, que foram em sua maioria dizimados, dos negros escravos que foram transplantados da África para realizar trabalhos, sob coação, e que não tiveram condições, como vencidos, de escrever a sua história. Isto porque, geralmente, a história é feita com o concurso das classes dominadas, mas é escrita pelos vitoriosos, pelas classes dominantes. Para citar um caso, um exemplo apenas, a Revolta dos Quebra-Quilos, de grande importância na Paraíba, só foi compreendida, na época de sua realização, por Henrique Augusto Milet em *O Quebra Quilos e a Crise da Lavoura* e interpretada cientificamente por Joffily no livro em que analisa a “revolta dos matutos contra os doutores”. Ela deve ser econômica porque necessita

aprofundar a análise da infraestrutura que tem repercussões fortes e influência decisiva na formação das superestruturas sociais, políticas e culturais. E José Américo de Almeida, o então jovem bacharel da tradicional Faculdade de Direito do Recife, com uma experiência de vida e de atividade profissional na Paraíba, já na longínqua década de vinte – quando os jovens bacharéis se alienavam do meio em que viviam e meditavam sobre teorias sociológicas e políticas elaboradas na Europa, ou derivavam para fazer versos -, caminhou em direção a conciliar os ensinamentos que acumulara nos bancos acadêmicos em suas leituras; partiu, com o conhecimento que possuía da realidade e com o resultado de suas observações, para elaborar um livro ao mesmo tempo de alto nível cultural e de profunda reflexão sobre uma realidade que necessitava ser mudada. Fugiu à alienação e correu os riscos que se corre quando se faz afirmações que nem sempre agradam aos donos do poder, sobretudo em um meio provinciano como a Paraíba do início do século.

Neste livro, que consideramos básico para o conhecimento da Paraíba atual, ele dedicou capítulos às condições naturais, descrevendo a terra e o clima tão mencionado em consequência do flagelo periódico das secas: o abandono a que o pequeno Estado fora relegado pela Primeira República; a persistência do homem em sua luta diária para domar a natureza; a necessidade da construção de estradas que encurtasse as distâncias e facilitasse a circulação da produção; a necessidade de uma política de armazenamento de água, característica das regiões semiáridas; a necessidade de melhoramento e aparelhamento de um porto que libertasse a Paraíba da dependência do Recife – causa das divergências entre os políticos do litoral e do sertão, e as consequências gerais, quer sociais, quer econômicas, do quadro paraibano.

O livro é assim um grito de preocupação, um chamamento à luta do intelectual político para que as elites dirigentes, já que, Homo homem de origem oligárquica ele não ousaria na década de 20, apelar para o povo, para o movimento popular libertassem, a Paraíba do isolamento em que ela se encontrava e que usassem a influência de que dispunham para que este Estado melhor se integrasse no País, tanto

com desempenhar de uma ação política mais objetiva, como com realizações a nível estadual e local.

O livro traz ainda uma mensagem em favor de um fortalecimento da Federação, procurando denunciar o controle do País pelos grandes Estados - São Paulo e Minas Gerais -, sobretudo expresso durante a Primeira República, quando ele foi escrito, através da política chamada de “café com leite”. Daí a sua grande atualidade no momento histórico em que novamente a Federação brasileira vem sendo sufocada por um sistema tributário que transformou os estados em verdadeiras dependências do poder central, que controla os recursos e os manipula de acordo com os seus interesses.

No momento em que se publica uma nova edição de A Paraíba e seus Problemas, vemos que ela tem uma grande utilidade, sob dois aspectos: primeiro o cultural porque traça um retrato da Paraíba da terceira década do século XX, permitindo que os estudiosos de hoje a comparem com a atual e verifiquem se as transformações feitas representam um desenvolvimento ou apenas uma modernização sem mudanças básicas; segundo, o livro é uma afirmação política, válida tanto para a Paraíba como para os outros estados do País, da presença dos mesmos no momento histórico em que o Brasil trava uma luta entre a centralização e anulação da personalidade e importância dos estados e a descentralização, a Federação em que os estados, se não forem tolhidos por suas oligarquias, podem fazer uma afirmação regional e fortalecer o seu crescimento, contribuindo para o engrandecimento do Brasil. As soluções para os grandes problemas, para as crises como a que ora vivemos, não são encontradas em planos lineares, mas na conjugação e na convergência de projetos que à primeira vista parecem contraditórios.





## NADA DE NOVO<sup>22</sup>

José Américo de Almeida

Discutiu-se muito se este livro deveria ser editado com a ortografia original ou modernizada. Prevaleceu, finalmente, a ideia de oficializá-la. O estilo para maior autenticidade é mantido apesar da sobriedade que já alcancei em antes que eu me esqueça, e conserva, assim, um sabor clássico graças à influência em que incorri acompanhando as antigas polêmicas em defesa da pureza vocabular.

Adquirirá, assim, o trabalho, além de tornar-se simples fonte de consulta, maior popularidade.

O que eu poderia ter feito seria, obedecendo a evolução dos meus estudos, alterar a parte relativa à doutrina do clima, aos pontos fisiográficos, prosseguir na história das secas e abordar os problemas da inaptidão da grande barragem para atender a emergência, considerando a disseminação da média e pequena açudagem como a solução mais adequada para abranger o conjunto. É matéria que já versei em outros tópicos.

Não referirei, sequer, como já fiz que, tendo sido suspensas as obras de Epitácio Pessoa, estava tudo desfeito decorridos dez anos

---

22 Publicado originalmente como Nota da 3ª edição de A Paraíba e seus problemas, João Pessoa: A União, 1980. Assinado: Tambaú, Setembro de 1979.

de abandono e exposto ao regime torrencial, quando retomei, como ministro de Viação e Obras Públicas, o plano geral até sua conclusão.

Fica tudo como foi feito, para não mudar o ritmo, com a glória de ser prefaciado pelo historiador José Honório Rodrigues.

# MATRIZ E ANTECIPAÇÕES SOCIOLÓGICAS EM A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS<sup>23</sup>

Tarcísio Burity

Gostaria de tecer algumas considerações sobre A Paraíba e seus Problemas naquilo que mais me impressionou.

Sem nenhuma dúvida, quando um livro aqui serve de objeto de estudo cinquenta e sete anos depois de sua publicação, é porque trouxe contribuição definitiva a várias interpretações não só da Historiografia Regional, mas também da Sociologia e da Economia Nordestina em geral, e paraibana em particular.

Em síntese, A Paraíba e seus Problemas possui algo de estu-  
pendo, não só pelo pioneirismo com que encara certos temas, mas  
também pelo enfoque com que desenvolve essa temática.

---

23 Publicado originalmente como posfácio da 3ª edição de A Paraíba e seus problemas, João Pessoa: A União, 1980. Comentário do Governador Tarcísio Burity, proferido de improviso, e apanhado taquigraficamente, a 10/1/80, no auditório da antiga Faculdade de Filosofia, quando de conferência realizada pelo historiador José Honório Rodrigues, durante seminário sobre A Paraíba e seus problemas, promovido pela Diretoria Geral de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, publicado como posfácio na 3ª edição de A Paraíba e seus problemas, de 1980.

O livro, como já foi dito pelos que me antecederam neste Seminário, resultou de um encargo que tinha em vista um plano para o combate à seca e o papel então desempenhado pelo Presidente Epitácio Pessoa.

Então, desse relatório, e partindo, por conseguinte, de um fato concreto e bem delimitado no tempo e no espaço, José Américo de Almeida começa a estudar a seca e oferece singular interpretação de tudo sobre que se debruça.

A primeira parte da obra refere-se à terra da Paraíba, condensando estudos que impressionam pela massa de informações, com, inclusive, clara demonstração de conhecimentos de Geologia, até surpreendentes, porque nos encontramos na presença de um advogado, de um jurista, que, mesmo assim, revela extraordinária soma de fundamentos geológicos. Avulta, aí, expressão hoje perfeitamente constatada e, mais do que nunca verdadeira, segundo a qual não existe um palmo de terra na Paraíba que não possa ser aproveitado economicamente.

Trata-se de aspecto relevante porque nos dias que correm vai-se junto aos Ministérios do Governo Federal e, ali, não falta quem pense ser o Nordeste inviável, economicamente. Mas em 1923 dizia-se o contrário, tal como pensamos sendo de notar que o preparo de *A Paraíba e seus Problemas* começou em 1922.

Sobre o homem nordestino-paraibano e ainda sobre o caráter nacional, projeta-se outra questão que estimaria salientar para, sobre ela, motivar a opinião do historiador José Honório Rodrigues.

É que nesse capítulo sobre o homem paraibano, José Américo se antecipa, com todo vigor, e de forma até extraordinária, a um trabalho de alcance sociológico como o de Gilberto Freyre, ao demonstrar a importância do mestiço como o tipo de homem mais adaptável aos trópicos.

Estamos aí na presença de uma antecipação por que José Américo começou a sustentar essas teses em 1923, quando já intuí a também de forma pioneira que a seca não é causa do subdesenvolvimento nordestino. Muito menos essa causa residiria no homem, e sim

numa certa visão econômica e na concepção de mecanismos de administração pública por parte do Governo Federal.

Então, se o Nordeste chegou ao ponto deplorado por A Paraíba e seus Problemas não foi por impossibilidades físico-climáticas e muito menos humanas, derivadas da mestiçagem do homem nordestino em sua conseqüente incapacidade para o trabalho.

Entendo que nesse ponto José Américo já ensaia um passo bem significativo no que tange à evolução conceptual da ciência sociológica, porque, em 1923, qual a linha de pensamento vigente na Sociologia do Brasil e do mundo? Simplesmente a inversa, ao apontar-se a raça como fator decisivo das civilizações, de acordo com os conceitos da teoria ariana.

José Américo, então, de forma surpreendente, revela antevisão, de certo modo admirável, dos problemas sociológicos e de todas as teses e teorias sociológicas que, inclusive, vão ser desenvolvidas, também magistralmente, por Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala, no ano de 1933. Isso porque, dez anos antes dessa última publicação, José Américo demonstrava que o subdesenvolvimento da Paraíba não residia no homem nordestino e muito menos na mestiçagem, pois o mestiço era exatamente o tipo ideal de homem adaptado à civilização tropical.

Outro aspecto também importante de A Paraíba e seus Problemas, e que a profa. Maria Thetis Nunes acabou de frisar, reside no entendimento de que se deve partir de um enfoque global para compreensão do problema regional.

Com efeito, nós não podemos explicar as causas dos problemas regionais ou nacionais, apenas encarando o aspecto geográfico, sob o ângulo do determinismo geográfico, ou de um ponto de vista puramente historicista, ou, ainda, economicista. E o que Gilberto Freyre irá desenvolver magistralmente não só em Casa Grande e Senzala e em Sobrados e Mocambos mas, inclusive, na sua Sociologia, onde fica evidenciado que o sincretismo metodológico representa o caminho mais acertado para a visão e compreensão global da problemática humana.

Outra questão, aqui salientada por José Honório Rodrigues, consiste na explicação sociológica não ficar apenas, para recorrermos a uma terminologia de Dilthey, em termos de explicação causal, fisicista, mas de compreensão, quero dizer, de penetração dos valores, da compreensão das coisas, do sentido da ação humana o que José Américo irá deixar perfeitamente claro em *A Paraíba e seus Problemas*.

O livro, publicado em 1923, não por acaso tem seu preparo em 1922, ano que assinala o início do Movimento Modernista, semente de uma linha toda ela voltada para a problemática telúrica e, consequentemente, regional. Aí, quero me referir à debatedora Irene Rodrigues que percebeu isso em seus comentários, ao registrar que José Américo soube mais do que ninguém buscar o universal no regional, os valores humanos dentro daquilo que é regional, no caso o ecológico, o circunstancial, o que está situado no tempo e no espaço e que, só acontecendo uma vez, não se repete mais.

À época, fazia-se necessário entender em profundidade todos esses problemas, através do estabelecimento de uma metodologia de compreensão, dentro de uma linha que é a atual da Sociologia para não ficarmos apenas com o entendimento de Durkheim, em seu livro *As Regras do Método Sociológico*. Vamos tratar dos fatos sociais como coisas, isto é, como algo objetivamente existente e necessário, sem, entretanto, esquecermos a empatia e a compreensão dos valores, como algo indispensável para a formalização global dos problemas.

Outra questão que me impressionou bastante em *A Paraíba e seus Problemas* é que esse livro representa como que a fonte primária de um desdobramento posterior de toda obra literária de José Américo de Almeida.

Nesse sentido, que vai ser, por exemplo, *A Bagaceira*, se não o drama da seca, o drama do homem nordestino, tangido, moído e torturado pela seca, tal como cientificamente estudado e posto às claras em *A Paraíba e seus Problemas*?

Depois, vamos ter *Coiteiros*. E o que é *Coiteiros* senão o desdobramento artístico-literário de problema anteriormente estudado a nível científico e sociológico o problema do banditismo social?

E O Boqueirão, que vem a ser? Simplesmente, o problema da água, ainda hoje muito atual. José Américo mostrava que era necessário se fazer acumular água. O problema residia na acumulação d'água, não tanto de seca, mas de falta de acumulação d'água. Chover, chove, mas intermitentemente. Agora, de que se precisava era, na verdade, acumular água, sendo que esse entendimento irá ser posteriormente concretizado em sua obra de político e administrador, como Ministro da Viação, logo após a Revolução de 30, e também como Governador, no que ultrapassou, até, a obra do Presidente João Pessoa, pela construção das grandes barragens, dos grandes açudes e do decidido ataque aos problemas de irrigação.

Temos então em A Paraíba e seus Problemas, bem como em O Boqueirão, um livro atualizadíssimo sob todos os aspectos.

Quando assisti, nesta seção, aos debates sobre José Américo dizer que o problema da Paraíba consistia na falta de homens políticos, estou de pleno acordo com ele antes e agora. O que ele quis referir, a meu ver, foi a questão do homem de administração, do político não dos historiadores e escritores que a Paraíba os teve mas de homens públicos não só pela projeção que obtiveram e pelos cargos que ocuparam mas por aquela paixão a que nosso amigo José Honório se referiu, quero dizer, homens políticos nesse sentido de que se apaixonassem e lutassem pelo desenvolvimento da região e da Paraíba, apresentando o drama do Nordeste, no plano nacional.

Para tanto - como José Américo sempre o proclamou - fazia-se mister sustentar que o problema não derivava da suposta incapacidade do homem nordestino, pois a grande culpa cabia ao poder central que, historicamente, e digamos, após o advento do café, voltou, por um tropismo natural, toda sua política econômica, financeira e fiscal, para as regiões Sul e Sudeste, abandonando por completo o Nordeste.

Hoje, quando anunciamos, o que todo mundo aceita, que o problema do Nordeste faz-se, presentemente, mais *um problema político* do que uma questão de subdesenvolvimento econômico, de seca, ou, ainda, de pretensa incapacidade do homem nordestino, nós não estamos senão repetindo José Américo que também imaginava a

necessidade de mudança dos mecanismos de política econômica, financeira e fiscal exigidos pelo país, como necessário se faz, no bom sentido, uma maior agressividade dos homens que são responsáveis pelo desenvolvimento do Nordeste, junto ao poder central, para mudança dos diversos mecanismos da política existente.

Resumindo, entendo que por todos esses aspectos *A Paraíba e seus Problemas* se completa, além de nos interessar para o estudo da estilística de José Américo, já que se trata de obra escrita com certo ranço, digamos, classicista, próprio de uma época de transição, como a década de vinte representará no Brasil.

Aliás, e nesse sentido, peço a nosso revisor, professor Wellington Aguiar, comissionado pela Secretaria de Educação e Cultura para proceder à atualização ortográfica do livro, para que não mude as expressões existentes. Deixemos lá essas expressões clássicas, para que, hoje, a juventude possa comparar a evolução estilística de José Américo, porque, se houver deturpação, se sobrevierem modificações mais profundas, no sentido da atualização da linguagem do autor, não se vai ter mais a oportunidade necessária para compreender e estudar, do ponto de vista estilístico, a evolução da forma em José Américo de Almeida.

Ao determinar a republicação de *A Paraíba e seus Problemas* pela A União Companhia Editora, e através da Secretaria de Educação e Cultura, estou convencido de que prestei uma contribuição decisiva para o enriquecimento de nossa cultura sociológica, bem como ao aprimoramento intelectual de nossa juventude. Era o que tinha a dizer.



## A PARAÍBA NO ENCONTRO DE DOIS MUNDOS<sup>24</sup>

José Octávio de Arruda Mello

Quando do lançamento em João Pessoa, em meados dos anos sessenta, do filme **O Processo**, observou o crítico e cineasta Linduarte Noronha, pioneiro do cinema novo, com o curta metragem **Aruanda**, que enxergávamos, então, o encontro de dois mundos, sendo um o do autor do livro (Franz Kafka) e o outro, o do diretor do filme, não menos angustiado e genial (Orson Wells).

O mesmo pode-se dizer desta terceira edição de **A Paraíba e seus Problemas**, de José Américo de Almeida, por cujo preparo o atual Governador Tarcísio de Miranda Burity forceja desde sua passagem (1973/78), pela Secretaria de Educação do Governo do Estado.

À límpida consciência social de José Américo repassada de pulsão telúrica e do entendimento de que, tal como ocorreu a Lucien Febvre, «Sem problemas não há História», corresponde o revisionismo do prefaciador da terceira edição. Segundo José Honório Rodrigues, é na luta e sacrifícios da História cruenta que se forjam os destinos das coletividades produtoras da História.

---

24 Reproduzido, com ligeiras alterações, da *orelha* da terceira edição de **A Paraíba e seus Problemas**, 1980.

Tal como na relação Kafka – Wells, as concepções do ideólogo da Revolução de 30 (José Américo) e do consagrado historiógrafo (José Honório) não se opõem.

Elas se completam no **provincialismo** (mas não **provincianismo**) aberto às possibilidades de toda região e visão liberal-radical dos que encaram a **deusa Clio** como crítica às estruturas e somatório das Ciências Sociais (Geografia, Economia, Antropologia, Direito, Política e Sociologia) que, ao lado da Filosofia, para ela confluem.

Ao se debruçarem sobre este livro majestoso, nascido como resumo das obras contra as secas da Presidência Eptácio Pessoa, donde as homenagens das últimas páginas ao próprio Eptácio e, ainda a Solon de Lucena, Otacílio de Albuquerque e João Pessoa que para elas contribuíram, não foram poucos os que lhe celebraram a singularidade.

Para Hugo Moura é em **A Paraíba** que se condensa o aparelhamento conceptual americista, mais de sociólogo que romancista. Isto também procurei demonstrar no II SPCB, por ser com a década de vinte que se identifica a obra de José Américo, desde o novo tipo de literatura antecipado nas **Reflexões de uma Cabra**, até as secas, irrupção do usinismo e declínio do patriarcalismo presentes a **A Bagaceira**, tensões do cangaço (**Coiteiros**), e choque de culturas trazido pelas obras contra as secas e posterior paralização destas (**O Boqueirão**).

Conforme José Rafael de Menezes, em **Um Homem do Bem Comum**,

Pela primeira vez, à luz de uma metodologia sociológica, sensível às conquistas interpretativas dos fenômenos histórico-sociais que a Escola Monográfica divulgara, uma unidade da Federação Brasileira é estudada, minuciosamente, levantado-se um quadro antropogeográfico de estilizada e realista síntese.

Tarcísio Burity flagrou em **A Paraíba e seus Problemas** muitas das antecipações de **Casa Grande e Senzala**, de Gilberto Freyre, enquanto, entre os modernos, Humberto Mello associou-o a Euclides

da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bonfim e Oliveira Vianna, e José Elias Borges aos historiadores paraibanos Maximiano Machado, Ireneo Joffily e Celso Mariz.

Uma coisa é certa. Cada povo só constitui uma grande obra que lhe expressam inquietações e destino histórico. Nesse sentido, **A Divina Comédia** de Dante sintetiza a Itália, tanto quanto o **Dom Quixote** de Cervantes a Espanha, **Os Lusíadas** de Camões a Portugal e **O Fausto** de Goethe a Alemanha.

Quanto à Paraíba, como parcela da comunidade nordestina e brasileira, ela se encontra inteira em **A Paraíba e seus Problemas**, esta “obra singular” que ora atualizada ortograficamente, e magistralmente coordenada por Eduardo Martins, não perdeu o viço da época em que foi escrita por continuar como legítima expressão das angústias e expectativas de todo nordeste.



# APRESENTAÇÃO 1<sup>25</sup>

Humberto Lucena

Republicar pela quarta vez o livro **A Paraíba e seus problemas**, de autoria do nosso grandioso José Américo de Almeida, não significa apenas o reconhecimento da importância de um dos mais sérios e profícuos documentos da história socioeconômica e política do estado paraibano e parte do acervo dos trabalhos de história regional, indispensável à revisão da própria história brasileira.

Trata-se também de suprir uma necessidade para a própria modernização das ações atuais de planejamento e de administração pública do estado. Pois, este livro, mesmo depois de 71 anos de sua primeira edição, continua sendo um exemplo lapidar para governantes, técnicos e todos os que se interessam por aprofundar-se no domínio e nos métodos percutientes de tratamento das questões fundamentais, constitutivas da grande problemática administrativa de um estado, no sentido de melhor e mais objetivamente orientar as decisões de governo. Significando, assim, antes de tudo, uma obra paradigmática, como se costuma dizer hoje em dia.

---

25 Publicado originalmente na quarta edição, de 1994, resultado da parceria do governo da Paraíba com o Senado Federal, e em 2012, na quinta edição, que é uma reimpressão da edição anterior.

José Américo, que, além da sua enorme importância política para a Paraíba e o Brasil, foi um expoente de nossa literatura, principalmente no romancista regionalista nordestino, em que pontifica o seu *A bagaceira*, ombreia-se, sem dúvida, aos grandes mestres e estadistas, que ao longo de nossa história têm dado demonstrações várias e marcantes de sua perspicácia, sabedoria e altíssimo descortino político e intelectual, além de um profundo e acendrado desejo de contribuir para o avanço e melhoramento da existência humana. Político paraibano, foi, ao mesmo tempo, um político brasileiro voltado para os avanços do mundo; um político no sentido mais amplo do termo. Literato regionalista, excedeu-se positivamente em sua universalidade, revelando magistralmente as correlações entre as relações de produção e as expressões sociais dominantes no estado paraibano e no Nordeste, naquela época. Legando-nos, desse modo, também uma instigante obra de caráter cultural-sociológico.

Com este livro, ele nos trouxe particularmente ensinamentos importantíssimos sobre o enfrentamento do grande flagelo das secas nordestinas que continuam até hoje a ser o mais grave problema macroambiental e socioeconômico da região, agravado agora pelo terrível processo de desertificação que por ela se alastra. Ensinamentos que podem e devem ser seguidos. Sobretudo agora com nossos melhoramentos tecnológicos e nosso amadurecimento político.

Por tudo isso, o Senado Federal não poderia jamais esquivar-se da responsabilidade histórica e política de, conjuntamente com a Fundação Casa de José Américo de Almeida, lançar-se à tarefa de publicar a 4ª edição dessa obra fundamental. Com a certeza de que contribuimos positivamente para alargar ainda mais a visão dos que estão a preocupar-se verdadeiramente com o desenvolvimento do nosso país.

## APRESENTAÇÃO 2<sup>26</sup>

Ronaldo Cunha Lima

O governo do Estado da Paraíba sente-se muito honrado com o apoio decisivo do Senado Federal, através de seu presidente, Humberto Lucena, à publicação desta 4ª edição de *A Paraíba e seus problemas*, de autoria do inesquecível José Américo de Almeida, ex-ministro, ex-senador e membro da Academia Brasileira de Letras. A cultura paraibana e nacional igualmente se sente regozijada pela reedição dessa obra considerada uma das melhores monografias já elaboradas sobre um estado brasileiro.

Embora lançada em 1923, mantém até hoje sua atualidade, pois trata não somente dos aspectos físicos e humanos de nosso estado na época, mas analisa especialmente toda a problemática da seca nordestina e dos esforços locais e do governo central de encontrar meios para combater ao flagelo.

Na verdade, foi através de uma observação minuciosa do fenômeno e de suas consequências que José Américo pôde propor uma série de mecanismos para a solução do problema, que ainda persiste em nossos dias de forma ameaçadora.

---

26 Publicado originalmente na quarta edição, de 1994, resultado da parceria do governo da Paraíba com o Senado Federal, e em 2012, na quinta edição, que é uma reimpressão da edição anterior.

Temos de planejar a nossa convivência com as secas, de estar adaptados e preparados para tirar vantagem do potencial da irrigação e do sol tropical para desenvolvermos um tipo de agricultura e pecuária que nos assegure uma produção diferenciada e melhores condições de vida para a população, procurando sanar os problemas políticos do passado e atuarmos de maneira eficaz, através de um programa que possa ainda contar com o apoio federal, e aplicarmos devidamente os recursos recebidos em projetos que se mostrem racionais e viáveis para o desenvolvimento econômico do estado e da região.

A lição de José Américo não pode ser esquecida. Agora com a ciência e a tecnologia ao nosso alcance, com objetividade e trabalho, poderemos certamente reverter o quadro das secas em nosso favor:

De parabéns a cultura paraibana, o Nordeste e o país por esta 4ª edição de A Paraíba e seus problemas.



III PARTE

**AS PRIMEIRAS ANÁLISES**



## A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS<sup>27</sup>

Raynero Maroja

Vibra-me a alma, comovida e alacre, ao impressionante e edificante milagre que se me oferece descortinar-se haja nestas alturas, por esses enfarruscados dias pluviosos: revejo e admiro, condensada em seiscentas e tantas lâminas de ouro polido, a inolvidável terra do meu berço amoroso, ora engrandecida por fortes sacolejos de progresso.

Quero referir-me ao vultoso livro A PARAÍBA E OS SEUS PROBLEMAS, devido ao cálamo estelante de meu intelectualíssimo amigo dr. José Américo de Almeida, que eleva a Procuradoria Geral desse Estado a imensurável plano de lustre e nobreza.

Em que pesa a generosa dedicatória, relembrente de nossa velha amizade acadêmica, escusa advertir que a minha irremediável leiguice concernente à lisonja e à curvatura, extrema este desalinho de toda parcialidade, assim ele valesse pela competência, que me falha.

Bem digo o meu formoso rincão, a associar aos largos planejamentos de progresso material o trasbordante desenvolvimento mental da sua prole conchegada. E a geração em flor tem a capitaneá-la marchais do porte de Carlos D. Fernandes e José Américo de Almeida.

---

27 Publicado originalmente no “A Província do Pará”, em seguida no Jornal A União, em 10/5/1924. Assinado: Cachoeira-PA, março de 1924.

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS é um clarão meridiano na incipiente literatura da minha terra, nos diferentes aspectos geográficos. E um engaste à pura platina de quatorze monografias, metodicamente agrupadas, perfeitos estemas estilísticos, através dos quais se tornam elucidados desde a configuração do solo até e derradeiro *facies* interessante à guia eruditiva dos brasileiros que se presam o próprio conhecimento. Só se não clarifica ou apura integralmente aquilo que se mascara ou ao relativo aparelhamento científico do meio - exemplo, a cabal precisão das causas meteóricas responsáveis da minoração ou pausa das periódicas descargas pluviais, em verdade indicadas, mas não de todo em todo apuradas e definidas menos diretamente atacáveis.

A grandiosa empresa mental foi-lhe encomendada pela profusa operosidade do governador Solon de Lucena, visando marmorizar em páginas duradouras e mais necessidades que as dos relatórios oficiais e valiosas bonificações feitas pelo presidente Epitácio Pessoa à Paraíba dantes desapadrinhada e esquecida, senão pelas esmolos avulsas, mas pelo ataque de peito ao “dragão das secas”, na imagem lapidar de João Suassuna. Mas um espírito blindado nos indomáveis arranques das concepções liberais e estéticas, a José de Almeida, de sorte alguma se deixaria algarpear pelo convencionalismo dos moldes oficiais, nas suas prudentes, cautas manifestações verbais e opiniáticas, tanto que se firmou o mandato com plena liberdade de agir, por banda do aceitante.

E este meteu mãos à obragem, que ultimou numa série de monografias, cada uma das quais é um título, recomendatório, velando o conjunto pela sagração do beletrista, que se fez o triunfal pintor em prosa da Paraíba do Norte.

Terra Ignota ilustra os detalhes configurativos do Estado, abre aos olhos do leitor embevecido pelo estilo dulçuroso e harmônico, o desvão brasileiro onde viram a luz Pedro Américo e Epitácio: por modo que, ao conhecê-lo na magnificência dos seus aspectos naturais, penitenciar-se-á o sulista burlão ao sugerir impossível abandono do ambiente feroz, porque sujeito aos desoladores efeitos das secas

– fenômeno a cujo removimento erige previsão solutiva: “a natureza não pode ser mudada nas suas linhas gerais, mas pode ser modificada”; tal o escopo de Epitácio ao exequir as famosas obras do Nordeste.

Logo aí, José de Almeida entra de servir-se de selecionada bibliografia, bacharel em direito a manusear com devoção o evangelho politécnico. Mas é, como sempre, oportuno e apropriado no respigar. Não cita por *encher linguiça* ou brilhar a esmo, mas por esmerilhar e documentar, quando não por destruir erronias. Conhecendo visualmente o Estado, é feliz no enunciar os próprios informes, as observações pessoais, criteriosas e direitas. E define-se por saber pensar e saber impor os juízos desassombadamente – acautelado de natural com o prejuízo inerente a uns tantos brasileiros acomodadiços, pesados reprodutores de ciência de gabinete, desprovida de observações, antes arrancada ao estendal de livros abertos, de que se tornam bons tradutores, quando não apanham obstruentes indigestões.

O clima é objeto da segunda monografia. Dir-se-á que o livro de sua origem tende a redourar os dons propiciatórios da Paraíba e talvez, se haja, por isso, de apoucaras as conclusões em todo por tudo otimistas, – vesguice-pugnaz de quem ignorasse a têmpera moral do autor, que, por esse lado, acertou ao exumar dos recônditos arquivos as mais convincentes provas da excelência climática do seu berço. Eis que aí se nos depara uma brecha denunciativa dos nababescos processos de estilo de José de Almeida – a jogar em páginas a fio com algarismos barométricos sem contudo, perder a melodia, a viveza, o encanto e o brilho singulares difluentes da vara de condão, que é a pena em sua destra.

Delineados o meio e o clima, resenha-se a página de dor, sensibíllissima à alma bonançosa e pia do monografista. E *O Martírio*, é a odisseia do paraibano, não menos dantesca do que a do cearense, apesar de o mundo bacorejar que a seca é mal privativo do Ceará, talvez, porque, como já assinalou o nosso pomposo Castro Pinto, seja o nome *cearense* generalizante da filharada do Nordeste. Ao juízo do vulgo juntam-se atestados de escritores a Rodolfo Teófilo, cujos manquejantes acertos, nesse particular, se destroem ao luzente registro dos fatos.

Esse trabalho, tão ao sabor da altruística feitura moral e das tendências literárias do beletrista, posto que adstrito ao plano sinóptico da obra, pôde dizer-se completo: não é mais inédito, ou esparso, o histórico das secas na Paraíba, desde os mais remotos aos dias atuais. Por isto, por todo o vaimento do livro, urge que se lhe dê completa divulgação.

Mal refeito do perspectivar das angústias – um povo a contender com a fome – penetrar o leitor *O Abandono*, a desídia, o indiferentismo dos governos em todos os tempos, quanto à sorte dos flagelados paraibanos.

Nunca jamais nada se fez para além de jogar migalhas, ao auge do e flagício pavoroso! E quando se exigia a compensação por troca dos flagelos, erigiam-se igrejas e cadeias – grades para o espírito e para o corpo – ao revés de olhar-se para a terra estorricada abrir-se-lhe mananciais e rodovias minorantes do penso vencer das distâncias. Por forma que quando o sr. Epitácio Pessoa foi levado a presidência da Republica, os serviços de açudagem cifravam-se em uma construção e duas reconstrução de pequenos depósitos uteis à circunvizinhança sedenta, mas que não representavam pontos de apoio nos períodos de calamidades.

N’O *Homem do Norte* epitoma-se a política preteridora do nortista na diretriz dos destinos nacionais. Ressalta-se a exceção de 1919: Epitácio Pessoa pudera atingir a presidência da Republica por mercê exclusiva dos seus mesmos seletos predicados contrabalançáveis aos de Ruy Barbosa, em quanto os outros presidentes, ainda os mais meritosos, tem galgado a posição ajudados pela hegemonia sulista. Epitácio, na Constituinte, com a malograda proposta igualitária da representação dos Estados na Câmara Federal, perscrutara essa com factícia inferioridade. A escalada do sul na dianteira do nosso progresso continuará a externar a colaboração dos nortistas nos públicos negócios. E do nosso destino esse espoliativo desequilíbrio que, é triste dizer-lo ocorre com a mesma gelatinosa solidariedade dos governos septentrionais “receosos das represálias”.

Revistada a terra e as fenomenais possibilidades crematísticas, achado o Homem do Norte, sobrevém *A Redenção*. E a dehiscencia dos

problemas contrerrâneos até então, acrochados na sombria caverna do olvido marasmático. E o advento do governo Epitácio, processionalmente carregando benesses para a Paraíba, “a sua amada e inesquecida terra”.

*O problema das distâncias, Política hidráulica, O porto, O saneamento e A Ação* dispersa passam em revista a ação miraculosa do patricio predestinado. Avultam os comentários em torno dos magnos problemas, e o garbo e a erudição com que discorre o autor, convencem de que era ele mesmo o talhado para exequir a obra inspirada pelo sr. Solon de Lucena.

Opera-se o prolongamento das vias-férreas, meticulosamente consultados os interesses econômicos do Estado; rasgam-se estradas em todos os rumos; atacam-se as barragens supletivas dos longos estios calamitosos, e o porto; levantam-se edifícios de velha aspiração – eis que a mão bonificante do insigne paraibano tenta levar a terra mãe à sua erguida finalidade.

A estatística rascunha elementar aclarantes dos alentadores resultados primordiais da empresa colossal. Incorporam-se circunstâncias alvissareiras: jornais do dia anterior são lidos nos confins sertanejos. O auto vareja esquecidos povoados remotos, ferindo-lhes o pudor da mudez colonial, seduzindo-os para a romaria estonteante da vida nova...

Incisivas notas, nessa linguagem musculada e grácil com que soe exprimir-se o cronista, dão plena ideia da grandiosidade das obras do nordeste, incluindo as estupendas barragens de alvenaria. E quando em toda a parte palpitava um como halo de surpreendente vitalidade remodeladora logo ao alvorecer do governo do sr. Arthur Bernardes foram paralisados quase todos os serviços gigantescos.

*Consequências sociais* rebusca e fotografa a população “desde a sua gênese, ou melhor, desde a sua composição até o estado atual de sua mentalidade”, prognosticando, ao cabo a sua acessibilidade à futura grandeza da terra, capítulo que se integra nas *Consequências econômicas*.

Não se trata nessa monografia de falível obra de oitiva, mas de lustrosa e documentada exegese, a pedir atenta leitura.

Positiva-se a predominância do elemento português.

Sinais externos do autóctone, escrupulosamente estudado, repontam em parte da população.

O cruzamento no sertão se generalizou entre índios e portugueses, “quase em exclusão do negro”. Explica-se. Zona exclusivamente pecuária prescindiu da escravaria, que se conglomerou nos centros agrícolas, litoral e brejo, onde fez a sua mescla mais ou menos eugênica.

Consente-se em que alguma parcela do sangue flamengo haja dosado o sangue paraibano.

O nosso caldeamento genético não nos deprime do ponto de vista fisiológico nem nos desdoura no ponto de vista ético. Rebrotos anormais constituem meras exceções, igualmente verificáveis em sujeitos das raças mais depuradas.

São distintamente miniaturados os tipos rurais – o praieiro, o matuto e o vaqueiro. Do último resurdem os cantadores mansarrões, frustâneos menestréis dessagrados pela incultura, e os cangaceiros esses tetricos beduínos das refregas inglórias regressos ao autoritarismo primeiro, plasmando seu jeito as cruentas desforras de lesões à honra e à vida da parentela.

Enche-se o capítulo de traços somáticos e psicológicos das camadas, corrigindo-se errôneos conceitos dominantes.

– E ganha o autor, na substanciosa análise, os sugestivos emblemas de literato e sociólogo de escol, cujo estilo primoroso, claro, sonoro, cintilante e persuasivo tanto mais se impõe ao apreço de agente quanto é certo que o livro foi redigido dia a dia, à medida da composição.

Elevar-se-á de muito o destino social desse povo, futuro a dentro, a plena frutificação dos benefícios legados pelo seu padroeiro-Epitácio Pessoa.

Epiloga-se o livro com as *Impressões Gerais*, “contraposição do juízo de técnicos e homens públicos corruptíveis à demência das injustiças faciosas”, segundo as textuais das notas preambulares.

Nesse caloroso desfecho é quando José de Almeida mal sumula os seus acendrados recursos de problemista terrível, a levar de vencida



os mais apumados resingueiros, nas porfias diurnas do jornal, ao cristalino crepitar dos períodos bem urdidos, ao vibrar dos empolgantes efeitos da lógica irretorquível e escabreante.



## O LIVRO DO SR. JOSÉ DE ALMEIDA<sup>28</sup>

Gilberto Freyre

O livro do sr. José Américo de Almeida – “A Paraíba e seus problemas” – dando ao primeiro contato a falsa impressão de simples esforço de apologeta, excede, na realidade, as proporções ordinárias dos apoloéticos.

Os panegiristas são como os poetas: nascem. E ninguém nasceu menos panegirista que o sr. José Américo de Almeida. Nele a candor é quase um requinte; e a timidez orgulhosa quase um exagero.

Sem o ranço dos panegíricos *oficiais*, seu livro é antes formidável obra de reportagem e avaliação. Reportagem e avaliação dos elementos econômicos e sociais que constituem a Paraíba. Um belo esforço de geografia e sociologia regionais.

Anima-o, a esse belo e forte livro, a flama dum sentimento que caricaturado dá no “bairrismo”, mas nos seus justos limites, é o “*j’aime na province plus que ta province*”, da ética mistraliana.

Das variações regionais não decorre mal nenhum, nem perigo, para a cultura nacional no seu todo, no seu conjunto. O mal está no sacrifício dos valores e dos interesses regionais à existência parasitária e cosmopolita das grandes capitais.

---

28 Publicado originalmente no Jornal Diário de Pernambuco, 15/5/1924.

O Nordeste brasileiro, como o chamado “Old South” nos Estados Unidos, vem sofrendo consideráveis refrações na sua personalidade regional. Nos seus mais íntimos valores e interesses.

Contra esse processo de absorção serviu um pouco do contrapor a presidência do sr. Epiácio Pessoa. Mas sem efeitos definidos e definitivos.

Atribuí o sr. José Américo de Almeida ao estadista paraibano “a salvação integral do Nordeste”, “a segurança do nosso ingresso na fraternidade do regime”. Mas não chegou a tanto a ação do sr. Epiácio Pessoa a favor do Nordeste.

Sua política com relação aos nossos interesses e necessidades – política que o sr. José de Almeida às vezes vantajosamente clarifica e defende – dificilmente resistirá a um critério rigoroso. Porque o sr. Epiácio Pessoa chegou a assumir atitudes verdadeiramente paradoxais. Chegou a colocar-se em rasgada ofensiva contra os interesses mais íntimos da economia nordestina. Nada mais absurdo que o “sem a preocupação estéril de apurar responsabilidades” da sua política de reabilitação financeira: em rigor teria sido a morte, com aguda agonia da lavoura e da indústria do açúcar.

Mas é preciso reconhecer no sr. Epiácio Pessoa o homem que desmentiu perante o país inteiro a sociologia humorística do sr. João Lage: a gente do norte só sabe tocar violão. Pela energia e superior bravura de ação, o sr. Epiácio muito honrou, na presidência da república, suas origens nordestinas.

Há também que fixar a seu favor, a beirando-lhe a obra sob o critério regional, o haver obtido da natureza do Nordeste uma concordata embora de 12% em 3 anos, com engenharia. Refiro-me, é claro, ao combate às secas.

Em páginas que adquirem às vezes um sabor trágico de romance russo, mostra-nos o sr. José de Almeida a ação erosiva das secas sobre os valores de todas as espécies – morais, sociais, econômicas. Com essas horríveis crises de clima sofre enormemente a mora da família sertaneja.

Morreram de fome os retirantes, já reduzidos quase a ossos, pelas estradas combustas; morre o gado; infeccionam-se os corpos; e

o sertão adquire esse ar pavoroso de “fim de mundo” de que nos fala um testemunho de 1877. Ocorreram às vezes casos de antropofagia. A seca de 1825 tão terrível foi que mesmo nos brejos morreram de fome inúmeros moradores: a falta de farinha era de angustiar. Na de 1877 os libertinos aguardavam que se extinguisse com a morte a possibilidade de arrancos de dignidade mal ferida para avermelharem, num momento de gozo contrastante, o luto das donzelas orfanadas. Daí as grandes perturbações morais das secas.

Ao clima, ao “mistério dos seus extremos”, atribui o sr. José de Almeida a função de regular a economia e mesmo a vida social da Paraíba. “Esse elemento é, por assim dizer, o regulador de nossa atividade econômica, ou extensivamente de nossa existência histórica que tem oscilado aos seus ritmos perturbadores de todas as leis sociais”.

O sr. José de Almeida conhece a Paraíba na intimidade e intimamente – duas maneiras distintas de conhecer um objeto. Nele a muita e aguda observação direta, chega a suprir certa escassez de mapas estatísticos que lhe reforçassem ou confirmassem as afirmações do sociólogo.

Da paisagem física traça-nos o sr. José de Almeida, a incisões de esfuminho, belos claro-escuros. E às vezes, quando o bruto da natureza não se deixa fixar por um tão fino processo, vem um pouco de cor: e as paisagens nos aparecem em “guaches” deliciosas, lembrando um pouco ao de Lafcadio Hearn. Assim, “o estilo embalsamado pelos pereiros em flor é um mortífero derrame de luz que transforma as campinas num cinzeiro...” E no meio desse cinzeiro “rebenta um paraíso de supetão”. “O panasco que se pulveriza, vira, de repente, um tapete de verdura e a gente observa, em pouco tempo, o desabrocho dos botões e o desenvolvimento das folhas aos impulsos da selva concentrada”. Isto está saborosamente dito. Sente-se a fragrância da paisagem tropical em constante processo de renovo e revirginização desorientando-nos quase pelo seu ritmo difícil de seguir.

Em capítulos bem documentados – verdadeira obra de abelha – versa o sr. José de Almeida o problema das distâncias, o da água, o do porto e o do saneamento, na Paraíba. O que tem de técnico esses

capítulos não me sinto com a menor disposição mental de abeirar. Se me interessam, é pelo seu aspecto socioeconômico.

A mim parece, aliás, que o sr. José de Almeida domina o critério econômico mesmo sobre o de sociológico. “O valor econômico”, a “consequência econômica”, o interesse pela produção”, preocupam-no singularmente.

Para o estudioso paraibano vencer o problema das distâncias no Nordeste importa em apropriar-se e país “do que é seu”. A conquista do Nordeste seria uma integração. “A exploração do Noroeste devia coincidir com a utilização do Nordeste para que o Brasil se engrandecesse dentro dos seus próprios limites”.

Vem aqui a pelo problema da nossa passividade na vida nacional. Agita-o, em páginas brilhantes, através do livro, o sr. José de Almeida. Preocupa-o, como a todo nordestino que se não tenha desgarrado de suas raízes, a condição precária dum grupo de Estados como os nossos ante a força soberana dos três Estados do Sul que nos regulam, ao sabor dos seus interesses regionais a vida política e nos querem até impor uma como curatela da economia particular, sem o menor critério representativo. Não é uma questão de Estados pequenos, a da nossa subalternidade de províncias lacaias: “a questão é, mais propriamente, da zona”, opina o escritor paraibano.

E é pena que havendo no Nordeste o que o sr. José de Almeida chama “uma causa de zona”, tenha sempre falhado, nos momentos oportunos, a coesão, a ação em conjunto para os fortes efeitos em massa. E que a norma da política dos nossos Estados tem sido, para recorrer ainda às justas palavras do sr. José de Almeida, “a solidariedade com os grandes Estados, pela cautela das situações dominantes receosas de represálias”.

Esboça o sr. José de Almeida a conquista do oeste paraibano, o processo do seu povoamento e da sua utilização econômica. Nesse processo já o sr. Oliveira Vianna, nas “populações meridionais do Brasil” resumiria, com relação ao sul, neste “crescendo”: do curral à fazenda, desta ao engenho; do engenho ao arraial; do arraial à povoação e à vila. A observação do sr. José de Almeida coincide com a do

arguto sociólogo: é ele próprio quem o acentua. Também na Paraíba foi o vaqueiro “o batedor dos engenhos”.

Estudando os elementos da população paraibana, chega o sr. José de Almeida à conclusão de que “nosso conjunto demográfico é constituído... em sua maioria, de brancos e de mestiços indo-arícos”.

Desse conjunto procura o autor mais pela observação direta que por qualquer outro processo de sondagem, fazer o balanço psicofisiológico. Descobre-lhe, entre os característicos, “o sentimento da família, a benevolência, o afeto à gleba, o espírito de ordem, a fortaleza de ânimo e a dedicação ao trabalho”. E quando o autor contrapõe a essa abundância de qualidades superiores a “falta de senso econômico, do hábito de amearhar”, tem-se a impressão dum derrame de otimismo da sua parte. Convém aliás neutralizar por um como excesso de otimismo a acidez do “isto é um país perdido”: neste particular, nada mais oportuno que o livro do sr. José de Almeida, com seu luxo de otimismo.

A última expressão do “isto é um país perdido” foi pelo verbo alarmante de Miguel Pereira e do dr. Belisário Penna. Creram eles o macabro Brasil de opilados, impaludados, aleijados, caquéticos, deprimidos, asmáticos, retalhos de gente roída de lepra, podre de sífilis, verde de esquistossomose, rubra de úlceras – delicioso Brasil onde Antônio Nobre terá encontrado um número sem fim de cravos para a batoeira.

Ora, exatamente à tese de Miguel Pereira e do dr. Belisário Penna, opõe o escritor paraibano a restrições sérias e fundadas em larga verificação pessoal. Reconhecendo “a morbidade da sífilis, da tuberculose, da malária e da ancilostomose em determinados pontos” nega que, na Paraíba ao menos, tenha correspondência “a pavorosa porcentagem de doentes do Dr. Otacílio de Albuquerque, a Paraíba será antes um sanatório que um hospital.

O “senso de ordem” e a “dedicação ao trabalho” que o escritor paraibano atribuí aos seus conterrâneos, não sei se tolerariam um daqueles exames de consciência, ao jeito dos de Loyola, que José Veríssimo uma vez nos recomendou, a todos os brasileiros, para ver se assim nos depurávamos duns tantos pecados.

Tanto há no livro do sr. José de Almeida de provocante e digno de nos reter, que é como um logo cheio de peixe, à beira do qual se tem vontade de ficar dias inteiros, pescando à linha.

Sacrificando um tanto de sua elegância mental, o sr. José de Almeida distribui através do livro, com uma liberalidade de noticiarista de falecimentos, desembarque e aniversários, os adjetivos “ilustre”, “esforçado”, “acatado”. A Ruy Barbosa não se refere o escritor paraibano que não seja com os mais tonitruantes lugares-comuns: “gigante do pensamento latino”, “gênio da raça”, “verbo flamejante”.

Descontados estes borrões que lhe diminuem o mérito da caligrafia e o ar apologético que de algum modo o semioficializa, o livro do sr. José Américo de Almeida é um dos melhores que se tem produzido no Brasil. É um belo e forte livro.

Surpreende ser escrito com uma tal elevação, que não parece ter sido escrito todo de perto, na própria Paraíba, sem espaço para as vantagens da perspectiva. Nada como a distância para ver bem um objeto. Ver de perto, e só de perto, é, em regra, ver mal. Mas o sr. José de Almeida viu de perto, e só de perto, viu bem. Vantagens talvez, do vidro do seu pince-nez.



## UM LIVRO<sup>29</sup>

Olívio Montenegro

O livro do sr. Dr. José Américo de Almeida, sobre “A Paraíba e seus Problemas” bem olhado o motivo que o determinou, constitui, antes de mais nada, um requintado esforço de probidade intelectual. O autor não dá, no conjunto de seu livro, o ar de quem, se desobriga de um compromisso – sente-se na animação espiritual que o acentua superiormente em páginas a fio.

É um livro, o do sr. José Américo, que descompõe a Paraíba em todas suas velhas fontes históricas e geográficas, incidindo, na paixão da pesquisa, em detalhes de uma especialização tenaz; e nos dá ainda uma revisão aprofundada de todos os seus valores econômicos, coexistindo apreciavelmente nas mais aventurosas condições sociais.

Quer a análise dos problemas sociais, e o próprio estudo da constituição física da Paraíba, com referência a outros Estados do nordeste, tendem ali a um fim especial, um fim de defesa – por na maior e mais provada evidência os rigorosos efeitos da política dos Estados do sul em relação as províncias do nordeste, uma política de contínua e infatigável absorção.

---

29 Publicado originalmente como artigo no jornal A União, em 18/6/1924.

Assim que, a primeira solução de continuidade que se abriu com o advento de um presidente nortista, e o que mais era, paraibano, imposto como único remédio à “pressão de uma crise geral” marcou uma época que o sr. José Américo batizou, muito propriamente, de Redenção.

E o autor nos mostra de como o sr. Epitácio Pessoa procurou em apenas um triênio de governo, com uma vontade de ferro, e por meio das iniciativas mais operosas, resgatar a velha injustiça do passado.

Uma injustiça, ou um descuido funesto que não provém especialmente de uma hostilidade deliberada; e mais provavelmente de um desconhecimento sistemático das nossas necessidades constitucionais. Uma circunstância reponta, que parece dar uma forma perdurável a essa situação. O autor define-a nesse sentimento regionalista, entre os brasileiros, muito mais exagerado que o de nacionalidade, e que faz que cada região regule pelos seus interesses mais imediatos as relações com as demais outras. Por onde aqueles Estados da Federação mais frequente e melhormente representados no governo da União adquirem esse poder de absorção de seu natural avesso a uma circulação equitativa de favores.

O sr. José de Almeida, em cujo livro a precisão do número e do fato, chega a ter um relevo beneditino, enumera, ou antes dá um retrato saliente, em ponto natural, do que foram as obras do nordeste, sob a inspiração do presidente paraibano – da extensão e do volume dessas obras. E fica-se com uma impressão monumental, que explica de alguma forma a expressão de apoteose em que o autor, muitas vezes, interpreta a personalidade do sr. Epitácio Pessoa, a intensidade hipnotizante da sua ação, a sua impetuosa coragem em passar da deliberação ao ato.

Esses serviços tomam um destaque de tocante humanidade, quando levamos em vista o que eles atenuam desse mal crônico dos nossos sertões, o mal do Tempo, a sua febre, uma febre que absorve todas as estações num grau de temperatura quase de fusão. O “martírio” como denomina o escritor patricio.

Nas páginas atinentes às secas, é que se encontra esse “sabor trágico de romance russo” a que se referiu o sr. Gilberto Freyre. É com uma frase pungente que o autor paraibano nos pinta a enorme

tragédia, em que por esse tempo se agita a vida dos nossos sertões, e a que ele chega dar uma cor alucinativa.

A seca de 77 esgotou as necessidades humanas toda a sua capacidade de martírio, a sua sensibilidade de dor. O ano de 1878 entrou pingando algumas chuvas, a cuja inesperada de sedução cederam alguns, voltando ansiosamente à antiga morada sertaneja.

Mas, de repente, o céu se distendeu serenamente, numa ironia de ouro sobre azul que era um símbolo de miséria e de morte. Principiara desnudando as árvores, e acabou tirando a camisa aos mais graúdos fazendeiros.

E recomeçou o êxodo.

A esse milagre de expressão fica-se quase que com a própria sensação física do desapontamento, da submissão desesperada diante da irrecorrível fatalidade.

A propósito dessa força a bem dizer, deflagrante, de expressão, do arguto destrinçador dos problemas da Paraíba, vamos repassar o retrato que ele nos expõe de um aspecto de zona sertaneja da Paraíba – “Adiante se dilata a chapada da Borborema que ora se achata, pela intervenção dos agente[s] niveladores, ora se encrespa em bossas escalavradas. É a zona dos Cariris.” E então remata “A natureza intermediária do agreste não diminui a violência da impressão: o estendal de cascalho e seixos rolados, as penhas agras, a flora espinhenta, o vento bravo – tudo é inóspito e repulsivo.

É mais que uma descrição, é uma pintura da paisagem selvagem em toda a sua fisionomia erriçante; mas uma pintura vividamente interpretada por uma sensibilidade de gosto.

Em muitos outros trechos a frase vem com esse mesmo sabor extraordinário – o termo unido à ideia, como a carne se une ao osso, numa perfeita unidade de forma.

Esses exemplos de estilo do sr. José de Almeida, tiraram-me para um pouco distante das outras qualidades do livro.

Ia-me esquecendo de acentuar mais especialmente o luxo da documentação, uma documentação que é um prodígio de paciência

investigadora, um triunfo teutônico, e que exprime, sobretudo em que melindrosa conta tem o autor os interesses da verdade.

É preciso uma triunfante coragem para lidar em tanto espaço com aquele contingente material de provas – de cifras e de fatos, muitos deles de um trato desanimador. Para, porém, dar a essas articulações de relevos desnudos e ásperos, aquela agilidade de expressão, de movimento, de íntima força que lhe notamos, é preciso um talento mais triunfante ainda.

Todavia esse ponto não passa sem uma restrição. Consiste ela em que essa paixão intrépida do documento, do testemunho em todas as suas formas, às vezes o leva a concessões de uma difícil explicação, a intercalar certas citações, que, senão de todo escusadas, mas destoantes do livro, como por exemplo a destilação de um untuoso lirismo da eloquência de colegial de primeiras letras, do sr. Idelfonso Albano, na pag. 282.

Nota-se também uma exaltação otimista – aliás já frisada por um dos espíritos de mais acuidade crítica da nossa literatura contemporânea – em algumas das sugestões do autor. Sobretudo no que toca ao sertanejo, e especialmente ao cangaceiro do sertão.

A meu ver um dos tipos paraibanos mais agudamente apanhados nos seus flagrantes físico-psicológicos foi o praieiro, o homem “que parte para os *corvos*, ou para a pesca da cavala, sem, sequer, o cuidado do tempo, com uma tranquilidade equilibrada, para tornar ao cabo de 24 horas, com a mesma disposição de espírito.” O recolhimento altivo, quase de um orgulho áspero, a honestidade silenciosa e fria do praieiro, que guarda, em regra, o decoro da família, e alto grau de probidade, tudo passou pela intensa visão desse observador pertinaz.

O autor depois de versar além desses, o problema do saneamento da Paraíba, e passar em uma revista de mestre as nossas principais indústrias, e as nossas principais produções, deriva em consequentes argumentos para ainda o caso das obras do nordeste, até o chegar a um pensamento de grande apreensão. Se essas obras de que, finalmente está dependendo o futuro das nossas primeiras fontes de vida, não vão ficar abandonadas no ponto em que as deixou o governo passado. E

o sr. José de Almeida põe acentos de uma sinceridade eloquente na defesa da ação desse governo, ameaçada pela penetração erosiva do ciúme e da inveja. São páginas de um sincero ardor patriótico, e que devemos respeitar nos seus próprios excessos de verberação.

O sr. José de Almeida dá-nos no seu livro toda a história da Paraíba, desde os seus começos até hoje, e em todos os diversos aspectos de sua natureza e sociedade. Mas além de um livro de utilidade constante e de imediata, deu-nos um livro de bom gosto.



## JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA – “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”<sup>30</sup>

José Lins do Rego

O sr. José Américo de Almeida deixou em 1908 a Faculdade, para esconder-se de sua geração em uma promotoria pública da Paraíba. Enquanto os seus colegas do Café Ruy abriam a boca, pelo Brasil, afora, ele deixou-se ficar em silêncio, trancado num ineditismo que foi uma boa prova de seu espírito.

E leu muito, e soube reler com interesse. E quando Augusto dos Anjos fechou para sempre os seus olhos arregalados de tísico, o seu amigo e confidente José de Almeida lhe escreveu uma página de tão aguda interpretação, como a de crítico de maduro entendimento que houvesse seguido o caso Augusto dos Anjos, passo a passo. Deu, nesta página, o adolescente o seu ponto de vista sobre a crise trágica que foi a melhor obra de Augusto. E daí saiu saltando em relevo, todo um retrato do seu desventurado amigo. Retrato de alma falando a quem conheceu e ama Augusto dos Anjos.

Em momento em que Augusto era decorado pelas excentricidades de seus vocábulos científicos, o sr. José Américo de Almeida foi

---

30 Publicado originalmente na Revista Era Nova, na Coluna LIVROS NOVOS. Nº 65, Julho de 1924.

direito ao seu temperamento de aborrido a quem doía até o ruído dos homens que lhe passavam pela calçada.

Como não seria doloroso aquele homem sem carnes e cheio de ângulos, a sentir por um aguçamento finíssimo das ouças, “em sons subterrâneos do orbe oriundo, o choro da energia abandonada, ou o cantochão dos dínamos profundos”!...

Augusto dos Anjos ficara todo ele na tal página que lhe escreveu o seu amigo, trinta dias depois de sua morte.

O que mais me espantou, porém, no sr. José Américo de Almeida foi o seu ponto de vista reacionário que ele sustentou para os de sua geração. Enquanto, o sr. Gilberto Amado se regalava em uma filosofia bem fácil de cético e Da Costa e Silva andava a se saturar de pessimismo, o sr. José Américo de Almeida ia a Amaragy dar uma conferência sobre o Papado. Fugia ele assim de quase todos os preconceitos de sua geração. De uma geração que ainda em pleno 1908 dava ouvidos a Taine e andava a beijar mãos a Haeckel. A literatura do tempo vivia aquém de “Le Disciples”. E mesmo Bourget, ninguém o queria para amigo, somente porque Eça de Queiroz, com intrigante mau gosto, andara a dizer graças sobre ele.

Renan fez a sua entrada triunfal em roupas portuguesas da Livraria Chardron.

Por esse tempo, chegara a Recife Martins Junior, morto. Arrastaram-no pelas ruas em um enterro pomposo. Ninguém mais culpado das tolices desta geração que esse juriconsulto. Homem medíocre, ele tivera como todos os seus colegas de republicanização a palavra fácil e retumbante. E com leituras de Comte, Littré e Taine, gritou ele as generalizações de uma ciência muito boa para gritar-se a rapazes que o ouviam, boca aberta de admiração. Eram estes rapazes que foram enterrar com barulho Martins Junior os mesmos que se faziam discípulos de Zola por intermédio dos romances porcos de Aluízio de Azevedo, e pensavam conhecer os simbolistas porque tinham que o maracatu verbal de Cruz e Souza fosse a música de câmara de Mallarmé.



O sr. José Américo de Almeida quis mesmo ficar com ele próprio, com a sua sinceridade de místico. E reagiu, representando, por este modo, aqueles moços angélicos, de que nunca ouviu falar, e, que andavam pela França em luta aberta contra os seus pais: – os Psichari, os Peguy, os Maritain, os que liam Pascal, mais por “son ordonnance classique” e Bossuet por “son magnifique ordre chrétien”. E se não teve de Psichari, “c’est en nous que sont remis tous les espoirs. Tout se joue sur nos têtes”, soubessem temer risotas de seus colegas, ir defender a entronização de N. S. Jesus Cristo em uma sala de júri.

Faço justiça a esta geração que foi a geração de Augusto dos Anjos. Foi das melhores nestes últimos 15 anos.

Dela está aí o sr. Gilberto Amado, anulando-se, atualmente, em querer dar requintes de sobriedade aos seus tão deliciosos recursos plásticos de mestiço. E Da Costa e Silva que botou a perder algumas de suas bizzarrias de lírico, que eram todo o seu lado melhor de poeta, para de uma hora para outra, aparecer fingindo de grego, com caixinha de Pandora, bem vazia, entre as mãos.

José Américo de Almeida quis mesmo ficar na Paraíba, e aos 23 anos tomava conta de uma burocracia horrível de falar para velhos juizes. E fora do tribunal, onde era juiz de bons processos, o jornalismo político o prendeu, noites inteiras, a escrever polémicas de improviso. Não sei como não morreu por esses cantos escuros de redação o escritor José Américo de Almeida. Nele, porém, a polémica teve um criador de literatura, e a Paraíba um higienista de suas letras. Pois uns três gênios criados por amigos, em conversas de esquina, caíram sob a sátira e os recursos de guerra, os de matar pelo ridículo, que este homem fora aprender em Leon Bloy. Armas danadas que Leon Daudet pôs em ação, com malefícios de gás asfixiante, contra a democracia e contra a estupidez. Em todo o caso, o jornalismo político diminuía o homem de ideias e o homem de gosto. Principalmente entre nós, onde política quer dizer, apenas, interesses pessoais contrariando interesses pessoais.

Foi quando o Presidente Solon o chamou a si. Eu já tive oportunidade de louvar esta benemerência. E por outro lado uma revista literária, a “Era Nova”, corria a sua casa em procura de seu espírito. Por

esse tempo, o sr. José de Almeida improvisara, a rogo, uma novela, que foi bem um balanço de suas qualidades de homem de romance.

A essa novela que já elogiei, eu oporia hoje muitas restrições, as mesmas restrições que o seu próprio autor não fugiria em aceitá-las. Em todo caso por esse tempo, no país ninguém lançará coisa melhor.

Fugindo do oposicionismo sem nenhuma significação ideológica, o sr. José Américo de Almeida se integrou no verdadeiro destino de seu espírito, finamente conservador.

E ninguém melhor que o presidente Solon para compreender que a capacidade está acima dos devotamentos medíocres. E quando pelo país se andava a cochichar sobre as “obras contra as secas”, o presidente Solon se propôs a esclarecer o país do que se passava. E um homem apareceu aos seus olhos, capaz de organizar uma defesa: Foi chamado o sr. José Américo de Almeida. E ele escreveu “A Paraíba e seus Problemas”.

Ia inaugurar o sr. José Américo de Almeida, para o Nordeste um gênero de literatura difícil. Bosquejara Euclides da Cunha traços vivos de interpretação. E ficará nisto. Tudo estava a fazer-se ainda. Pelo Ceará, não tanto. As secas provocaram sempre ali homens medíocres, mas úteis, a dizer em suas meias-línguas, das suas dores e necessidades. Não se podem tomar em conta as tentativas de romantização do sr. Gustavo Barroso. Ultimamente, tudo lhe tem saído, sem mesmo aquela cor local que ele acentuara com certo talento em seu “Terra de Sol”. O sr. Gustavo Barroso vive hoje a informar-se através de fotografias quase sempre exageradamente retocadas. Estava, portanto, José Américo de Almeida na contingência, de em muita coisa, falar de primeira mão. E por todas as suas 700 páginas, se o escritor tem as suas páginas medíocres o homem de ideias não se apressa nas generalizações. Isto de que está cheia a obra de Alberto Torres. Tenho sempre a impressão que Alberto Torres mal dobrava a página do compêndio francês, corria a adaptá-la ao Brasil. Toda a obra deste homem vive da frase empolada para a adaptação, às carreiras.

A honestidade literária do Sr. José Américo de Almeida não deu margem a estas improvisações. Entretanto, o seu livro fora uma improvisação de seis meses. Improvisação somente de composição. Porque,

como homem de ideias e cheio de interesses que é, todo este Nordeste, com o seu pitoresco e o seu ranço de tragédia devia-lhe andar em suas cogitações. Muito de seu livro estava à espera somente do papel e de tinta.

Em uma obra de encomenda, quando muita gente esperava o louvaminheiro, apareceu o crítico. O escritor se fez um crítico de nossos valores sociais e econômicos neste seu imenso volume, que é quase um romance à *varaisemblance*. Um romance de aguda e sincera interpretação da terra e do homem. E para isto foi o sr. José de Almeida rever o sertão. Rever terras por onde andamos tem, às vezes, o mesmo sabor que reler um livro.

Num e noutro caso as coisas tomam um certo ar de diferença.

Surgem-nos aspectos e intimidades por onde antes passamos de olhos e ouvidos fechados. É um encanto de surpresas reler um livro ou rever uma paisagem. Deste seu segundo contato com o sertão saiu José Américo de Almeida, um paisagista. E desta paisagem ele se aproveitou para defender o “Nordeste”. Entrou o artista na “reclame” sem padecer em coisa nenhuma a arte. Da cor fez o sr. José de Almeida um forte elemento. Soube dar em seu colorido muito de expressão moral, descrevendo-nos homem e terra que os sentimos confundidos na abastança ou na miséria. O sr. Gilberto Freyre descobriu ali as afinidades do sr. José Américo de Almeida com o romance russo. Quem quer que leia Gogol se apercebe do espírito que invade todo a sua paisagem da Ucrânia. É um retrato que Gogol faz da paisagem.

O escritor paraibano serviu-se da realidade com o bom senso de torná-la útil e bela. Não tem abundância de traços e nem de cores. O sertão, andou a revê-lo sem a máquina fotográfica a tiracolo. Levou, antes uma caixa de tinta de pintor impressionista. Muitas vezes, mais cerebral que impressionista. Há momentos que é “tout pour l’ceil, rien pour les oreilles” do verso de Baudelaire. É quando ele entra a desenhar em papel branco com tinta preta, composições de uma imaginação alucinada pela realidade pervertida das secas.

Querendo tocar os outros pelo “Nordeste” não se pôs o escritor a derramar rios de lágrimas. Pôs a paisagem em ação:

Mas de repente, o céu se distendeu numa ironia de ouro sobre azul que era um símbolo de miséria e de morte. Principiara desnudando as árvores e acabava tirando a camisa aos mais graúdos fazendeiros.

E depois para que se admire a terra pelo seu milagre de força:

E, ao primeiro aviso de desprazer, em que a flora agressiva senhoreia a paisagem desnuda, sucede, inopinadamente, a renovação das primeiras chuvas, de uma nuvem que passa, como se a folhagem tivesse caído do céu ou a água se congelasse num manto de babugens.

Falando da terra com tanto espírito de artista e de crítico não deixou de parte o homem. O “paraibano” do sr. José Américo de Almeida, se não é toda uma verdade, pelo menos muito se aproxima. É o melhor “paraibano” que letras interpretaram. O sr. Gilberto Freyre andou a não acreditar muito em todas as qualidades do tipo composto pelo sr. José Américo de Almeida. Por exemplo: – no tocante ao *espírito de ordem*. De que somos um povo tranquilo não tenho dúvidas. Temos atravessado a história do Brasil de cabeça baixa. E, arrebatando-nos, este arrebatamento reflete o estado de espírito de Pernambuco. Em 1817, um rapaz de 18 anos, chefe de uma revolução, baixava os olhos diante dum Crucifixo que o seu pai lhe apresentava. E por nossa organização rural, nunca assistimos assassinatos de *senhores*. Nem mesmo na escravidão revoltas de negros. Não há notícia de “senhor de engenho” caído varado de bala à porteira de sua bagaceira. O meu avô José Lins governou vários engenhos e ninguém jamais viu em sua cinta uma arma qualquer. Em Pernambuco tudo isto é bem ao contrário. As *hecatombes* se tornaram clássicas ali. O espírito de ordem de que fala o sr. Gilberto Freyre é bem outro. A este estado de espírito do “paraibano” chamaria um meu amigo *estagnação*. A ordem, imagina-se mesmo necessitando de sangue para a conquista sobre a desordem, aquela de que Psichari andava a suar sangue pelos desertos da África. Ordem que o neto de Renan vivia a pedir a Deus para si e para França. Neste sentido o mundo todo, depois da guerra, anda a sofrer uma crise

bem profunda. O sr. Gilberto Freyre compreendeu o “paraibano”, pelo “brasileiro”. Nesta nossa ordem de aparência descobre o agudo crítico muito de *braços cruzados* diante do fato consumado, mais medo que respeito à autoridade.

Entretanto, por uma obra do acaso, quando esta ordem anda no Brasil atrás de um homem de ordem, da Paraíba por três vezes, saiu ele, peito aberto ao sacrifício: – Vidal de Negreiros nos integrando na raça, D. Vidal tocado de martírio pelo amor da Igreja, Epitácio Pessoa matando, sem piedade, a demagogia. É esta, uma obra do acaso que nos consola um bocado. A outra restrição do sr. Gilberto Freyre ao “paraibano”, do sr. José Américo de Almeida diz respeito ao amor ao trabalho. O sr. José Américo de Almeida confundiu *resistência física ao trabalho com amor ao trabalho*.

Ao homem do litoral foi o sr. José Américo de Almeida senti-lo de perto, “resapino na caçara” ou a “vê-lo partir para os corvos ou para a pesca da cavala.”

E defende-os: “Reputam-no sem préstimos os que exigem dele trabalhos a que não se afez e a que se nega pela independência de seu natural”.

Muito a propósito vem o “praeiro” do sr. José Américo de Almeida para contrapor aos que os tomam por esta frase de enorme mau gosto literário e falha de observação de Euclides da Cunha: “Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.

Euclides da Cunha, pelo muito que lia de Carlyle andou sempre a sentir-lhe a influência. Caricaturava, sem, entretanto, aquela sobriedade de branco e preto com que Carlyle tinha gosto em medir a sua eloquência.

Temperamento, deliciosamente desarmônico, por vezes afetado de ênfase, Euclides querendo reproduzir a realidade pura, às vezes desaponta-nos. O seu *Moreira César* é um monstro. O seu sertanejo é quase um irmão gêmeo de *Hércules Quasímodo*.

Quis o sr. José Américo de Almeida tira a impressão do monstro ágil e bom que Euclides deixara nos “Sertões” sobre os nossos homens

*de cima*. E foi ao extremo do “homem bonito” do sr. Coriolano de Medeiros.

E, se nos dá do sertanejo um retrato retocado para melhor, das dores destes homens, o escritor paraibano, informa-nos, com eloquência de arrepiar sensibilidade. Recompõe-nos uma chaga que se abre, a intervalos, no sertão: – a família decomposta, apodrecendo nos seus mais amelindrados escrúpulos. O que é de mais elogio ao escritor, é que, não se derramou ele em sentimentalismo de necrologia. Faz, apenas, viver a desgraça, aquelas “provações mais insofríveis que a própria fome”.

Eu queria ver tudo isto nas mãos de um poeta de voz alta. Mas os nossos poetas andam mais atrás de rimas que de poesia, Castro Alves, que teve o talento para a obra, se gastou em apiedar-se de negros robustos que estavam tão bem nos servindo na escravidão. E Olavo Bilac preferiu a este material de primeira ordem cantar em alexandrinos a destruição de Cartago. Há pedaços de descritivos no “A Paraíba e seus Problemas” dos mais bem escritos em português. Não estou a exagerar. Que se leia o livro do sr. José Américo de Almeida. Livro bem escrito e bem pensado. Sobretudo, um livro de quem é senhor de si mesmo. Não é dos que forçam fechar os olhos, coisa tão comum em outros deste género de literatura, no Brasil. O próprio sr. Oliveira Vianna não escreveu bem. Não é homem de bom gosto literário. A preocupação de dar no menor espaço de tempo uma sugestão qualquer, leva este escritor a deixar, como diria o sr. Gilberto Freyre, a obra com os andaimes em pé.

No Sr. José Américo de Almeida auxiliou-o o seu talento pitoresco. Este talento do pitoresco por quem muita gente boa, entre nós, vive a tropeçar no ridículo, e que na Grécia tiveram até os conversadores de rua. Por ele, Barbey D’Aureilly identificou o gênio masculino de Homero sobre o gênio feminino de Virgílio. Lemaitre dizia conhecer uma página de mulher pela falta absoluta do pitoresco em letras femininas. O que levaria a enganar de dar saias a Renan ou a vestir calças em George Elliot.

No livro do sr. José Américo de Almeida o pitoresco vem até nos documentos áridos. Muitas vezes ele põe as cifras de lado. Para

nos dar uma impressão do que eram as “Cortes” para a Paraíba em suas medidas:

que não gastasse mais que seis círios de cera para compor o altar, e quatro para o adorno da procissão e que não se pagassem mais que quatro mil reis a música, sem falar no sermão, nem na missa cantada... de forma que se evitasse o supérfluo, mas que o Culto Divino não padecesse indecências.

E de mensagens, relatórios, e de outras fontes, o escritor paraibano explora sempre a nota interessante, evitando as estatísticas, até quando se pode evitar as estatísticas.





## “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS” – JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, PARAÍBA 1923.<sup>31</sup>

Renato de Alencar

Nosso coração que tão solícito se volta sempre para as calamidades alheias, não tem sentido todo o horror desta que nos toca tão de perto.

Epitácio Pessoa (In: Mensagem – 19/9/1919.)

À gentileza do ilustre general Paiva Meira, devo o prazer da leitura de tão valioso quão impressionante livro.

Pode a Paraíba gabar-se de possuir, nos domínios de suas letras, uma obra que só conhece parêntese nos “Sertões” de Euclides da Cunha.

Desgraçadamente, a Crítica, no Brasil atual, mal de nosso grado, é incipiente e por isso incapaz de julgar obras como a de que me vou ocupar. Não que nos mínguem homens de talento; não que das terras do Brasil se hajam afastado espíritos pensadores; mas é que, é dever confessá-lo, a despaixão, o critério, a imparcialidade e sobre tudo o devotamento das letras, rareiam hoje, época de futurismos, de preguiça intelectual, de cabotinismos, e outras zarolhadas, machuchas, que tanto desbrilho trazem a esse lado da literatura nacional.

---

31 Publicado no Jornal A União – 30/8/1924.

Destarte, ninguém se atreve a fazer a crítica que merece a formidável produção de José Américo de Almeida. Não quero melindrar ao que se têm externado sobre o livro; mas creio, que de nenhum já houve crítica.

O grande empecilho na dificuldade que apresenta o livro, para sua crítica está de referir-se ele sobre o Nordeste. É que, quem fala acerca dessa região fala em Eitácio Pessoa, e se o autor, vendo com olhos de ver, tecer elogios ao ex-Presidente pelas obras feitas, não faltarão zoilos e críticos zanolhos que não digam ser o livro o parto de uma peita.

Mostramos com isso, o péssimo de nossa educação mental, empantanada nos atascaes das paixões políticas que tudo aviltam e desvirtuam.

Mas... voltemos ao livro.

À proporção que ia virando as páginas da obra, a-la-par de minha admiração pelos profundos conhecimentos do autor nos diversos aspectos do vultoso tomo, pasmo de ver ficava, como, em meios onde tudo é difícil e precário, agrupou José Américo, tantas informações e dados estatísticos, pois que nem sempre nos são bons vieiros as repartições oficiais.

Versando o livro sobre vários assuntos, já de ordem literária, já de ordem científica, ficamos a matutar, que de paciência e cautela não despendeu o autor para nos oferecer tão verdadeiros estudos.

Hajam vista as páginas sobre a formação geológica da Paraíba, as causas das secas periódicas, o histórico da *gens sertaneja*, seu *habitat* desde os tempos coloniais até a atualidade, etc.

E nossa admiração cresce de grau, quando sabido é de todos, a pequenez de nossos livros de men-história, além de escassos, inverídicos.

Para prova, apontemos de passa cem a «Corografia» de Mário da Veiga Cabral. O melhor tratado em circulação no Brasil, peca, entretanto, pelas falhas de revisão, pela falsidade em algumas informações, e exiguidade sobre pontos de mais necessária ampliação.

Coisa digna de louvada no grande livro de José Américo, é a sobriedade de seu estilo, a desapaixonada e discreta forma de tratar os protetores e defensores da redenção do Nordeste. Nunca o nome de Eptácio Pessoa vem antecedido de adjetivação retumbante, chaleirante, rebuscada. O mesmo com o dr. Solon de Lucena, e todos os demais vultos da atualidade ou do passado, referidos na grande obra.

E às vezes de uma sequidão tal, que nem parece livro de um brasileiro do século das cavações e dos raides...

\*\*\*

Discorrendo proficientemente sobre a posição astronômica da Paraíba, seus limites e superfície, não aceita o autor o registro divergente dos compêndios geo-corográficos e opta incertamente pelo computo máximo de 60 mil kms. quadrados. No apreciar da fisiografia do Estado, diz, que a Paraíba, “é um polígono irregular, como uma faixa que ora se expande, ora se apouca, em maiores perdas do que saliências”.

E depois:

“Daí não poderem ser determinadas as suas dimensões”.

Não me atrevo a refutar o autor neste julgar, tanto mais que, de certo, se o disse ele, foi abastonado em resultado de ordem matemática, ciência das ciências não teme escalpelos. Contudo, dentro na minha insegura meditação, não pode ser compreendida tal impossibilidade. É que, se a Paraíba não pode ser medida exatamente, diante da irregularidade de seus limites, também estariam nesta falta todos os demais Estados da Federação, uma vez que, nenhum tem, como quase todos nos Estados Unidos da América do Norte, limites regulares em linhas retas, apresentando quadrados e retângulos, ao invés de polígonos irregulares.

Deixando-se os Estados e se indo achar comparativos em outros países, tínhamos casos idênticos: as Ilhas Britânicas, por exemplo, no conjunto da Irlanda, Escócia e Inglaterra propriamente dito, cujo aspecto é muito mais irregular do que o do Estado da Paraíba não

poderiam ser medidas. E assim todos os demais países, como a Grécia, os Escandinavos, a Alemanha atual e outros mais irregulares.

Quer parecer que o autor se não explicou com clareza, dê que nenhuma superfície é impossível de medição. Até o ponto tem dimensões estabelecidas.

Apreciando as três feições geográficas do Estado, inclui o autor a cadeia da Borborema no sistema orográfico central.

Não sei se me equívoco; mas querem os corógrafos que tal serra pertença ao sistema oriental. Provas:

“As mais altas montanhas estão à L. próximas do litoral e no centro; formam dois extensos sistemas que tomam nomes diversos e se acham separados pelas bacias dos rios S. Francisco e Paraná. O primeiro sistema ou sistema até ao Rio G. do Sul. Toma os nomes de Serra da Borborema, das Almas, do Espinhaço, da Mantiqueira, do Mar e Geral. O segundo, ou sistema *Central*, consta das montanhas ao O. do rio S. Francisco...” – F. P. Bittencourt- Corogr. do Brasil - ed. de 1913.

Outro:

“Sistema Brasileiro. A este sistema pertencem todas as outras montanhas do Brasil. Está dividido em duas grandes cadeias: a Oriental ou Serra do Mar e a *Central* ou *Centro-Occidental*, sendo a primeira a mais importante”.

Depois remata:

“Saindo da Bahia atravessa Pernambuco com o nome de Cariris Velhos, onde já declinando ou enfraquecendo em altitude, muitas vezes se confunde com a *Cadeia Central*, continuando pela Paraíba e R. G. do Norte com o nome de Serra da Borborema” – Mário da Veiga Cabral, Corografia do Brasil. ed. de 1924. Em todos os atlas escolares, é esta a classificação.

De certo, o autor, colocando a Borborema na Cadeia Central, o faz de acordo com o ensinamento de Coriolano de Medeiros:

“Borborema-Cordilheira pertencente ao sistema central brasileiro...” (Dicionário Corográfico do Est. da Paraíba, ed. de 1914).

O barão Guilherme Eschwege parece, aceitava esta determinação visivelmente imprópria.

Outros mais bem avisados, e de mais recursos, descobrirão, talvez, mais tropeços na grande obra, se bem que defensáveis. O que ninguém poderá escrever, é, porém, a sábia distribuição da obra. Há em certos capítulos, como no TERRA IGNOTA, A REDENÇÃO POLÍTICA HYDRAÚLICA, A SECA e outros, páginas onde se nos deparam sabor euclidiano, pela segurança dos conhecimentos, pela verdade de registro, pela observação do homem pensador.

Há mesmo, em parte, mais valor no livro de José Américo. É que, se nos *Sertões* nós nos esbarramos de ora em quando com termos insuetos, com impressões inusitadas, com palavras insólitas, com vozes rebuscadas nos recessos dos léxicos, nos esforços do pensamento, a fabricar termos híbridos de escamoteadas aborrecidas, no «A Paraíba e seus problemas» a linguagem é simples, atraente, se bem que, nas ocasiões precisas, se vista com as galas da eloquência científica.

A SECA é um dos capítulos mais impressionantes pelo valor do conjunto e particularidades inéditas e desconhecidas até dos próprios sertanejos. Traz-nos o autor a história geral de todas as secas que flagelaram a Paraíba, cheias de lances dolorosos, repletas de cenas pavorosas. E ele o escreveu com a alma angustiada pelo renovar na mente todo martírio medonho de sua raça! Os governos deveriam ler, resler, tresler aquelas páginas de horror e lágrimas. Dá vontade de chorar com lágrimas, que com o coração todos chorarão ao vê-las.

E não exagerou José Américo. Disse verdade. Apenas não lhe foi possível pintar mais fiel, porque, a pena treme quando chora o coração. Do que disse, vemos muito claramente, só recebermos favores e auxílios de progresso, por parte dos governos quando já a fome nos

condena à morte, a seca nos expulsa do lar, o sol abrasa os campos e enxuga rios e açudes, morre todo o gado com as últimas folhas secas, transformado o sertão num vasto cemitério.

Então o Nordeste é falado, lamentado. Mandam-nos esmolas que bandos precatórios arrecadam nas avenidas das vastas capitais da República, colhidos alguns níqueis no seio da bandeira da Pátria, aberta como chamariz de porta em porta, de rua em rua, de praça em praça.

Passado o flagelo, volta o sertanejo ao aprisco, e com seu retorno, o abandono do Nordeste. Oh! triste sina!...

O sr. Arno Pearse, que nos visitou há dois anos, viu de perto toda a extensão do nosso infortúnio. Admirou o sertão a que chamou de “land of the cotton” (país do algodão), comentou nosso atraso na agricultura, pecuária, e, referir-se às secas, disse com muita verdade:

“When the rains do not come, then the people trek and walk hundreds of miles, from Ceará and also from the Sertão of the other north-easteru States, in search of water and food.” “As soon as the rains fall, the people return to their old homes; they love their native heath regardless of these droughts”.

E mais:

“The years of great droughts are long remembered; it is perhaps due to the hardshisp suffered by the inha bitants of these districts during fami ne periods thal they are generally a hardened race, strong, and frugal by habit, though somewhat indolent, tub when put to it, can work”.  
(In Brazilian Cotton, pags. 134-135).

É um estrangeiro e, portanto, testemunho insuspeito.

No O ABANDONO, analisa o autor, com proficiência e cultura os crimes da nação abandonando ao léu, o rico torrão paraibano. Sua pena traduz, às vezes a revolta de um desesperado, a verberar o descaso da União, o desprezo em que tem tido a terra de Epitácio Pessoa, em comparação com outros Estados do Nordeste, e diz:

“A história político-administrativa da Paraíba do Norte, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e abandono”.

Nos demais capítulos “O homem do Norte”, “A Redenção”, “O Problema das distâncias”, “Política hidráulica”, “O porto”, “O saneamento”, “A ação dispersa”, “Consequências Sociais”, “Consequências econômicas”, e “Impressão geral” com que remata a obra de 650 páginas, fala e discute José Américo de Almeida com a mesma sobriedade de expressão e segurança de conhecimentos, criticando críticos, aplaudindo ou combatendo conceitos e erronias sobre sua Paraíba a quem dedica um amor sem limites, não descendo nunca jamais às contradições entremeadas de ataques ofensivos, nem tão pouco sem aduzir as afirmativas, basta cópia de testemunhos em seu pró!.

Esta particularidade do autor, o coloca, sem favor, entre os mais conscienciosos e perfeitos escritores nacionais.

Além de tudo, se a nada mais servisse a obra, serviria para mostrar a muitos que ainda creem nos fabriqueiros de detrações e calúnias, o que foi e é a obra de Eptácio Pessoa no Nordeste, a causa por que a organizou, o nosso Estado desde a Colônia o nosso martírio, as nossas possibilidades, o desprezo a que nos relegaram até 1919, quando pôde vez primeira, olhar fito a fito, o sol do nosso progresso a iluminar-nos o carreiro do porvir.

E ninguém poderá acoimá-lo de parcialidade, tal o seu modo de discutir sempre com os fatos, argumentação alicerçada e testemunhos insuspeitos.

Há, porém, uma referência sua sobre certa afirmativa de M. A. de Macêdo contida no seu livro “Observações sobre as secas do Ceará” dele, Macedo, que merece ser discutida. Quero referir-me ao modismo *lua* cris, usado pelo inculto. Aceita, ao que parece, o que registou Macedo na sua obra citada, isto é, ser *lua* cris fenômeno atmosférico, neblineiro, geada ou coisa semelhante. Conhecemos o termo, mas com significação absolutamente diversa. *Lua* cris, é, sim, corruptela de *eclipse da lua*, ou *lua eclipse*. É voz muito corrente na gente baixa dos brejos e mata. Aqui no sertão, pelo menos em Patos, diversas pessoas

incultas e cultas a quem interroguei a respeito, mostraram ignorância do termo, o qual lhes não era absolutamente conhecido.

No centro de Alagoas, é porém, radicado no linguajar do povo simples, havendo eu ouvido, vezes sem conto, dizerem meio receosos e admirados :

– *Chi ! hoje a lua é cris.*

E, para maior justificação do meu acerto, os melhores dicionários da língua, como Aulete, a Enciclopédia e Dicc. Internacional, Constancio, Moraes (2. edição), não somente registram o termo, como até lhe dão a origem. Moraes chega mesmo a demonstrar ser o vocábulo *cris*, na acepção de *lua em eclipse*, dos tempos dos quinhentistas. Constâncio vai mais longe. Dá-nos sua origem do grego.

Ignoro se lá pelo sul, há na linguagem popular corrente, esse modismo e, longe como estou dos meus livros, difícil, se não impossível, é trazer a campo provas mais concludentes.

Mas, o livro de José Américo não é valioso somente pelo lado materialmente científico.

Outra particularidade que o torna a mais importante obra destes últimos tempos, é a pureza da linguagem.

Vê-se, tope-se, embora, com um ou outro deslize, que o autor não descarta o vernáculo, e prefere vozes portuguesas às afetadas expressões e termos contrabandeados do francês e de outras gentes.

Hajam vista:

“Na fauna do infracretacico os *repteis* alcançam...” (pag. 55).

“Os proprietários foram constantemente *desassossegados*...” (id. 175)

“... a reação do partido *português* contra o *regime*” (id. 209).

“Era a ele que cabia *sistematizar* a integral...” (id. 249).

“... que s. exc. não devia *escrepulisar* em promover”. (id. 230).

“... achou por bem *sistematisar* os serviços...” (id. 256).

“... e econômica seria *estabilizar* a população.” (id. 336).

“... abundância de plantas *têxteis*...”. (id. 533).



Outro que desconhecesse o valor dos sufixos na formação dos verbos em *izar* e *isar* (com z com s); que não se orientasse pelos etmos de palavras portuguesas derivadas do latim, grafaria *reptis desassossegados, textis* e outras cacografias mais, que a ignorância de muitos e a negligência de todos não dando carta de naturalização na língua portuguesa, contra todos os princípios de filologia.

Assim, somente à conta de escape de revisão ou descuido do autor, podemos deixar os deslizes seguintes, nestes passos:

“...que as *circunstâncias*...” (id. 246.)

“...fator da produção e de *vultuosos* recursos...” (id. 284.)

“No entanto, essa *vultuosa* soma...” (id. 265.)

Para se não averbar de cincas, aqui vão exemplos em seu abono:

“Foi uma imposição das *circunstâncias*...” (id. 239.)

“...indicado pelas *circunstâncias*...” (id. 247.)

Mais:

“...apresenta as *vultuosas* proporções...” (id. 593.)

“...ao cabo de poucos *meses*...” (id. 586.)

Ao lado destes exemplos de boa grafia, dá-nos o autor exemplos de pureza de linguagem, compondo, “de quando em quando” ao invés de, “de vez em quando” estas vezes: pags. 108, 183, 131.

“...*servia* apenas de *prolongar*...” (id. 157) onde o autor deu ao verbo servir o regime erudito *de*, em lugar de *para*. Sobre esse variado emprego das preposições na regência de verbos, particularidade que constitui uma das maiores elegâncias da nossa língua, escreveram paginas magistrais, Ruy, Carlos Góes, Laudelino Freire, C. de Figueiredo e outros.

Prova-nos ainda José Américo, lhe não serem arredios os clássicos, quando nos apresenta construções destas:

“Era um povo em peso que *se morria*...” (id. 146.)

E ainda :

“... sobre a «Gomphia cadauca» que *merecem divulgados...*” (id. 515.)

“Prevalecem, *de conseguinte ...*” (id. 472.)

“...estranhas, *de seu natural...*” (id. 239.)

Conhecedor da elasticidade na sufixação dos vocábulo no português, grafou:

“...O ano de 1878 como *a despertez...*”

“Esta *simpleza* de inspirações...” (id. 154-164.)

É de lamentar, feche os olhos o autor, a vícios desta estampa:

“O crime de Dionísia dos Anjos e o lance, *entre* de piedade e *de horror...*”

“...com um espanto interrogativo *entre* de ternura e *temor* (Este passo numa tradução do livro de Lacas sagne, intitulado, Précis de Medicine Légale.)

“...uma afirmação, *entre* de ternura e *de dó ...*” (id. 164, 174, 252.)

É visível a impropriedade no emprego da preposição *de* regendo a *entre*, construção viciosa e em conflito, que se não amerceia nem da análise nem do ouvido.

*Ancestral*, francesia tão reprochada pelos vernaculistas, no seguinte lugar: “A hereditariedade *ancestral* ou atavismo (id. 473.)

*Aclimatar*, cuidada no vernáculo, – termo vestido pelo figurino francês, irmão do *aclímater*, quando temos o , genuíno português, *aclimar*, aconselhado pelos mestres da língua, registrado pelos melhores dicionários, entre esses, C. de Figueiredo, Aulete, Enc. e Dicc. Internacional, Moraes (2. ed.) e Constancio; e, se me não falseia a memória, o condenam, Carlos Góes e Laudelino Freire, em seus “Dicionários de Gallicismos”.

Ainda sobreo verbo *aclimatar* lembrou o filólogo Mario Barreto, o composto *aclimatizar*. Embora de ótima feitura, não foi muito aceito o proposto *aclimatizar* por ser muito comprido, sendo o *aclimar* mais aceito, não somente por ser mais simples, como por preencher perfeitamente o lugar da francelhice *aclímatat*.

Andara muito bem o culto pensador do «A Paraíba e seus Problemas» se o houvesse joeirado destas impurezas, escoimando-o de tostas deste averbamento, pois que luzes lhe não minguam na seara da língua, que, com tanto estilo meneia e nos sabe cativar.

E, por tudo que aí fica, e mui entusiasmado pela grande prova de cultura intelectual que a todo o país deu, na pessoa de José Américo de Almeida, este Nordeste encantado, eu, que também sou gente, isto é, uso gravata e janto de talher, julguei também poder dar minha opinião, sobre o livro embora opinião de selvagem que vive enfurnado nestes serrotes, e espero releve o autor o osio de tão desmedido atrevimento.



## A FISIONOMIA CULTURAL DO AUTOR DE “A BAGACEIRA”<sup>32</sup>

Jackson de Figueiredo

Sim, tinha toda a razão Tristão de Athayde quando a poucos dias falava com tanto entusiasmo de *A Bagaceira*, o romance com que José Américo de Almeida acaba de conquistar um dos raros pontos de relevo na vasta e brejosa planura do ficcionismo nacional.

Lia-a também, por minha vez, – a essa obra singular – e me apresso, como tantos outros se apressarão, não a fazer-lhe a crítica, mas a aplaudi-la publicamente, contente de render homenagem a um artista nosso, dos nossos dias, coisa que já vai fazendo saudade a quem vive cansado da aparição de tanto calunga histórico, desses que mal escondem a impotência de criar – o que realmente seja uma obra de arte – sob o tatibitatismo, sob a gagueira e a tosse dos lirismos gráficos, das confusões sibilinas, dos períodos reticenciais, das páginas em branco.

---

32 Artigo escrito pouco depois do lançamento de *A Bagaceira*, aqui republicado pelos comentários sobre *A Paraíba e seus problemas*. Assinado: Rio de Janeiro, 1928. Encontra-se em: SOBREIRA, Ivan Bichara (Apresentador). **José Américo**: o escritor e o homem público. João Pessoa: A União, 1977, p. 39-43 e ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3ed. 1980, p. 29-34

Em *A Bagaceira*, não, desde as primeiras páginas, o ritmo de um espírito criador, de uma alma liberta de todo compromisso com o nosso público de ledoras de bonde. Nele tudo é a aspiração da verdade integral – a verdade sobre a alma semibárbara do nordeste (cenário o mais comovente do drama brasileiro) – e daí este livro triste que procura a alegria (como toda obra de arte, pois a alegria é razão religiosa de viver), e onde se verifica que “ver bem não é ver tudo: é ver o que os outros não vêm”. (Assim na arte como nas matemáticas ou na mística), e onde não se interpreta com sobriedade o que é violência dos instintos, mas não se esquece nunca que “escrever é disciplinar e construir”. (A harmonia, pois, entre a vida real, que se oferece ao poeta e a força criadora deste, que é, queiram ou não queiram, uma força condicionada ao racional, ao discursivo mesmo, ao que se faz para outrem... A verdade integral, tal como a arte a pode aspirar, e à qual se integram, por sua vez, “reticências e intenções”, mas sem pretenderem ser os alicerces da obra).

Em *A Bagaceira*, repito, desde as primeiras páginas, a sensação é a de se estar diante de um mestre, isto é, de um homem senhor de sua arte e que, por isto mesmo, não a deixa deformar-se ao sabor da pura imaginação ou entisicar na ânsia das meras agudezas subjetivas, entre as quatro paredes da alma, só vivendo de si e para si, na cruel ascética do narcisismo semi-intelectual.

José Américo de Almeida vive a paisagem brasileira, e tão intensamente a conhece, que pode evitar o que ele chama os seus “lugares comuns”.

Mas documenta-se facilmente a história deste vigoroso espírito, e torna-se mais compreensível que ele surja, assim como que de repente, verdadeiro conquistador, (conquistando mas construindo sobre o chão conquistado) da incerta, indefinida região, somente há pouco pressentida ou adivinhada pela nossa ânsia de auto penetração, de introspecção coletiva, nacional.

José Américo de Almeida, que certamente não é um jovem de vinte e cinco anos, é um desses raros espíritos que ainda podem ser chamados a testemunhar o que foi, para a sua terra e a sua gente, o

período que vai do início do governo Epitácio ao início do governo Bernardes – período em que sucedeu à alegria, à fé, à segurança de todo um povo beneficiado por um gesto de patriotismo inteligente, em que sucedeu a tudo isto a amarga desilusão, a humilhação em que se vai afundando todo o Norte do Brasil, desde que já não é mais possível negar que é olhado como colônia, e colônia de incertas rendas, pelos clarividentes estadistas dos Estados imperiais da nossa grande República.

Em 1923 publicou José Américo de Almeida, um dos melhores, um dos mais bem documentados livros que já publicou brasileiro sobre a terra nordestina – *A Paraíba e seus problemas* – volume de quase 700 páginas – vasto ensaio em que, pela primeira vez (um pouco desordenadamente, mas sempre com muita inteligência e liberdade de espírito), ressaltam de uma publicação mais ou menos oficial (penso eu), afóra o mais que contém de geografia, de fisiografia, de geografia histórica, os traços mais característicos da geografia humana do Nordeste, isto é, da mais misteriosa das fisionomias coletivas, que perfazem o Brasil.

E será nesta obra do observador, do pensador, do estudioso, que encontrarão os seus críticos a explicação da personalidade, realmente, à primeira vista, desnorteante, desse nortista silencioso e obscuro, sem ligações conhecidas com o que se agita de mais vivo em nossa paisagem cultural, e que, mal se apresenta, em toda a fúlgida nudez de sua alma, exige, impõe, por assim dizer, que se lhe rendam as homenagens devidas unicamente aos que encarnam qualquer coisa de essencial à nossa vida, no que esta já tem de verdadeiramente caracterizado.

*A Bagaceira* é o poema do sertão nordestino, ou melhor, o poema da humana vaga sertaneja, em seu perpétuo rolar do sertão definido, heroico e idílico, às terras mestiças, sensuais, dispersivas, cruéis e sentimentais, que se abeiram da inconstância do mar. E as duas paisagens, que se limitam, os dois homens que se mesclam no amor passageiro, no amor definitivo, assim como na rusga de momento e no ódio mortal.

Mais do que isto: se ao artista não repugnou o que segreda a consciência do pensador, e em *A Bagaceira* se repudia a vanglória de Wilde ante os seus juízes, se é possível verificar neste romance a existência de ideias, como eixos de esferas sentimentais, de vida meramente refletida, quero dizer, sentida, essas ideias serão as de quem, defendendo a terra nordestina, não tem dela e do homem que a ocupa, nos seus vaivéns desesperados, senão uma visão de melancolia e de tristeza, mas também de orgulho e de amor. Porque os vê a ela e a ele desamparados, desprezados, mas sabe que ambos, ao mais leve impulso de generosidade, ou melhor, de “inteligente patriotismo” dos que dispõem dos recursos da nação, facilmente se refazem de todas as feridas, de todas as inclemências, e cantam tão alto como o que mais cante o que valem material e moralmente.

E, pois, na obra do historiador e do cientista que estão as pedras angulares desta construção artística. Esta é a configuração estética de um mundo já perfeitamente observado e meditado, do qual se pode dizer que a beleza e o sofrimento acabaram por transformar a observação e a meditação em chama de amor e de poesia.

Assim é no *A Paraíba e seus Problemas*, que se apresenta pela primeira vez o homem nordestino no que ele tem de mais dramático, na feição endêmica da sua criminalidade, tão bem resumida na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo dr. João Capistrano em 1854, citada por José Américo de Almeida: “Uma das causas mais fecundas de assassinatos premeditados é a vingança de atos atentatórios da honra do sexo feminino, e depois a vingança do sangue derramado, tomada pelos parentes da vítima”.

É a própria paisagem, na violência da sua mutação... No capítulo «Terra Ignota», ele mais de uma vez, conhece todas as ousadias do pincel d> *A Bagaceira*.

E, ao primeiro viso de desprazer, em que a flora agressiva senhoreia a paisagem desnuda, sucede, inopinadamente, a ressurreição das primeiras chuvas, de uma nuvem que passa, como se a folhagem tivesse caído do céu ou a água se congelasse reverdecendo no manto da babugem.



É a paisagem tragicamente humanizada, não menos vivamente que a outra, na sua ideação. Através de outro capítulo «O Martírio», é a mesma interpretação do sofrimento da terra e do sofrimento do homem, sob a ironia do sol:

O ano de 1878 entrou com chuvas felizes. Essas neçaças conspiravam contra a população espavorida. Algumas pessoas mais desprevenidas chegaram a retornar ao centro de seus reduzidos interesses.

Mas, de repente, o céu se distendeu, serenamente, numa ironia de ouro sobre azul que era um símbolo de miséria e de morte. Principiara desnudando as árvores e acabava tirando a camisa aos mais graúdos fazendeiros.

E recomeçou o êxodo. A onda humana derramou-se, à crueza da canícula, pelas estradas de combustas sem uma sombra acolhedora.

Eram figuras sumidas, escavadas por um regime alimentar insuficiente e tóxico, que mal se equilibravam nos esqueletos descarnados. E vinham de muito longe e não sabiam aonde iam.

Os pais marchavam sobrecarregados de crianças que, minadas pela fome, “voltavam ao estado de engatinhar”. Mas esses fardos iam ficando ao largo das jornadas derrubados pela fadiga e pela inanição.

Os menos débeis corriam ao encontro da peste, da desonra e dos vexames da mendicidade.

Não se pode determinar que destino teve essa mísera gente por tantos descaminhos.

José Américo de Almeida, é, pois, como romancista, uma realização do poeta que Euclides da Cunha julgava adequado ao nosso temperamento histórico: um homem de ciência que sabe cantar.

E, para mim, um caso bem mais complexo, e em que se revela, de modo, desta vez, impressionante quanto a nossa extremo-ocidentalidade permanece ainda em perfeita união com a angústia do homem europeu.

Em *A Bagaceira* o que há é o despojamento da individualidade (que contém três quartas partes dos chamados valores culturais do Ocidente), a volta à personalidade, à crença, à fé maior na simplicidade dos processos intuitivos, para além do que eles têm de propriamente estéticos, e nos limites do que eles são como simples processos de vida.

Em José Américo de Almeida, graças a Deus, a simplificação (visivelmente não procurada) não se altera em desvios mórbidos de auto-adoração literária. Nele se mantém o equilíbrio entre o homem culto e o artista. Ele nem é o puro wildeano nem o vapor do nada ou aspiração ao nada em que se resolve, afinal, a curiosidade de alguns artistas contemporâneos.

Mais explicitamente despojando-se do seu aparelhamento científico, o artista não se afasta do homem culto, pelo contrário funde-o mais intimamente à sua experiência pessoal. E pôde assim, ser espontâneo sem que a ternura ou a violência tomassem, nesta espontaneidade de, um sentido antirracional, ou puramente animal, dado que o super-humano não é de conquista natural.

# GILBERTO FREYRE E *A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS*<sup>33</sup>

Flávio Ramalho de Brito

## Como o livro surgiu

O jornal *A União*, que era intitulado como *Órgão do Partido Republicano da Parahyba do Norte*, trazia na primeira página da sua edição do dia 19 de janeiro de 1924 uma matéria que noticiava que, no dia anterior, saíra da gráfica da Imprensa Oficial um livro que fora “mandado escrever” pelo Presidente do Estado Solon de Lucena:

A Paraíba e seus Problemas – Saiu, ontem, dos prelos da Imprensa Oficial a obra do sr. dr. José Américo de Almeida – ‘A Paraíba e seus Problemas’, mandada escrever pelo sr. dr. Solon de Lucena, presidente do Estado, em homenagem à atuação administrativa do sr. dr. Epitácio Pessoa na terra adorada do seu nascimento. [...] <sup>34</sup>

---

33 Publicado originalmente com o título **O livro A Paraíba e seus problemas e a sua primeira análise crítica**. Disponível em: <https://dobrasilreal.wordpress.com/2021/07/06/o-livro-a-paraiba-e-seus-problemas-e-a-sua-primeira-analise-critica/> Acesso em: 06 jul. 2021.

34 *A União*, Paraíba, 19 de janeiro de 1924.

# A UNIÃO

ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DA PARAYHIBA DO NORTE

ANNO XXXIII

DIRECTOR: Carlos Dion Ferraz de Faria

PARAYHIBA - Sábado, 19 de Janeiro de 1924

GERENTE: Claudio Moura

NUM.

15

## A Parahyba e os seus Problemas

habito, habito, dos olhos de Deus, a Parahyba e os seus problemas. O autor da obra, José Américo de Almeida, apresenta-nos uma análise profunda dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente. O livro é dividido em quatro partes, cada uma dedicada a um dos aspectos principais da vida da cidade. A primeira parte trata da fundação da cidade e da sua evolução até ao presente. A segunda parte trata da situação económica da cidade, da sua industrialização e da sua integração na economia nacional. A terceira parte trata da situação política da cidade, da sua organização municipal e da sua participação na vida política do Estado. A quarta parte trata da situação social da cidade, da sua educação, da sua saúde pública e da sua cultura. O autor apresenta-nos uma visão abrangente dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente, e oferece-nos algumas propostas para a sua solução.

de, filha de Sr. João Pereira, 1.º Vice-presidente do Estado. Para estabelecer em este sentido, escreveu em 1921 um livro, o qual foi publicado em 1922, sob o título de "A Parahyba e os seus problemas", e este livro foi publicado em 1923, sob o título de "A Parahyba e os seus problemas".

Um dos autores da obra, José Américo de Almeida, apresenta-nos uma análise profunda dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente. O livro é dividido em quatro partes, cada uma dedicada a um dos aspectos principais da vida da cidade.

A primeira parte trata da fundação da cidade e da sua evolução até ao presente. A segunda parte trata da situação económica da cidade, da sua industrialização e da sua integração na economia nacional.

A terceira parte trata da situação política da cidade, da sua organização municipal e da sua participação na vida política do Estado. A quarta parte trata da situação social da cidade, da sua educação, da sua saúde pública e da sua cultura.

O autor apresenta-nos uma visão abrangente dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente, e oferece-nos algumas propostas para a sua solução.

## Novos suppletivos do Juízo do Seccional na Parahyba

O sr. ministro de Justiça nomeou para juiz substituto do Juízo do Seccional na Parahyba, o sr. Dr. João Pereira, 1.º Vice-presidente do Estado.

Para estabelecer em este sentido, escreveu em 1921 um livro, o qual foi publicado em 1922, sob o título de "A Parahyba e os seus problemas", e este livro foi publicado em 1923, sob o título de "A Parahyba e os seus problemas".

Um dos autores da obra, José Américo de Almeida, apresenta-nos uma análise profunda dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente. O livro é dividido em quatro partes, cada uma dedicada a um dos aspectos principais da vida da cidade.

A primeira parte trata da fundação da cidade e da sua evolução até ao presente. A segunda parte trata da situação económica da cidade, da sua industrialização e da sua integração na economia nacional.

A terceira parte trata da situação política da cidade, da sua organização municipal e da sua participação na vida política do Estado. A quarta parte trata da situação social da cidade, da sua educação, da sua saúde pública e da sua cultura.

O autor apresenta-nos uma visão abrangente dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente, e oferece-nos algumas propostas para a sua solução.

## "FEMINISMO"

O sr. ministro de Justiça nomeou para juiz substituto do Juízo do Seccional na Parahyba, o sr. Dr. João Pereira, 1.º Vice-presidente do Estado.

Para estabelecer em este sentido, escreveu em 1921 um livro, o qual foi publicado em 1922, sob o título de "A Parahyba e os seus problemas", e este livro foi publicado em 1923, sob o título de "A Parahyba e os seus problemas".

Um dos autores da obra, José Américo de Almeida, apresenta-nos uma análise profunda dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente. O livro é dividido em quatro partes, cada uma dedicada a um dos aspectos principais da vida da cidade.

A primeira parte trata da fundação da cidade e da sua evolução até ao presente. A segunda parte trata da situação económica da cidade, da sua industrialização e da sua integração na economia nacional.

A terceira parte trata da situação política da cidade, da sua organização municipal e da sua participação na vida política do Estado. A quarta parte trata da situação social da cidade, da sua educação, da sua saúde pública e da sua cultura.

O autor apresenta-nos uma visão abrangente dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente, e oferece-nos algumas propostas para a sua solução.

## Theses Doutoraes • Da Casuística Occidental e Diagnostico Diferencial da Neuro-syphilis pela reacção de Emanuel

O sr. ministro de Justiça nomeou para juiz substituto do Juízo do Seccional na Parahyba, o sr. Dr. João Pereira, 1.º Vice-presidente do Estado. Este livro trata da casuística ocidental e do diagnóstico diferencial da neuro-sífilis pela reacção de Emanuel. O autor apresenta-nos uma análise profunda dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente. O livro é dividido em quatro partes, cada uma dedicada a um dos aspectos principais da vida da cidade. A primeira parte trata da fundação da cidade e da sua evolução até ao presente. A segunda parte trata da situação económica da cidade, da sua industrialização e da sua integração na economia nacional. A terceira parte trata da situação política da cidade, da sua organização municipal e da sua participação na vida política do Estado. A quarta parte trata da situação social da cidade, da sua educação, da sua saúde pública e da sua cultura. O autor apresenta-nos uma visão abrangente dos problemas da Parahyba, desde a sua fundação até ao presente, e oferece-nos algumas propostas para a sua solução.

A União, 19 de janeiro de 1924.

O livro anunciado pelo jornal A União era "dividido em quatorze capítulos, nos quais constam 637 páginas, além de um apêndice de mais 7, ocupado pela carta do sr. dr. Epitácio Pessoa sobre as obras do nordeste".

O autor da obra era José Américo de Almeida, "sobretudo versado em letras estéticas e jurídicas", conforme indicava a matéria publicada em A União. Nascido na cidade de Areia, José Américo havia, em 1908, obtido o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife e, conforme as suas próprias palavras,

formado, aos 21 anos, fui parar em Sousa, uma comarca sertaneja, como promotor público [...] Decorrido menos de um ano, larguei a comarca, passando-me para Guarabira, onde meu irmão Inácio era vigário e empregava o último vintém na compra de livros. [...] Quando menos esperava, com 24 anos incompletos, fui nomeado Procurador-Geral do Estado, com hierarquia de desembargador e os mesmos vencimentos [...] <sup>35</sup>

35 ALMEIDA, José Américo. *Eu e Ele*. 3 ed. (facsimilar). João Pessoa: A União, 1994. p. 14,16.



Fonte: CPDOC/FGV

Naquela época, José Américo de Almeida escrevia, com certa frequência, artigos para jornais e revistas da capital da Paraíba e, em 1922, conseguira certa repercussão com a novela *Reflexões de uma cabra* publicada por uma revista local. O livro que era anunciado, naquele janeiro de 1924, em *A União* tinha o título de *A Paraíba e seus Problemas*, e, como noticiado pelo jornal, fora encomendado, pelo Presidente do Estado Solon de Lucena, a José Américo de Almeida e ao jornalista e escritor Celso Mariz. Para José Américo, no prefácio da primeira edição do livro (datado de dezembro de 1923), Celso Mariz, o seu parceiro de empreitada para elaboração do livro, “o pesquisador do *Através do Sertão* e dos *Apanhados Históricos da Paraíba* estava, porém, aparelhado para mais essa demonstração da sua capacidade”.<sup>36</sup> Em novembro de 1922, José Américo e Celso Mariz viajaram pelo interior da Paraíba levantando dados para a elaboração do livro. Notícia sobre a viagem, publicada em dezembro de 1922 no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, registrava que Américo e Mariz “percorreram 1650 quilômetros de automóvel e 178 de estrada de ferro [...] afora 4 quilômetros de rios”.<sup>37</sup>

Conforme José Américo de Almeida escreveu no prefácio de *A Paraíba e seus Problemas*, Celso Mariz teve que deixar os trabalhos para a elaboração da obra, que fora encarregada aos dois pelo Presidente

---

36 ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus Problemas*. 3 ed. rev. Paraíba: Editora A União, 1980, p. 37.

37 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 02.12.1922, Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Solon de Lucena, em virtude de outros encargos, inclusive com a preparação de outro livro: “solicitado pela imprensa diária e empenhado na feitura de *A Paraíba no Parlamento Nacional*”. Lourdinha Luna, secretária de José Américo e com a autoridade de anos de convivência com o escritor areiense, tem outra versão (muito provavelmente ouvida do próprio José Américo) para o abandono da empreitada por parte de Mariz.

Celso Mariz, no entanto, habituado a vida mansa da capital e das tardes palacianas, não suportou a distância dos amigos e do vinho cotidiano, na hora do almoço. A saudade das reuniões do Clube dos Diários (Cabo Branco) onde o carteado oferecia distração e angústia, afligia quem era afeito à animação social<sup>38</sup>

A versão apresentada por Lourdinha Luna para o afastamento de Celso Mariz na elaboração do livro, ao que parece, é insustentável porque os registros existentes na imprensa da época (confirmados por José Américo no prefácio do livro) indicam que o trabalho de campo foi realizado apenas no mês de novembro de 1922 e o afastamento de Celso Mariz, por apenas 30 dias, dos entretenimentos e da “*animação social*” seria perfeitamente suportável. O fato é que algo ficou nebuloso no episódio da participação de Celso Mariz em *A Paraíba e seus Problemas* porque, cerca de meio século depois, abordado pelo historiador José Octávio sobre a sua parceria inicial com José Américo na obra, Celso Mariz pediu ao historiador para não tratar do assunto.<sup>39</sup>

Para José Américo, o que teria motivado o Presidente Solon de Lucena a encomendar a obra seria a ideia de que o livro seria “*o meio mais sensível de expressar ao sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da*

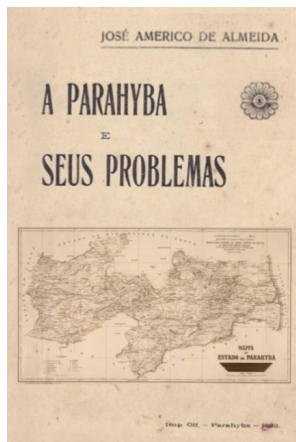
---

38 LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *José Américo de Almeida*. João Pessoa: A União, 2000, p. 33.

39 Depoimento, ao autor, do historiador José Octavio de Arruda Mello.

*Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas*".<sup>40</sup> Epitácio Pessoa, que deixara a Presidência da República em novembro de 1922, havia implementado, durante o seu mandato presidencial, um grande programa de obras no Nordeste que havia sido objeto de intensas críticas por parte da imprensa oposicionista. Poucos dias antes da saída do prelo de *A Paraíba e seus Problemas*, um editorial do jornal *A União*, que era dirigido pelo escritor Carlos Dias Fernandes, expunha a situação:

O Nordeste e a tarefa grandiosa de Epitácio Pessoa - Acusam o ex-presidente Epitácio Pessoa, por ter ido ao encontro das necessidades da população nordestina, de haver de preferência desviado as suas vistas de governo para a região calcinada do Brasil. Duzentos mil contos de reis foram despendidos com a construção de poços tubulares, açudes de terra e mistos, grandes barragens de alvenaria, portos, estradas de ferro, de rodagem e carroçáveis e coordenadas geográficas.<sup>41</sup>



Capa da primeira edição de *A Paraíba e seus Problemas*, 1923.

40 ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus Problemas*. 3 ed. rev. Paraíba: Editora A União, 1980, p. 35.

41 Jornal *A União*, Paraíba, 10 de janeiro de 1924.

Prosseguia o editorial de *A União* defendendo as obras feitas pelo governo federal no Estado, apresentando como exemplo a construção de estradas, tema que seria abordado por José Américo no capítulo *O Problema das Distâncias* no livro *A Paraíba e seus Problemas*:

Argumenta-se, porém, que as estradas de rodagem não resolvem o problema das secas [...] Contamos já com o transporte de malas postais, feito de automóvel, de Campina Grande a Patos, numa distância de quarenta léguas [...] Hoje, dentro de poucas horas de viagem temos em Patos a correspondência enviada de Campina. Há quatro anos nesse percurso as malas levavam oito a nove dias, em costa de animais [...] Na Paraíba, por exemplo, o primeiro presidente a visitar o sertão foi Silva Nunes, em setembro de 1861, e o segundo o dr. Solon de Lucena, sessenta anos depois. Isso sem falar em Frederico Carneiro Campos (em 1846) e Camillo de Holanda (em 1919), que não chegaram a descer a serra da Borborema, regressando de Campina Grande e Soledade, respectivamente.<sup>42</sup>

Epitácio Pessoa, em 1919, quando da sua primeira mensagem ao Congresso Nacional como Presidente da República, já estabelecia entre as “*despesas que deveriam sobrelevar a qualquer preocupação de economia*” aquelas relacionadas com o problema das secas no Nordeste, que ele considerava como o “*pagamento de uma dívida de honra para com a população pobre do interior, a quem quase tudo tem faltado*”.<sup>43</sup> As principais obras estruturantes incluídas no Plano do governo federal que foi elaborado para o Nordeste (como a construção de açudes de grande porte) foram contratadas com empresas estrangeiras, o que veio a se transformar em um dos principais alvos da oposição ao governo federal, como relata Laurita Pessoa Raja Gabaglia, filha e biógrafa de Epitácio, em uma justificativa não muito convincente do que

---

42 Jornal *A União*, Paraíba, 10 de janeiro de 1924.

43 GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitácio Pessoa*. 1º volume. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951, p. 418.



teria motivado a escolha de empresas estrangeiras para a execução das obras no Nordeste:

Um dos pontos dessa campanha visou a escolha de firmas estrangeiras ao invés de organizações nacionais. Não podia, no entanto, ser de outro modo, dada a natural inexperience dos nossos engenheiros nesses assuntos e o caráter delicado desse gênero de construção, a requerer técnicos especializados e material adequado, abundante e valioso, “coisas que não se obtêm só com inteligência e estudo, mas pedem tirocínio e capitais avultados”.

As obras do Nordeste eram administradas pela precária e ineficiente Inspetoria Federal de Obras contra as Secas – IFOCS, embrião do futuro DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que, depois, viria a se transformar na principal fábrica da chamada “indústria da seca”, na conhecida expressão que foi cunhada, nos anos 1960, pelo jornalista e escritor Antônio Callado. A atuação da IFOCS e o exame das obras que estavam sendo executadas no Nordeste, durante o período do governo de Epitácio Pessoa, foram analisados pelo jornalista cearense J. (Júlio) Ibiapina em cinco artigos publicados, em dezembro de 1922 e janeiro de 1923, no jornal carioca *Correio da Manhã*, que são um dos mais criteriosos depoimentos sobre o Plano de Obras para o Nordeste que foi implementado pelo presidente paraibano.<sup>44</sup>

As críticas que eram feitas pelos setores oposicionistas às obras que estavam sendo realizadas no Nordeste eram repelidas, com vigor, por Epitácio Pessoa, como se extrai da sua Mensagem ao Congresso no ano de 1921:

As secas do Nordeste – eis um dos temas favoritos da oposição. Despesas admiáveis, gastos excessivos, obras

---

44 “A verdade sobre as obras do Nordeste”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21/24/27/30.12.1922 e 03.01.1923, Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

insensatas... sempre a mesma toada a embalar a nossa imprevidência e induzir a Nação a se deter, ingrata e pusilânime, diante de um problema, cuja solução lhe é imposta pelos mais preciosos interesses econômicos e pelo mais imperioso dever moral!!<sup>45</sup>

No último ano do seu governo, Epitácio Pessoa designou uma comissão para averiguar a situação das construções que foram executadas, ou estavam em curso, no Nordeste. A comissão era chefiada pelo general Cândido Rondon e tinha como membros o médico e político paulista Paulo de Moraes Barros e Simões Lopes, ministro da Agricultura do governo de Pessoa. No seu relatório, a comissão fez apenas pequenos reparos pontuais com relação às obras, como os de que os dados topográficos e hidrológicos disponíveis não permitiam determinar precisamente as áreas irrigáveis.<sup>46</sup> Para J. Ibiapina, a Comissão de Inspeção das Obras do Nordeste, como foi denominada

percorreu com ‘ligeireza’, por entre festas, o vasto e complicado labirinto das obras a cargo do sr. Arrojado Lisboa (o engenheiro-chefe da IFOCS). Sem disporem de tempo necessário ao exame metuculoso dos trabalhos, sob os pontos de vista técnico e administrativo, esmagados sob o peso das amabilidades por toda a parte recebidas, apressaram-se, do nordeste mesmo, a transmitir o seu pensamento em telegramas de tal modo elogiosos às firmas estrangeiras encarregadas das construções, que tornaram impossível qualquer reparo critico posterior sobre o andamento dos trabalhos.<sup>47</sup>

---

45 GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Idem*, p. 449.

46 BUCKLEY, Eve E. *Technocrats and Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*. University of North Carolina Press, 2017, p. 119.

47 “A verdade sobre as obras do Nordeste”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.12.1922, Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Com o fim do mandato presidencial de Epitácio Pessoa e a posse do Presidente Artur Bernardes o programa das obras no Nordeste foi, bruscamente, interrompido. Para Laurita Raja Gabaglia: “O sucessor de Epitácio Pessoa não levou adiante a campanha contra as secas. Em março de 1923, quatro meses decorridos do novo quadriênio, foram as obras suspensas ‘por motivo de ordem financeira’”<sup>48</sup>

Foi nesse ambiente, que o Presidente da Paraíba Solon de Lucena projetou um livro em defesa das obras feitas pelo governo de Epitácio Pessoa no Estado. José Américo de Almeida discorre sobre aquele momento:

E veio o desastre, maior que todas as secas juntas. (Epitácio) Mal deixava o Catete, os trabalhos eram suspensos. Foi tudo posto de lado, ainda em começo, inacabado, como um simples arcabouço, o monstruoso esqueleto que não chegara a ter vida [...] O sertão não se consolava. Um povo em peso revertido aos mesmos azares apelou, protestou, levantou um clamor humano que se perdeu no deserto. Publiquei ‘A Paraíba e seus Problemas’ pugnando pelo prosseguimento do programa em execução.<sup>49</sup>

## A primeira análise crítica do livro

No dia 8 de março de 1923, o jornalista Aníbal Fernandes anunciava em artigo no *Diário de Pernambuco* a chegada ao Recife, naquele dia, de um jovem pernambucano, prestes a completar 23 anos de idade, que regressava à terra natal após obter diploma e defender tese em universidades norte-americanas:

---

48 GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. Idem, p. 426.

49 ALMEIDA, José Américo. *Eu e Eles*, p. 197.

[...] é quase escusado que eu fale aqui; toda gente que lê o “Diário” de há muito se familiarizou com o seu nome. A princípio, houve quem o atribuisse a um pseudônimo.  
- Quem é esse Gilberto Freyre, perguntava-se?  
É que o grande público não o conhecia. Conhecia-o, e muito bem, a meia dúzia de seus íntimos e de seus discípulos [...] O resto ignorava-o.<sup>50</sup>

Ao retornar para o Recife, Gilberto Freyre continuaria a escrever, regularmente, artigos para o Diário de Pernambuco e, no dia 15 de maio de 1924, analisava, criticamente, *A Paraíba e seus Problemas*, o livro que José Américo de Almeida publicara, na Paraíba, quatro meses antes. O artigo é a primeira crítica recebida pela obra de José Américo e Gilberto Freyre iniciava o seu texto escrevendo que o livro dava, ao primeiro contato, “*a falsa impressão de simples esforço de apologeta*” acrescentando que “*os panegyristas são como os poetas: nascem. E ninguém nasceu menos panegirista que o sr. José Américo de Almeida*” e afirmava:

Sem o ranço dos panegyricos officiaes, seu livro é antes formidavel obra de reportagem e avaliação. Reportagem e avaliação dos elementos economicos e sociaes que constituem a Parahyba. Um bello esforço de geographia e sociologia regionaes.<sup>51</sup>

---

50 *Diario de Pernambuco*, Recife, 08.03.1923, Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

51 *Diario de Pernambuco*, Recife, 15.05.1924, Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



José Américo e Gilberto Freyre

O jovem sociólogo pernambucano abordava, no seu artigo para o *Diário de Pernambuco*, a conjuntura pela qual passava, na época, a região nordestina.

O Nordeste brasileiro, como o chamado 'old South' nos Estados Unidos, vem soffrendo consideraveis refracções na sua personalidade regional. Nos seus mais intimos valores e interesses. Contra esse processo de absorpção serviu um pouco de contra-vapor a presidencia do sr. Eptaciao Pessôa. Mas sem effeitos definidos e definitivos.

José Américo de Almeida, no livro *A Paraíba e seus Problemas*, atribuiu a Eptaciao Pessoa ações descomunais tais como "a salvação integral do nordeste" e "a segurança do nosso ingresso na fraternidade do regime". Gilberto Freyre contradiz essa opinião de Almeida

considerando que a atuação do presidente paraibano, em favor do Nordeste, não alcançara tamanha amplitude, embora reconhecesse que “*pela energia e superior bravura de ação, o sr. Epitacio muito honrou, na presidencia da republica, suas origens nordestinas*”. José Américo reportava-se, em *A Paraíba e seus Problemas*, à disparidade no desenvolvimento dos Estados nordestinos com relação aos do sudeste do país, situação que os mantinha submissos, além do ponto de vista econômico, também no aspecto político, àqueles Estados que, na época, eram chamados do “centro”. Esse enfoque do problema dado pelo escritor paraibano foi devidamente destacado por Gilberto Freyre:

Preoccupa-o, como a todo nordestino que se não tenha desgarrado de suas raizes, a condição precaria dum grupo de Estados como os nossos ante a força soberana dos tres Estados do sul que nos regulam, ao sabor dos seus interesses regionaes, a vida politica e nos querem até impôr uma como curatella da economia particular, sem o menor criterio representativo. Não é uma questão de Estados pequenos, a da nossa subalternidade de provincias lacaias: “a questão é, mais propriamente, de zona”, opina o escritor parahybano.

E é pena que havendo no Nordeste o que o sr José de Almeida chama uma “causa de zona”, tenha sempre falhado, nos momentos oportunos, a cohesão, a acção em conjuncto para os fortes efeitos em massa. É que a norma da politica dos nossos Estados tem sido, para recorrer ainda ás justas palavras do sr. José de Almeida, “a solidariedade com os grandes Estados, pela cautela das situações dominantes receosas de represalias”.

No tocante à parte estilística do livro, Gilberto Freyre escreveu:

Em paginas que adquirem ás vezes um sabor tragico de romance russo, mostra-nos o sr. José de Almeida a acção erosiva das seccas sobre valores de toda a especie – ás vezes quando o bruto da natureza não se deixa fixar por

um tão fino processo, vem um pouco de côr e as paisagens nos apparecem em ‘gouaches’ deliciosas [...] Assim, ‘o estio embalsamado pelos pereiros em flôr é um mortífero derrame de luz que transforma as campinas num cinzeiro... E no meio desse cinzeiro “rebenta um paraizo de supetão” [...] Isto está saborosamente dito. Sente-se a flagrancia da paisagem tropical em constate processo de renovo e revirginização desorientando-nos quase pelo seu rhytmo difficil de seguir.

A obra do escritor paraibano causou tamanha impressão no jovem sociólogo recém-chegado da Universidade de Columbia que fez com que ele concluísse, assim, o seu artigo para o *Diário de Pernambuco* em que abordava *A Paraíba e seus Problemas*:

Tanto há no livro do sr. José de Almeida de provocante e digno de nos reter, que é como um lago cheio de peixe, á beira do qual se tem vontade de ficar dias inteiros, pescando á linha. [...] é dos melhores que se teem produzido no Brasil. É um bello e forte livro. Surprehende o estar escripto com uma tal elevação, que não parece ter sido escripto todo de perto, na propria Parahyba, sem espaço para as vantagens da perspectiva. Nada como a distancia para vêr bem um objecto. Vêr de perto, e só de perto, é, em regra, vêr mal. Mas o sr. José de Almeida viu de perto, e só de perto, e viu bem. Vantagens, talvez, do vidro do seu “pince-nez”.





## A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS NA VISÃO DE JOSÉ LINS DO REGO<sup>52</sup>

Neide Medeiros Santos

Como nasceu o escritor José Lins do Rego? Tudo começou bem cedo. As informações sobre os primeiros escritos de José Lins do Rego foram resgatadas pelo professor/pesquisador César Braga Pinto no livro *Ligeiros Traços* (Editora José Olympio, 2007), responsável pela seleção, introdução, organização e as notas. Braga Pinto fez um trabalho de garimpeiro ao recolher esses primeiros textos do escritor paraibano e deu ao livro o mesmo título da coluna assinada por José Lins do Rego na época em que escrevia para um jornal da Paraíba.

Quando estudava no Colégio Pio X, em João Pessoa, escreveu um pequeno artigo sobre Joaquim Nabuco, que contava apenas 15 anos. Em 1919, já escrevia regularmente para o *Jornal do Estado da Paraíba*. Era nesse jornal que mantinha a coluna *Ligeiros Traços*. Foram textos escritos antes do seu ingresso na Faculdade de Direito do Recife.

Mas foi na capital pernambucana que revelou seu lado de cronista, comentarista e crítico literário. Em Recife, publicou, inicialmente, para a revista *Vida Moderna*, em seguida para o *Jornal do Recife*. Escrevia pequenos textos de caráter ficcional, crítica literária,

---

52 Publicado originalmente como artigo na revista **Genius**, João Pessoa, março de 2022.

crônicas abordando coisas do cotidiano e textos semi confessionais. Houve uma fase de admiração por Coelho Neto e Rui Barbosa, depois mudou de opinião. Há dois escritores que nunca deixou de admirar – José Américo de Almeida e Jorge de Lima.

Foi, ainda, na época que morava em Recife que fundou com Osório Borba o semanário *Dom Casmurro*, uma publicação que se opunha ao governo do Estado. De duração efêmera, o semanário foi empastelado pelas autoridades governamentais de Pernambuco. Zé Lins, em geral, utilizava pseudônimo para assinar seus artigos, mas seu estilo era inconfundível e alguns foram identificados como o texto que escreveu por ocasião da morte de Lima Barreto. O escritor carioca era acusado pelos puristas por seus descuidos gramaticais, José Lins saiu em sua defesa com essa célebre máxima: “Os grandes escritores têm a sua língua e os medíocres a sua gramática.”

Terminado o curso jurídico, voltou à Paraíba e passou a escrever para a revista *Era Nova*. O ensaio sobre o livro *A Paraíba e seus problemas* foi publicado nesta revista e traz a data de julho de 1924, seis meses depois do lançamento do livro de José Américo.

A respeito desse artigo, Gilberto Freyre assim se manifestou em carta ao amigo:

Li (e foi um grande gozo a leitura!) o seu artigo sobre o livro de José de Almeida. Dá bem a ideia de sua situação: da transição que você vai atravessando sem prejuízo do temperamento. A frase se tem ritmo parecido ao da minha frase, tem muita coisa de vivamente próprio, de pessoal, de seu. E você vai revelando possuir esse difícil sentido do pitoresco e mais que ele: o da beleza (13.08.1924).

Antes de se adentrar na análise do livro *A Paraíba e seus problemas*, José Lins tece algumas considerações a respeito do modo de ser de José Américo – tinha a “sinceridade de um místico” e era muito interessado pela leitura. Após terminar o curso de Direito, quis ficar morando na Paraíba e aos 23 anos se viu envolvido em uma burocracia de falar para velhos juizes.

Discreto e responsável, o Presidente Solon de Lucena sentiu que José Américo seria o homem ideal para organizar um livro sobre os problemas da Paraíba e que fosse também uma defesa do governo de Epiácio Pessoa.

José Américo, nas palavras de José Lins, inaugurou um gênero difícil na literatura e afirma:

Em suas 700 páginas, o homem de ideias que era José Américo não se apressa nas generalizações, não improvisa. Se houve improvisação foi somente de composição. Muito do seu livro estava à espera somente de papel e tinta.<sup>53</sup>

Era uma obra de encomenda e muita gente que esperava o “louvaminheiro”, viu aparecer o “crítico”. O escritor se fez um analista de nossos valores sociais e econômicos, o livro se tornou quase um romance “à *vraisemblance*. Um romance de aguda e sincera interpretação da terra e do homem”.<sup>54</sup>

Para escrever este livro, José Américo foi rever o sertão. E diz Zé Lins: “rever terras por onde andamos têm, às vezes, o mesmo sabor que reler um livro”.<sup>55</sup>

Possivelmente foi desse contato com o sertão que surgiu um “José Américo paisagista”. Gilberto Freyre já havia descoberto afinidades de José Américo com o romance de Gogol. Quem ler Gogol é invadido pela paisagem da Ucrânia, opina Freire.

José Lins afirma que José Américo não levou máquina fotográfica a tiracolo para escrever *A Paraíba e seus problemas*, levou uma caixa de pintor impressionista e desenhou em papel branco com tinta preta e pôs a paisagem em ação.

---

53 REGO, José Lins do. *Ligeiros Traços*. Seleção, introdução, organização e notas de César Braga Pinto. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, p..264.

54 REGO, Op. Cit., p. 264.

55 REGO, Op. Cit., p. 264.

Referindo-se ao ano de 1878, registre-se essa bela passagem rica em personificação e imagens impressionistas. As cores do céu “ouro sobre azul”, de grande beleza, contrasta com o desnudamento das árvores e com a miséria dos mais aquinhoados fazendeiros.

Mas, de repente, o céu se distendeu, serenamente, numa ironia de ouro sobre azul que era um símbolo de miséria e de morte. Principiara desnudando as árvores e acabava tirando a camisa aos mais graúdos fazendeiros.<sup>56</sup>

São várias as descrições apresentadas por Zé Lins que comprovam a presença de duas paisagens na Paraíba – uma seca e a região do brejo favorecida pela chuva e umidade da terra. Os excertos que se seguem atestam a diversidade da paisagem:

O Cariri é de nossas zonas a que mais se aproxima desse *facies* desértico ou, antes, semiárido. É, talvez, o mesmo horizonte geológico e quase a mesma *sylva horrida*. Quem leu a viagem de Max à margem do S. Francisco identifica essa analogia.<sup>57</sup>

Segue-se esta outra:

E, a primeira impressão de desprazer, em que a flora agressiva senhoreia a paisagem desnuda, sucede, inopinadamente, a renovação das primeiras chuvas, de uma nuvem que passa, como se a folhagem tivesse caído do céu ou a água se congelasse reverdecendo no manto da *babugem*.

Não creio que em nenhuma parte do nordeste essa transformação se opere com a presteza e o viço do Cariri.<sup>58</sup>

---

56 ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3 ed. revista. João Pessoa: A União, 1980, p. 192.

57 ALMEIDA, Op. Cit., p. 78.

58 ALMEIDA, Op. Cit., p. 78-79.

Com relação à zona favorecida pela constância das chuvas, examine-se este excerto:

Campam, na mutação dos cenários, todos os encantos das terras altas. E há eminências circuladas de uma beleza nova na amplidão das perspectivas.

A suavidade do clima, as baixadas cindidas de mananciais, a verdura perene, os frutos de todo o tempo denunciam os benefícios da altitude nas mais vantajosas de suas condições.

O vigor da flora, representada, acidentalmente, em matas densas, poupadas ao machado destruidor, é um padrão desse solo pingue, explorado sem método, mas sempre copioso na promiscuidade das culturas.

Deus reservou esse oásis de graça e de fartura para prover às crises que nos acometem.<sup>59</sup>

Quanto à descrição do povo paraibano, José Américo é otimista e diz que é um povo tranquilo, ordeiro e que tem amor ao trabalho, contrariando a opinião de outros escritores.

O entusiasmo de Zé Lins pelo livro de José Américo vai além da análise dos trechos descritivos, ele afirma que é um dos livros mais bem escritos em português. “É um livro bem escrito e bem pensado”.<sup>60</sup>

Salienta, ainda, que José Américo tem o talento para o pitoresco e o pitoresco vem até nos documentos áridos. A opinião de Zé Lins encontra respaldo entre os estudiosos e críticos brasileiros. Virgínius da Gama e Melo já atestava no ensaio *José Américo de Almeida*:

O livro **A Paraíba e seus problemas**, obra de vulto, um dos estudos mais completos de geografia humana já

---

59 ALMEIDA, Op. Cit., p. 76-77.

60 REGO, Op. Cit., p.269.

realizados no País, garantia-lhe, pelos subsídios, uma técnica e uma visão brasileira<sup>61</sup>.

O texto de José Lins do Rego, escrito quando contava apenas 23 anos, é uma leitura que enaltece e ilumina o livro de José Américo. Muito válida a comparação entre as descrições feitas pelo escritor às terras paraibanas com as paisagens impressas nas telas dos pintores impressionistas.

---

61 GAMA E MELO, Virgínius da. **Estudos Críticos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980, p. 23.

IV PARTE

**A CLARINADA DOS ANOS  
OITENTA**





## “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”

José Rafael de Menezes<sup>62</sup>

Aquilo que OS SERTÕES representa como estudo científico da realidade brasileira e aquilo que o estilo e o calor polêmico da personalidade literária de Euclides da Cunha representam em nossas letras, permitem-nos avaliar a significação de A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS, mais do que em relação à pequena Província, a toda região nordestina. Pela primeira vez, à luz de uma metodologia sociológica, sensível às conquistas interpretativas dos fenômenos históricos sociais que a Escola Monográfica divulgara, uma unidade da federação brasileira é estudada minuciosamente, levantando-se um quadro antropogeográfico de estilizada e realista síntese. Diferente do trabalho de Euclides, justamente pela maior fidelidade aos objetivos de informar resumidamente, de oferecer subsídios para a administração republicana que então – no Governo de Epitácio Pessoa – voltava-se para o drama da estiagem nordestina, o livro do escritor paraibano é quase didático em sua estruturação, e sóbrio na expressão literária que flui disciplinadamente numa missão de serviço. É este aspecto que mais teremos de acentuar na estreia editorial de JOSÉ AMÉRICO dentro da sua categoria de *homem do bem comum*. Com o seu talento

---

62 José Rafael de Menezes, da biografia **José Américo, o Homem do Bem Comum** (1967),

de panfletário, com a sua verve de polemista já ensalada nos entreveros da revista ERA NOVA, com a sua mocidade estudante, seria normal que as páginas de A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS divulgassem ideias, assomassem protestos, encaminhassem reivindicações num estilo político-regional, com o romantismo e a demagogia da literatura verbosa da época.

Superando a si mesmo e superando o seu tempo, superando a influência de OS SERTÕES que num assunto de tal natureza ainda hoje pesa, JOSÉ AMÉRICO escreveu uma obra com a humildade de um cientista, passo a passo fiel aos números da geografia, aos dados estatísticos, aos informes dos historiadores. Presente, lucidamente presente com sua personalidade na interpretação prévia ou conclusiva, mas de modo disciplinado, adultamente sereno, a introduzir-se na cena das letras nacionais com a mentalidade amadurecida do jurista precocemente responsabilizado nas funções de Procurador Geral do Estado.

Os períodos iniciais do Capítulo I que se intitula “Terra Ignota” são na verdade de cunho literário, indispensável à introdução do levantamento ancilar da administração pública, compreendendo-se o diapasão reivindicatório ante a situação de um Estado, como a Paraíba, rico em seu potencial geofísico e quase agônico no abandono dos governos federais, indiferentes ao problema das secas que, alí, como em todo o Nordeste, seria minorado ou mesmo superado em seus malefícios primários, se estudando, prevenido e enfrentando tecnicamente.

Acompanhemos o escritor em sua introdução libelista reivindicatória.

O nosso destino de povo desaparelhado de recursos próprios para a correção das irregularidades perturbadoras de um maior desenvolvimento econômico já esteve condenado por falsos patriotas à solução do abandono do território. Só pela ignorância de nossa natureza, na integridade de sua formação, se explica esse alvitre monstruoso. É a amostra da ligeireza com que são encarados, as mais das vezes, os problemas da nacionalidade por uma

preocupação imponderada de medidas prontas que se alternam, improficuamente, na instabilidade dos governos. Ver-se-á que o nosso meio não é imprestável, como se afigura, de corrida, a esses juízes falhos de observação direta. E, ao revés, suscetível de aproveitamento compensador do quinhão de sacrifícios com que, afinal, a União diligenciou emendar os efeitos dos acidentes que o tem retardado em suas forças produtivas.

Não temos que prosseguir na citação porque adultamente o escritor se domina, preocupando-se com o enquadramento científico do trabalho, definindo as modernas diretrizes a que será fiel, numa concepção antropogeográfica moderada e realista que se aplica metodologicamente numa dupla afirmação fecunda: ao prevalecer sobre o literatismo que os influxos provincianos faziam presentes nas relações com o Autor e ao vistoriar sobre as escolas extremadas que ainda na Europa estrugiam no brilho “determinístico” dos Brunhes e dos Desmolins. Definindo-se e ensaiando-se eruditamente o espírito de *A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS*, também se equilibrará em suas vinculações com os depoimentos regionais, com a experiência matuta, com a aprendizagem pessoal do Autor. O livro foi programado e cumpriu-se sem preconceitos, nem artifícios, com a única preocupação de contribuir em circunstâncias esperançosas para apressar e subsidiar as medidas administrativas. Eis um resumo, em estilo dos mais sóbrios, do que pretende e do que representa:

A natureza não pode ser mudada em suas linhas gerais, mas pode ser modificada. É o nosso problema. Não nos é dado conjugar o fenômeno da seca, nem sequer atinar com suas causas; mas sabemos neutralizar os seus efeitos por uma série de providências experimentadas em situações idênticas, com segura eficiência.

Mas ao lado dessa objetividade de fins administrativos, acobertando-a, enquadrando-a num meio físico de características pouco conhecidas, e num momento histórico-social eivado de preconceitos

minizadores, segue o Autor uma trilha de variado e prolongado curso documental, em que se revela um pesquisador de dotes, respeitoso e agradecido diante das fontes heroicamente pioneiras, sereno e modesto em sua colheita colocada à disposição dos que o seguirem.

Tão minudente e segura é essa incursão documental que contradiz o título do capítulo – Terra Ignota – pois na verdade pelo esforço dos cronistas, historiadores, geógrafos, geólogos, quase naturalistas e quase sociólogos – visitantes ou autóctones – numerosos artigos, simples reportagens ou capítulos de memórias, comunicações de caráter científico ou ensaios de múltipla empiriologia, haviam sido publicados descrevendo o solo, o subsolo, a economia e as possibilidades, a gente e os costumes da terra paraibana. Das observações opulentas relatadas pelo engenheiro Roderic Crandall num estudo polimórfico “Geografia, Geologia, Suprimento D’Água, Transporte e Açudagem nos Estados Orientais do Norte do Brasil” aos informes de um outro engenheiro, o inglês E. William que pela década de 1860 “percorreu a Paraíba de leste a oeste”. Do que relatou o sábio francês Brunet contratado em 1853 para “observar a posição geográfica dos principais pontos da Província”, a tudo aquilo que sobre o meio físico paraibano escreveram apaixonados estudiosos da região desde um Beaurepaire Rohan que o fez nos seus “lazers” de Presidente da Província, até alguns humildes pesquisadores da mais fecunda paixão informativa, como um João de Lyra Tavares, um José Coelho, um Coriolano de Medeiros.

Difícil será para o jovem escritor JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA sustentar o estilo de ensaísta, quando tem a sua frente os quadros da natureza de sua Província, a paisagem litorânea ou serrana que cumpre-lhe descrever e... exaltar, pois o seu estudo é também político-social... Reponta então, o romancista, e novelista das secas, o escritor que carrega em si, teluricamente. No traçado dos limites, tema corriqueiro das decorações do ensino primário, seu estilo adquire ritmo e grandeza, sem perder a objetividade:

As linhas fronteiras que não têm características naturais são ainda arbitrárias e indecisas. A da parte setentrional é

esquisitamente irregular. Começa, do mar para o poente, na foz do Guaju. Inclina-se pelo leito deste rio até sua nascente e, a breve trecho, acompanha o rio Calabouço. Daí por diante, curva-se e quebra-se, através de relevos, infletindo, em meio, até deprimir o território numa faixa de 50 quilômetros de largura, pela invasão do Seridó, ou deforma-o em figuras caprichosas, como na ponta da Serra do João do Vale, e chega pelos degraus da Serra de Luís Gomes a extrema ocidental. Os dois Estados limítrofes constituem, geograficamente, uma mesma região. A separação de Pernambuco é pelas divisas que derivam de embocadura atlântica do Rio Goiana. Arqueiam-se desse curso, atravessam um núcleo de populações comum e, daí a alguns quilômetros, pegam com a serra geral dos Cariris Velhos. Prosseguem pelo dorso da cordilheira, atento o divisor das águas, e entram, adiante, a colear em diversos rumos, numa geometria tumultuária, cuja maior reentrância coincide com a zona desfalcada pela instrução do lado oposto, estreitando-a, cada vez mais. Essas curvas desenham um triângulo por onde a Paraíba se intrmete, longamente, em Pernambuco, numa expansão territorial nem correspondência econômica, pela sorte comum dos tratos assim constituídos. E continuam, com a mesma tortuosidade, de serra em serra, pelo *divortium aquarum*, até entestar com o Ceará.

Dir-se-á que o ritmo é euclidiano; seria impossível fugir à influência estando tão próximo de Os Sertões, mas registre-se a superioridade como simplificação, o poder bem pessoal que será uma das glórias literárias de JOSÉ AMÉRICO, o saber utilizar apropriadamente, numa revalorização vernácula, numa função democrática, a palavra comum, que ajuda a clarificar o pensamento e ornamenta o texto de uma evidência íntima da vida, numa conjugação antropogeográfica.

Cada uma das zonas e semi-zonas da ecologia situada dentro dessas fronteiras recebe do Autor uma introdução recreativa, em pinceladas coloridas por uma amistosidade que encontrarão no destino político administrativo do escritor semi-adolescente, revivescências

mais do que simplesmente literárias ou pleitativas, governativamente restauradoras da economia, modificadoras da paisagem, na mais legítima coerência histórica com a intimidade do conhecimento e o otimismo da descrição.

A faixa marítima dos arredores da capital paraibana (que irá acolhê-lo na mais lúcida ancianidade) está identificado, nestes termos:

O coqueiral virente e sobrecarregado debrua toda a beira mar. Os outeiros que aqui e alí, contrastam com a monotonia da planície são ridentes maciços de verdura. A capital, situada numa dessas graciosas colinas, vista do alto, atufa no bosque soberbo que a circunda e invade com a remalheira dos pomares e algumas árvores revelhas escapas à devastação.

Em direção ao interior através do “taboleiro” “planície safia” com o “cajueiro bravo, a mangabeira e o batiputá refrigerando o descampado” atinge-se a sub-zona da caatinga:

A paisagem tem dois aspectos: é cinérea no estio, com as espécies permanentes, em maioria arbustivas, nuas e dormentes; mas, na época da chuva, tudo reverdece, de pancada, de envolta com as plantas periódicas que rebentam dos “caules subterrâneos” ou germinam como por encanto.

Não é, porém, a flora hostil das caatingas sertanejas, caracterizadas pelas plantas suculentas. As cactáceas e as bromeliáceas aparecem, raramente, nos trechos mais ingratos de lajedos e pedregulhos.

Onde são favoráveis as condições do solo, pela acumulação da camada terrosa, o pau d’arco e outras muitas espécies arborescentes têm um desenvolvimento normal. E a beira dos rios, a vegetação não difere do agrupamento driádico

A aparência tristonha dessa área é a desfolhada.

Mas é uma miséria ilusória. A terra tem reservas latentes que, nos trechos mais escabrosos, aguardam a água benfazeja para compensadora produção”.

Através do *taboleiro*, em trechos agrestes, vai se subindo, e pelos “lances fragrosos” se “chega aos brejos”. É a zona privilegiada pela natureza, na fecundidade das terras, na abundância das chuvas, na amenidade do clima. JOSÉ AMÉRICO que nasceu numa dessas encostas brejosas delas tece um hino descritivo:

Por onde quer que se suba, o declive é brutalmente trabalhado pelo escoamento fluvial. É a ação das longas inverneiras despejadas, preferentemente, nessa região.

Observa-se uma estrutura de contrastes, ao longo de toda a escarpa, na alternância de limbas e barrancos. Não raro as depressões aprofundam-se em apertadas gargantas.

Se se alcança a esplanada, o terreno descai, a pouco trecho, para outros acidentes. São escassas as chans.

Mas o custo da ascensão é adoçado pelo sentimento da natureza que pompeia em incitativas variedades. Campeiam na mutação dos cenários, todos os encantos das terras altas. E há eminências circuladas de uma beleza nova na amplidão das perspectivas.

A suavidade do clima, as baixadas cindidas de mananciais, a verdura perene, os frutos de todo o tempo denunciam os benefícios da altitude prestadia nas mais vantajosas de suas condições

O vigor da flora, representada, acidentalmente, em matas densas, poupadas ao machado destruidor, é um padrão desse solo pingue, explorado sem método, mas sempre copioso na promiscuidade das culturas.

Deus reservou esse oásis de graça e de fartura para prover às crises que nos salteiam.

Nascido na zona fértil, na familiaridade com as chuvas, no oásis do engenho OLHO D'ÁGUA, sua personalidade do escritor e de homem público iria identificá-lo característica mente como um

sertanejo, como um romancista e um administrador, como um líder da *zona seca*. Em sua infância feliz, imersa na “verdura perene”, em suas férias de adolescente que vem usufruir na Serra a “suavidade do clima”, refazer se, saboreando “os frutos do tempo todo”, a notícia do drama sertanejo, as amostras ambulantes da infelicidade dos seus coestadanos da faixa árida, que vez por outra invadem o oásis, maltrapilhos, famintos, humilhados, abalam sua solidão telúrica, como vem sua sensibilidade poética, convertem sua alma social até as mais íntimas identificações, até as heroicas solidariedades. Assim se explica *A BAGACEIRA*, desde o título, um livro que tem por cenário a zona brejosa, as encostas ferazes regadas pelas fontes perenes, onde a cana viceja. Mas os aspectos humanos do grande romance, seus tipos mais autênticos, seus momentos geniais, destilam da alma social do Autor que sofre do sofrimento dos retirantes, que conduz a seca em suas entranhas, como uma fomo desejada, em arrojos solidaristas, pelo *homem do bem comum*...

Já nas páginas de *A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS*, a região calcinada, os pedaços do Nordeste eugênico que se espalham em solo paraibano, recebem de JOSÉ AMÉRICO mais do que uma descrição científica; para além de própria cadência poética de sua familiaridade sertaneja, do sentimentalismo compassivo, existe a exaltação das possibilidades regionais, o desafio corretivo, que por misterioso e feliz destino, encontrará uma década à frente, no Secretário de Estado, no Ministro, no Senador, no Governador, o amigo oficial das medidas administrativas mais sensatas e mais atentas, que no conhecimento e no registro do escritor de trinta anos, acaloravam-se como num compromisso.

Começa pelo Cariri: “o estendal de cascalho e seixos rolados, as penhas agras, a flora espinhenta, o sol fogueiro, o vento bravo”... Em comparação com a zona do S. Francisco, o Cariri paraibano lhe parece com atenuantes da aridez. As árvores não “são anãs, de raízes atrofiadas e esgalhos raquíticos”, pois em alguns trechos “servidos de melhores elementos hídricos, elas se subtraem à aspereza dominante e se alteiam



em capões”. A zona mais seca do Estado, como proclama, possui no entanto beleza e potencial ecológico.

Pois bem: até nesse recanto adusto a aroeira, a umburana, a caibreira e, em geral, as leguminosas se alçam normalmente. A braúna e o joazeiro resistem virentes à canícula. Abundam as plantas fibrosas. E, ao primeiro visio de desprazer, em que a flora agressiva senhoreia a paisagem desauda, sucede, inopinadamente, a ressurreição das primeiras chuvas, de uma nuvem que passa, como se a folhagem tivesse caído do céu ou a água se congelasse reverdecendo no manto da babugem.

Por fim o sertão propriamente dito, o Alto Sertão como é denominado na Paraíba, hoje conhecido como a zona dos grandes açudes – Coremas, São Gonçalo, Mãe D’Água, Condado, Boqueirão – nomes ritmados com a vida político-administrativa de JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA.

Além da vertente ocidental da Borborema, está o Alto Sertão.

O aclave, embora aspérrimo, é rápido. Descortina-se um mundo novo que ondula a perder de vista e não se ajusta, nenhuma mente, ao modelo de EUCLIDES DA CUNHA.

O campo desigual como que vai coleando em relevos avulsos até emendar com as serranias que interceptam o horizonte.

A vegetação é rala e quase toda arbústea; mas nos sopés e nos vales se adensa medrançosa. E falha da “flora caprichosa” do Cariri, das espécies defensivas que severizam o planalto. Amiudam-se as favelas e as juremas. E, à beira dos rios, os oiticicas oferecem uma sombra indefectível.

Não se pode, igualmente, compreender essa parte do Estado sem distinguir seus alternativos aspectos: a terra assoalheirada, sem sinal de vida, e o improvisado quadro

das primeiras águas. O estio, embalsamado pelos pereiros em flor, é um mortífero derrame de luz que transforma as campinas num cinzeiro senão quando rebenta um paraíso de sopetão. O panasco, que se pulverizara, vira, de repente, um tapete de verdura e a gente observa, em poucas horas, o desabrocho dos botões e o desenvolvimento das folhas nos impulsos da seiva concentrada.

Os demais capítulos de A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS prosseguem com as mesmas características, e não julgamos necessário, dentro do plano deste estudo, analisar o conteúdo de cada um deles. Destaquem-se, no entanto, as opiniões que emite no Capítulo II sobre o clima, em discordâncias quase audaciosas de convicções e preconceitos – eruditos ou costumeiros. Sua atualidade cultural e seu bom senso de intérprete adulto, avultam numa superioridade sobre o meio intelectual da Província. Como poderia dispor de tantas fontes – fontes europeias, francesas e italianas, sobretudo, sem sair das pequenas cidades que eram então, Areia, Guarabira e mesmo João Pessoa? Como conseguira tanta maturidade relacionar teorias de evidência polêmica, com a realidade climatológica do seu pequeno Estado? São malabarismos culturais que o credenciam a uma liderança da maior significação comunitária.

Sóbrio em sua linguagem de ensaísta, sempre documentado e atualizado; equilibrado era suas teses, não perdendo as vinculações regionais, entre elas o calor da intenção reivindicativa, passa o jovem autor de A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS a um registro dos períodos críticos da vida da Província, através de uma pequena *história das secas* que formam o conteúdo do capítulo III. São didaticamente preciosas essas cinquenta páginas que fixam entre 1692 a 1915 as quadras doloridas da existência sertaneja, em ampliações nordestinas - de Estado a Estado, em suas consequências econômicas e sociais, abalando por vezes a própria nação brasileira. As linhas que encerram o capítulo merecem citação:

A angústia da síntese não me permitiu reconstituir toda a vastidão desses desastres. Se me ative, às vezes, em

miudezas de interesse puramente local, para satisfazer uma curiosidade, porventura, mais exigente, preteri lances históricos expressivos e de maior sentimento histórico.

De tudo se vê que a Paraíba sofreu muito, com uma resignação calada que lhe escondia as dores. Não se contam as mortes pela fome e pelos outros males consecutivos à seca, os lares destruídos, os despenhos na miséria, as forças vivas escoadas para melos inóspitos, todos os danos acumulados das repetições de calamidade.

Esta luta de homem com as desordens do clima é a comprovação de um valor moral que deve ser assinalado em todos os seus traços de amargura e de coragem renitente.

No Capítulo IV – História político-administrativa – a citação que se impõe é a dos períodos de introdução. Fazendo-se mais veemente, mais ardentemente cívico e pessoal em suas observações, o texto libelístico é uma preliminar dos “gritos” nacionais que tanto iriam caracterizar sua ação e influir nos destinos do Brasil, pela coragem de sua personalidade.

A história político-administrativa da Paraíba do Norte, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista, até 1919, é um documento de preterições e de abandono.

A natureza perenemente generosa não correspondeu à longanimidade dos homens.

Sobre lhe falecer, desde os primórdios, a ação tutelar necessária a todos os corpos sociais e, mormente, aos núcleos nascentes, foram desfalcados, com uma gana insaturável, seus principais elementos de vida própria

E, se esta fonte inesgotável de recursos manifestou, através de tantos reveses, uma vitalidade que substituiu a todas as circunstâncias adversas, não deixou de se quebrantar, de quando em quando, às provações mais ingratas. Mas, recobrava-se, dentro de poucos anos desses desfalecimentos

com índole de progresso que tem sido o milagre de suas realizações.

Se os fados esquivos ou hostis foram remoras no ingresso da civilização em nossas plagas, erros sucessivos prolongaram, ainda depois desse evento, o estado primitivo.

Ver-se-á como o acaso, as paixões ruim e, sobretudo, o descaramento inveterado empeceram, secularmente, o surto das energias do meio.

Depois de uma incursão ousada em forma de Estudo Antropo-social (cap. VI), o livro se encerra com um *Estudo Econômico*. Intelectual de atualizações europeias, à frente do seu tempo regional, uma análise econômica na década de 1920, bem poderia atualizar-se de excessos, num economismo de influência marxista ou numa minimização pelo temor de parecê-lo. JOSÉ AMÉRICO segue porém o seu curso próprio; não avança, nem recua. Tem a coragem da moderação, a capacidade de vencer os preconceitos... para melhor servir ao *Bem Comum*. Considera o problema da seca, “por excelência, um problema econômico” – no que estava certo. Compreende suas angulações sociais; discorda do latifúndio, e chega a sugerir a subdivisão de propriedade “menos valorizada” – hoje dizemos improdutivas – pela “intervenção do Estado, em benefício da colonização”. Linguagem avançada para época, que não encontra cobertura socializante no sentido marxista, pelo menos em tudo o mais que escreve o Autor, sempre moderado e sempre lúcido na cena polêmica das correntes extremadas. Ao término de sua análise econômica, para concluir o livro, a proeminência dos valores humanos retomam uma constante do ensaio, em sua exaltação às virtualidades do homem nordestino, do sertanejo sobretudo, como principal motivo e principal esperança da defesa e de compromisso dos Poderes Públicos. Eis a página que resume o trabalho e a mentalidade comunitária que presidiu o instante de sua redação, inclinado fecundamente sobre os destinos brasileiros que dentro de dez anos passariam a receber de JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA a melhor das contribuições *humanistas*:

Parece ocioso, depois desta exposição, indicar as consequências das obras empreendidas com fim de remodelar todo o aparelho de nossa riqueza. A cada necessidade correspondeu o recurso dos problemas fundamentais. As irregularidades naturais, às deficiências do trabalho, às exigências da produção, à penúria do comércio acudiram as invocadas medidas de uma solução complexa.

Se ainda não foram levadas a termos todas as iniciativas, é fácil a previsão de seus proventos, em face do estado atual do nosso organismo econômico. Um meio que, desservido de todos os elementos de impulsão de sua vitalidade, chumbado aos primitivos sistemas da lavoura e da pecuária, anciloso pela falta de vias de transporte, dessangrado pelas secas, granjeou, pelas virtudes próprias, o desenvolvimento que desfruta, está fadado, pela correção dessa inferioridade, a um plano invejável.

Antes de emendar as condições naturais, cumpria valorizar o elemento humano. A proteção sanitária implicará em maiores utilidades.

As endemias reinantes em algumas zonas, sobre serem causas do pauperismo, gerando um peso morto para a coletividade, impediam o amplo exercício do trabalho físico.

O elemento mórbido, sem energia criadora, privado de um concurso eficiente, está sendo reintegrado, pelo equilíbrio de suas propriedades normais, na missão produtiva. A atividade corporal, sem a pressão dos agentes patogênicos, deixa de ser uma pena, para completar a fortuna da vida útil.

Pode-se calcular de que será susceptível o fator inteligente da riqueza, na integridade de seus órgãos e de suas funções, depois de ter dado de si, em redobrado esforço, um exemplo singular de capacidade e resistência.

O saneamento rural, preparando braços sadios, para melhor aplicação das faculdades, transformando inválidos

em instrumentos de nossa prosperidade, duplicará os valores.

Essa nova situação demográfica acarreta, por conseguinte, as mais vantajosas consequências econômicas.

A defesa da saúde do trabalhador prodigalizará outro destino à produção. A política sanitária resguardará o capital humano, felizmente, ainda não ameaçado, entre nós, pela abstenção deliberada que tem engendrado, alhures, as práticas repugnantes da natalidade decrescente.

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS lançado modesta mente como um quase relatório para subsidiar a ação administrativa da nordestinidade do Governo Epitácio Pessoa, não repercutiu nacionalmente; na própria Província não conferiu ao Autor maior prestígio do que o já alcançado pelas suas posições oficiais ou, pelo seu conceito de intelectual. Somente em 1937, quando JOSÉ AMÉRICO já vencera tantas etapas políticas que se situava como candidato mais credenciado à Presidência da República é que Josué de Castro veio a descobrir as qualidades científicas do ensaio de estreia do escritor nordestino, indicando e prefaciando com o entusiasmo, A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS, para a coleção da GLOBO, “Biblioteca de Investigação e Cultura”. Mas temos certeza de que diante do Autor, no fato excepcional de um jurista, um intelectual de íntima relação com poetas e filósofos, tentado pelo polemismo literário do meio provinciano, a disciplina metodológica, e senso cívico de um empreendimento útil, o conhecimento do seu território natal, de sua gente, nas formulações documentadas e otimistas de A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS, concluíam-se numa perspectiva de compromisso. Ofereciam a JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, aos trinta e três anos de idade, uma maturação da relevante responsabilidade político-administrativa. Conferia-lhe em sua geração uma dinâmica e gravosa superioridade.

## UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”<sup>63</sup>

Gemy Cândido

As transformações econômicas e sociais que experimenta a sociedade paraibana, na década dos anos vinte, levam a classe proprietária a tomar consciência dos seus interesses<sup>64</sup>.

O desenvolvimento do comércio e da indústria, decorrente da introdução de relações capitalistas de produção no sistema agrário,

---

63 Publicado como artigo no Suplemento Correio das Artes, João Pessoa, A União, de 14/1 a 14/2/1987.

64 Politicamente, na década dos anos vinte, torna-se necessário distinguir três tipos de liberalismo, que se transformam em programas partidários e convergem numa só linha de nítido conteúdo ideológico: o velho e tradicional liberalismo processados pelos proprietários de terra que se constituem em oligarquias e grupamentos familiares que disputam o poder municipal, e cuja influência econômica (fundiária) e social é ainda muito grande; o novo liberalismo, professado pelos descendentes ilustrados dos senhores, empobrecidos de terra que frequentaram as mesmas escolas, vivem nas cidades, detêm o prestígio intelectual e ocupam cargos administrativos na esfera estadual e federal; e, finalmente, o liberalismo reformista dos filhos do pequeno comércio, da pequena indústria e do pequeno funcionalismo público, muitos deles vivendo com uma certa independência financeira, mas excluídos dos quadros da vida administrativa, com pouca ou nenhuma possibilidade de participar do natural processo de acúmulo de capital.

acabaria por vencer a influência particularista dos coronéis, rompendo o pacto político que os mantinha no poder.

Nessa sociedade de estrutura agrária, que tinha a sua agricultura, o seu comércio, a sua indústria e as suas finanças baseadas na produção do algodão e da cana-de-açúcar, as letras e as artes eram preocupação exclusiva de uma pequena elite de intelectuais.

Os proprietários de terra, dispersos em suas propriedades, não cultivavam o gosto da leitura. As obras mais sérias somente eram lidas pelas pessoas mais cultas, em geral militares, professores, funcionários públicos, comerciários e industriários, em pequeno número.

Escrevia-se, assim, para um público praticamente inexistente, que valorizava a eloquência fácil, a oratória de salão, os saraus mundanos, as polêmicas jornalísticas, que se sobrepunham a considerações econômicas e sociais e se processavam sob o olhar contemplativo de meia dúzia de embaçadas mediocridades. O saber enobrecia e encantava. E nos fazia ser estranhos em nossa própria terra.

A literatura tinha aí reduzida significação, revelando inusitados interesses pelas coisas inéditas, alimentando-se de doutrinas jurídicas, científicas e filosóficas que davam uma dimensão enciclopédica. Privilégio, quase exclusivo, de bacharéis, filhos ou genros de proprietários de terra, ela não poderia deixar de corresponder, psicologicamente, a um estado de coisas que tornar-se-ia característico da sociedade patriarcal, expressão mesma de um sentir, de um viver e de um pensar aristocrático.

Daí a atração pelo regionalismo, que segue a tendência predominante e aceita do naturalismo sertanista, com todos os ingredientes temáticos e estilísticos que o caracterizam: a correção linguística; o repertório e riqueza vocabulares (que chegam, às vezes, até ao preciosismo); o cientificismo despiciendado; as digressões moralizantes e veladas reivindicações sociais e políticas (que se insinuem pelo corpo da narrativa); a ambientação geográfica e circunstâncias existenciais que movem a ação dos personagens (marcados, em geral, por uma dolorosa fatalidade e calmo estoicismo); enfim, a acuidade sociológica



e aguda sensibilidade humana que faz o romancista voltar as suas vistas em direção das classes menos favorecidas da sociedade.

Exemplos dessa ficção regionalista, que se tornou, hoje, ilegível, são as novelas de Carlos Dias Fernandes, Alcides Bezerra, Adhemar Vidal, Olívio Montenegro, Eudes Barros, Paula Magalhães, Antônio Fassanaro, Perilo Doliveira, Coriolano de Medeiros, Samuel Duarte, Pinto Pessoa, Genésio Lustosa Cabral, Antônio Benvindo e M. A. Sobrinho.

Mas trata-se, aqui, a despeito de tudo, de uma ficção que, se retoma o naturalismo como forma de inspiração, não cede à geografia nem faz exigências demasiadas ao pitoresco. Um naturalismo mais antropológico e menos paisagístico, meio primitivo, meio romântico e meio nostálgico, e que tem o homem no seu centro.

A obra de José Américo de Almeida reflete, melhor do que a de qualquer outro, esse novo tipo de regionalismo, não somente pelo fato dele haver se constituído no centro geométrico da intelectualidade paraibana na década dos anos vinte, como também pelo fato de ser o escritor mais discutido e mais falado na província. E mais ainda, por encarnar a ideologia da classe dominante, tomando a literatura não como uma atividade de pura evasão, mas como instrumento de compreensão e de interpretação da realidade, orientando-a no sentido do social e do político.

Com efeito, a obra de José Américo de Almeida assinala, literária e politicamente, a transição histórica que marca a decadência da aristocracia rural e o espírito do capitalismo – a economia moderna –, e traduz a ideologia da classe dominante, cujas vertentes se abrem em três níveis de preocupação:

- a. preocupação pelos problemas econômicos e sociais que, se, de um lado, favorecem o crescimento da indústria e do comércio e abre oportunidades de vida a parcelas significativas da população, antes marginalizadas do processo produtivo, de outro, provoca o empobrecimento de grande parte dos proprietários rurais, incapacitados de se adaptarem ao estatuto do capitalismo;

- b. preocupação pelos problemas políticos e institucionais, que geram descontentamento generalizado entre as diferentes facções oligárquicas que se sucedem no poder, mantidas sob o férreo controle de Epi­tácio Pessoa, que dispõe sobre os cargos públicos e distribuição de mandatos;
- c. preocupação pelos problemas de hierarquização social, que modificam os quadros da sociedade e põem a nu a miséria das populações interioranas e dos subúrbios da capital, entremostrando diferenças de classe mal percebidas.

Todas essas preocupações perpassam pelo texto da obra de José Américo de Almeida, incluindo-se aí os artigos de jornal e revista, ensaios, romances, conferências, sobressaindo-se no livro “A Paraíba e seus Problemas” e transfigurando-se em “A Bagaceira”.

De fato, “A Paraíba e seus Problemas”, matriz do pensamento político e base da escritura estética do escritor, é uma espécie “suma” da seca, variada e multiforme, de orientação enciclopédica. Sua base científica, fundada num determinismo fenomenológico que procura tudo explicar pela influência do meio – do meio físico, do meio social e do meio político – segue uma lei segundo a qual a descrição objetiva dos fatos e a justa interpretação do seu encadeamento lógico têm obrigatoriamente desenlace dentro de uma cadeia aberta de contradições inevitáveis.

Daí porque uma análise minuciosa sobre essa obra (escrita em seis meses e prestigiada pelo patrocínio de Epi­tácio Pessoa e Solon de Lucena) se defronta com dois pontos: o nível científico, que envolve considerações teóricas e as concepções nela veiculadas, e que apresentam obscuridade, erros de perspectivas e falhas metodológicas; e o nível propriamente artístico, envolvendo a linguagem de escritor, a imagem de superabundância barroca, a composição preciosa, o torneio das orações que tem ranço de coisa pré-fabricada.

É que, sem possuir uma adequada formação científica, sem instrumentos próprios de análise, e sem capacidade para criá-los, José Américo de Almeida elabora o seu trabalho cedendo a uma certa

flexibilidade de sistema, ordenando os temas mais em função de uma aspiração estética do que de uma metodologia paradigmática.

Aí se evidenciam as suas simpatias literárias, seus compromissos com o conservadorismo estético do regionalismo e do naturalismo sociológico, e se destaca a sua visão ideológica do mundo. Aí se denuncia, também, a linguagem cerebral que se faria presente na “A Bagaceira”, cujo ritmo verbal, ganhando em expressividade mas perdendo em qualidade artística, prejudica o desenvolvimento da narrativa, pelo rigor retórico que a caracteriza. O pensamento político do escritor, inobstante, adquire, aí, contornos preciosos e bem estruturados, expressão e síntese de uma visão ideológica do mundo que encontra condensação numa realidade cruel e amarga: o problema das secas e de suas derivações econômicas e sociais.

Não é somente o problema das secas, porém, que orienta o eixo de “A Paraíba e seus Problemas”. José Américo de Almeida se deixa levar pelos meandros de outras realidades, que procedem de sua posição político-social (que não poderiam deixar de estar impressa na obra), e que definem os interesses da classe a que se encontrava ligado.

É na base do conhecimento cientificista da época, propagado pela Escola do Recife, que se vai fazendo a qualificação do seu trabalho. Dos diferentes tipos de positivismo, que passam pelo evolucionismo de Spencer e Darwin, genealogismo de Lamarck, geografismo de Humboldt, Ratzel e Vidal de La Blache, demografismo de Malthus, historicismo de Buckle e socialismo de Proudhon, ele chega praticamente a todas as generalizações científicas sedimentadas nos fins do século passado e inícios do atual.

E com escrupulosa exatidão descreve euclideanamente, a terra, o meio e o homem; detém-se sobre o clima da região, a fisionomia dos vegetais, regime de água, composição geológica; apoia-se em relatórios, memórias, mensagens; extrai informações de autores estrangeiros cronistas e cientistas; exuma documentos dos arquivos oficiais; computa dados estatísticos e esclarece pontos obscuros da historiografia paraibana.

E se levanta problemas e propõe soluções que, compreendidos à luz do conhecimento da época e sem as deformações prospectivas que nela podemos projetar, seriam os mais adequados, não reproduz o mais importante: a participação de toda a coletividade no processo de evolução histórica dos fatos que articula, e de que os proprietários de terra são as expressões mais elevadas e salientes.

A origem da seca, por exemplo, o escritor situa numa esfera exterior à realidade que examina, acima das contingências econômicas, sociais e políticas. Em consequência, aceita a tese do determinismo histórico enquanto filosofia da história, que para ele encontraria confirmação na miséria das populações atingidas pelo flagelo, e segundo o qual as condições físicas da realidade geográfica (climáticas, mesológicas, hidrográficas, orográficas), sobrepujam a capacidade do homem para vencê-las, conduzido por forças sobrenaturais.

Foi o determinismo, todavia, que orientou o pensamento de José Américo na direção de algumas categorias lógicas extremamente fecundas. Para o determinismo, por exemplo, os fatos da realidade são apenas transitoriamente condicionados<sup>65</sup>. Conhecê-los e interpretá-los significa descobrir as causas que os determinam e os processos que os articulam. Nas infinitas formas de relação causal, conhecer e interpretar os fatos significa transformá-los em dados da experiência. E por meio desse método chegar a uma síntese teórica objetiva, elaborada mediante a utilização de conceitos válidos.

Por isso, enquanto modelo metodológico, “A Paraíba e seus Problemas” é um livro que fala os dados da experiência objetiva, nos dando uma visão de conjunto da realidade, cuja significação teórica decorre menos da maneira lógica de articular os fatos do que das artimanhas ideológicas que, intencionalmente, a estrutura.

---

65 “Não incido, portanto, nos extremos do ramo dissidente da escola de Le Play, no “determinismo geográfico” de Demolins, Tourneville e Brunhes, que reputam o meio físico como o fundamento de toda ciência social; mas penso que desse fator de produção depende, em grande parte, o destino dos povos” (José Américo de Almeida, “A Paraíba e seus Problemas”, A União, 3 ed., 1980, pág. 53).

Daí não seria de estranhar que, em “A Paraíba e seus Problemas”, se concausem a geografia, a sociologia, a etnologia, a história econômica e a história social; que, aí, se questione o processo das migrações internas, discuta-se a influência do branco, do negro e do índio na formação da “raça” paraibana; critique-se o tipo de alimentação das nossas populações interioranas, fale-se das formas de organização do trabalho e concentre-se sobre o sistema agrário de produção, então em visível decadência. Nos dê, enfim, uma visão dos problemas provincianos, em particular, e dos problemas nordestinos, em geral, traçando-se, ao meio, um largo panorama do fenômeno das secas<sup>66</sup>.

As origens de classe e formação acadêmica de José Américo, bem como a sua ideologia política e a sua visão do mundo, entraram em conflito permanente na elaboração desse trabalho, fazendo do escritor um idealista romântico, levando-o a confundir realidade sociológica e realidade política. Para ele, por exemplo, o problema do

---

66 “Não nos é dado conjurar o fenômeno da seca, nem sequer atinar com as suas causas; mas sabemos neutralizar os seus efeitos por uma série de providências experimentais, em situações idênticas, com segura eficiência” (Id, Ib, pág. 53);

“Poderá a ação do fenômeno em nosso território esclarecer o conhecimento de suas causas?

No estado atual da ciência, essa interpretação é uma angústia que cresce, de crise em crise, em face do enigma. Têm sido pesquisadores, constantemente, esses agentes que mais a mais se enfarruscaram nas negaças de seu mistério.

Já não é fácil o balanço dessas conjeturas discordes. O mal tem sido lançado à conta da forma do continente norte oriental, da direção orográfica, da natureza e do desnudamento dos terrenos, do resfriamento do sol, do regime anticiclônico e de outras duvidosas influências” (Id, Ib, pág. 146).

“Tudo indica ser a seca um fenômeno extraterrestre que atua, mais ou menos intensamente, conforme as circunstâncias locais” (Id, Ib, pág. 148).

“Ao seu papel puramente mecânico não deve ser imputada uma responsabilidade que cabe a fatores ocultos” (Id, Ib, pág. 149).

“O mal é devido a um fator incógnito que perturba as causas próximas das chuvas” (Id, Ib, pág. 151).

“A seca é, portanto, um fenômeno extra telúrico que desarranja as condições meteorológicas do litoral ao alto sertão” (Id, Ib, pág. 152).

flagelo das longas estiagens poderia ser solucionado pela interferência do governo, a quem caberia minorar a situação de miséria das populações utilizando-se de instrumentos tecnológicos capazes de vencer e sobrepujar as forças naturais, não deixando o homem entregue aos seus desígnios.

Ora, o desejo de explicação objetiva para os problemas estruturais da sociedade agrária, na década dos anos vinte, encontrava-se profundamente vinculado à ideologia da classe proprietária. O problema da seca não se ligava ao da fertilidade dos solos, composição geológica, clima, regime das águas e dos ventos, distribuição hidro-orográfica da terra. Nem tão pouco das relações sociais e sistema de organização do trabalho e repartição da riqueza. Porque, a despeito do flagelo das secas, a prosperidade econômica e o enriquecimento das populações eram um fato inquestionável e evidente<sup>67</sup>. Quer dizer, nas épocas de bom inverno a produção e o nível de renda eram satisfatórios, havia excedentes agrícolas para consumo e venda no mercado.

O problema não era assim, propriamente, o da seca, mas o do abandono em que o governo deixava a província, entregue a seus próprios recursos, sem condições de proporcionar às populações flageladas qualquer tipo de assistência, quer técnica, quer creditícia. Ou adotando meios para prevenir o mal, como, por exemplo, o da açudagem, ampliando-se os meios de circulação dos bens produzidos, facilitando-se as trocas comerciais, promovendo a abertura de estradas de ferro e de rodagem, estimulando-se a fabricação de panos e a

---

67 “Mas a seca, sendo assoladora, não é de molde a inscrever o nordeste na condenação das terras áridas. Sua diminuta frequência dá largas a uma prosperidade que confirma as excelências do estado normal” (Id, Ib, pág. 155).

“As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização econômica e social.

Ajudada, vantajosamente, de recursos naturais que, nos anos regulares, lhe asseguram a expansão da riqueza, a Paraíba tem sido a obra relutante de seu progresso, realizada sem nenhuma acoroçoamento dos poderes centrais, periodicamente aniquilada por essa fatalidade” (Id, Ib, pág. 161).

indústria de prensagem do algodão, tornando mais eficiente a produção do açúcar, enfim, favorecendo o aumento da riqueza coletiva<sup>68</sup>.

Para José Américo de Almeida, por conseguinte, o problema da seca era mais um problema de economia política do que um problema de distribuição social da riqueza e de organização da terra, cujo estatuto semicolonial privilegiava a uma classe que explorava e oprimia o restante da população. Não via que as causas maiores da pauperização das populações possuidoras quanto das populações sem bens, eram as formas de organização do trabalho, das relações sociais entre o senhor e o escravo (vaqueiro ou colono), e das condições dos meios de produção nela utilizados. Para ele a terra se abria a todos os tipos de atividade agrícola, exploradas empiricamente, pelos seus donos, sem qualquer intervenção governamental.

E não tocava no mais essencial, que eram as relações sociais de produção, reclamando, ao contrário, a adoção de medidas e providências que se colocavam no nível político e institucional e não no nível da infraestrutura agrária da sociedade, que começara a se descrystalizar em face das relações capitalistas que nela se processavam (mercê mesmo, em grande parte, dos programas governamentais implementados em açudagem, abertura de estradas, estímulo à produção agrícola e pecuária, que acabariam, paradoxalmente, por quebrar o precário equilíbrio em que se mantinham as oligarquias), e que se vinham esboçando desde a primeira década do século.

Desse modo, se a intenção inicial do escritor, em “A Paraíba e seus Problemas”, foi a de traçar um painel sobre o fenômeno das secas, redimidas pela administração Eptácio Pessoa, apontando as soluções viáveis para o problema, acabou apenas por realizar uma obra de inestimável valor documental, que reúne, praticamente, quase tudo que se havia escrito sobre o território paraibano nos últimos séculos.

É que, detendo-se num descretivismo enciclopédico e reprodutivo dos fatos sociais – mas sem a compreensão clara desses mesmos

---

68 Id, Ib, págs. 227 a 229.

fatos – não chega ali a alcançar conclusões teóricas de peso. Isto porque José Américo não dispunha do instrumental necessário para analisar em profundidade aquilo que via: a decadência da sociedade agrária.

Inobstante. “A Paraíba e seus Problemas”, a despeito das suas insuficiências teóricas, erros e desvios de perspectivas, é um estudo crucial de redescoberta do interior paraibano, de reinterpretação do fenômeno das secas de análise das relações mesológicas que presidem as nossas estações de água. Deficiências, erros e desvios que se devem não no intelectual, mas, de um lado, às limitações dos conhecimentos científicos da época, dominadas pelo determinismo, e, de outro, devido às origens de classe e formação acadêmica do escritor, que o impediram de visualizar as transformações econômicas e sociais que experimentava a sociedade paraibana no conjunto de suas determinações dialéticas.

Daí porque José Américo de Almeida não tinha como deixar de vincular o problema da seca à craveira do Estado, privilegiando a ação governamental como o melhor meio de retificar os desígnios da natureza. Em consequência adotaria uma posição reformista diante das instituições governamentais, colocando o dever público acima de tudo o mais. E como toda ação governamental decorre dos fatos objetivos que se ligam a razões de Estado, cuja organização e funcionamento nas leis positivas, não há como deixar de articulá-la a uma noção rígida de dever público, que seria, aliás, em José Américo, uma constante em sua carreira política. Razão pela qual sempre acreditou que o bem público deveria ter uma irresistível vinculação social.

Assim, para José Américo de Almeida, o problema político, antes de ser um problema econômico e social, era um problema jurídico<sup>69</sup> que, nele, se transformaria num autêntico propósito de justiça social, que cada vez mais se acentuam até chegar ao radicalismo, mas sem nenhum ranço incendiário e/ou destrutivo. Nunca chegou a compreender que tanto a realidade político-institucional que denunciava quanto o estado de abandono e miséria das populações interioranas

---

69 Id, IB, pág. 286.



não eram a causa e/ou consequência de um regime deficiente de governo ou de administração pública, mas o fundamento mesmo de uma estrutura agrária obsoleta e ultrapassada que sustentava exatamente o sistema governamental que o geria – e que era a sua própria classe, ou seja, a classe dos proprietários de terra.

Olhou, por isso, a decadência da aristocracia rural, que vira de perto e experimentara na própria carne, pelo lado negativo, e não pelo que representava como força motivadora que induziria a introdução de relações capitalistas no sistema agrário de produção, as quais, modificando as relações de trabalho entre o senhor e o escravo, solapando as bases políticas e institucionais que sustentavam as oligarquias, funcionaram como elemento desagregador da rígida hierarquia patriarcal e condicionaram o elevado grau de instabilidade política que acabaria na Revolução de 30, da qual o escritor participou como um dos seus principais conspiradores.

Assim, caldando-se num formalismo jurídico-institucional e em algumas generalizações científicas cujas bases empíricas diziam respeito a realidades históricas diferentes, José Américo, em “A Paraíba e seus Problemas”, viu e observou o universo paraibano pelos olhos de um descendente da aristocracia rural, que reclamara a introdução de reformas na sociedade como meio de defesa e de salvação da sua própria classe – a classe dos proprietários de terra – já incompatibilizada com o estatuto da República Velha, por eles mesmos criadas.

Essa cosmovisão “sociológica”, porém, era a sua única e possível forma de percepção da realidade (por se fundar, sempre, nas condições objetivas do real), e garantia de uma retificação, político-jurídico-institucional que não poderia deixar de leva-lo, como o levou, mais tarde, a adotar uma política de assistencialismo paternalista que manteria intactas as abaladas estruturas econômicas e sociais.

É na “A Paraíba e seus Problemas”, pois, que se manifestam as primeiras convicções políticas de José Américo de Almeida, que tendem a assumir uma forma atenuada de conservadorismo reformista, que respondem tanto às aspirações de uma parte da classe proprietária quanto dos segmentos novos da sociedade, que ameaçam o poder do

latifúndio e reivindicam participar da condução dos negócios públicos se não em igualdade de condições pelo menos fazendo presença nos quadros administrativos do Estado. Convicções políticas que refletem a confusão ideológica dos descendentes da aristocracia rural, que vivem na cidade e que têm de ajustar-se a novas situações, para eles desconhecidas.

Daí não ser estranho que, filiado à corrente política do monsenhor Walfredo Leal, seu tio e protetor, contrária ao epitacismo, José Américo tenha simpatizado com o movimento dos jovens turcos do Governo Camilo de Holanda, que protestavam contra a oligarquia dos velhos epitacistas <sup>70</sup>, traduzindo um “espírito” classe média que, mais tarde, se encarnaria na administração do Presidente João Pessoa, o qual, iniciando um longo e tenaz combate à influência dos coronéis sobre a administração, menos com a intenção de destruí-los do que a de acomodá-los representaria a ideologia da classe proprietária, diminuindo-lhe o poder e o particularismo oligárquico em favor do Estado.

Ao contrário do que se pensa, porém, a administração do Presidente João Pessoa, refletindo esse espírito classe média não modificaria muita coisa. Se, de um lado, suas providências governamentais correspondiam às aspirações reformistas da classe industrial e comerciante que tomava consciência dos seus interesses e buscava se apoiar no poder do Estado, de outro, não poderia afastar-se das oligarquias rurais que o sustentavam. A intenção do Presidente não era tanto a de subverter as estruturas vigentes, mas adaptá-las às novas realidades.

Ora, no respaldo dialético das transformações que se processavam na sociedade paraibana, José Pessoa não poderia conter a força

---

70 “... o epitacismo chegava ao poder já dividido em duas correntes: a conservadora, que congregava os veteranos do venancismo, conhecidos como os goelas, alcunha derivada da suposta voracidade com que disputavam todos os empregos; e a renovadora, formada de elementos mais jovens, que queriam abrir caminho na vida pública, sem maior respeito à procedência dos fundadores. Foram estes apelidados de jovens turcos...” (Oswaldo Trigueiro, “A Paraíba na Primeira República”, Editora A União, 1982, pág. 50)

maior da dinâmica social, que impulsiona o poder para além dele mesmo, e cujos fundamentos materiais não mais correspondiam, objetivamente, aos quadros institucionais vigentes, que traduziam os interesses agrários. Por isso é que não soube articular as conquistas do capitalismo provinciano aos hábitos e costumes das oligarquias dominantes, cuja escala de valores não seria e nem poderia ser quebradas sem fortes resistências.

De fato, dentro dos quadros da sociedade paraibana da época, João Pessoa representava, também e inexoravelmente, a melhor expressão ideológica do segmento social que se encontrava no poder – os intelectuais –, que tinham apenas uma semiconsciência das transformações profundas que experimentava a sociedade. Para atender as aspirações políticas da classe industrial e comerciante e provocar as mudanças institucionais que lhes interessava, encontraria a resistência das oligarquias mais poderosas, que não queriam se desvencilhar dos seus direitos e privilégios, sobretudo os de caráter administrativo, policial e eleitoral. Direitos e privilégios que representavam, para os proprietários de terra, em franco processo de decadência, a sustentação do seu prestígio e do seu mando dominial, a que não poderiam renunciar sem perdas substantivas.

Ora, o problema político paraibano, ainda ao tempo do Presidente João Pessoa, era o problema da classe proprietária, dividida em facções familiares e grupos oligárquicos que disputavam o poder. E que davam naquelas dissidências e oposições fruto de interesses contrariados, que intranquilizam a coletividade e ameaçavam a ordem pública. O próprio Eptácio Pessoa, que dominou a política paraibana entre 1915 e 1930, viu-se obrigado a intervir constantemente no jogo da distribuição de poderes entre as diferentes oligarquias estaduais e municipais, transigindo, abrindo concessões, fazendo prevalecer a sua vontade pessoal que aos poucos iriam enfraquecendo a sua autoridade e gerando rivalidades que se manifestam, sobretudo por ocasião das sucessões presidenciais e escolha de deputados e senadores.

A indicação de um sobrinho (João Pessoa) para dirigir o Estado em 1928, foi, ao contrário do que se imagina, menos fruto de uma

vontade autoritária do que um meio de quebrar as arestas entre os pretendentes ao cargo, que não hesitaram, uma vez contrariados nos seus interesses, de aliar-se aos adversários da véspera, pregando abertamente a revolução e recorrendo às armas para se locupletarem, mais uma vez, do poder.

Compreende-se, em consequência, as manifestações de antir-revolucionário tantas vezes atribuídas ao Presidente João Pessoa, que decorriam de suas origens patriarcais, de sua formação jurídica e de sua mentalidade de promotor militar, que desempenharam, no entanto, o importante papel político e ideológico que as condições objetivas da sociedade determinavam, refletindo, senão expressando e/ou antecipando, sem o saber, a luta política que já se anunciava por todo o país, e que findaria na Revolução de 30.

Daí por que, entre nós, muitos revolucionários autênticos, descendentes da pequena burguesia comercial e industrial, e que reclamavam a realização de reformas institucionais que favorecessem os seus interesses, se transformariam, inconscientemente, em porta-vozes da classe dos descendentes empobrecidos dos proprietários de terra, que, coincidentemente, contrariados nos seus interesses e descontentes da política local, também desejavam que tais reformas fossem implementadas.

Com efeito, depois da Revolução de 30 a importância política e o prestígio social dos proprietários de terra continuariam inabaláveis. Se a estrutura econômica e social, fissurada em face da introdução de relações capitalistas de produção no meio rural e no meio urbano, proporcionam as condições de possibilidade para o desenvolvimento do nosso incipiente processo de industrialização (de que derivava, aliás, o crescimento das cidades e a ascensão de novos segmentos sociais na rígida hierarquia da sociedade agrária) e a implementação de um amplo programa de reformas que favorece a expansão dos meios de produção, que passa a atender as necessidades do mercado de bens de consumo interno, ela se apoia, ainda, nos proprietários de terras, os quais saberiam conciliar os seus interesses com os interesses da

classe industrial e mercantil mediante compromissos legislativos e institucionais.

O que se explica, pois a classe industrial e mercantil viram a revolução, também, numa perspectiva exclusivamente política. Como tinham consciência nítida dos seus interesses não poderiam romper com a classe dos proprietários de terra, para quem produziam bens de consumo imediato <sup>71</sup>. Ou seja, a indústria e o comércio, que se expandiam progressivamente, não teriam como deixar de se conciliar com a economia fundiária, para quem afinal de contas trabalha e produz bens inacessíveis a uma população de reduzido poder aquisitivo.

Para essas classes, por conseguinte, não havendo como diversificar a produção e atender a uma clientela restrita espalhada por um território de difícil acesso, obrigada a criar uma economia de mercado, até então inexistente, a única opção seria reivindicar a melhoria das condições de vida das populações, promover o processo de integração territorial (estradas de rodagem e de ferro) mediante a articulação dos centros produtores e consumidores, e modificar arraigados hábitos e costumes – o que somente poderia ser feito pela via política.

Daí a sua justificação (e racionalização) dos valores democráticos, a sua denúncia contra a opressão e a miséria existente no meio rural e no meio urbano, a sua revolta contra as oligarquias que se eternizavam no poder, o seu desejo de implementar reformas que acompanhassem o processo civilizador – tudo isso expresso e

---

71 “Dentro desse quadro predominava a atividade mercantil, praticamente circunscrita ao Varadouro e adjacências, onde o poder de compra estava direta ou indiretamente alimentados pelos proprietários rurais. Nas usinas e nos engenhos o comércio era exclusividade dos tradicionais barracões espoliadores (José Joffily, “Anayde Beiriz, Paixão e Morte na Revolução de Trinta”, CBAG Editora, Rio, 1980, pág. 17).

Informa ainda o autor que na capital paraibana a indústria, ainda embrionária, se confundia com o artesanato, e contava apenas com 6 fábricas de bebidas, 2 de cigarros, 2 de mosaicos, e uma mais da Companhia de Pesca, Serraria, Fábrica de Óleo de Coco, de Móveis, Curtume e Saboaria. Anota também a existência dessas 27 firmas associadas, que monopolizavam o comércio local, inclusive de importação e de exportação de mercadorias.

propagado pela elite intelectual dominante através da imprensa, da tribuna parlamentar e do público. Elite que, reencontrando-se nos manuais de Direito (sobretudo nas diferentes teorias do Estado), nos livros pios dos clássicos religiosos e nas brochuras que propagavam a emergência de um modelo novo de sociedade – as doutrinas marxistas e socialistas –, passa a denunciar a miséria da massa camponesa e operária, as condições sub-humanas e antisanitárias em que vivem as populações urbanas e suburbanas, o subemprego e a exploração do trabalho, que ao cabo se integravam aos valores da sociedade rural, com seu doce humanismo católico<sup>72</sup>.

Nessas circunstâncias, portanto, se considerarmos o grosso da população, que vive nas propriedades rurais espalhadas pelo território paraibano; a pequena e insignificante classe média, que não encontra espaço para oportunizar sua capacidade de trabalho e exercer o seu talento; a insignificante classe operária, que se localiza nas periferias da capital e nas favelas das médias cidades; e considerando, enfim, a inexistência de uma economia de mercado que absorvesse os bens de consumo produzidos pelo recente processo de industrialização – não há como deixar de compreender a razão pela qual proprietários de terra e pequena burguesia unem os seus interesses em proveito próprio, manipulando os negócios do Estado, então nas mãos dos descendentes mais ilustrados das oligarquias rurais.

Interesses que começam a se institucionalizar ainda na Presidência João Pessoa, e que prossegue para muito além da Revolução de 30, mantendo intacta a estrutura latifundiária da

---

72 “Caridade, fraternidade, solidarismo, filantropia, altruísmo, humanitarismo, não importa o nome nem a origem, venha do espírito evangélico, do budismo, do positivismo, do sectarismo maçônico, venha de Deus ou dos homens – eis o meio de corrigir as iniquidades sociais. Não é pelo processo de Lenine, matando, matando, matando, que se alcança o ideal igualitário, a menos que esse ideal seja igualdade da “cosa rasa” (De uma conferência de José Américo, pronunciada para os alunos do Liceu Paraibano, resenhada no nº5 da Revista Era Nova, e onde ainda fala das mudanças socialistas e da revolução de 1917, estigmatiza os anarquistas e já prega abertamente a revolução pela pacificação dos espíritos).

sociedade. Institucionalização que reflete o processo de adaptação e de acomodação entre a classe burguesa e a classe proprietária, quer dizer, manifestações exteriores de uma realidade mais profunda: aquela em que classes sociais com interesses nitidamente diferenciados se antagonizam e colocam em xeque as estruturas econômicas sociais e políticas da sociedade, subvertendo as suas articulações<sup>73</sup>.

Eis porque João Pessoa – símbolo da Revolução de 30 – foi, a um só tempo, o caudatário da classe proprietária e da burguesia industrial e mercantil, e da fraca, incipiente e desorganizada classe média e operária, representando, com sua ação política e administrativa, com seus atos e atitudes, uma reação conservadora contra as tendências desagregadoras que se manifestavam na sociedade e que ameaçavam a manutenção da ordem e da tranquilidade pública.

Proprietários de terras, industriais e comerciantes, saberiam, após 1930, conciliar os seus interesses, aparentemente antagônicos, respondendo aos avatares de uma sociedade ideologicamente comprometida com o rígido sistema agrário de produção.

---

73 “A classe trabalhadora da capital paraibana, composta de caixeiros, carregadores e carroceiros, desprovida de qualquer sentido associativo, ignorando, portanto a existência da sindicalização, não manifestava nenhum poder reivindicante tornando-se assim letra morta a emergente legislação social daquele tempo... (...)

Entre os camponeses a qualidade de vida dependia do cambão e estava em vários pontos abaixo das senzalas, sem descanso aos domingos... (.) ... Os operários, de modo geral, trabalhando de sol a sol, não tinham acesso ao ensino, nem sequer primário, uma vez que a mulher e a criança, a partir de dez ou doze anos, já eram recrutados para o serviço profissional” (José Joffily, Id, Ib, págs. 33/34).

E acrescenta o escritor que “a imensa família paraibana vivia em casebres e palhoças sem água e sem luz elétrica” (Id, Ib, págs. 17/18), e que cerca de 200 famílias mandavam na política, alternando-se no poder, sob o comando do epitacismo, comando partidário que se estendia aos demais segmentos da vida social.





# ANTROPOSSOCIOLOGIA E HUMANISMO EM A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS<sup>74</sup>

Maria Thetis Nunes

Duas razões são responsáveis pela minha presença em João Pessoa participando deste Seminário. Uma tem raízes fincadas em minha adolescência, na aluna recém-chegada do interior do Estado e que cursava o tradicional Atheneu Sergipense. Ali, pela primeira vez, ouvi falar de José Américo de Almeida ao assistir as manifestações de apoio entusiástico da juventude estudantil à sua candidatura à Presidência da República nos idos de 1937. Marcada, já, por uma irresistível vocação política (política com P maiúsculo), me identifiquei com os estudantes sergipanos que o apontavam como o candidato nacionalista, traço comprovado na atuação como Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Provisório brotado da Revolução de 1930. Somava-se a este dado, sua origem nordestina, identificada com sua terra e sua gente, suas vicissitudes e seus anseios. O golpe do Estado Novo, interrompendo o processo democrático que despertava o país e, conseqüentemente, suprimindo as candidaturas à Presidência da

---

74 Publicado originalmente como artigo no livro Geografia, Antropologia e História em José Américo, organizado por Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes e José Octávio de Arruda Mello. João Pessoa: A União, 1982.

República, marcou minha primeira frustração política, acentuada com a supressão do grande comício que Aracaju preparava para receber o candidato das forças democráticas.

Conservei, porém, sempre a admiração da juventude pelo autor de *A Bagaceira*, que me levaria a conhecer seus escritores e a aceitar o convite do Dr. José Octávio para viver este momento. Na pessoa que me fez este convite está o segundo motivo de, aqui, me encontrar. A professora que, exclusivamente, sempre fui desde os bancos ginasianos, receberia como imposição o amável chamado de um dos seus inúmeros alunos dos cursos da CADES, que, decorridos vinte anos, não esqueceu sua professora de então. Refiro-me ao Dr. José Octávio de Arruda Melo, hoje um nome de projeção nos meios intelectuais paraibanos.

Acredito que o traço fundamental da obra de José Américo é o Humanismo, entendido como a cultura calcada nos clássicos, mas voltada para o homem, buscando o florescimento de todas as potencialidades que ele traz em si, na luta pela domesticação das forças da natureza para que lhe seja dado viver uma vida plena e digna. Lamentavelmente, essa característica se vai tornando ausente na formação de nossos homens públicos, em razão da perda da visão global dos problemas brasileiros que demonstram, e dos erros de interpretação dos acontecimentos surgidos a todo momento.

Essa marca humanística aparece, a todo instante, nos livros de José Américo e, especialmente, nas páginas de *A Paraíba e seus Problemas*.

Escrito em 1923, localizado no tempo, o seu valor se impõe pelo enfoque decidido e reivindicador que dá aos problemas regionais, no caso o seu Estado, sempre esquecido da ação governamental, como sempre sucedera a todo o Nordeste.

Até aquela época, com raras exceções, a alienação marcara as diversas manifestações do pensamento brasileiro. Nossa formação sócio-histórica era percebida através de ótica alienígena. Poucos estudiosos haviam conseguido fugir a tal praxe. Tavares Bastos e Silvio Romero, este com o desassombro e a combatividade que o

estigmatizaram, abriram picadas, continuadas por Euclides da Cunha, dentro do tratamento excepcional que deu aos problemas da região que tão magistralmente dissecou em *Os Sertões*.

Daí a importância de *A Paraíba e seus Problemas* no evoluir dos estudos sociológicos brasileiros. Trouxe a realidade provinciana, fez seu diagnóstico e apontou soluções. Daria, assim, embasamento para o romancista de *A Bagaceira*, *Boqueirão e Coiteiros*, livros marcadamente regionais.

Procuraremos abordar, dentro do tema que nos foi confiado, o aspecto antropológico de *A Paraíba e seus Problemas*. Teremos como roteiro, seguindo a conceituação de Felte Bezerra em *Antropologia Cultural*, o pressuposto de caber à Antropologia o estudo da estrutura de uma organização social, seu mecanismo, sua vivência, “olhando a matéria do ângulo do momento histórico no venha a ser”. Já a Sociologia fornecerá as ferramentas para que se procure conhecer a sociedade em seu encadeamento do ontem, hoje e amanhã.

Ao nosso ver, o primeiro aspecto importante a ser apresentado, no livro em debate, é a distinção que apresenta entre raça e cultura, numa época em que ainda estes conceitos não estavam perfeitamente diferenciados. Tal distinção só se firmaria, entre nós, com o advento da Antropologia Cultural, a partir de *Casa Grande e Senzala*, publicado por Gilberto Freyre em 1933, e dos trabalhos de Artur Ramos iniciados em 1934. Hoje, ninguém mais discute que o processo biológico e o processo cultural se realizam em planos distintos. Como bem acentua Guerreiro Ramos,

a cultura é a realidade superorgânica e, portanto, produto da convivência humana ou do trato do homem com a natureza, e nunca uma espécie de dom, algo que emana de qualidade biológicas inatas”. Mas “natureza e cultura se interpenetram.

Embora, na época em que seu livro foi escrito, ainda se escutasse o eco das doutrinas da superioridade das raças puras, que o colonialismo cultural fizera florescer para justificar o imperialismo moderno,

José Américo já diz desacreditar da tese de Gobineau. Nele, o antropólogo é espontâneo, como afirma:

Careço de especialização científica para o estudo anatômico, antropológico ou psico-fisiológico de nosso povo, pelo balanço de suas camadas originárias, para fixar sua expressão cromática e psíquica. Mas sirvo-me da observação direta – o meio que mais convém ao conhecimento dos fenômenos sociais – para este ensaio.

Dentro de tal percepção, demonstra, o que hoje não mais se contesta, a ausência de qualquer superioridade racial nos grupos étnicos portugueses que colonizaram o Brasil, mesmo porque, depois dos primeiros momentos do povoamento do território, o colonizador se cruzou com as mulheres que encontrava na nova terra, e conclui:

depois com a constituição da família e a veleidade aristocrática do império, surgiu o preconceito de cor, evitando os casamentos desiguais. As senzalas continuaram, todavia, a fornecer o contingente menos ponderável da mestiçagem que se recruzava.

Há mais de meio século, José Américo já fazia o levantamento étnico da população paraibana, mostrando como predominou o fundo indígena, representado sobretudo pelos tupis e cariris, apesar do morticínio e dos deslocamentos que essas tribos sofreram nos sertões. Não vê, como Euclides da Cunha, uma uniformidade racial no sertanejo quando este escreveu que o “caboclo é uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano”.

Não teve o esnobismo, que alguns estudiosos de nossa formação apresentam, de defender a predominância da nobreza portuguesa naqueles que transpuseram o Atlântico e lançaram as bases da colonização brasileira. Vê o domínio de pessoas de origem plebeia entre esses colonos, no que descortina um dado positivo porque trouxeram “a disciplina do trabalho e a ambição de outro destino”.

Critica o pangermanismo em sua tentativa de enquadrar o espírito de cada povo, insurgindo-se contra os que defendiam as leis da hereditariedade no plano da cultura, e replica categoricamente:

o que se atribui a uma desgraça hereditária é, simplesmente, um mal social. Os mestiços sujeitos à precariedade da origem, não se libertam dessa contingência, num meio de péssima organização econômica e de analfabetismo esterilizador. Mas aqueles que por circunstâncias fortuitas, têm emergido dessa obscuridade, inclusive os mulatos, competem em vigor mental e em atributos de caráter com os elementos puros das raças consideradas superiores.

E enfatiza:

o mestiçamento favorece a realização da inteligência e da vontade, como atesta a história do pensamento e do progresso brasileiros.

Descreve como o sertanejo mestiço vem enfrentando as secas e o desafio do meio, crescendo demograficamente, tendo herdado do seu antepassado ameríndio o espírito de luta, demonstrado nas revoltas, “explosões da honra malferida ou represálias contra a deslealdade dos conquistadores”. Protesta contra a pecha de preguiçoso lançada ao nosso indígena por muitos, dizendo, com acuidade, que a preguiça nascia “antes”, da falta da educação do trabalho num povo livre que não queria assalariar-se”.

Frisa que, no decréscimo da parcela do contingente negro na região, não há qualquer causa racial, mas sim uma consequência da miséria em que essas populações vivem, atraindo as moléstias que as dizimavam.

Manuel Bonfim, um sergipano, pioneiro como José Américo de uma ideologia nacional, escreveria, também, em *O Brasil na América*, datado de 1929:

A verdadeira ciência, a que se faz na observação criteriosa e desapaixonada dos fatos, tem proclamado já que o valor atual das raças é apenas valor de cultura. Há diferenças de tradição, há variedades de civilização, há direções e perspectivas históricas; mas diferença essencial de valor psíquico, não. Há diferença de momento.

Com precisão, José Américo define os tipos rurais paraibanos em harmonia com as zonas de que são produtos: o praieiro, o lavrador e o vaqueiro. O primeiro é o jangadeiro; ao fixar, com cores fortes, os traços marcantes de sua personalidade, está presente o estilo inconfundível do romancista. Realça a independência de suas atitudes, a ausência de servilismo, mesmo nas condições miseráveis em que vive.

Ao estudar o lavrador, evidencia a diversidade de vivência, e traça o esboço da sociedade patriarcal firmada à sombra da casa grande. E vai longe para sua época ao explicar a passividade dessas populações, que alguns estudiosos, apressados ou mal intencionados, estigmatizam de indolentes. Mostra como são elas vítimas do latifúndio e não de uma deficiência constitucional. Seu mal não é congênito mas social. Atualmente, tal problema é largamente estudado por Maria Sílvia de Carvalho Pereira num livro marcado pela seriedade e firmeza dos conceitos emitidos: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*.

Detém-se o autor de *A Paraíba e seus Problemas*, mais minuciosamente, no vaqueiro, produto da região pastoril, o tipo representativo da sociedade sertaneja, e o mais moldado pelo meio geográfico. Para ele, o sertanejo paraibano não é o Hércules Quasímodo egresso da pena magistral de Euclides. Ao contrário, é um excelente exemplar da raça. Traça seus caracteres psicológicos, destacando a capacidade de trabalho. Apesar das vicissitudes trazidas pelas secas periódicas e das endemias que o maltratam e dizimam, é grande a natalidade, responsável pela manutenção de uma taxa demográfica em ascensão.

É bem visível, nas páginas desse livro, que os conceitos emitidos por seu autor não foram recebidos pré-fabricados ou enlatados. Foram hauridos no contato com seu povo e na vivência de seus problemas. Tal mergulho na realidade socioeconômico e política de sua gente é

responsável por esse traço constante em todas suas obras, do qual nos fala José Octávio:

aquela síntese dualista entre o homem e o destino, tornando-o tanto escritor das paixões da alma quanto de um cromatismo paisagístico que não raro evolui para os grandes dramas da realidade social sacudida pela ação humana.

Dentro dessa compreensão da identidade do homem sertanejo com seu habitat, se explica porque José Américo se insurge, veemente, contra os que procuram evitar os danos das secas fazendo o deslocamento dessas populações, desde quando essa “mobilidade é contrária à índole de um povo tão enraizado ao solo que no termo de cada provação volve aos pátrios lares ao toque da saudade inatável”. No sertanejo, tornado retirante, recai toda sorte de vexames, que o aniquila moralmente, a partir da esmola oficial que os governos imprevidentes atiram na ocasião da calamidade. Demonstra como a prostituição acompanha a retirada, tornando-se seu drama social mais gritante. Demonstra, a partir da realidade estrutural do sertão, o fracasso das ações governamentais esporádicas, meros paliativos, quando deveriam ser tomadas soluções globais, aproveitando e racionalizando os recursos do meio, permitindo estabilizar o sertanejo à sua terra, ao abrigo das variações climatológicas.

Ao estudar a seca e suas conseqüências, José Américo já demonstrou ter uma visão da totalidade do fato social, categoria que muito mais tarde Georges Gurwicz tão bem desenvolveria em seus estudos sociológicos. Demonstração dessa afirmativa é o estudo sobre o banditismo, fenômeno que ele enquadra no conjunto dos problemas da região, dentro da estrutura social vigente, repelindo as pseudo teorias antropológicas em voga. Assim, não o vê “como uma determinação atávica, orgânica e psíquica, como se afigura à impressão de exóticas teorias do crime. Tão pouco uma influência telúrica ou climática”.

É deveras interessante o estudo da origem do cangaceirismo, da identificação de suas raízes no passado da região nordestina.

Identifica-o, originando-se do guarda-costa contratado pelos fazendeiros ameaçados pelos índios, tornando-se, depois, uma milícia tolerada pelos poderes públicos que não tinham condições de chegar até lá. Com aparecimento dos potentados da terra e a definição do partidarismo político da época imperial, estes o utilizam para firmar o mandonismo com prerrogativas feudais. Há aí o prenúncio das teses levantadas por Maria Isaura Pereira de Queiroz em *O Mandonismo local na vida brasileira*, obra datada de 1976. Continuando, diz José Américo “que a preocupação de atrair cabras de confiança degenerou na proteção aos criminosos que acudiam de toda a parte ao coito das fazendas dos mais influentes na certeza da liberdade”. Com maestria, traça o perfil de alguns famosos cangaceiros da Paraíba, produtos do meio social, pois “a miséria é acusada como uma das forças que impelem aos atos condenáveis. As oscilações econômicas influem, pelos meios, na forma da atividade criminosa”. E conclui: “Se os fatores do mal são todos sociais, é fácil transformar esse ambiente moral tanto mais quanto o sertanejo revela uma singular facilidade de adaptação”. “O cangaceirismo modelou-se à semelhança da ordem patriarcal, protegendo e consolidando a sua própria clientela”, diria Amaury de Souza, um estudioso do problema em nossos dias.

Para José Américo, o combate às secas é um problema, principalmente, de ordem econômica. Enfrentado de forma realística, os males que eram tidos como congênitos, expressão de uma raça, desaparecerão logo.

As suas conclusões, em *A Paraíba e seus Problemas* pode aplicar-se a conceituação do sociólogo alemão Hans Freyer:

A melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade. Só aquele que se acha imerso na realidade social pode captá-la teoricamente.

Fincando os pés na realidade das populações de sua terra, José Américo fugiu ao determinismo geográfico na explicação dos fatos sociais abordados, aspecto que tanto deslumbra os primeiros



estudiosos de nossos problemas sociais. Buscou suporte no possibilismo de Vidal de la Blache para mostrar que o homem não é “um escravo do meio e que pode alterá-lo” mesmo porque “a natureza não pode ser mudada em suas linhas gerais, mas pode ser modificada”. Assim, das secas, que constituem a principal preocupação de *A Paraíba e seus Problemas*, diz “que não nos é dado conjurar seu fenômeno, nem sequer atinar com suas causas; mas sabemos neutralizar os seus efeitos por uma série de providências experimentadas, em situações idênticas com segura eficiência”. Apesar de, algumas vezes, buscar o apoio em Ratzel, não se deixaria, porém, envolver pelo seu determinismo.

Insurge-se contra os que apregoam a imprestabilidade do meio brasileiro e, especialmente, do nordeste, resultado, quase sempre, do desconhecimento de seus componentes. Assim aconteceu desde os tempos mais remotos, a partir dos estrangeiros que nos visitaram, deixando relatórios mais influenciados pelos traços sociais externos que os intrínsecos.

Para as conclusões a que se propõe, nas quais o valor do homem sertanejo se sobressai, José Américo estudou exaustivamente o meio físico paraibano em seus vários facetamentos, clima, formação geológica, hidrografia e vegetação. Apesar de alguns dos conceitos, então emitidos, se encontrarem superados pelas conquistas científicas de mais de meio século decorrido, têm, porém, validade para o momento em que foram escritos.

Como reforço para os fatos sociais que expõe, vai buscar apoio nos relatos históricos das secas desde o longínquo ano de 1692. Ao deter-se em 1877, quando se registrou uma das mais terríveis dessas calamidades, refere-se às providências que, pela primeira vez, as autoridades imperiais foram obrigadas a tomar, mas todas elas de caráter empírico, copiando experiências de outros países com causas diferentes e problemas também distintos.

Sem buscarem as causas do problema, só paliativos poderiam oferecer às vítimas da seca, e esta era logo esquecida quando a calamidade terminava com as chuvas que chegavam.

Enquanto assim procediam os responsáveis pelo destino do país, pergunta o autor de *A Paraíba e seus Problemas*: “Ao cabo de tantos acidentes, que restava da prolífica família sertaneja, apoucada pela morte, dispersa pela emigração, esterilizada no meretrício e derreada pelas epidemias implacáveis?” Assim ele descreve o grupo social em que a família se desintegrou pela dispersão dos seus membros na marcha dos retirantes, onde se partiram os valores morais que a engrandeciam. A degradação moral a que chega esse grupo social, forçado a uma sedentariedade trazida pelo trabalho nas obras públicas que, apressadamente, são iniciadas, pelas humilhações e amarguras sofridas é, dramaticamente, posto em relevo pelas qualidades do romancista. Até à antropofagia são levados esses homens, fato que escandalizaria, recentemente, o mundo, ao se tomar conhecimento de idêntico procedimento cometido pelos sobreviventes da tragédia andina.

O nordestino, porém, vence todos os desafios, e consegue sobreviver às adversidades. Volta logo que as chuvas são anunciadas e, embora marcado pelas vicissitudes, procura reconstituir a vida anterior com a mesma tenacidade e coragem de antes. “Essa luta do homem com as desordens do clima é a comprovação de um valor moral que deve ser assinalado em todos os seus traços de amargura e de coragem renitentes”, conclui José Américo.

Em *A Paraíba e seus Problemas*, o autor envereda pela História de sua Província para explicar o comportamento social dos grupos humanos na revolta contra a metrópole e, depois, contra as autoridades imperiais e republicanas. Tais atitudes foram uma decorrência do abandono em que se sentiram viver na capitania, na província e na unidade federada das duas primeiras décadas do nosso século.

Na época colonial, o comportamento traduziu-se no antilusitanismo, “na primeira incompatibilidade entre brasileiros e portugueses, enquanto crescia insaciável e extorsiva a fazenda real”. Tal atitude fez que a Paraíba ingressasse no século XIX “só diferindo do estado da natureza porque se achava semimorta a raça dos aborígenes e as matas virgens tinham sido destruídas pelas queimadas». O sentimento de revolta explodiria na revolução de 1817, acompanhada da repressão

violenta que sacudiu as bases da sociedade nascente, mas que não o abafou, pois os motins e movimentos revolucionários se alastraram até os meados do século passado, e continuaram ainda, sob pretextos fortuitos, como a imposição da lei do registro de nascimentos e óbitos ou da adoção do sistema decimal em 1857 e 1874.

O Império, com a sucessão contínua de presidentes e as lutas partidárias acirradas fomentadas pelo revezamento, no comando dos ministérios, de liberais e conservadores, não beneficiou a vida paraibana. Os poderes centrais deixaram-lhe em tamanho abandono que “se achavam combalidas as próprias forças econômicas, dantes resistentes”, conclui o autor.

Fazendo uma análise sociológica da realidade de seu Estado nas primeiras décadas republicanas, ele diagnostica seus males sociais, na predominância de uma burocracia dispendiosa exaurindo os poucos recursos do tesouro, dominando uma política de clientela, “mal crônico dos serviços públicos, as sanguessugas do filhotismo, o emperro das medidas, a descontinuidade de planos, a intervenção dos interesses dispersivos”.

As deduções e conclusões apresentadas têm sempre o respaldo dos dados estatísticos, numa época em que essa ciência sofria ainda as limitações varridas pela tecnologia contemporânea das máquinas e computadores.

Atingindo o fecho do livro, José Américo apresenta Eptácio Pessoa como o modificador de toda uma estrutura social secular, através das medidas tomadas quando de sua investidura na Presidência da República.

Chegava ao comando supremo do país um nordestino, um paraibano, conhecedor dos problemas que, através dos séculos, castigava a região. Pela primeira vez, vai o problema das secas ser encarado de uma maneira global e realística, como se evidencia na Mensagem por ele apresentada ao Congresso Nacional em setembro de 1919. Indicando os rumos a serem seguidos, após a análise da situação e seus problemas, traduz essa mensagem uma nova conscientização política de um governante.

Em Epitácio Pessoa, José Américo vê o líder que brota em conformidade com os anseios de sua época e as necessidades de seu povo. Diria então: “Mas o Sr. Epitácio Pessoa gostaria de ver que me impressionei mais com sua obra do que com o seu nome, e menos com a sua obra de que com a sua terra”.

Ao apontar, ao Presidente nordestino, soluções, José Américo, embora buscando exemplos de outros países como os Estados Unidos com o triunfo da irrigação transformando as desérticas regiões do oeste longínquo, procura destacar o que se coadunava com a nossa realidade, condenando a alienação dos que vinham tentando resolver os graves problemas nordestinos. E diz: “A falha do conhecimento pessoal das condições físicas e das formas de existência do nordeste sempre prejudicou as prescrições propostas para as crises por autoridades afeitas ao exame de meios antagônicos”. Criticava as medidas propostas por um deputado paulista ao achar ser “a questão social das secas do nordeste substancialmente um problema ferroviário e só adjetivamente um problema de açudagem”. Contesta, afirmando que a ferrovia pode ser um auxiliar, mas nunca o elemento primordial no enfrentar o problema das secas, e lança a pergunta: “E com que recursos contariam os retirantes em terras sem colônias? Como resolveria o problema da habitação? Como seriam encontrados, de repente, meios de trabalho e de subsistência?”

Resultaria, com o deslocamento das populações, “no mesmo sistema de abarracamento, com aglomerações pestíferas nas vicissitudes de mendicância”.

E conclui, categórico, após enumerar os problemas advindos:

Não; a solução humanitária e econômica seria estabilizar a população. Seria fixá-la em seu centro de atividade para que ele não interrompesse a faixa produtiva, nem fosse, intrusamente, perturbar, em levas repentinas, as condições de vida de outros núcleos.

Tais resultados só seriam obtidos com obras de açudagem e irrigação.

Apesar do realismo de que *A Paraíba e seus Problemas* está impregnado, apesar da revolta que, tantas vezes seu autor deixa escapar contra a miséria que aflige sua terra e sua gente desde os primórdios da formação histórica, não é, porém, um livro pessimista. Assim aconteceu porque ele conseguiu, na síntese de Bernanos, “ir ao fundo do desespero para reencontrar a esperança”.

Ele crê no homem paraibano, em suas potencialidades latentes à espera de oportunidade para explodirem positivamente. Não há em sua obra o pessimismo que se derrama, por exemplo, em *O Retrato do Brasil* de Paulo Prado, publicado em 1928, “reflexo ao mesmo tempo amargurador, pessimista e moralizante de um grand seigneur”, no dizer de Wilson Martins.

José Américo acredita que esse povo, que ele ama, tem um destino a cumprir.

Como Aragon, ele crê, e, tão gritante fala *A Paraíba e seus problemas*,

que os homens e as mulheres não são apenas os portadores do seu passado, os herdeiros de um mundo, os responsáveis de uma série de atos. São também as sementes do futuro.



## FRANKLIN OLIVEIRA E AS ORIGENS DE UM ENSAIO<sup>75</sup>

Rossini Corrêa

A percepção ensaística refinadíssima do sociólogo Gilberto Freyre permitiu que, não apenas proclamasse no ensaio germinativo *A Paraíba o seus Problemas*, a sua natureza sociológica e a sua qualidade literária, dois aspectos característicos dos estudos que passaria a desenvolver na década de 30, partindo de *Casa Grande & Senzala*, como, ao contrário do jornalista Franklin de Oliveira, o pensasse como o embrião relativo de *A Bagaceira*. O escritor maranhense promoveu uma vinculação larguíssima de Euclides da Cunha, com *Os Sertões* a José Américo de Almeida, com *A Bagaceira*, desconhecendo por completo *A Paraíba e seus Problemas*, isto é, a sua intermediação fundamental.

No diapasão deste descarte som justificativa, Franklin de Oliveira considerou como os principais livros influenciados por Euclides da Cunha: *O Torrono Maranhense*, 1916, *Entre a Amazônia e o Sertão*, 1930 e *Aspectos da Formação Sertaneja*, 1931, de Raimundo Lopes; *O Sertão*, 1924, de Carlota de Carvalho; *O Sertão Maranhense*, 1922, de Antônio Dias; e *Rondônia*, 1916, de Roquette Pinto. Como

---

75 Publicado originalmente como artigo no livro: CORRÊA, Rossini. **O liberalismo no Brasil**: José Américo em perspectiva. Brasília: Senado Federal, 1994.

vemos, cometeu uma omissão na sua enumeração erudita, esquecendo, entre outros, *A Paraíba e seus Problemas*, 1923, de José Américo de Almeida, livro que o mais avisado José Honório Rodrigues simplesmente considera um monumento exemplar, representativo da mais qualificada historiografia estadual brasileira.

Esboçando uma espécie de raciocínio canguru, o jornalista maranhense interpõe a *Os Sertões* euclideano de 1902 e *A Bagaceira* americista de 1928, a presença ficcional de Monteiro Lobato em 1918. E assim realiza uma aproximação peculiar de Euclides da Cunha e José Américo de Almeida, maximizando os componentes sociais da miséria e minimizando as diferenças de sertão e brejo, para considerar o romance do homem de Areia a anunciação do romance nordestino, responsável, de Raquel de Queiroz a Amando Fontes, passando por Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, pela emergência, nas duas décadas seguintes, de uma literatura acusatória, à semelhança, sobretudo, daquela produzida na decadência imperial czarista. Euclides da Cunha estaria, em resumo, cobrindo com a sua sombra o romance nordestino.

Para elaborar a sua conclusão, defensável até, Franklin de Oliveira recorreu a um percurso processual e genético deficiente, em relação ao romancista paraibano, por desconhecer ou por desconsiderar o pré-requisito de sua contribuição sociológica, encerrado nas centenas e centenas de páginas de *A Paraíba e seus Problemas*, livro que, conforme o pronunciamento do intelectual Tarcísio Burity, antecipou em uma década Gilberto Freyre:

José Américo, então, de forma surpreendente, revela antevisão, de certo modo admirável, dos problemas sociológicos e de todas as teses e teorias sociológicas que, inclusive, vão ser desenvolvidas, também magistralmente, por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, no ano de 1933. Isso porque, dez anos antes dessa última publicação, José Américo demonstrava que o subdesenvolvimento da Paraíba não residia no homem nordestino e muito menos na mestiçagem, pois o



mestiço era exatamente o tipo ideal de homem adaptado à civilização tropical.<sup>76</sup>

Sob a influência do recorte ensaístico euclideano, o sociólogo paraibano contribuiu, aprofundando Arthur Orlando e antecipando Gilberto Freyre, para definir o recorte sociológico do nordeste enquanto objeto de conhecimento, enquanto categoria interpretativa. E nele refletiu, casada a nossa observação com a consideração do professor Tarcísio Burity, de maneira desmistificadora a respeito do mestiço, quando a prática estabelecida era a de vê-lo preconceituosamente, julgando-o adequado ao ambiente tropical. No mais, o pensamento do sociólogo paraibano reivindicou a necessidade de uma explicação social, e não biológica, para a situação do mestiço. E a sua visão do colonizador português foi, e foi muitíssimo, mais crítica do que a sugerida pelo sociólogo pernambucano.

Seria fastidioso enumerarmos tudo quanto há de post-euclideano na monografia americista. Tocando em um aspecto, o da mestiçagem, nele desautorizou a concepção euclideana preconceituosa, de que o mestiço é um decaído, fisicamente e um desequilibrado, psicologicamente. Para a tragédia das secas, contudo, propuseram uma solução semelhante a da açudagem – variando neles a escala do remédio proposto: o militar defendia a pequena açudagem enquanto que o bacharel preferia a grande barragem. O futuro levaria o sociólogo paraibano a uma revisão crítica da política da açudagem ali defendida, na década de 20 deste século em conclusão.

A chave da unidade da experiência criativa almediana, nas palavras de Tarcísio Burity, está no ensaio *A Paraíba e seus Problemas*, exatamente o ignorado pelo erudito Franklin de Oliveira:

Outra questão que me impressionou bastante em *A Paraíba e seus Problemas* é que esse livro representará

---

76 BURITY, Tarcísio. Matriz e antecipações sociológicas em *A Paraíba e seus Problemas*. In: ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980, p. 717. (Nota dos organizadores)

como que a fonte primária de um desdobramento posterior de toda obra literária de José Américo de Almeida.

Nesse sentido, que vai ser, por exemplo, *A Bagaceira*, se não o drama da seca, o drama do homem nordestino, tangido, moído e torturado pela seca, tal como cientificamente estudado e posto às claras em *A Paraíba e seus Problemas*?

Depois, vamos ter *Coiteiros*. E o que é *Coiteiros* senão o desdobramento artístico-literário de problema anteriormente estudado a nível científico e sociológico – o problema do banditismo social?

E *O Boqueirão*, que vem a ser? – Simplesmente, o problema da água, ainda hoje muito atual. José Américo mostrava que necessário se fazia acumular água. O problema residia na acumulação d'água, não tanto de seca, mas de falta de acumulação d'água.<sup>77</sup>

Não podemos esquecer a reiteração do professor Tarcísio Burity, na tradição americista, um político aparelhado intelectualmente, de que a redação deste ensaio sociológico frutuoso começou no histórico 1922 da Semana de Arte Moderna. Ele prolongou a sua ressonância, com uma precisão estranha a Franklin de Oliveira, não apenas até o consagrado romance *A Bagaceira* como, ultrapassando-o, às novelas de alicante beleza e crescente reconhecimento, livrando-as da cobrança da dramaticidade típica do texto ficcional de 1928, que são *Coiteiros*, com o amor frustrado de Roberto e Dorita na paisagem dos valores sertanejos e *O Boqueirão*, com a viagem descaracterizadora dos costumes exógenos sobre o tempo social específico da civilização sertaneja.

---

77 BURITY, Tarcísio. Op. Cit., p. 719. (Nota dos organizadores)

## JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: UM HOMEM MÚLTIPLO<sup>78</sup>

Joacil de Brito Pereira

José Sarney, grande escritor que acaba de publicar um romance notável *O dono do mar* – ocupante da cadeira que pertenceu a José Américo na Academia Brasileira de Letras e também eminentíssimo político que chegou a ser presidente da República, na apresentação que escreveu sobre o meu livro *José Américo: A Saga de uma vida*, disse do amigo, objeto das nossas considerações: José Américo foi uma figura lendária e mística.

Juarez da Gama Batista, um dos maiores conhecedores dos escritos de José Américo e que se deixou possuir por uma paixão literária, intelectual e cívica pelo grande areense, disse, certa vez, que ele foi o primeiro em tudo o que fez. Arrojada essa declaração, mas verdadeira e responsável. Solon de Lucena, presidente paraibano, de quem José Américo dissera ser um homem coroadado de todas as áureas, escolheu dois grandes vultos para defender *a obra ciclópica de Epitácio Pessoa*. Ao resolver prestar essa homenagem ao grande vulto, na defesa do seu trabalho em favor dos nordestinos, da região calcinada, sofredora, sua

---

78 Publicado originalmente como artigo na obra *A Geografia na obra de José Américo*, organizada por Janete Lins Rodriguez. João Pessoa: FCJA, A União, 2003.

escolha recaiu em José Américo e em Celso Mariz, na verdade duas figuras de intelectuais dos melhores que tivemos em todos os tempos. Apesar de seu valor, Celso Mariz que era um homem mais de gabinete e, em função dos estudos que realizou, deu-nos depois *A Evolução Econômica da Paraíba*, um livro interessante, não pôde acompanhar o passo do gigante, porque José Américo fez um estudo em profundidade de tal natureza, de uma pesquisa tão intensa que, com seu espírito incomum, penetrou em nosso território.

Diziam os historiadores que o Pico do Jabre era o ponto culminante da Paraíba, mas José Américo não aceitou, sem pesquisar, sem examinar a opinião desses pesquisadores. Acompanhado de assessores, subiu o pico do Jabre, galgou aquelas alturas, levando instrumentos de precisão, para só depois dizer se aquele era o ponto mais alto da Paraíba. José Américo era assim, procurava fazer o melhor nas tarefas que lhe eram encomendadas. Tem razão, portanto, Juarez da Gama Batista quando afirma: *foi o primeiro em tudo o que fez*. Estou citando só esse exemplo, podia também dizer que subiu as cumeadas das serras de Caturité, sendo comprovado que esteve em vários recantos da nossa serra da Borborema, em todos os contrafortes. Leu vários autores nacionais e estrangeiros e escreveu um livro que ainda hoje é considerado a maior obra no gênero, *A Paraíba e seus problemas*. José Honório Rodrigues e Maria Thetis, grandes historiadores e tantos outros cujos nomes estão catalogados na biografia que escrevi sobre o eminentíssimo paraibano, também emitiram a mesma opinião.

*A Paraíba e seus problemas* não é uma obra atualíssima, apenas um ponto nas estatísticas, mas, pode ser considerada uma obra-prima quanto a ensaios sociológicos, de um conhecedor profundo da Geografia física do Nordeste e não apenas da Paraíba, e da problemática das secas. Em síntese, nesse compêndio de mais ou menos setecentas páginas, todas as teorias sobre as secas estão ali contempladas. Relata o fenômeno como um episódio cíclico que se repete de período em período, desafiando uma solução que sempre tardou e que se ensaiou fazê-la quando Epiácio Pessoa chegou à Presidência da República. Porém, de logo, foi abandonada no governo seguinte,

pois as máquinas adquiridas para a construção dos açudes, Boqueirão e Coremas, ficaram no nosso *interland* se deteriorando.

Esse livro foi um livro-denúncia, como tudo que José Américo fez. Denúncia do crime terrível de abandono de uma região tão cara a todos nós brasileiros, porque foi aqui no Nordeste onde o Brasil nasceu. Tudo ele estudou, tudo viu; e viu mais do que os outros puderam ver, porque também já disse e ficou inscrito como uma máxima que varou os tempos *ver bem não é ver tudo, é ver o que os outros não veem*. Eu diria que houve um outro, que não era paraibano como Epiácio Pessoa e José Américo, mas que também teve sensibilidade para o problema, Juscelino Kubistchek, o criador da operação chamada Nordeste e depois SUDENE.

Em *A Paraíba e seus problemas*, José Américo, essa figura multifária, combate o racismo na mesma época em que Ritter e La Blache o defendiam.

José Américo escreveu esse livro em 1923 e já, naquela época, apresentava uma argumentação científica, segura, de estudioso penetrado, debatendo esse problema e provando que não há raças superiores. Era, na verdade, o primeiro em tudo que fazia. Acariciou a nossa alma nordestina de povo, nitidamente mestiço, e premiou o espírito brasileiro, pois o Brasil é uma nação de mestiços. Graças a Deus, e não poderia jamais aceitar essas ideias racistas. Mostrou inclusive que o nosso homem, o homem nordestino, não é inferior em nada a qualquer outro tipo racial, que os nossos conterrâneos descendem de caboclos, indígenas, não tendo do que se envergonhar. Não eram preguiçosos, como se proclamava, e sequer o mulato que é o tipo mestiço entre o preto e o branco. O nosso mulato é um tipo bonito, indiscutivelmente inteligente, bastando citar Machado de Assis entre os grandes mulatos desse país.

No primeiro grande livro de José Américo, há conhecimentos de Geografia Física, Geografia Humana, de Sociologia e de Antropologia, que só um especialista podia divulgar e difundir. Também explorou o fenômeno do cangaço, tema que apareceu depois, em outra obra literária, a novela *Coiteiros*. Do mesmo modo retratou o abandono da

açudagem, em outra novela, *O Boqueirão*. Essas duas novelas, escritas em poucos dias, mostram o seu poder de improvisação para sobreviver, pois havia deixado o Ministério da Viação e Obras Públicas, vivendo precariamente em estado de necessidade, porque nunca aprendeu a roubar, nem nunca deixou que os outros furtassem. Era, na verdade, o primeiro em tudo que fazia, e um homem múltiplo. Depois desse livro e antes de haver escrito a novela, *Reflexões de uma cabra*, escreveu o que passou a ser a sua maior obra de ficção, *A Bagaceira*. José Américo começou no jornalismo, em 1907, participando de um jornal da Serra, fundado por ele na cidade de Areia, passando depois a colaborar em outros órgãos da nossa imprensa como *A União* e a revista *Era Nova*, que fez época no governo Solonista. Esse grande escritor, que lera todos os clássicos da língua e alguns clássicos franceses, tinha um estilo literário clássico, pois bebera em Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Eça de Queiroz e em outros grandes portugueses. Assimilara também o estilo de um escritor como Rui Barbosa, mas passou a inventar um novo estilo, de tal forma que foi o precursor do modernismo de 1922 em São Paulo. Mas ele foi muito mais do que um modernista, porque o seu estilo é inimitável com uma característica própria, para seus textos curtos e enxutos, com frases de profundo sentido antológico e filosófico, e depois que falava ou escrevia, cada um de nós poderia meditar, ou repetir tudo, pois seu estilo simples tinha o poder de comunicação com as massas. Aperfeiçoando esse estilo, fez uma projeção sumária da sua obra capital *A Paraíba e seus problemas*, dentro de um romance com mais de 20 edições.

Quando o maior pensador nacional da época, Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo intelectual de Tristão de Ataíde, recebeu aquele livro feio por fora, em papel inferior, editado na imprensa oficial da Paraíba, teve até uma antipatia natural pelo romance, mas como viajava de trem e não tinha outra coisa para ler, abriu *A Bagaceira* e foi se empolgando, pois de suas páginas saíam figuras como se estivessem vivas. O poder de descrição do romanista era extraordinário. Terminada a leitura e concluída a viagem de trem, o entusiasmo de Tristão de Ataíde derramou-se pela sua pena

em comentários críticos que foram invejados por todos os escritores da época. Esses comentários soaram como um brado retumbante que, de repente, colocou a Paraíba na vanguarda do romance de conteúdo regionalista e social. Esse homem múltiplo que já se projetara como jornalista, cronista e novelista e também como autor de *A Paraíba e seus problemas*, com *A Bagaceira*, projetou a Paraíba na vanguarda desse romance. Outros se inscreveram na equipe do regionalismo como Raquel de Queiroz, o grande alagoano que escreveu as *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos, e depois José Lins do Rego que foi uma espécie de discípulo amado de José Américo. Vários escreveram, mas nenhum o superou, porque tinha razão Juarez, ele sempre foi o primeiro em tudo que fez.

Interrompeu a sua carreira de escritor, que podia ter sido muito mais fecunda, quando convocado pela política partidária, e apresentou uma nova faceta surpreendente, a de um grande político. João Pessoa vinha para o governo trazendo um ideário, uma vontade firme de reformar e queria, de imediato, corrigir todas as mazelas. Do seu programa constavam a erradicação dos cangaceiros, a reforma administrativa, a separação dos magistrados da política, a interiorização do progresso com as rodovias que se dispunha a construir. Convidou então José Américo para ser o seu secretário geral, na época, uma espécie de subsecretário. De início ele relutou, não queria saber de política partidária, mas de conversa em conversa, foi se entusiasmando com o plano de João Pessoa. Cedeu, aceitou o convite e foi um secretário participante do governo em todos os seus aspectos. Depois o império das circunstâncias o levou à chefia da revolução. O Brasil estava cansado da política dos governantes, da política do café com leite, e João Pessoa discordou do candidato oficial, atendendo à programática da Aliança Liberal que possuía vultos da altura exponencial de homens como Osvaldo Aranha, Maurício de Lacerda, Milton Campos, Batista Luzardo, J. Neves da Fontoura e tantos outros.

A Paraíba sofreu retaliações e José Américo, com seu espírito rebelde, foi aos poucos convencendo João Pessoa a aceitar a revolução que se estruturava nos bastidores. João Pessoa teve em José

Américo um grande cooperador que o influenciava nas suas decisões. Depositava nele extrema confiança e o admirava pela cultura e bom senso. Da mesma forma como chefiou uma revolução na literatura através do romance regionalista, comandou uma revolução política, demonstrando assim a sua personalidade múltipla.

Vitoriosa a revolução, foi governador do Norte/Nordeste, até ser convocado para o Ministério de Viação e Obras Públicas. Como político, foi também o maior, neste país, tanto pela sua pureza moral e coragem, como por seu espírito afirmativo. A Ligth lhe enviou um cheque em branco tentando corrompê-lo, mas ele saiu do Ministério recusando esse cheque. Candidato à Presidência da República, terminou sofrendo a traição inominável do próprio presidente Vargas que o lançara candidato. Então, como eu digo no meu livro, esse homem teve um destino de cúpula, pois atingiu os pontos mais altos na literatura, foi chefe do executivo paraibano, governador civil e chefe civil da revolução Norte/Nordeste e só não chegou à presidência, pelo golpe terrível que levou o país à ditadura. Mas quando 7 ou 8 anos depois, em 1945, precisaram de um homem que tivesse força moral e coragem para dinamitar os quadros da ditadura de um governo de intolerância, de um governo fascista de Getúlio Vargas, foram buscá-lo no seu retiro da Rua Getúlio das Neves, nº 25, no Rio de Janeiro. Seu destino de cúpula o colocou de novo nas eminências da política nacional. Cooperou para a desmontagem do governo ditatorial, foi emissário das oposições coligadas nas conversações com Eurico Gaspar Dutra que, na época, era o candidato já lançado por Getúlio. Mas Getúlio tramava contra seu próprio candidato, para permanecer no poder, e José Américo foi o emissário das oposições, para a conversação definitiva com Eurico Gaspar Dutra, que decidiu afinal chefiar o golpe de 29 de outubro para depor Getúlio. Considerado um dos maiores na literatura deste país, foi, também, um dos maiores na política nacional. Chegou a ser candidato à Vice-presidência da República, uma candidatura mais de protesto do que das forças majoritárias que se formaram da aliança com o PTB/PSB. Perdeu para Irineu [Nereu] Ramos, sabendo que iria perder, mas nem sempre se disputa para ganhar. Quando Pinheiro



Machado, um factótum do velho regime, que fazia presidentes após presidentes, tentou o apoio de Rui Barbosa para certos pontos que ele defendia no programa de governo, e este sabendo que, embora não concordando com as exigências de Pinheiro Machado, não seria eleito, preferiu, como ele mesmo disse, em manifesto à nação, ser fiel aos seus princípios a transigir a política dos conchavos. Enfrentou o candidato das forças majoritárias e perdeu, mas perdeu fazendo a mais bela campanha civilista até aquele tempo já vista neste país. Então, não se disputa só para ganhar, como fizeram Rui Barbosa e José Américo, disputa-se também para defender princípios e convicções, embora, muitas vezes, sendo o melhor. Gostaria de trazer ao conhecimento desta casa e aos seminaristas as variações dinâmicas do espírito do nosso grande personagem e a visão integrada que ele tinha das ciências sociais, na visão geral dos problemas do seu país e notadamente da região. Tavares Bastos, Silvio Romero, Agamenon Magalhães, Delgado de Carvalho, Epitácio Pessoa, Euclides da Cunha, José de Alencar, José Américo, Gilberto Freire e Arthur Ramos, dentre outros, foram os primeiros a se voltar para a problemática autóctone e criar uma literatura e uma preocupação científica em torno do nosso povo e das nossas regiões. Depois, esse sentimento foi acentuado em outros como Domingos Olímpio, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Américo. Este, com *A Paraíba e seus problemas*, contou a realidade provinciana e regionalista, dando-lhe uma projeção extraordinária. Maria Thetis Nunes, respeitada cientista social, diz que o traço fundamental da obra de José Américo é o humanismo, entendido como a cultura calcada nos clássicos, mais voltada para o homem, buscando o florescimento de todas as potencialidades. José Honório Rodrigues, crítico social, pensador político, historiador e analista, assim se expressou sobre aquela obra: *Há profundos aspectos sociais, nessa obra, que revelam a força do povo paraibano, que, como todo o povo brasileiro, tem dado mais ao país do que o país a ele.* Manuel Correia de Andrade, grande cientista social pernambucano, manifesta-se também acerca dessa obra, por suas diretrizes. Este livro vem abrir horizontes à geografia humana entre nós, inaugurando o método profícuo dos estudos monográficos tão do gosto

de geógrafos, da envergadura de Jean Brunhes e Pierre Deffontaine. Serve de objeto de reflexão tanto para geógrafos e historiadores como para cientistas sociais, em geral, e para políticos e administradores, porque se constitui num rico manancial de compreensão da realidade paraibana e também do NE.

São opiniões, dentre outras, que justificam plenamente a realização desse seminário para estudar esse aspecto importantíssimo de José Américo como geógrafo. Poderia também me referir ao grande memorialista que foi, e citar ainda os aspectos profundamente filosóficos das suas máximas, das suas frases como a que dirigiu ao povo paraibano no seu grande discurso da campanha, para o governo do Estado, em 1950: *Voltei! Voltar é uma forma de renascer, ninguém se perde na volta*. Dentro dessa multiplicidade, dessas muitas facetas do seu espírito iluminado, era único na coerência com suas ideias. Tinha um ideário só e era um homem voltado para o povo, como disse certa vez noutra grande discurso, na campanha frustrada de Presidente da República: *eu vou fazer a política dos pobres, porque a política dos ricos já está feita*. Ele era ideologicamente um homem, como disse Monteiro Lobato, voltado para os humildes e um político de centro esquerda. Para João Mangabeira que fundou e presidiu o Partido Socialista Brasileiro, José Américo era um homem que se situava no centro, mas seu coração batia do lado esquerdo como acontecia com todos os corações, e essas palavras tiveram uma significação singularíssima, porque José Américo era realmente um homem de centro esquerda.

## UM INÍCIO AUSPICIOSO<sup>79</sup>

Francisco de Sales Gaudêncio

O início das atividades editoriais da Fundação Casa de José Américo, no próprio dia de sua abertura ao público, por meio desta coletânea *Geografia, Antropologia e História em José Américo*, é o que se pode considerar evento sumamente auspicioso.

Em primeiro lugar, veja-se que as conferências aqui enfileiradas, fogem ao lugar comum das exaltações convencionais para adquirirem feição crítica, por meio da qual José Américo aparece não como demiurgo, mas como cientista social que, refletindo as coordenadas de seu tempo histórico, abria novos caminhos para as modernas concepções da Geografia, Antropologia e História,

Tal entendimento parece-nos relevante por significar um dos princípios inerentes à operacionalização cultural da Fundação Casa de José Américo, ou seja, partir de seu patrono de modo a não ficar exclusivamente nele, relacionando-o, o mais possível, com a cultura universal, brasileira e regional.

Para concretização desses objetivos, entendeu o setor de programação cultural da FCJA reunir geógrafos, antropólogos e historiadores

---

79 Publicado originalmente como orelha do livro *Geografia, Antropologia e História em José Américo*, organizado por Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes e José Octávio de Arruda Mello. João Pessoa: A União, 1982.

do mais alto nível e capazes de estabelecer a adequação entre as concepções americistas e suas respectivas áreas de atuação.

O primeiro deles, Manuel Correia de Andrade, ligadíssimo à Paraíba, desde sua monografia *O Rio Mamanguape* para a série “Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental” e organização dos quadros de planejamento estadual, durante a administração Ernani Sátiro, é nome que dispensa apresentações, seja pela visão geo-histórica e econômico-social de que dispõe, seja pela atualidade de sua heterodoxia. Sua conferência de Geografia, Antropologia e História em José Américo representa a demonstração disso, cabendo-lhe revelar como a obra de José Américo, regionalizante e não estadual, arrimou-se em nova compreensão da Geografia Humana.

Também da vertente geo-histórica, mas tendendo a enfatizar a Antropologia em que se especializou, desde os estudos empreendidos sobre seu conterrâneo Sílvio Romero, provém a sergipana Maria Thetis Nunes, da velha guarda isebiana. Situando sua interpretação americista sob o signo da esperança, Thetis Nunes discute em José Américo questões como o conceito anti-arianista de raça e os benefícios da miscigenação, pioneiramente levantados por *A Paraíba e seus Problemas*, ainda na década de vinte.

Pela Paraíba, faz-se presente a esta coletânea o professor e jornalista José Octávio (de Arruda Mello), bastante conhecido em nossos círculos culturais.

Firmando com “José Américo: Uma Interpretação Histórico-Política” a mais ampla das exposições aqui inseridas, José Octávio identifica-se, por inteiro, com os princípios do Grupo José Honório Rodrigues que vem animando entre nós, seja pela visão culturalista e histórico-política de seu estudo, seja pela massa de indicadores que levanta, no tocante às novas formulações econômico-sociais dos anos vinte, crise do oligarquismo e emersão de liderança urbana com a Revolução de 30, “Teoria da Ameaça” dentro da preparação dessa, centralização do outubrismo, significado da campanha presidencial de 1937 e redemocratização de 1945, e bem assim no que tange à jaguari-beana “democracia conservadora de massas”, a serviço da qual se teria

colocado José Américo, elegendo-se governador da Paraíba, em 1950, contra o coronelismo udeno-varzeano.

A esta coletânea não poderia faltar a contribuição de José Honório Rodrigues, como, realmente, o principal fator de renovação da Historiografia paraibana, nos últimos quinze anos. Mais do que um posfácio, o necrológio de José Américo, firmado pelo maior historiador brasileiro de todos os tempos, condensa, como na 3ª edição atualizada de **A Paraíba e seus Problemas** (A União Cia. Editora, João Pessoa, 1980), o encontro de dois historiadores que têm sabido servir ao Brasil com a mesma consciência nacional, o mesmo descortínio, a mesma confiança no povo, a mesma bravura.



## SOCIOLOGIA DAS SECAS E NOVA GEOGRAFIA EM JOSÉ AMÉRICO<sup>80</sup>

Deusdedit Leitão

As palavras proferidas pelo Eptácio Soares e professora Shaiene Wanderley Câmara e enfeixadas neste Sociologia das Secas e Antecipações Geográficas em José Américo oferecem oportuna contribuição ao estudo da obra de José Américo de Almeida, principalmente, no que se refere ao velho e discutido problema das secas no Nordeste. Aquele eminente paraibano talvez tenha sido o escritor brasileiro que mais se preocupou com a tragédia das secas, estudando os seus aspectos sociais, políticos e econômicos, permanentemente interessado em oferecer sugestões para a desejada solução do angustiante problema. Desde as páginas admiráveis de *A Paraíba e seus Problemas* aos artifícios literários de seus famosos romances, sentimos, em todos os instantes, a preocupação do escritor em projetar o martírio do povo sertanejo, numa antevisão do estadista que iria se consagrar pela corajosa ação administrativa.

Os seus relatórios no Ministério de Viação e Obras Públicas reafirmaram a preocupação do escritor. A palavra do técnico, porém, não sacrificou a beleza literária do estilo. Ao homem público não faltou

---

80 Publicado originalmente no jornal *A União*, 10/01/1982.

jamais o encanto que consagrou sua prosa. E conseguiu o milagre de fazer de maçudos documentos, recheados de gráficos e dados estatísticos, páginas do maior interesse, facilitando a leitura para transmissão daquilo que antes era limitado a leitura e aos burocratas. Mas isso sempre foi, no grande paraibano, uma característica que o definiu como homem do bem comum.

Epitácio Soares, operoso militante da imprensa campinense, acompanhou de perto a ação Epitácio Soares, operoso militante da imprensa campinense, acompanhou de perto a ação de José Américo de Almeida como político, ou como administrador. Ainda ressoam aos seus ouvidos os vibrantes pronunciamentos da campanha de 1950. Talvez ainda rememore o inflamado discurso de Campina Grande, quando como candidato a Governador falou às multidões como um profeta bíblico, no arrojo da sua combatividade - “Bastará um grito dalma, de confiança e fraternidade, para levantar legiões. E bastará erguer o dedo e mostrar que espécie de gente é essa que me combate e se atravessa no meu caminho”. E concluiu sentenciando “Vou fazer a mais bela e sincera das minhas campanhas. Vou desfraldar a alma com um ímpeto sagrado”.

E foi em Campina Grande que José Américo de Almeida recrutou Lopes de Andrade para integrar sua equipe governamental. Epitácio Soares relembra em sua palestra a identidade existente entre os dois dedicados estudiosos do problema das secas. Justificou o tema da sua palestra com a participação do autor de Introdução a sociologia das Secas no Governo de José Américo e, ao comentar aspectos da crise climática de 1951, declarou “Em tal circunstância, aquelas duas almas afins teriam naturalmente que estar juntas, para unidos encontrarem a fórmula de combate ao flagelo”.

A professora Salene Wanderley Câmara, por sua vez, abordou um tema novo e sugestivo, “A Geografia na obra de José Américo de Almeida”.

O assunto não me pareceu fácil por impor maior aprofundamento em tudo o que o romancista de A Bagaceira escreveu. Entendo, porém, que ela foi feliz na sua exposição e ofereceu, à observação do



leitor, aspectos interessantes e até mesmo curioso na obra do grande escritor. Quem conhece a formação cultural de José Américo não terá porque se surpreender com essas revelações. De temperamento retraído, arredio aos atrativos dos meios sociais, José Américo, como Procurador Geral do Estado, confinou-se em seu gabinete entregue ao universo das leituras. Mandava vir da Europa os livros que lhe interessavam. Leu tudo e leu muito, acumulando sabiamente todos os ensinamentos que contribuíram para sua formação cultural. Graças a essa reclusão voluntária conseguiu ser “o técnico das ideias gerais”, com que se anunciou ao assumir o Ministério de Viação e Obras Públicas em 1930.



## JOSÉ AMÉRICO E A SOCIOLOGIA DAS SECAS <sup>81</sup>

Fernando Melo do Nascimento

É longo, extenso e numericamente significativo, o que se tem escrito em torno do ainda palpitante assunto «As Secas do Nordeste».

A História registra cinco grandes secas de dois a cinco anos de duração: 1721 a 1725, 1778/1790 a 1793, 1824 a 1825, 1877 a 1879, no século passado. No século atual, 1932, onde o Ministro José Américo de Almeida surgiu no momento exato, ainda ecoavam os gritos, que mal se podiam escutar, mesmo sim, dos famintos, em uma solicitação de última esperança para escapar à morte.

A água passou a figurar nesse quadro dramático como elemento único e insubstituível, capaz de trazer a solução final. Não resta a menor dúvida que ela é fundamental. No entanto, deve figurar como parte de um sistema, cujos componentes, ainda não bem delineados, um dia apresentarão o grito aleluial.

Focalizando 1932, as diretrizes traçadas, frente a um sol escaldante e os vendavais trazendo a poeira até as praias do mar, as providências sugeridas e implantadas, tinham sua origem em A Paraíba e Seus Problemas que, embora estudando um Estado, englobava o

---

81 Publicado originalmente como artigo no Suplemento **Correio das Artes**, João Pessoa, A União, 3/1/1982.

Nordeste como um todo, usando extrapolações aceitáveis, para clareza do pensamento.

Os trabalhos anteriormente iniciados na região por Loefgren, com florestamento, Luetzelburg, com Estados Botânicos do Nordeste, Theng com a piscicultura, apresentavam um plurivisual, com acentuadas tendências à formação de um mosaico harmonioso, no campo biológico. Forneciam-se as bases científicas do estudo, secundadas pelas construções dos açudes que voltaram a surgir, num eloquente atestado de já nascente engenharia nacional.

Prender a água das chuvas, correndo em busca do mar e acumulá-la, passou a ser preocupação constante dos estudiosos da problemática das secas. E o que dela fazer? - As obras de engenharia, como exemplo, nasceram na visão unilateral dos seus profissionais. É natural. Empolgavam os seus construtores a grandiosidade do maciço de concreto ou o volume de terra conforme o caso. Nessa oportunidade, graças ao conhecimento profundo da questão, o Ministro José Américo de Almeida criou os Serviços Complementares de Obras contra as Secas, depois Serviço Agroindustrial, dando vida a quem permaneceria inerte.

A água parada passava a se movimentar, não no sentido das cheias, mas umidificando o solo, permitindo seu real aproveitamento na produção agropecuária.

Os postos Agrícolas, o instituto José Augusto Trindade; cujo nome representa merecida homenagem a seu fundador, reuniram na época os mais capacitados técnicos que passaram a estudar, pesquisar e experimentar a “terra ignota”.

Concedia-se visão agronômica à zona semi-árida numa pujante demonstração de sua potencialidade. A antevisão desse gigante dos grandes voos percebia a necessidade da investigação, de um melhor conhecimento, num sentido racional, de todos os aspectos do meio, e dos bons resultados que adviriam desde que fundamentados em base científica. Fugia das improvisações.

Residia nele a intimidade com o sertão nordestino, desde quando nos verdes anos, rompeu os cariris e sertão, sentindo na pele o

sol escaldante, sem outra alternativa, a não ser a passada da montaria, de encontro ao solo pedregoso, Conheceu, assim, palmo a palmo, a terra desafiante.

Não ficou si. Traçou as grandes linhas como faz um comandante, chamando a atenção para o campo da agropecuária, histórico na formação econômica do Nordeste.

Assim foi introduzida a “palma sem espinho”, o conhecido “açude vegetal”, resistente à seca, alimento importante para o gado nos momentos de carência. A fenação com o aproveitamento de gramíneas e leguminosas nativas e cultivadas, a batateira-doce garantiriam o forrageamento, assegurando o evoluir da pecuária Encontrava-se a chave de uns dos aspectos da problemática.

Foram então estudadas espécies vegetais de valor cultural ainda pouco conhecidas, como a oiticica, cuja multiplicação vegetativa se buscou avaliar, e a faveleira, cuja conhecida agressividade não a impediria tornar-se fonte de excelente óleo comestível.

As diretrizes preconizadas pelo Ministro José Américo de Almeida abrangiam vários segmentos, indo as áreas seca e irrigada. Surgiram daí várias interrogações: somente o grande açude suportaria o aproveitamento para as regas? E o irrigante? E os tipos de solo? E a salinização?

Os Postos Agrícolas da IFOCS tornaram-se os agentes dessa escalada, na resolução de questões que despontavam em avalanche. Localizados no domínio do açude, assim poderiam administrá-lo num sentido de sua exploração racional.

Declarada a seca, decretada a emergência, outra alternativa não tinha o responsável Mestre senão a concretização imediata das medidas governamentais. Os estômagos famintos não poderiam esperar mais. No século XX não seria admissível a reprodução do drama de antropofagia que teve em Dyonisia dos Anjos sua infeliz protagonista.

Permanecia o interesse vital de armazenar a água oriunda das chuvas fugidas. Como corolário, ter-se-ia de procurar o local adequado, do ponto de vista da tecnologia.

De fato. Se o problema era a água, quanto mais melhor. Certamente a ideia predominante nos idos de trinta.

Surgiu uma natural e espontânea política de grande açudagem. Maior que a Baía da Guanabara, o Orós! E tal fato se acentuou quando, realizadas as construções, se pensou, fortemente, na distribuição de água, para regar os campos cultivados. Indiscutivelmente, a capacidade de armazenamento d'água passou a ser ponto vital, considerando a exigência em consumo, dependendo do ciclo da planta.

Foram estimados, uns vinte mil metros cúbicos de água por ano, por hectare irrigado. Com a tecnologia atual em irrigação, passou-se a admitir doze mil metros cúbicos por hectare/ano.

Mas alguns dos açudes, como é natural, dado o caráter emergencial da construção, não permitiram seu uso no regadio. Permaneceriam como autênticos depósitos d'água.

Outras secas se sucederam, após a implantação de alguns reservatórios, concedendo a imagem, principalmente aos que se localizam longe do campo, de que sua influência é mínima. Ele não é a única incógnita, O flagelado apresenta-se com toda a pujança, quando o aumento populacional é um fato, e a reserva de alimento inexistente, ao anúncio da falta de chuvas no momento esperado.

Os jornais clamam. Os parlamentares se referem ao Nordeste esquecido e ignorado

Retornando as chuvas, desde a cortina e o drama desaparece. A descontinuidade é patente. Um Serviço Agroindustrial que seria a célula multiplicadora dos ensinamentos de como agricultar o semiárido, na era dos 60 já ouvia os primeiros sons dos sinos funerários.

Outros períodos de seca e novas emergências foram implantadas. Dúvidas foram levantadas a respeito da funcionalidade dos grandes açudes. Deveria ser fomentado o poço? O açude pequeno, doméstico disporia de ação mais abrangente? Volta a discussão...

Tais açudes, segundo foi dito, servindo de controle a erosão não permitiriam a corrida do solo para o oceano, pois o solo é mais precioso que a água, visto que não retorna, enquanto a água um dia

retornará. Como as ideias novas aqui medram com agressividade, surgiu a perenização dos rios, espelhados no exemplo da Amazônia.

Foi dentro desse cenário que eclodiu a seca de 1952! Contudo, o que se entende por seca? Falta de chuvas? Sua má distribuição-Ausência da produção de gêneros de alimentação? Quebra da reserva de alimentos? Fragilidade da economia da zona? E a moderníssima “seca verde”? Haveria falta de obras do governo na região?

Possivelmente com a mente povoada por tais indagações e inumeráveis outras, nasceram As Secas do Nordeste (Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10/11/53 - Debates e Repercussão).

Vislumbra-se, de imediato, ao início da leitura da “Exposição”, o conhecer do assunto sem tergiversações, a capacidade do dirigente, tudo isso enfocado, nas medidas que foram tomadas, com a segurança do timoneiro das longas caminhadas.

Era a sedimentação de um passado, alicerçado através dos anos, em contato direto com a realidade, frente a frente.





## ATUALIDADE DE UM RELATÓRIO SOBRE AS OBRAS “CONTRA AS SECAS”<sup>82</sup>

Aécio Villar de Aquino

“Se me perguntassem pelos 371.136:569\$947 de verbas orçamentárias e créditos especiais, despendidos em assistência às vítimas da seca, eu poderia dizer simplesmente: Matei a fome de dois milhões de brasileiros, no maior cataclismo que já se abateu sobre todo o norte, pela sua força destruidora e por seus reflexos em zonas isentas desses acidentes do clima”.

Assim inicia o Ministro José Américo de Almeida o seu relatório sobre as “Obras Contra as Secas”, incluindo no “O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação”, edição da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1934.

Relatando as providências postas em prática pelo Ministério da Viação durante as secas do início da década de 30, o Ministro procurou ser fiel ao escritor, ao cientista social que mais de dez anos antes escrevera “A Paraíba e seus Problemas”, onde analisa pormenorizadamente

---

82 Publicado originalmente no jornal A União, Suplemento **Correio das Artes**, João Pessoa, 3/1/1982, a partir da Apresentação de Aquino para o livro ALMEIDA, José Américo de. **O Ciclo revolucionário do Ministério da Viação**. 2 ed. João Pessoa: FCJA/FGD, 1982.

as causas, conseqüências e possíveis soluções do fenômeno climático, reportando-se a uma análise profunda dos aspectos históricos e sociais das secas do Nordeste. Na sua experiência de administrador conseguiu eliminar alguns dos males apontados pelo escritor quando se reportava às secas anteriores e suas conseqüências: a criminalidade específica das secas, “quando improvisavam-se grupos de bandidos que assaltavam as últimas reservas dos proprietários que remanesciam em suas fazendas”, fora evitada, certamente eliminada por outras causas além das providências adotadas pelo Ministro, “mas, na última manifestação do flagelo não se formou um só bando de cangaceiros”: também uma série de cautelas – proibição do uso do álcool, de armas e de jogo evitaram perturbações nos acampamentos de trabalho, o abastecimento de víveres e materiais fora controlado, mas “apesar dessas cautelas, acentuava-se a tendência às explorações criminosas”, tendências estas que anteriormente constituíam um flagelo paralelo ao distúrbio climático, eliminando a precária assistência, revestida em fator de enriquecimento e prestígio de políticos e comerciantes desonestos; execução de uma série de serviços auxiliares em colaboração e às vezes realizados por outros Ministérios, tais como assistência sanitária às populações atingidas pelo flagelo, – chegando a desviar verbas para o Ministério da Saúde – e providências relativas à agricultura a cargo do setor respectivo. Vale ressaltar esta colaboração interministerial, quando o comum é a luta pelo prestígio pessoal do Ministro a se projetar através do seu Ministério. Assim o sentido de colaboração, organização, sistematização, controle e melhor utilização dos poucos recursos e meios disponíveis, ficam claramente demonstrados no relatório. E também a preocupação para que os efeitos da seca não se propagassem até zonas não atingidas diretamente pelo fenômeno. Era uma inquietação antiga de habitante de uma dessas regiões periféricas, problema que até hoje passa despercebido, como se, à semelhança de qualquer catástrofe, a seca não se dilatasse além da faixa caucinada pela perturbação climática. O romancista de “A Bagaceira” procurava pôr em prática as suas ideias, demonstrando que ficção também é realidade.

Não somente realizações compõe o relatório. O que não foi feito, o que não se pode fazer, também é contemplado, fugindo à rotina dos relatos oficiais. Os “campos de concentração” não puderam ser evitados e “chegaram a conter, num só dia, no Ceará, 105 mil pessoas”. Eram compostos da “multidão de cegos, aleijados, órfãos e macróbios que não podiam mais recorrer à caridade pública esgotada”. Não pode impedir também o abastecimento feito por particulares, “que permitira, em épocas anteriores, as especulações mais extorsivas”. E a velha e emperrada burocracia sempre freando, impedindo e dificultando a adoção de medidas mais adequadas ao bom funcionamento do programa de emergência: “Se não fora o retardamento na distribuição dos créditos o Ministério da Viação não teria tolerado, de nenhuma forma, esse regime de fornecimentos que se presta aos maiores abusos”. A fiscalização rigorosa dos recursos é uma constante, podendo dizer, ao terminar o relatório: “Se ocorreu algum desvio, à revelia dessa austera defesa dos dinheiros públicos, não foi apurado, nem ficaria impune.”

Decorridos quase cinquenta anos da publicação do relatório, objeto desta rápida análise, alguns problemas nele contemplados e suas possíveis soluções, constituem, ainda hoje, um dos maiores repositórios de sugestões para resolver, ou pelo menos diminuir o magno problema nordestino da difícil convivência do homem com o clima. E também um atestado da incapacidade, da inércia, do descaso das administrações posteriores que praticamente nada fizeram e frequentemente regrediram ao mero assistencialismo ineficaz e humilhante das épocas do Império e começos da República Velha.

Estudando o problema da estiagem em um sentido amplo, não lhe passou despercebido efeitos correlatos que muitas vezes agravam ou dificultam a explicação do fenômeno. Um desses fatores é sem dúvida o da impermeabilidade de grande parte dos solos nordestinos e sua conseqüente incapacidade de retenção de água, aspecto este que frequentemente tem passado despercebido mesmo por técnicos atuais, mas que não escapou a sua arguta observação. É o que explica, muitas vezes, a ausência de safras no Nordeste em anos aparentemente bons de invernos. Dez ou doze dias de estiagem na época necessária

impediram o ciclo produtivo do milho, feijão e outras plantas que foram privadas da umidade necessária ao seu desenvolvimento pleno, ou, como diria mais tarde Celso Furtado ao comparar o problema nordestino com o de Israel: “a pouca água que cai em Israel cai em uma esponja, a nossa cai em cima de uma pedra”.

Prevê a possibilidade de “salga”, de salinização dos terrenos irrigados e baseado na opinião de um técnico no assunto, Dr. P. Vageler, “indica os principais antídotos contra esse problemático desastre: a drenagem e a aplicação do gesso, tão abundante no nordeste”. Todos sabemos como foi relegado este problema e os terrenos hoje perdidos pelo mau uso das águas, aniquilaram diversos projetos de irrigação. O “problemático desastre” fácil de ser evitado, muitas vezes existente em decorrência de um problema maior. É que, “Na zona semiárida do Brasil não se constroem barragens onde se quer, mas onde as condições o permitem”.

Sob o nome de “fatores de proteção econômica da região” apresenta alguns “objetivos” relacionados ao reflorestamento, formação de pomares, proteção das matas, produção de forragens, cultura de plantas úteis da região e exóticas, instalação de postos agrícolas, empréstimo de máquinas, construção de silos, estudo e organização de um catálogo da flora regional. Eram os hoje chamados “objetivos a médio e longo prazo”, impossíveis de serem realizados plenamente na curta gestão de um Ministro. Quase todos admitidos como eficazes, poucos experimentados, menos realizados, alguns interrompidos e outros, parece-nos que, nem sequer cogitados. Na última classe se inscreve o estudo da flora regional, inconcebível descaso de não se querer conhecer o que está mais perto de nós, desprezo que se concretiza na paulatina deterioração e desativação dos poucos órgãos que poderiam, dentro das suas imensas limitações, abrir as veredas que futuramente nos conduzissem ao conhecimento das nossas plantas nativas. De uma entidade de maior porte, capaz de atingir este objetivo, parece-nos que jamais se cogitou na região semiárida, onde certamente, o estudo e a classificação da sua desconhecida flora, iria identificar os salvadores vegetais da região. É inconcebível que dentre tantas variedades

florísticas, já adaptadas ao meio, nenhuma se preste a um melhor aproveitamento.

Saudosismo à parte. O mais lamentável – lamento que realça o valor de documentos com o que analisamos – é a inoperância dos quase cinquenta anos que se passaram. É ainda não poder divisar o Nordeste antevisto por José Américo de Almeida, em que:

O sertanejo deve (pudesse) aguardar a seca com o mesmo espírito de providência com que o europeu aguarda o inverno.



## BLOCO DO NORDESTE<sup>83</sup>

Newton Madruga

Em “A Paraíba e seus Problemas”, José Américo de Almeida grava este conceito lapidar em defesa da região que se constituiu a grande luta de sua vida: “A história político-administrativa da Paraíba suas relações com os poderes centrais desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono”. Atente-se neste pormenor do escritor: “desde o tempo da conquista” - isto significa que são mais de três séculos de postergações. As preterições e o abandono somente desapareceram quando Epiitácio Pessoa esteve na Presidência da República e José Américo no Ministério da Viação. Os dois notáveis brasileiros determinaram ritmo de marche-marche, entre outras obras, para os açudes e os canais de irrigação. Obras que se tivessem continuado desde 1922 ou 1930 até hoje, não se falaria mais na calamidade das secas, e nem haveria, em plena era espacial, o infortúnio de brasileiros morrendo de fome e de sede numa terra farta e dadivosa como o Brasil.

A verdade é que o Nordeste, depois que perdeu Epiitácio e José Américo, passou a figurar no mapa político apenas como um fornecedor de votos. Para no Congresso contribuir em votações de interesses

---

83 Publicado originalmente no jornal O Norte, 6/9/1992.

exclusivos do governo. Por isso, cabe valorizar o labor de todos em conjunto.

Os Estados nordestinos – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – formam elevado número de senadores e deputados federais. Reunidos esses parlamentares, comporiam poderosa bancada, isto é, o Bloco do Nordeste. Não será preciso nenhum brado de “independência ou morte”. A bancada nordestina simplesmente adotaria a malícia de certas pessoas, que rindo, apoiam, e com mesmo riso, desapoiam.

Tendo nas mãos o trunfo desse bloco, o Nordeste politicamente falaria grosso e poderia, em recompensa ao seu voto no parlamento, fazer exigências pelo desenvolvimento da região. Por conseguinte, é tempo de acabar com o vexame daqueles degradantes rogos, como se tudo para o Nordeste fosse favor. Impõe-se que a Sudene seja reativada. Esse órgão possui, em ponto de execução, todos os estudos que edificariam o progresso desta área, que se aponta como inviável, mas que é, na verdade, injustiçada e abandonada.

A televisão tem mostrado as imagens arrepiantes das secas. Até parecem cenas de ficção, ou dramas de castigos bíblicos, apresentados em filmes memoráveis. Entretanto, não é fantasia nem pesadelo. Vemos com os nossos olhos a vida torturante de seres humanos em levadas, procurando água e alimentos. Isto significa trágico libelo, porque é todo ele feito de sede e de fome de homens, de mulheres e de crianças. É o libelo contra o descaso desde a época da colônia até aos nossos dias, como assinalou o sociólogo d'A Paraíba seus Problemas.

Mas isto não mudará com a iniciativa isolada de um ou outro Estado, conforme se tem evidenciado através dos tempos. Para mudar será preciso, antes de tudo, que se erga o espírito de unidade regional e de nordestinidade. Dessa coesão é que provirá o Bloco do Nordeste.

Faz precisamente setenta anos que o Presidente Epitácio Pessoa se empenhava, com paixão telúrica, pelo adiantamento desta parte do território nacional. Mas ainda hoje, nordestinos caem de fome.

Não tenho vocação para adivinhar, porém aí estão os fatos do passado e do presente, servindo de alerta ao futuro; ou os dirigentes se



aliam na composição de um bloco reivindicante de direitos, ou jamais a indigência será erradicada do solo nordestino.



V PARTE

**UNIVERSIDADE E ESTUDOS  
MAIS RECENTES**



## RELAÇÃO HOMEM VERSUS MEIO<sup>84</sup>

Gelza Rocha Fernandes de Carvalho

As obras de José Américo são bastante conhecidas e analisadas de diversas maneiras, mas, sob uma visão geográfica, cremos ser esta a primeira vez em que um grupo de geógrafos se debruça sobre elas.

E, como fizemos este trabalho para descobrir a geografia na obra de José Américo?

Iniciamos a leitura, a partir de seus livros, alguns lidos há bastante tempo, sob um prisma diferente: perceber a geografia na obra de ficção do escritor. Foi uma maneira nova de abordar a questão. Num primeiro momento, começamos a trabalhar os personagens e, através dos seus sentimentos como tristeza e alegria, conformismo e autoritarismo, revolta e fatalismo, e de elementos como pobreza e riqueza, passamos a entender a relação que existia entre os indivíduos, entre as pessoas, enfim, entre os homens e desses com o seu ambiente, com o seu espaço.

A partir dessa relação, convencemo-nos de que existia o que chamamos de um romance geográfico de José Américo, tanto no romance como na novela, porque a geografia se fazia presente nos elementos analisados. Isso era algo novo. Mas, podemos dizer, também,

---

84 Publicado originalmente como artigo na obra *A Geografia na obra de José Américo*, organizada por Janete Lins Rodriguez. João Pessoa: FCJA, A União, 2003.

que a geografia encontrada na obra de José Américo não era uma coisa inventada. Como disse o grande geógrafo Milton Santos, *o novo não se inventa, descobre-se*. E foi o que aconteceu. Descobrimos, através da análise de alguns elementos, dos personagens e dos seus sentimentos, das situações expostas nas obras, uma geografia já contida nas mesmas.

De que forma poderia ser confirmado, do nosso ponto de vista, esse aspecto geográfico descoberto na obra de José Américo? Retomando a leitura de *A Paraíba e seus Problemas*, uma obra técnica. Nela, observamos uma descrição primorosa do meio e do homem nordestinos, com ênfase ao espaço e ao homem paraibanos. Ora, se ele retratara tão bem esse meio e esse homem, nada mais natural que levasse esse conhecimento para sua obra de ficção.

Quem tiver a oportunidade de ler *A Paraíba e seus Problemas*, os romances e novelas do autor, poderá perceber que, na obra de ficção, existe uma “realidade” transposta do livro técnico: o espaço e seu povo, acrescidos de algo mais, a denúncia social.

O homem e o meio sempre foram objetos da ciência geográfica, sejam quais forem as vertentes metodológicas, tanto para os que consideram a Geografia ciência da natureza como para os que a identificam como ciência do homem, configurando a Geografia Física e a Geografia Humana, ou para os geógrafos que trabalham a sociedade ou o espaço, retratando as transformações, ao longo do tempo, de maneira crítica. Considerando este último aspecto, cremos que esta não foi a análise realizada por José Américo, ou seja, a análise crítica.

O homem e o meio estão presentes na obra do autor, evidentemente.

Do ponto de vista geográfico, que meio e que homem são esses e como são vistos por José Américo, em sua obra de ficção?

O autor apenas faz uma descrição do meio ou trabalha a relação homem x meio? Acreditamos que traça essa relação, sim.

Analisando a obra, no geral, parece-nos que ele adota ou segue a orientação *possibilista, lablacheana*.

Voltando à *A Paraíba e seus Problemas*, vemos que aí está claramente expressa pelo autor, nas páginas 52, 53, a afirmação de que

seguirá exatamente a orientação metodológica do Possibilismo Geográfico, e que descartará a vertente determinista, o que, aliás, do nosso ponto de vista, nem o faz tanto assim. É esta orientação possibilista que ele transfere para sua obra de ficção, a exemplo de *O Boqueirão* e *A Bagaceira*.

O romance *O Boqueirão* diz: *a natureza não pode ser mudada em suas linhas gerais, mas pode ser modificada*. O autor trabalha, portanto, a relação homem versus meio, no sentido de modificação da natureza pelo homem, e é, com base nesse tipo de transformação da natureza, o que pensa acerca de uma redenção para a região e para as condições socioeconômicas do povo.

Sob nossa ótica, entretanto, o determinismo geográfico também está presente, mas, por esta razão, consideramos José Américo muito conservador. A orientação determinista está clara quando ele se refere ao problema da seca, ao clima, não só na ficção, como em *A Paraíba e seus Problemas*. Existem algumas citações que mostram essa sua forte dualidade metodológica.

Há um aspecto novo mesclando esse modo de analisar a relação homem versus meio: é a denúncia social. Realmente ela existe na obra de ficção. Podemos dizer que é um componente da análise geográfica? Sim, pois ele a coloca tanto na obra de ficção como em *A Paraíba e seus Problemas*. Como foi mencionado antes, há uma transposição clara da realidade paraibana exposta no trabalho técnico para a obra de ficção. Seja a realidade apreendida através de trabalhos especializados (geográficos, geológicos, botânicos), seja a realidade vivenciada pelo próprio autor. Ele vivia na região e a conhecia bem, sendo o livro, por isso mesmo, muito rico em informações. Esta realidade foi levada para o romance, inclusive a denúncia social.

Mas, que denúncia social? Sempre aquela ligada ao problema do semiárido, à problemática da seca. Em *A Bagaceira*, José Américo trata do *brejeiro*, elemento humano que não pertence ao semiárido, mas, ainda assim, ele o compara ao retirante, migrante que vem do sertão, tangido pela seca. E, aí, também, quando trata do *sertanejo*, é um determinista, ao falar de suas características, da sua pobreza. Em *A Paraíba*

*e seus Problemas* diz textualmente: não fora a seca, todos viveriam em abundância. Ou seja, no nosso entender, ele relaciona essa questão social ou as condições de pobreza do nordestino, do paraibano, às questões de ordem natural, à seca, principalmente. Esse determinismo está muito claro, também, no romance.

Ele trabalha sempre com a ideia de transformar essa situação. É uma preocupação pessoal de José Américo, que deixa transparecer nos personagens a melhoria do sertão, do povo sertanejo. Entendemos que sua preocupação maior é a de *modernizar* o sertão, usando os recursos naturais, os elementos que a natureza oferece e que, transformados, podem salvar a região. O açude e a irrigação são explicitados como a redenção do Nordeste e, em consequência, do povo nordestino. Este aspecto fica bem enfatizado tanto em *A Paraíba e seus Problemas* como em *O Boqueirão*, e também, ao falar da *salvação do migrante e do brejeiro*, em *A Bagaceira*.

Lendo a mesma obra, outros podem ter conclusões diferenciadas, o que, certamente, enriquece a discussão.

Mas de uma forma geral (depois falaremos de *O Boqueirão*), perguntamos: estaria José Américo, com essa denúncia social, desejando, realmente, fazer uma análise crítica da realidade? Pensamos que sim, pois ele sempre considera, muito fortemente, apenas os elementos da natureza, a exemplo da seca, para explicar o *flagelo* nordestino.

Seriam essas condições de pobreza, a tragédia dos *retirantes*, simplesmente um resultado das estiagens cíclicas, ou elas somente emergem, com maior crueza, com mais dramaticidade durante estas secas? Teria outras causas essa situação? Certamente que sim. Consideramos que o autor não aponta, seja na ficção, seja no trabalho técnico, para a necessidade de uma transformação profunda da estrutura vigente, a exemplo da fundiária. É possível até que pensasse assim, mas aposta mesmo suas esperanças na modernização, na tecnologia, para aproveitar os recursos naturais, e, apostando nisso, espera que ocorra o desenvolvimento regional do povo sertanejo. É lógico que José Américo pensava em melhor vida para seu povo, melhoria para a região nordestina, mas centrava suas esperanças numa modernização



através da tecnologia. Observamos esse aspecto em *A Bagaceira* e em *O Boqueirão*.

Falando especificamente sobre o homem e o meio como expostos em *O Boqueirão*, resume-se, ali, quase o que acontece na obra como um todo, conforme já foi colocado por nós. A trama principal de *O Boqueirão* é eminentemente possibilista na relação homem versus meio, sem deixar, de lado, um ranço determinista. São inúmeras as citações, através dos personagens, na própria fala do narrador, em que o autor deixa clara a necessidade de transformar a natureza. Um exemplo: *Bastava educar as condições naturais, educava-se desse modo o homem que elas moldavam*. E, no mesmo período: *Na terra da seca o ambiente físico era a própria vida. Era o regulador de todos os ritmos do bem e do mal*. Percebemos, nessas citações, a dualidade de pensamento de José Américo. Há de ser, até certo ponto, modificador, transformador de uma realidade adversa, e, ao mesmo tempo, conservador, demonstrando o fato pelos personagens, e, a nosso ver, refletindo sua própria personalidade determinista.

O [personagem] Remo, no nosso entender, aparece como agente de modernização que comanda as mudanças a partir das obras da usina hidráulica. É um incentivador de esperanças, de melhores dias para o sertão e para o povo. Mas ele também percebe que estas mudanças trarão, inevitavelmente, uma descaracterização e até a destruição dos valores regionais.

O que percebemos é uma contradição, tanto do ponto de vista metodológico, como em relação ao personagem que representa, na nossa ótica, o próprio autor. José Américo se coloca no personagem.

Há uma contradição em pensar o moderno, pensar em mudanças, e ao mesmo tempo se apegar aos valores tradicionais, regionais. Isso reflete o que é José Américo, ou seja, um nacionalista até certo ponto exacerbado e um regionalista, acima de tudo, paraibano. Essa sua feição transparece tanto na obra como na vida política.

No final de *O Boqueirão*, e em toda a trama, parece-nos que prevaleceram os valores regionais sobre o processo de modernização, ainda que a transformação da natureza se fizesse tão somente

através de técnicas modernas. Em todo o pensamento exposto, o autor demonstra uma forte dose do quanto é *conservador*, tradicional, sendo apegado, também, à região e aos seus valores com muita força.

Embora ele aponte para modificações, não sentimos, nessa obra, uma preocupação, pelo menos explícita, de transformar profundamente a estrutura vigente. Parece-nos que deseja uma transformação apenas via novas técnicas

E assim, através desses aspectos agora expostos, apresentamos os frutos do nosso modo de *descobrir* a Geografia na obra de José Américo.

## A PARTIR DAS OBRAS TÉCNICAS DE JOSÉ AMÉRICO<sup>85</sup>

Celeida Pereira Bezerra

Inicialmente, queremos ressaltar que nos prendemos ao livro *A Paraíba e seus problemas*.

Este livro constitui a primeira obra de geografia na Paraíba, embora tenha sido escrita por solicitação do Presidente da República, Epiácio Pessoa<sup>86</sup>, como espécie de registro de suas obras na Paraíba.

José Américo o escreveu como um relatório, mas o fez de modo tão completo que o consideramos um livro de geografia.

Não era geógrafo e nem esteve comprometido com nenhuma corrente da geografia, mas fez geografia até com poesia.

Percebemos que tanto na descrição de O Cariri quanto na de O Brejo escreveu verdadeiros poemas com detalhes geográficos.

A obra mostra uma organização geográfica do estilo de geógrafos, como Pierre Deffontaine, Pierre Monbeig e de monografias daquela época, pois escreveu esse livro em 1922 e foi editado em 1923.

---

85 Publicado originalmente como artigo na obra *A Geografia na obra de José Américo*, organizada por Janete Lins Rodriguez. João Pessoa: FCJA, A União, 2003.

86 A solicitação foi do Presidente da Paraíba Solon de Lucena, como registro das obras do Presidente da República Epiácio Pessoa no Estado. (Nota dos organizadores)

A própria organização da obra traduz um espírito geográfico, seguindo a tendência da geografia dominante na época: localização geográfica, aspectos físicos (relevo, hidrografia, clima e vegetação), humanos e econômicos.

Mas isso não significa dizer que, ao tratar dos aspectos físicos, restrinja-se ao físico, pois, a todo o momento, faz a correlação entre homem e, principalmente, entre os fatos históricos. Quando descreve a praia de Lucena, mostra as dificuldades que os barcos encontravam ancorar e, ao se referir à Baía da Traição, conta uma história relacionada aos aspectos humanos.

Considerando a época em que o livro foi escrito, podemos destacar o acurado espírito de observação do autor, que dispunha uma bibliografia restrita a relatórios de engenheiros, cujas observações eram específicas para obras técnicas, ligadas, portanto, ao meio físico, e, principalmente ao estudo da constituição de terrenos. Utilizou a bibliografia dos engenheiros contratados pelo Governo do Estado, para realizar estudos preliminares da construção de açudes, embora saibamos que esses relatórios eram incompletos e sem aprofundamento científico.

Nessa obra, José Américo faz uma análise detalhada do meio físico, considerando-se que o primeiro estudo científico data de 1924, ou seja, posterior ao livro *A Paraíba e seus problemas* (1923).

O primeiro cientista que fez um estudo da Paraíba foi Luciano Jacques de Moraes em 1924, com *Serras e Montanhas do Nordeste*. Em 1954, Mariano Feio publicou *Notas acerca do relevo da Paraíba e do Rio Grande do Norte*. Todas as observações feitas por José Américo saíram dos relatos de engenheiros e do seu espírito de observação muito acurado.

Irineu Joffily, Coriolano de Medeiros e outros historiadores e humanistas já tinham escrito sobre o Nordeste, mas sem profundidade nos aspectos físicos. José Américo, entretanto, considerou esses estudos como subsídios para a construção da Geografia Física da Paraíba que permanecia, segundo ele, quase obscura em seus aspectos *geológicos, botânicos e climatéricos*. Daí, o título do primeiro capítulo da obra:

*Terra Ignota*, que apesar de descritivo é muito rico em informações, sendo resultado da valiosa observação do autor.

A posição geográfica, bem como a configuração e os limites do nosso Estado, são descritos de forma tão minuciosa, usando as coordenadas, descrevendo os acidentes geográficos, enriquecidos com tantos detalhes, que, mesmo sem um mapa, podem-se visualizar os seus contornos.

José Américo definiu os contornos da Paraíba como *um polígono irregular, como uma faixa que ora se expande, ora apouca em maiores perdas do que saliências. (...) Os contrastes dessa formação acarretam todos os prejuízos dos fenômenos periféricos, pela distância do centro e influência absorvente das zonas contíguas*. Isso é Geografia. Esse conceito é eminentemente geográfico.

Ele faz uma comparação da formação do território com as consequências do fato, conceituando assim áreas de influências e polarização; considera Campina Grande uma cidade social e comercialmente pernambucana, justamente devido à facilidade de comunicação com o Recife. Com isto, todo o sertão que era polarizado por Campina Grande fica também sob a influência do Recife.

Depois de limitar e configurar o Estado, divide-o em três feições geográficas: A orla marítima, a Serra da Borborema e a Bacia Central do Piranhas. A orla marítima é dividida de acordo com os tipos de costas, dunas, praias planas e barreiras.

O Planalto da Borborema compreende a parte mais detalhada da descrição com uma linguagem geográfica, sem, contudo, relaxar o seu estilo literário, como por exemplo, quando define os boqueirões: *Os nossos mais curiosos aspectos orográficos são os boqueirões (...). Esses estrangulamentos – largas brechas escancaradas pelas torrentes erosivas – representam, em alguns lugares, ao longo das caminhadas, pontos de referência à visão distante*. Ao analisar a importância da Borborema diz: *Exerce ela as múltiplas influências da altitude. É valiosíssimo esse relevo orográfico como zona climática e de culturas. É, em grande parte, o recurso farto e providente para as crises das secas. Mas constitui, ao mesmo passo, a barreira que perturba nossa unidade antropogeográfica, estorvando as*

*comunicações e como que insulando o interior do centro administrativo e comercial.* Visão de geógrafo e escrita de literário.

A bacia do rio Piranhas abrange a metade central do Estado, e o autor a descreve como uma área extensíssima e de feição distinta que se abate dentro de um anfiteatro de Serras. Sua descrição é como se fosse um poema, numa forma leve e suave.

Para o detalhamento dos aspectos físicos, o autor utiliza uma divisão regional e faz referência a alguns critérios de regionalização. Cita alguns autores que usam critérios diferentes, ou seja, para alguns, o Nordeste era litoral, para outros a linha da Borborema dividia o Nordeste e havia ainda aqueles que dividiam o Estado de acordo com a flora, considerando a diversidade dos terrenos, as condições atmosféricas e conseqüente diferenciação botânica.

José Américo divide a Paraíba em Litoral compreendendo as praias, as várzeas, os tabuleiros e a caatinga; Brejo, a faixa de transição do Agreste; Cariri onde inclui o Curimataú e a Bacia Hidrográfica Central do Alto Sertão. Essa divisão se assemelha muito à divisão da Inspetoria de Obras Contra Secas, que ele apenas reajustou.

Cada uma dessas regiões é descrita sempre estabelecendo relações entre clima, solos e vegetação. O autor considera que a ausência de uma bibliografia especializada em formações geológicas do solo prejudica, pela ignorância das propriedades físicas e químicas do solo, o desenvolvimento da agricultura. José Américo teve essa percepção em 1922, quando pouco ainda se conhecia sobre o solo e suas propriedades.

Relacionando o desconhecimento sobre o solo com o prejuízo no desenvolvimento da agricultura, ele procura analisar as riquezas minerais da Paraíba, utilizando monografias e relatórios de engenheiros.

Devemos salientar que era apaixonado pela Paraíba e muito a engrandece na sua obra.

Dos aspectos físicos, o autor se detém mais no clima e o considera regulador de nossa atividade econômica e, extensivamente, de nossa existência histórica. Considera assim o clima um fator determinante. O clima

de cada uma das regiões é analisado de acordo com as suas características de temperatura, pressão, pluviosidade, direção dos ventos, bem como sua correlação entre a vegetação e a influência que sofre do relevo e, no caso, do litoral, do oceano. Mostra como a altitude corrige a latitude, exemplificando com o caso de Campina Grande. Pela altitude, Campina Grande deveria ter o mesmo clima de Areia e ser um município do Brejo.

Neste capítulo, além do princípio de localização, utiliza também a analogia, cotejando regiões semelhantes para melhor identificar os tipos de clima, uma vez que o Estado não dispunha de uma estação meteorológica eficiente para o fornecimento de dados. Ele buscava bibliografia sobre o Ceará, Bahia e Pernambuco, e por analogia, classificava o clima da Paraíba. Tais comparações foram também utilizadas, pelo autor, para enaltecer o nosso clima, de forma especial o da região das Serras, principalmente o de Areia, comparado com o das regiões temperadas, sem as desvantagens das amplitudes térmicas, de frios ásperos e de calores sufocantes. Descreve muito bem o clima de Areia e o compara ao clima da Suíça, das regiões temperadas dos Estados Unidos. Não esquece a salubridade do clima sertanejo. Quando descreve o sertão, mostra que o clima é sadio e que o cólera não chega ao Sertão por causa desse clima. O calor não é tão deprimente como nos climas úmidos, é um calor seco.

Muito detalhista, o autor consegue diferenciar cada uma das regiões quanto aos seus aspectos físicos, dentro de uma visão geográfica, sem, contudo, abandonar o seu estilo literário. Quando, após tecer considerações sobre as condições naturais do Cariri, assim o descreve: Não se pode igualmente compreender essa parte do Estado sem distinguir seus alternativos aspectos: a terra assoalheirada, sem sinal de vida e o imprevisto das primeiras águas. O estio, embalsamado pelos pereiros em flor, é um mortífero derrame de luz que transforma *as campinas num cinzeiro – eis, senão, quando rebenta um paraíso de supertão. O panasco, que se pulverizara, vira, de repente, um tapete de verdura e a gente observa, em poucas horas, o desabrocho dos botões e o desenvolvimento das folhas aos impulsos da seiva concentrada.* Quem conhece e já viu o Cariri, nas primeiras chuvas, sente que o descreveu muito bem.

Ao analisar os aspectos humanos, o autor responsabiliza a seca pelo retardamento da organização social e econômica do Estado. Mesmo partindo de uma colocação determinista, a análise é muito rica no que se refere ao conteúdo geográfico. Entretanto, em algumas frases, mostra-se não determinista e sim possibilista, mas, em algumas partes, principalmente, quando se refere ao clima, é determinista. Devemos entender essa dualidade, primeiro porque ele não era geógrafo, segundo, porque usou uma bibliografia restrita e superficial. Um exemplo: quando tratou da geologia da Paraíba, diz que no Estado não ocorre terreno do Neoceno, baseando-se em relatórios de engenheiros, que também afirmam a ocorrência de fósseis do megatério, que datam do Plioceno e do Pleistoceno.

José Américo, sem acesso a pesquisas geológicas mais profundas, baseava-se em relatórios técnicos de engenheiros, que não possuíam um total domínio do assunto, mas, nem por isso, em nada a sua obra *A Paraíba e seus problemas*, é comprometida, pois, apesar de escrita em 1923, continua atual.

Na época em que escreveu *A Paraíba e seus problemas*, a região era mais dependente do que hoje, com economia agrária, sem tecnologia, sujeita aos efeitos do clima.

José Américo vê a seca como um fenômeno imprevisível, inevitável e fatal. Se a seca era inevitável, então era inevitável a migração. Como em toda região, a Paraíba não dispunha de recursos do governo central e era a província que recebia menos investimento no combate aos efeitos da seca.

Durante o período de bons invernos, a economia agropecuária recompunha-se rapidamente. Porém, a forma de organização social não dava margem à construção de obras que viessem prevenir ou remediar os efeitos das próximas secas. Somente os grandes fazendeiros, os senhores de engenho, tinham condições de acumular recursos, que nem sempre eram suficientes, por causa da extensão do período das secas. A grande massa populacional permanecia dependendo das condições climáticas.



Aos primeiros sinais de seca, tinham início as migrações para as áreas úmidas, ocasionando nestas a superpopulação, resultando em graves problemas sociais.

As condições da pequena parcela da população, livre da calamidade, não compensam os danos do resto do Estado e, por conseguinte, os efeitos indiretos do cataclismo são por igual desorganizadores da economia dessa região privilegiada. As migrações provocavam a desorganização nas áreas do Brejo e do Litoral, áreas para onde os migrantes se deslocavam.

As taxas de mortalidade se elevavam a níveis assustadores, devido à desnutrição e suas consequências, à falta de higiene e à formação de grupos de saqueadores que disseminavam as terras. O autor cita Tomaz Pompeu Sobrinho, um estudioso do Ceará: *a intensidade dos efeitos do fenômeno é proporcional, não à falta relativa das chuvas, mas a condensação da população*. No capítulo O Martírio, ele mostra todo o sofrimento da população que migrava e toda a desorganização e a desestruturação da economia das regiões que recebiam os migrantes.

As relações homem versus meio são uma constante na obra de José Américo. Um aspecto importante ressaltado pelo autor diz respeito às relações de trabalho relacionadas às migrações. Ele mostra o Litoral e o Brejo, áreas receptoras, com muitos resquícios do regime escravista. No livro, relata a seca de 1877, com vários episódios que ocorreram na Paraíba, durante esse período.

Havia uma diferença entre o Litoral, o Brejo e o Sertão. Mesmo depois da abolição, o regime continuava escravista, mesmo sem escravos, nas duas primeiras regiões. O homem do sertão era um homem mais livre, apesar da dominação do fazendeiro. Os pequenos agricultores constituíam o maior número de migrantes. Eram arrendatários, posseiros. Quando chegavam ao Litoral e ao Brejo, mesmo os que encontravam emprego, sentiam-se humilhados, pois eram oprimidos. Os que não encontravam emprego sentiam-se massacrados; voltavam numa situação pior do que antes.

Toda a análise do autor é feita com embasamento em fatos históricos, o que torna a obra mais completa do ponto de vista geográfico.

É impressionante como a situação permanece a mesma. Tudo que José Américo descreveu no livro *A Paraíba e seus problemas*, sobre as condições humanas, continua até hoje. As relações com o Governo Central se assemelham; as dificuldades do Nordeste em conseguir verbas são uma realidade. As verbas do Governo Federal eram direcionadas para o centro-sul, restando muito pouco para o Nordeste. E hoje, as frentes de emergência continuam funcionando da mesma forma como foram criadas em 1845, ainda no Governo Imperial, ou seja, apenas para dar emprego aos flagelados e construir açudes, que se dissolvem com as primeiras chuvas.

As soluções eram imediatistas, nenhum governo se preocupava com o futuro, ou em planejar para que não faltasse água nas secas.

O livro foi escrito como um relatório das obras de Epiácio Pessoa, enfocando seus planos, e as inúmeras obras efetuadas com uma análise das consequências. O autor mostra apenas a ação do governo em relação à açudagem. O sonho paraibano de ligar o interior à capital com a via férrea foi prejudicado por uma série de motivos políticos e financeiros. Epiácio Pessoa estendeu as estradas de rodagem e ampliou o porto de Cabedelo. A Paraíba passou a exportar seus produtos por esse porto, e, com isso ativou tanto Campina Grande como centro receptor das mercadorias vindas do Sertão, como ativou a capital, pela proximidade do porto.

Epiácio Pessoa sonhava em construir escolas, inclusive trouxe as escolas técnicas para o Estado, contratando agricultores americanos e ingleses para ensinar aos agricultores nordestinos. A abertura da escola de Bananeiras foi o início das Escolas Técnicas que se expandiram pelo interior.

Se muitas das ideias de José Américo, aqui apresentadas, são hoje contestadas, tendo em vista o avanço da ciência geográfica, isso não desmerece a obra e não a torna inválida, muito pelo contrário, vale tanto pelo volume de informações, como pelo que representa no contexto da evolução da ciência em nosso Estado.

José Américo não foi um geógrafo, mas contribuiu muito para o conhecimento geográfico da Paraíba.

# A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: VISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E SÓCIO-ECONÔMICA <sup>87</sup>

Guaracy Medeiros de Assis

Em *A Paraíba e seus problemas*, José Américo de Almeida discute todos os pontos que, segundo ele, conduziram a Paraíba e o Nordeste a uma situação econômica e política desfavorável no cenário nacional. Situação esta decorrente da omissão injustificável da classe dirigente, isto é, da classe política, que se pautou, na mais pura inércia, ou mais gravemente em uma “despudorada renúncia”.<sup>88</sup> Em sua análise, ele traz a lume a indicação daquilo que acreditava ser a solução para estes mesmos problemas. Os principais pontos problemáticos da

---

87 Parte da dissertação “A Paraíba pequenina e doida: José Américo e a Revolução de 30”. Mestrado em História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

88 Omissão ou Renúncia? José Américo aponta para o fato de uma falta de postura política contundente e eficaz, por parte dos políticos paraibanos, capaz de intervir na política nacional que se invertesse em benefícios para o estado, caracterizando a omissão. Entretanto, havia uma pregação à época, muito difundida, que indicava como solução para a região o seu total abandono, literalmente, o despovoamento das terras nordestinas. Assim, quando José Américo falava em uma “despudorada renúncia” estava se referindo àqueles que defendiam tal solução. O que seria mais grave do que a própria omissão. Portanto, poderia está ocorrendo a um só tempo, tanto a omissão, quanto a renúncia.

Paraíba e da região eram os seguintes: em primeiro lugar, timidez e ineficiência política dos homens públicos paraibanos e nordestinos, que teve como consequência o não aparelhamento desses Estados – a exceção, em parte, Pernambuco e Bahia – em rodovias, ferrovias, comunicações, portos, etc. Evidenciando-se, no caso paraibano, para a evasão de impostos. Em segundo, a ausência de educação técnica para melhor aproveitamento na agricultura e pecuária. Por fim, a falta de investimentos na produção agrícola, o que levava os agricultores ao endividamento, em virtude da agiotagem.

Como solução para essa problemática, como veremos adiante, José Américo defendia uma forte intervenção estatal, ou seja, só um Estado forte poderia direcionar as ações de governo livrando-o das amarras e ingerências das políticas locais.

Assim sendo, para poder evidenciar a ineficiência política, Américo traz à baila o ambiente físico, demonstrando como este se apresentava em relação às obras públicas a fim de deixar claro que a “Paraíba não era um meio que devesse ser condenado ao abandono. Suas condições naturais são as mais vantajosas”<sup>89</sup> e que os trabalhos já iniciados deveriam ser concluídos para que não se perdessem os investimentos até então aplicados.<sup>90</sup> Ele questionava não somente as crises climáticas que exigiam uma intervenção peremptória enfatizando que, os problemas locais e regionais não podiam ser classificados apenas como corolário do clima. Portanto, apresentava, também, como responsável pela situação atual da história político-administrativa da

---

89 ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ed. João Pessoa: A União, 1984, p. 38.

90 Em *A Paraíba e seus Problemas*, José Américo, também, denuncia uma prática que se tornara nociva não só para o estado/região, mas para o país, principalmente para o erário público, porquanto estas obras passavam anos abandonados e muitas delas quando retomadas, já encontravam suas infraestruturas comprometidas ou tinham seus equipamentos e materiais desviados para outras obras e/ou roubados. Era também uma tentativa de convencer o futuro Governo Federal a dar continuidade às obras em andamento e em fase de conclusão no Nordeste, o que não ocorreu.

Paraíba, suas relações com os poderes centrais, que se caracterizavam como uma continuidade de preterições sistemáticas que relegavam às províncias pobres, os de terceira classe ou *bagageiros da Federação*,<sup>91</sup> simples migalhas.<sup>92</sup> Essas migalhas seriam os benefícios adquiridos por estes pequenos estados, quando o melhoramento a ser engendrado nos estados de primeira ou de segunda classe dependia necessariamente dos melhoramentos daqueles.

Segundo José Américo, a Paraíba necessitava de programas de governo que demandavam um certo tirocínio dessas necessidades regionais, porquanto a falta de conhecimento do meio levava ao ceticismo das autoridades a ponto de declararem esses investimentos como mantenedores da índole preguiçosa do povo nordestino, bem como caracterizá-los como desnecessários,<sup>93</sup> o que prejudicava a aplicação das propostas para a solução das crises climáticas. Como agravante, José Américo acrescenta que o escol paraibano era privado dos altos postos da política e da administração nacional o que corrobora com a posição de Rosa Silveira ao afirmar a subordinação desta elite (nordestina) em relação a sulista.<sup>94</sup>

---

91 Expressão usada por Luiz Werneck Vianna que expressa o tratamento dispensado pelo Governo Federal aos estados da federação sem importância política e/ou econômica. Cf. Vianna, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 102

92 “Minas Gerais, S. Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro decidem soberanamente dos destinos do país. Só eles são consultados sobre candidaturas presidenciais, importantes medidas econômicas e financeiras, etc.; para eles se reservam os dispendiosos melhoramentos realizados pela União – estradas de ferro, porto, etc., *cabendo aos pequenos simples migalhas ou o aproveitamento das vias de comunicação entre Estados grandes através dos menores*.” Cf. MAXIMILIANO, Carlos. Comentários a Constituição Brasileira, in ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 292.

93 Cf. declarações de Teixeira Júnior e Afonso Penna, in: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p.204 e 291, respectivamente.

94 Acerca do regionalismo nordestino Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: a existência de consciência da desigualdade regional. São Paulo:

Contudo, e apesar dessa subordinação, esta elite nordestina, e em especial a paraibana, ao chegar ao poder, pouco ou nada fizeram em benefício da região, em virtude das diferenças locais. A Paraíba teve por duas vezes a oportunidade de ter um político nas hostes governamentais, a exemplo de Aristides Lobo e Eptácio Pessoa. Mas, o primeiro, como afirmava José Américo, tornara-se estranho aos nossos interesses, não tendo oportunidade de agir em favor da Paraíba; o segundo encontrava-se incompatibilizado com a direção de Álvaro Machado, já que era de uma outra facção política, o venancismo,<sup>95</sup> e não interveio, em nosso favor, numa ação conjunta. Aduzindo-se a isto as querelas regionais que se apresentavam como problema de difícil solução, porquanto se tratava de um sentimento extremamente forte, ou seja, o sentimento regional:

(...) o sentimento regionalista é muito mais exagerado nos brasileiros do que o da nacionalidade. Definem esse preconceito as questões de limites interestaduais.<sup>96</sup>

Pois:

No Brasil não são os interesses comuns que têm determinado o conagraçamento. Há problemas locais que influem nas preferências. Mas onde há uma causa de zona,<sup>97</sup> da mesma natureza, como no nordeste, falha a coesão.<sup>98</sup>

---

Moderna, 1984, pp. 42/3.

95 Designação dada àqueles que seguiam a orientação política de Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, primeiro presidente do estado da Paraíba, quando da implantação do regime republicano e que foi deposto por Floriano Peixoto, permanecendo no poder de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1891.

96 ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit., pp. 292/3.

97 A expressão “causa de zona” refere-se a questões, comuns aos estados, que afligiam ou podiam afligir a região, como por exemplo, as secas, a falta de comunicações (rodovias, ferrovias, telégrafos, etc).

98 Idem, pp. 294/5

Em decorrência da centralização política e da insignificante representação política das províncias setentrionais, principalmente no que concernia a posição de mando, José Américo via na Proclamação da República uma vontade expressa de corrigir essas distorções a partir do momento em que as vice-presidências foram concedidas aos nordestinos: Manuel Vitorino, Rosa e Silva, Urbano dos Santos e Estácio Coimbra. Américo acreditava que a região poderia ter seus reclamos atendidos com a presença de nordestinos em cargos de direção política nacional. Todavia, tudo se tomara inócuo, haja vista a política engendrada pelos estados do sul, em especial São Paulo e Minas Gerais, que impuseram ao país um sistema federativo excludente, cujo poder decisório estava nas mãos destes dois estados, só eventualmente questionados.<sup>99</sup>

No que concerne aos Ministérios, a inacessibilidade de políticos setentrionais era a mesma, – o que dificultava os investimentos em infraestrutura na região – uma vez que em tantos anos de vida republicana e depois de organizado o regime, só se contava, como titulares das mais variadas pastas, os seguintes nomes:

Gonçalves Ferreira, Epitácio Pessoa, Severino Vieira, J. J. Seabra (2 vezes), Tavares de Lyra (2 vezes), Miguel Calmon (2 vezes), e, por pouco tempo, Esmeraldino Bandeira, José Bezerra, Pereira Lima, Urbano dos Santos, Ferreira Chaves e Estácio Coimbra. Mostrei, em face

---

99 Conforme Werneck Vianna, o Rio Grande do Sul, por não poder indicar um candidato à presidência da República, não aceitava a condição de segunda classe, evidenciando, pois, seu caráter “...cismático (...) datando da primeira sucessão para um governo civil, quando foi eleito Prudente de Moraes. A seguir, veta a candidatura Campos Sales e, na de Rodrigues Alves, a de Bernardino de Campos, dessa vez com êxito, elegendo-se o mineiro Alonso Pena. Mais tarde, findando o mandato de Epitácio Pessoa, vela Artur Bernardes. Nesse último evento, a ação ‘regional’ do Rio Grande do Sul perde sua conotação localista, para ganhar foro nacional. Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, desviando-se do Oficialismo, juntam-se a ele na candidatura Nilo Peçanha, um fluminense, dando surgimento à Reação Republicana”. Cf. VIANNA, Op. Cit., pp. 102/3.

desses precedentes, qual deveria ser o *programa governamental de um filho do Nordeste desamparado*.<sup>100</sup> (grifos nossos)

Como já aludimos, José Américo responsabilizava a monarquia pelo legado desastroso à Paraíba, apesar de todo o “devorismo” imposto, como por exemplo, os dotes de casamento da Família Real que as províncias eram obrigadas a pagar. A província paraibana continuava seu lento desenvolvimento. A centralização monárquica contribuía, a seu modo – porquanto obstava todas as iniciativas –, pelo não favorecimento da província, pois mantinha como modelo administrativo, administrações inconstantes, cujos presidentes efêmeros e com raras oportunidades de serem produtivos, não conseguiam perceber as necessidades físicas e culturais locais, haja vista a exiguidade de tempo que não lhes permitia uma melhor compreensão do meio, que ainda conservava sua aparência primitiva. Quando não, estavam ofuscados pelas separações partidárias que “desassociava as energias patrióticas”.<sup>101</sup>

José Américo traz a lume a mensagem do presidente de Província, Antônio da Costa Pinto, proferida a 5 de agosto de 1856, que ilustra bem sua afirmação anterior e que evidenciará o descaso dos presidentes de províncias e por extensão do governo imperial, que empregavam mal os recursos que lhes eram enviados (quando não os desviavam):

A história das obras públicas nesta província é triste; depois de muitos dispêndios de não pequenas somas não temos um único edifício, que mereça tal nome; cuja conclusão tem-se conseguido, são tais, que realmente antes nunca tivessem sido começadas.<sup>102</sup>

---

100 ALMEIDA, Op. Cit., p. 43.

101 Idem, p. 257.

102 Mensagem do Presidente de Província, Antônio Costa Pinto, Apud: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 260.



Conforme J. Américo, a Paraíba tornava-se refém de uma situação para a qual não lhe foram concedidos meios de resistência, levando-nos a compreender que a solução empreendida fora a de um *conformismo generalizado*, uma vez que se impunha uma depressão pela falta de estímulos dos poderes públicos em face de ausência de investimentos, em transportes, em exportação direta, etc.

Fazia-se mister a construção do porto na capital que funcionaria como escoadouro da riqueza avolumada e como meio de se emancipar da praça do Recife que, desde tempos imemoriais, impedia o desenvolvimento paraibano, atrofiando-o numa subalternidade exaustiva. A carência de vias de transporte era, também, uma causa de dispersão, uma vez que fomentava um intercâmbio comercial indesejável com os estados vizinhos, intercâmbio este que levou o estado paraibano a tomar algumas medidas fiscais de proteção que tentavam, debalde, sobrestá-lo. Destarte, desviava-se clandestinamente pelas fronteiras nossa maior energia, ou seja, os impostos estaduais, sendo conseqüentemente, o interior abastecido por outras praças, principalmente por Recife e Mossoró. Eram, pois, esses impostos de exportação e de importação subtraídos aos cofres estaduais, porquanto quase dois terços dos produtos de nosso território tomavam outro rumo que não o da praça da capital, que se depauperava pelo retraimento do interior, sendo, pois, um dos responsáveis por impedir o estado de movimentar-se com os recursos próprios. Portanto, só a construção do porto da Paraíba (capital), associado a ações restritivas e proibitivas, ligadas ao desenvolvimento de nossa produção agrícola interiorana, fazendo-a convergir para nosso centro comercial, poderia proporcionar relativa independência e progresso ao estado. Assim, o meio desaparelhado demonstrava sua incapacidade para o enfrentamento das crises gerais que fatalmente viriam. Faltava, pois, o estímulo regionalista, a seu ver a “dedicação que só os nossos estadistas poderiam manifestar à terra preterida (...)”<sup>103</sup>

---

103 Idem p. 269.

Américo aludia, em seu entendimento, à existência de uma política de exclusão das pequenas províncias decorrente da falta de uma bancada numerosa que lhes prestasse apoio, assim como derivada, também, da desigualdade territorial, mantida pelo art. 2º da Constituição Federal, que concedia a hegemonia aos grandes estados da Federação, ou seja, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Para se chegar a uma posição de equilíbrio, a solução passava por uma ação política eficaz e de certa forma contestatória, por parte da *intelligentsia* local e nacional.

O espólio deixado à Paraíba pela monarquia fora insignificante e até contraproducente, conforme relatório de Retumba,<sup>104</sup> que:

(...) percorreu o interior nos últimos dias da monarquia e procurou, em seu segundo relatório, (...), determinar as “causas imediatas do atraso deplorável, mais do que isto, do estado de inércia completa em que permanece, desde há muito, a província”. E conclui:

“Parece incrível que a tanto tenha chegado a incúria dos governantes, a falta de iniciativa dos paraibanos”.

(...) De forma que a monarquia, dominante por mais de meio século, só transmitiu à Paraíba autônoma um grande encargo: a dívida passiva de perto de 900 contos que não correspondia ao patrimônio existente.<sup>105</sup>

A República, para o autor de *A Paraíba e seus problemas*, fez com que o estado entrasse num desenvolvimento, embora lento, porém seguro, que prenunciava o surto de progresso dos anos que sucederam a queda do Império. Entretanto, a Paraíba não poderia suprir com recursos próprios o descaso de séculos da falta de investimentos. Fazia-se premente que a União atendesse às mais sensíveis lacunas,

---

104 Tenente Francisco Soares da Silva Retumba, engenheiro militar do Império, responsável pela elaboração de diversos relatórios acerca de obras realizadas na Região Nordeste, como açudes, ferrovias, etc.

105 Relatório do Eng. Militar Ten. Retumba. Apud ALMEIDA, Op. Cit. pp. 268/9.

realizando obras que colaborassem com o desenvolvimento da região. Todavia, a não representatividade dos nossos homens públicos era um mal crônico que tornava o estado paraibano em *fator não ponderável*, ou seja, não representativo, ou melhor, insignificante mesmo, cujo desapareço prolongava o esquecimento em que jazia. Esse *fator não ponderável* fez-se sentir logo cedo quando da aprovação de um crédito, em 1893, de 500 contos para cada um dos estados do Piauí, Goiás e Paraíba, em que ao último, diferentemente dos demais citados, fora permitido receber a quantia de apenas 150 contos, tendo o restante caído em exercício findo. Após muitos esforços conseguiu, em julho de 1896, receber a quantia de 200 contos; o restante, 150 contos, jamais receberia. Além do que, desses 350 contos recebidos, 200 contos foram para o pagamento ao próprio Governo Federal de uma dívida contraída ainda no Império, em 1883.<sup>106</sup>

Embora percebamos uma certa cautela de José Américo em criticar a República, ele enfatiza que foram necessários alguns estados de calamidade pública, provocados pelas secas dos anos 1898, 1903/1904 e 1915, para que a República se desincumbisse, mui tibiamente, de nossos destinos. No entanto, o regime democrático não se importava com o povo que implorava desesperadamente por auxílios federais, ficando a mercê de outros golpes irremissíveis, em decorrência da imprevidência contumaz dos dirigentes,<sup>107</sup> como enfatizava as mensagens enviadas à Presidência da República, pelo presidente da Paraíba, Gama e Melo, a 27 de junho de 1895:

Tendo a honra de confirmar o que expus em telegrama de 15 [maio] do passado a V. Exc. sobre seca que aflige importante zona deste estado. Embora o mesmo flagelo possa assumir proporções assustadoras, abstenho-me presentemente de pedir algum auxílio especial ao Governo Federal. Atendendo, porém, que escasseiam sensivelmente as rendas do estado, venho rogar a V. Exc. que se

---

106 Cf. ALMEIDA, Op. Cit., pp. 271/2.

107 Idem, pp. 215/6.

digne de expedir as necessárias providências para que seja remetida ao tesouro do estado a quantia de 150:000\$000, saldo da de 500:000\$000, autorizada pelo decreto Legislativo nº 120 de 8 de novembro de 1892.<sup>108</sup>

Por não receber resposta imediata e pelo agravamento da situação, Gama e Melo escreve novamente a 18 de julho do mesmo ano:

Reiterando telegrama 15 maio cumpro o dever comunicar agrava-se situação seca abrangendo um terço dos municípios, tendo sido escassa a produção nos outros. É provável capital seja invadida populações famintas que emigram diversas localidades. Conselhos municipais representam pedindo socorro.<sup>109</sup>

Deste modo, para que a Paraíba obtivesse o prolongamento de suas linhas telegráficas para Campina Grande via Alagoa Grande, Bananeiras e Areia, teve que arcar com 32 contos para os cofres federais, além da obrigação de ceder prédios para as estações, que posteriormente foram transformados em postos telefônicos, desconsiderando o tamanho do esforço empreendido pelo estado para a consecução desses trabalhos. Só a muito custo outros melhoramentos foram obtidos, como por exemplo, o pequeno desenvolvimento da viação férrea. No entanto, o problema mais grave, ou seja, a seca, in ficando insolúvel. Durante as crises climáticas, eram minguados e tardios os auxílios da União e, passada a causa imediata, não se tratava de nenhuma obra de prevenção que pudesse minorar seus efeitos.

Segundo José Américo, ao estado da Paraíba faltava-lhe uma organização aos moldes dos grandes centros de trabalho e de progresso, mas, ao se comparar o estado atual das conquistas, ou seja, o período do presidente Epitácio Pessoa, momento em que Américo escreve *A Paraíba e seus problemas*, com o longo passado de esterilidade, a

---

108 Idem, p. 217.

109 Idem, p. 217.

situação paraibana era admirável. Coube, portanto, à autonomia republicana a construção das riquezas e culturas paraibanas e que “essas novas responsabilidades foram encaradas como um estímulo para o supremo esforço de outros destinos”.<sup>110</sup> No entanto, o estado, marcado pela inércia de seus homens públicos, continuava a aguardar por uma solução definitiva, por parte do poder público federal, para os seus problemas fundamentais de infraestrutura, que serviria como um resgate das injustiças crônicas e como ponto de partida para o seu desenvolvimento político e sócio/econômico.

O segundo fator indicado por J. Américo para a situação vigente na década de 20 era a ausência de ensino profissional (conhecimento técnico) que se pronunciava também como um obstáculo ao progresso agrário do estado e da região. A cultura de cereais permanecia como agricultura de subsistência, não satisfazendo nem mesmo o consumo interno local. Quanto ao fumo e algodão herbáceo, estes eram explorados sem grande desenvolvimento, predominando, até certo ponto, uma monocultura primitiva. Paradoxalmente, a Paraíba dispunha de excelentes condições naturais para o desenvolvimento da cultura do algodão, produto este que apresentava grandes qualidades em sua fibra, cor, resistência e comprimento, condições estas secundadas pela modicidade dos salários que indicavam excelentes condições para concorrência internacional.

Esse conceito, “conhecimento técnico”, fora externado desde fins da década de oitenta, do século XIX, e ainda tinha grande aplicação principalmente em todo o interior do estado. José Américo recorre, pois, a Cincinato Braga, parlamentar paulista, para reforçar o uso e a disseminação da educação técnica:

Em São Paulo ainda não aprendemos, geralmente, essa verdade. Trabalhamos incansavelmente, não há dúvida. E esse é o nosso melhor título de honra. Mas trabalhamos às escuras, quase como trabalham os cegos. Não sabemos

---

110 Idem, p. 277.

produzir, senão o que a natureza, por si só, nos põe entre as mãos. *Nosso trabalho vive separado da ciência.*<sup>111</sup> (grifos nossos)

Em resposta a esta colocação de Braga, Américo indagava sobre a situação em que se encontrava a Paraíba: “E que não se dirá da Paraíba? (..). Cumpre dar nova direção à inteligência dos paraibanos (..)”.<sup>112</sup>

A educação técnica era uma função diretiva, sem a qual o trabalho não daria tudo o que era de se esperar das energias da terra. De certa forma, a situação começou a mudar com a ascensão de Epitácio Pessoa à Presidência da República que, ao instituir uma “política de agrônomos”, possibilitava uma eficiente transformação em nossa capacidade produtora, indicadora de que dentro de pouco tempo revigoraria a economia paraibana.

Como elementos de suporte ao incremento técnico, José Américo defendia a inserção de elementos estrangeiros em plagas nordestinas a fim de influenciar na mentalidade da organização do trabalho e a necessidade de uma intervenção estatal como o meio mais fácil de subdividir os latifúndios, com vistas a uma melhor ocupação, embora esta já fosse satisfatória em relação aos demais estados da federação, ocorrendo ainda uma tendência de fracionamento dos latifúndios, haja vista as questões de sucessões hereditárias.

Por fim, na visão americista, a carência de crédito rural foi fator determinante para a falta de incremento na agricultura e a consequente queda da produtividade agrícola. Conforme José Américo, a falta de crédito impôs inúmeras dificuldades a nossa lavoura, sobretudo pela inexistência de uma organização bancária. Em virtude disto, invariavelmente, os agricultores viviam nas mãos de agiotas, escorchados por juros exagerados, que Américo afirmava estar na faixa dos 30% ao ano. Esta prática exauria as finanças dos agricultores, cujos lucros advindos

---

111 Idem, p. 277.

112 BRAGA, Cincinato, in: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit., p. 644.

das safras eram totalmente absorvidos pelos altos juros praticados pela agiotagem.

Duas soluções foram tentadas para debelar as crises decorrentes da falta de crédito, durante o período imperial, e ambas fracassaram: a primeira empreendida pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que findou como instrumento da ruína da lavoura e dos lavradores que entravam em processos de execuções, geralmente leoninas; a segunda decorreu da viagem de D. Pedro II à Paraíba, que culminou numa medida de ordem econômica, a lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, que, segundo J. Américo, aniquilou o cooperativismo que já se esboçava e restringiu, com medidas proibitivas e sem compensações reais, a iniciativa privada. Ele acreditava que a melhor política para a lavoura seria nutri-la de caixas rurais, independentemente do capitalismo e do Estado. Onde não fosse possível agir assim, em virtude da impossibilidade dessa organização, os poderes públicos deveriam intervir diretamente ou por meio de empréstimos aos estabelecimentos populares a fim de suprir as deficiências do organismo econômico.<sup>113</sup>

Como solução definitiva para esses problemas, José Américo é enfático ao concordar com Cincinato Braga na tese da “ação direta do Estado” na modernização do país. Tal qual Rui Barbosa, defendiam o abandono das doutrinas de não intervencionismo do Estado,<sup>114</sup> doutrinas estas que, nas palavras de Braga, tanto seduziram os estadistas do século dezanove, mas que já não satisfaziam as necessidades do momento, além do que nos países mais cultos e mais ricos do mundo era o “... Estado o grande líder econômico de seu povo”.<sup>115</sup>

Para Américo, essa ingerência por parte do Estado na economia era um apelo ao progresso, tanto do estado quanto da região. No

---

113 Idem, pp. 647 e ss.

114 Ver FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro. Vol. 2, 10 ed., São Paulo: Globo, 2000, p. 120.

115 Cf. BRAGA Cincinato, in ALMEIDA, Op. Cit. p. 641.

entanto, buscava a relativização desse “intervencionismo” retirando-lhe quaisquer conotações de fundamento político, alegando que tal visão não ia além de uma concepção prática. Uma vez que entendia:

As teorias da liberdade econômica e da iniciativa individual, professada pelos fisiocratas e por Adam Smith, com a fórmula do *laissez-faire* que se converteu no sentido menos passivo de *fair-play*, acolheram-se, depois da reação inaugurada por Sismondi, no otimismo de Bastiat.<sup>116</sup> Mas, afinal, conspiraram contra esse liberalismo as correntes da escola histórica, do socialismo de Estado, do marxismo e dos cristãos sociais. E a tradição individualista só logrou renascer com a tendência libertária do anarquismo.

O *intervencionismo*, por sua vez, restringiu-se, com outros fundamentos, na recente metamorfose do solidarismo.<sup>117</sup>

Ou seja, a intervenção estatal seria o meio termo que convenho como solução para a falta de crédito, não só para a produção em si, mas para toda infraestrutura necessária à mesma. Em outras palavras, só a ação governamental firme e desimpedida poderia intervir a favor dos estados e regiões, quando se tratasse do interesse coletivo no estabelecimento da ordem econômica. Intervindo, portanto, todas as vezes que esse interesse estivesse em questão. Esta ação seria, pois, uma missão de cultura e bem-estar, cuja organização deveria ser mais econômica do que política, sem os exageros do industrialismo de Saint-Simon.<sup>118</sup>

---

116 Bastiat pertenceu à escola econômica dos “liberais otimistas franceses”, que se contrapunham aos “pessimistas britânicos” (Malthus e Ricardo), que pregava a abstenção do Estado ridicularizando as doutrinas protecionistas e advogando a liberdade de trocas entre os povos. Cf. LAJUGIE, J. Op. Cit. pp.26/7.

117 ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 641.

118 Saint-Simon foi um dos primeiros a conceber a aplicação do método científico aos fatos sociais. Acredita que o porvir pertenceria a indústria, a única fonte de riqueza. Mas, para que isso ocorresse fazia-se necessário a eliminação da ociosidade e converter todos os homens em produtores. Não via com bons olhos a ação do Estado



Conforme o autor, a sociedade em formação, como a nossa, careciam do Estado Providência, que devia realizar a felicidade geral. Mas, reduzir ao mínimo essa função ou atribuir-lhe um caráter indireto seria consagrar o estado paraibano e a região nordestina a inércia esterilizadora, porquanto da falta de investimento anterior.

José Américo conclui, atribuindo à agricultura um caráter industrial, enfatizando ser ela a que mais carecia da proteção tutelar. Portanto, cabia no Estado a promoção das grandes obras públicas; a organização das forças da produção; a propagação da técnica agrícola; a fundação das sociedades de crédito agrícola; a introdução de novas culturas; o encorajamento da iniciativa privada; a manutenção da defesa sanitária das plantas; a ativação do policiamento rural como formas de valorização do solo e do aparelhamento da riqueza<sup>119</sup> que não colidiam com as próprias teorias de abstenção.<sup>120</sup>

Paradoxalmente, José Américo de Almeida apresenta-se por um lado demonstrando a incapacidade política da classe dirigente paraibana, por outro tentando esvaziar seu próprio discurso de qualquer

---

na economia. Esta intervenção se ocorresse deveria ser empreendida pelos mais capacitados, ou seja, os produtores (comerciantes e industriais) e os intelectuais. Cf. LAJUGIE, J. Op. Cit., p. 47.

119 ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit., p. 642.

120 As teorias absenteístas são aquelas associadas ao liberalismo que pregam a total abstenção do Estado na economia, ou seja, a não-intervenção. O que evidencia um paradoxo, no entanto, parece-nos que José Américo, associa-se, em tese, ao catolicismo social que, a partir da Encíclica “Rerum Novarum”, pregava o seguinte: “*Propriedade Privada* – ela admite que a propriedade privada corresponde ao direito natural, mas estipula que o proprietário não tem apenas direitos, mas também deveres para com a sociedade. *Papel de Estado* – Reconhece os defeitos da atual organização econômica. Para remediá-los, advoga, em primeiro lugar, a ação da igreja por meio de sua doutrina e de suas obras, mas também a intervenção do Estado, se o interesse da comunidade exige, particularmente para defender os trabalhadores”. Cf. LAJUGIE, J. Op Cit. p. 43. Tal fundamentação faz sentido, já que a partir dos anos 30 a igreja católica recupera seu prestígio e volta a ter influência no seio do Estado, que perdera com a Proclamação da República.

conotação política. Certamente, tal preocupação advém de uma época *sui generis* que foram as décadas dos anos vinte coincidentes com “um estado político e social que sacudia o mundo em soluções violentas”.<sup>121</sup> Tempos estes definidos por Azevedo Amaral como o século do “revolucionismo”, que se contrapunha ao século do evolucionismo.<sup>122</sup>

Esse convulsionar da condição geral tornara-se num pensamento de desordem, cujos “arrancos subversivos, excitava as maiorias espoliadas evidenciando uma febre de reivindicações que arremetia contra os velhos moldes e ameaçava subverter as bases políticas e sociais”.<sup>123</sup> Existia, portanto, no seu entendimento, um conflito latente entre as diversas classes que compunham o cenário político/social daquele instante e que poderia a qualquer momento explodir, e ele era peremptório ao afirmar que o povo, sem opinião, precisava ser conduzido pela classe dirigente, ou seja, a nova classe política. Para ele, tal problema assomava aos olhos mui claramente:

Manifestei, apreensivo, pela imprensa a pressão dessa gravidade: “Este momento de transição que atinge a nossa pátria, requer uma mentalidade servida de ideias jurídicas, filosóficas e sociais, capaz de apreender o conjunto dos fenômenos que definem a aspiração geral.

Sem aplicação desses princípios não será dado fixar uma orientação compatível com o movimento mundial que, no seu aspecto negativo e demolidor, constitui o fermento de uma das crises mais temerosas da história. Só um espírito conservador, temperado de sábias concepções, logrará adotar a direção média e resguardar a ordem jurídica, sem detrimento dessas prementes reivindicações, que devem

---

121 ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit., p. 286.

122 AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. N.T: Omena & Barreto, 1930, p. 182.  
Apud. MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978. p. 54.

123 ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit., p. 286.

restringir-se às prerrogativas e liberalidades de nossa construção democrática.”

E o verbo flamejante de Ruy Barbosa, ao trono das apóstrofes, em encrespações fulminantes, era o oráculo da ruínia. O iluminado construtor de nossas instituições ateava, no desnudamento dos costumes políticos, tendências reacionárias que poderiam explodir na mais desevolta anarquia.

O protesto de sua proscrição, em nome da moralidade pública, contra a ascendência de entidades suspeitas e o culto da incompetência, repercutia, como uma advertência profética, nas próprias classes conservadoras, estranhas, às competições partidárias.

Era preciso reintegrar a democracia brasileira na sua finalidade como anteparo à onda demagógica.<sup>124</sup>

Tal ambivalência o perseguiu ao longo de sua trajetória política. Já em 1976, quando em sua entrevista a Aspásia Camargo, Américo insiste, por exemplo, em esvaziar todo o conteúdo político contido em “A Bagaceira”, ao afirmar que este é um romance social e não político. Indubitavelmente, “A Bagaceira” é um romance social, porém, as saídas indicadas para solução dos problemas da seca, do êxodo rural, da abertura de estradas, assim como a ruptura e/ou reforma da estrutura política vigente, passam necessariamente pela ação política.

De acordo com Helder Viana, José Américo buscou evidenciar dois eixos temáticos em “A Bagaceira”, a saber:

(...) Conflito entre a mentalidade tradicional de um antigo senhor de engenho (Dagoberto) com seu filho (Lúcio), bacharel formado num grande centro urbano. Dagoberto representa a “velha estrutura social e política” do brejo paraibano, enquanto Lúcio simboliza as “mudanças mentais do mundo moderno” [e] o conflito que eclode com o deslocamento dos migrantes sertanejos para o brejo, o

---

124 Idem, pp. 286/7.

impacto com o novo ambiente e a permanência de um sentimento de retorno à terra natal.<sup>125</sup> (grifos nossos)

José Américo tem uma preocupação clara, ou seja, de não ver suas propostas confundidas com qualquer tipo de movimento contestatório, apesar de sê-lo, a ponto de o mesmo buscar esclarecer qual o sentido do termo “intervencionismo”, isto é, “Eu não diria ‘intervencionismo’, nome que exprime na França a doutrina do socialismo de Estado, para excluir toda ideia de um fundamento político.”<sup>126</sup>

Para compreendermos o que José Américo entendia por Revolução, temos que nos reportar a concepção de Oliveira Vianna, compartilhada por Américo. Para Vianna, as revoluções deveriam ter todo um processo de organização que transcendia, em muito, os motins e arruaças. Para uma revolução, necessita-se de aliciamento de tropas, equipamentos, mobilização, manobras; para lutar, persistir e vencer. Para que se alcance isto, são necessárias:

... parte da massa popular, qualidades e condições de ordem material, de ordem social, de ordem moral e de ordem política, que raramente se encontram reunidas: – consciência clara e vibrátil do direito violado, tradições de liberdade política, profundas e vivas; (...); – uma classe prestigiosa e rica, donde possa sair um escol capaz de direção e comando; – uma forte capacidade de organização militar e cooperação social; – um certo humor militante, intrépido, agressivo; uma certa capacidade de persistência, obstinação e tenacidade na prossecução de um fim ideal e remoto; – certas condições materiais favoráveis (...) etc.

Sem essas condições de viabilidade e eficiência, organização e vitalidade, as revoluções políticas, “de caráter

---

125 VIANA, Helder do Nascimento. **Tragédia e desilusão**: a representação do Nordeste na obra de José Américo de Almeida. João Pessoa (Mestrado em Ciências Sociais), UFPB/CCHLA, 1995, p. 61.

126 ALMEIDA, João Américo de. Op. Cit. p. 641.

popular”, perdem cedo a importância, desviam-se dos seus objetivos superiores, para acabar dissolvendo-se nessas várias formas de anarquia difusa da população (...).<sup>127</sup>  
(Grifos do autor)

Como veremos adiante, toda esta visão elitista e excludente de revolução será a tônica dos discursos estampados nos editoriais do *Jornal A União* (órgão oficial de imprensa do governo paraibano) à época das movimentações revolucionárias, em que se evidenciam os papéis que cabiam a classe dirigente e ao povo. Ou seja, à primeira, cabia a condução da revolução e, ao segundo, apenas legitimar a ação daquelas, quando chamados. Portanto, não é surpresa nenhuma que José Américo, ao explicitar sua ideia acerca do povo, deixe claro que o considera uma massa inconsciente que precisa da orientação dos homens esclarecidos a fim de atingir a sua modernização. Também é evidente seu conceito de democracia, porquanto o papel de escolha não deveria estar nas mãos do povo, uma vez que compreende que a consciência pública da população está em formação, não sendo, ainda, capaz de selecionar as qualidades exigidas para os chefes de Estado, o que corrobora com as posições de Vianna e Amaral. No entanto, essa tendência não tem o caráter de um movimento dominador:

A maioria [da população] não possui nem senso psicológico para distinguir as individualidades e as situações. A ausência de partidos formados pela divergência de princípios expostos, como instrumentos de propaganda, na imprensa e nos comícios, é uma das causas dessa desorientação.

A massa popular não está familiarizada com a discussão dos problemas da nacionalidade e, por isso, sacrifica os valores no automatismo dos sufrágios.

---

127 VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. 5 ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p 404.

Os condutores – não digo da opinião pública, porque não a temos organizada – do aparelho eleitoral que moldam, na maioria das vezes, suas preferências pelo prestígio regional dos candidatos.<sup>128</sup>

Entretanto, José Octávio em sua tese acerca do centralismo estatal implantado a partir de 30, evidencia a postura de José Américo de Almeida, cuja ação política extrapola esse seu “conservadorismo”, indo diretamente confrontar esses cuidados existentes no seu discurso:

Nesse particular, quando do exercício do Ministério da Viação, Almeida, que já levantara a questão em “A Paraíba e seus problemas”, procurava ultrapassar o interesse privado e a conveniência política que vinham “traçando os rumos mais desastrosos” e se revelando como “influência perturbadora”, *por esquema administrativo de orientação tecnicista, destinado a fixar o programa das futuras realizações, subordinadas apenas aos imperativos do nosso progresso e às normas técnicas.*

É dentro dessas diretrizes que a política de desenvolvimento do Nordeste alcançará, de 1930 a 34, uma de suas fases mais dinâmicas o que somente tornou-se possível em razão do enfraquecimento das oligarquias pela orientação centralizadora do outubrismo.<sup>129</sup> (grifos nossos)

Veremos, pois, o que ocorreu na/com a Paraíba a partir da ascensão do presidente João Pessoa e de José Américo, seu secretário geral, cujas práticas irão comprovar uma nova forma de governar que foram anunciados aos quatro cantos do país:

Entre os sintomas auspiciosos de um renascimento cívico nacional destaca-se a atitude de alguns governadores que começam a manifestar, não apenas em palavras, mas em atos bastante significativos, o respeito pela vontade

---

128 ALMEIDA, João Américo de. Op. Cit. p. 281.

129 MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 1930. João Pessoa: A União, 1983, p. 368.

popular e a consideração aos direitos dos adversários. Gestos recentes do Dr. João Pessoa, presidente da Paraíba, e do Dr. Matos Peixoto, chefe do executivo cearense, vieram mostrar como triunfa naqueles dois estados nordestinos a corrente liberal a que já se havia caracteristicamente associado o Sr. Antônio Carlos, em Minas, o Sr. Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, e o Sr. Vital Soares, na Bahia.

Assim, tornam-se o Ceará, a Paraíba, a Bahia, Minas e o Rio Grande do Sul centros de irradiação do novo espírito republicano que procurava infundir nas instituições a força vivificadora do gênio da democracia. Semelhantemente movimento constata, entretanto, com o retrocesso político que se opera por forma desoladora no grande estado, cujas tradições se acham tão intimamente identificadas com a evolução política da nacionalidade (...).<sup>130</sup>

Foi, portanto, a partir desses modelos de governos da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os dois primeiros não ousaram romper com a política do Catete, que as contestações se iniciaram e se tornaram mais contundentes quando da criação da Aliança Liberal, onde os dois últimos estados se associaram à Paraíba na Revolução de 30.

---

130 Cf. A União de 1 de Fevereiro de 1929, fl.1 “GOVERNADORES LIBERAIS E GOVERNADORES REACIONARIOS”.





# MISCIGENAÇÃO EM A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS<sup>131</sup>

Solange Pereira da Rocha

(...) Talvez esse anônimo<sup>132</sup> tenha se filiado não só à visão eugênica que perdurava na época, mas também pode ter sido influenciado pelas ideias de José Américo de Almeida (1887-1980), em cujo livro de 1923, *A Paraíba e seus problemas*, afirmou que a presença negra era diminuta, sobretudo no sertão, sendo encontrado em maior número somente no brejo ou no litoral. Para fortalecer a afirmação de que o contingente negro era mínimo, analisou o recenseamento de 1890 e concluiu que a quantidade de negros no estado da Paraíba era inferior à do Amazonas, de Santa Catarina e do Paraná. Afirmou ainda que o

africano mesclou a população rural, nos antigos centros de escravaria, do litoral aos brejos. Rareiam os negros puros, mas os mulatos constituem grande parte dessa

---

131 Publicado originalmente em ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009, capítulo “Silêncios, encobrimentos e frestas da história da população negra na historiografia da Paraíba”.

132 A autora refere-se a documento encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com tópicos e resumos de capítulos, revelando a pretensão do autor anônimo em elaborar um livro.

camada inferior, cruzados e recruzados. São os cabras do engenho.<sup>133</sup>

Mas para ele, o melhor mestiço seria o constituído pelo cruzamento entre brancos e índios.<sup>134</sup> A mestiçagem de brancos e indígenas, segundo o autor, deveria “favorece[r] as realizações da inteligência e da vontade, como atesta a história do pensamento e do progresso brasileiros”.<sup>135</sup> Ou seja, reconhecia a existência indígena como mais positiva que a do negro e negava a presença desse em um território do Nordeste brasileiro, região com forte presença negra até os dias atuais.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, uns, como o autor anônimo, reivindicavam semelhança do povo paraibano com os indivíduos do sul da Europa; outros, como Américo de Almeida, afirmavam que, nesse território, havia tão poucos negros que se assemelhava aos estados do sul (Santa Catarina e Paraná) – área que, como sabemos, recebeu grande contingente de imigrantes europeus, entre fins do século XIX e início do XX. Mesmo assim, Américo de Almeida construiu uma ideia de que a mestiçagem poderia ser um dos caminhos para solucionar os problemas da Paraíba e propôs que o futuro poderia ser mais promissor. Mas não valorizou todos os tipos de mestiço, apenas o resultante do cruzamento de brancos e índios como fundamental para o desenvolvimento da Paraíba. O primeiro contribuiria com o “cérebro mais desenvolvido, que repassa para seus descendentes”; o segundo trazia o “novo tipo de agudeza da sensibilidade dos seus sentidos e agilidade dos seus músculos”. Rebateu, inclusive, a opinião de Euclides da Cunha, que considerava o mestiço um desequilibrado. Para Américo de Almeida, a Paraíba era diferente, pois graças aos “juízos nutridos na experiência de nossa formação, afirmam [...] que o concerto das qualidades físicas num tipo perfeito corresponde

---

133 ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p.525.

134 *Ibidem*, p.535.

135 *Ibidem*, p.539.

à harmonia das propriedades psíquicas e morais”.<sup>136</sup> Negar a presença física de negros nesse território, conforme percebemos nos autores mencionados, remonta ao século XIX e permanece até os dias de hoje, mesmo quando dados estatísticos do último recenseamento,<sup>137</sup> por exemplo, apontam para uma população de ascendência africana por volta de 56,2%.

---

136 Ibidem, p.535-7.

137 IBGE. **Censo Demográfico**. 2000.



# A PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: AS OBRAS CONTRA AS SECAS E A EMANCIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES DO NORTE<sup>138</sup>

Luiz Mário Dantas Burity

Nos meses que sucederam os festejos do Centenário da Independência do Brasil, que coincidiram com o término do mandato de Epitácio Pessoa – dia 15 de novembro –, o presidente do estado Solon de Lucena decidiu seguir as homenagens com a preparação de um relatório que atestasse como a gestão do conterrâneo na Presidência da República impactou a vida da população da Paraíba. A proposta não só deveria render bons frutos para a imagem de ambos, como seria material estratégico para a ação política nacional, por meio do qual seria possível atestar, com informações de pesquisa empírica – em um tempo que a ciência ganhava um espaço cada vez maior como saber capaz de explicar o mundo –, a importância das obras contra as

---

138 Parte do artigo “O Centenário da Independência na Paraíba. Os usos do passado em tempos do governo Epitácio Pessoa”, publicado originalmente na Revista **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, set./dez. 2022, Dossiê temático - Independências: 200 anos de história e historiografia.

secas no desenvolvimento social e econômico da região. Pensando assim, convidou dois intelectuais do circuito literário paraibano, habilidosos com temas históricos e sociológicos, afinados com os propósitos do governo, para realizar a tarefa – Celso Mariz e José Américo de Almeida.

As pesquisas tiveram início em novembro de 1922. Na ocasião, os dois escritores tomaram um carro em direção ao interior do estado numa viagem de caráter exploratório. O propósito era mapear a geografia da região e observar in loco o impacto das estiagens nas diferentes formações geológicas e de organização social. Assim, as paradas incluíam as obras contra as secas – sobretudo os açudes e estradas –, mas também os acidentes geográficos como o pico do Jabre, que não subiram, mas puderam ver da serra de Teixeira. Ao longo do caminho, encontraram algumas surpresas, como um grupo de tropeiros de algodão que seguiam em direção a Campina Grande: “Colhemos a impressão do centro dos grandes melhoramentos. Por toda a parte, até nos pontos mais segregados da vida civilizada, se mudava a feição primitiva”.<sup>139</sup>

O retorno foi tempo de pesquisas na bibliografia e nos arquivos, sobretudo nas coleções privadas, devido à dificuldade de acessar documentos nas repartições públicas. Celso Mariz, nessa altura, desligou-se do compromisso devido a uma demanda dos jornais para que escrevesse outro livro – *A Paraíba no parlamento nacional*. José Américo, assim, continuou sozinho. Leitor de Euclides da Cunha, impressionado com as notas sociológicas do livro *Os sertões*, mas também de uma bibliografia sobre miscigenação e eugenia, o autor tinha duas variáveis constantes em seu diário de bordo – as questões geográficas e raciais. Era sua tarefa entender como se deu a formação racial da população paraibana e de que maneira aquele grande empreendimento modernizador e civilizatório, como ele qualificava as obras contra as secas, teria impactado o destino dessas pessoas.

---

139 ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980. p. 37.

O resultado de um ano intenso de trabalho foi o livro *A Paraíba e seus problemas*, com mais de setecentas páginas, publicado em 1923. José Américo de Almeida defendia que as secas não eram um fenômeno meramente climático, mas produto de um descaso histórico do poder público com uma parcela importante e, sobretudo, fértil de seu território e de sua gente. As tragédias climáticas, afinal de contas, não eram exclusividade do Norte – como se via nas inundações de São Paulo, nas ondas geladas e chuvas elétricas de certas regiões dos Estados Unidos – e as obras hidráulicas foram recorrentes na história do mundo desde as primeiras organizações sociais sedentárias:

Entrando nessa convicção, o sr. Sampaio Correia assegurou, com a consciência de seu valor profissional, abeberado em elementos positivos: “O nordeste brasileiro, ao contrário do que em geral se supõe, apresenta tais condições de clima e de solo, que as obras reclamadas pelos seus habitantes jamais poderão ser consideradas como de mero socorro público; constituirão, de preferência, serviços de desenvolvimento econômico”.<sup>140</sup>

O povo nordestino, portanto, não seria “inconstante, volúvel e sem ambição”, como dissera Paulo Morais de Barros, mas “experimentado lutador” e “incessantemente laborioso”.<sup>141</sup> Ele seguia, dessa maneira, o argumento mais famoso de Euclides da Cunha no clássico *Os sertões*, conforme o qual “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”.<sup>142</sup> Fazia mais, usava-o como metodologia, como podemos notar no sumário. Nos primeiros capítulos, “Terra ignota” e “O clima”, fez uma descrição das condições geográficas do estado. Em “O martírio” e “O abandono”, tratou da psicologia racial dessa gente

---

140 Almeida, Op. Cit., p. 157.

141 Almeida, Op. Cit., p. 44-45.

142 CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Organizado por Paulo Roberto Pereira. 2. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2009. 2 v., p. 95.

e suas potências. Nesse momento, o autor andava fascinado com a obra de Oliveira Viana. E citou alguns dos seus livros, a exemplo de *Populações meridionais no Brasil* (1920) e *Pequenos estudos de psicologia social* (1921). Mas surpreende notar o caso de *Evolução do povo brasileiro* (1923), publicado naquele ano de 1923 e já lido e usado na análise.

Era com essa perspectiva que compreendia os efeitos da miscigenação na psicologia das populações brasileiras. Essa conta se baseava na ideia de que haveria uma hierarquia entre as raças, em que pessoas negras estariam em um estágio civilizacional anterior ao dos indígenas e estes, ao dos brancos e brancas. Mas ia além disso, o escritor fluminense defendia que a mistura das raças poderia resultar em melhores ou piores grupos, capazes de uma maior ou menor adaptação às diferentes formações geográficas. José Américo então concluía, com orgulho e baseado em toda uma tradição intelectual eugenista, que a população paraibana tinha uma boa formação racial. Seria produto da mestiçagem prioritária de gente branca e indígena, com poucos casos de “degeneração”. Tratava-se de um “ambiente saneável”, que teria outro destino se o estado empreendesse os investimentos necessários.<sup>143</sup>

A população sertaneja é quase toda clara. Parece que, além de tudo, sempre se forrou ao cruzamento com o africano, por essa repugnância que caracteriza o índio. É tão clara, até nas classes inferiores, que não pode constituir

---

143 Solange Rocha defende que a publicação do livro *A Paraíba e seus problemas*, de José Américo, foi crucial na consolidação de uma cultura histórica conforme a qual haveria pouca expressividade na presença da população negra na Paraíba, em particular entre as pessoas sertanejas. Concordo com a observação da autora, sobretudo se ponderarmos os demais momentos em que esse livro apareceu na cena pública, a publicação da segunda edição em 1937 e da terceira em 1980, quando leitores de outras gerações tiveram acesso ao texto e novas interpretações a seu respeito se espalharam na opinião pública. ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009.



os “caribocas puros”, apresentados por Euclides da Cunha como tipo normal desse povo.<sup>144</sup>

O autor também se interessou em apresentar, por meio dessas descrições, as peculiaridades da formação morfológica e climática da região, e desmentir, com isso, uma máxima muitas vezes repetida no parlamento e opinião pública. Dizia-se que a população cearense seria a mais drasticamente assolada pelas secas, o que teria tornado o Ceará alvo prioritário dos investimentos do Estado. José Américo defendia que, apesar da porção de várzea e brejos, as terras paraibanas também foram cenário para verdadeiras tragédias. Ele narrava, dessa forma, com certa dose de dramaticidade e tomado de recursos literários naturalistas, a história dos migrantes famintos e doentes que deixavam crianças e idosos pelo caminho e invadiam as cidades. Os socorros montados de maneira improvisada nos corredores dos mosteiros, das escolas e das Santas Casas não eram capazes, portanto, de dar conta das demandas por saúde e assistência social, de modo que o caos se instalava. Era assim, aliás, que ele explicava a incidência dos casos de banditismo, consequência da ausência da ação efetiva do Poder Judiciário. Também era nas estiagens que aumentavam os casos de estupro – “infundiam as perversões sexuais”<sup>145</sup>.

Em outras palavras, o argumento central do livro era que as condições naturais e as características raciais da população do estado forneceriam potencialidades para o seu desenvolvimento social e econômico, mas que a ausência histórica de investimentos por parte do poder público na região minava suas possibilidades de progresso. As estiagens, no final das contas, seriam resposta do pouco espaço que políticos nortistas, em particular os paraibanos, tiveram no poder central ao longo da história. Devido a isso, a eleição de Epitácio Pessoa teria se mostrado como um divisor de águas no tratamento do problema das estiagens e, conseqüentemente, na abertura de novas possibilidades

---

144 Almeida, Op. Cit., p. 524.

145 Almeida, Op. Cit. p. 196.

para a população sertaneja paraibana. Os capítulos seguintes do livro, portanto, discutiam essa mudança, com “O homem do Norte”, e finalmente, os seus efeitos: “A redenção”, “O problema das distâncias”, “O porto”, “O saneamento”, “A ação dispersa”, “Consequências sociais”, “Consequências econômicas” e “Impressão geral”.

A representação política nortista na cena pública do país não seria, portanto, uma mera disputa de interesses entre as elites regionais. Estava inscrita nela a sobrevivência de uma parcela enorme da população brasileira, suas possibilidades de desenvolvimento econômico e, nessa esteira, seu pertencimento ao Estado nacional. Epiácio Pessoa, ao defender uma agenda de investimentos que tivesse como objetivo melhorar as condições de subsistência e produção econômica, dinamizar a economia e modernizar os meios de comunicação e transporte no sertão nortista, também estava reequilibrando os investimentos do país e revisitando o pacto federativo que fundara a República. Isso equivalia a elevar uma questão até então entendida como local à dimensão de problema nacional. Em um país ainda tão carente do sentimento de brasilidade, explicava o autor, era preciso que os políticos e os cidadãos pusessem os interesses da nação à frente das particularidades estaduais.

*A Paraíba e seus problemas* foi publicado pela Imprensa Oficial no ano de 1923 e foi bem recebido nos circuitos intelectuais, principalmente nos estados mais próximos – Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte – o que não era de se estranhar, considerada a defesa que o livro então construía. O cônego Florentino Barbosa deu destaque a ele em um artigo sobre escritores paraibanos na revista ABC (9 ago. 1924, p. 13). Gilberto Freyre e Odilon Kestor fizeram longos comentários para o Diário de Pernambuco (15 mai. 1924, p. 2; 20 mar. 1924, p. 5). Notas extensas saíram nos periódicos paraibanos – A União, O Norte e Era Nova. Mas seu impacto decisivo se deu, de fato, em prazo mais longo. O livro teve três edições no tempo de vida do autor – 1923, 1937 e 1980 – e foi usado por políticos e intelectuais nos mais variados momentos para defender uma política mais incisiva de

investimentos no Norte – depois entendido como Nordeste – e mais especificamente na Paraíba.<sup>146</sup>

A narrativa hegemônica que conduziu as comemorações do Centenário da Independência na Paraíba alinhava-se à estrutura fundamental da tese sociológica apresentada por José Américo: a afirmação da importância da presença de Epitácio Pessoa como presidente da República, uma imagem da singularidade da população paraibana na história nacional e das possibilidades que sua gente oferecia no futuro que ora se abria para a nação. As diferenças ficavam a cargo da maneira como essa argumentação fora construída – no primeiro caso, a partir de um repertório disperso e plural de referências; no segundo, por meio de uma pesquisa empírica, com observação e crítica documental e, nessa esteira, com resultados mais assertivos e menos idealizados. Mas também, e esse talvez seja o ponto mais relevante, devido ao modo como os enredos se inscreviam no tempo. As comemorações tiveram um poder enorme de mobilização, mas com efeito efêmero, ao passo que o livro conformava uma narrativa, a princípio de menor impacto, mas que teria vida longa na cena cultural do estado e do país.

---

146 BURITY, Luiz Mário Dantas. **José Américo de Almeida**: da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.



## APÊNDICE



## **LINHA DO TEMPO: VIDA E OBRA DE JOSÉ AMÉRICO**

- 1887** – 10 de janeiro, no Engenho Olho D'água, no Município de Areia, Estado da Paraíba, nasce José Américo de Almeida, filho de Ignácio Augusto de Almeida e Josepha Leopoldina de Almeida.
- 1896** – Na propriedade da família, aprende as primeiras letras com a professora Verônica dos Santos Leal.
- 1898** – Com a morte do pai, aos 11 anos, em companhia do vigário Odilon Benvindo, seu tio, vai para Areia, onde continua seus estudos.
- 1901** – Aos 14 anos é levado pelo tio para o Seminário da Paraíba, onde permanece três anos.
- 1904** – Deixa o Seminário e faz, de uma só vez, todos os preparatórios do Lyceu Paraibano. No mesmo ano, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife.
- 1907** – A vocação literária se revela quando, com Simão Patrício e Eduardo Medeiros, edita em Areia o Jornal CORREIO DA SERRA. Publica sonetos em A UNIÃO, diário da capital.
- 1908** – Aos 21 anos, conclui o curso de Direito na capital pernambucana. Regressa à Paraíba e já atraído pela política filia-se ao

partido chefiado pelo senador Gama e Melo, de oposição ao então Presidente do Estado, Monsenhor Walfredo Leal, tio de José Américo.

- 1909** – Nomeado Promotor Público da Comarca de Sousa no alto sertão da Paraíba, permanece no cargo por um ano; inicia-se, depois, na profissão de advogado.
- 1910** – Exerce a advocacia em Guarabira-PB.
- 1911** – Começa a exercer o cargo de Procurador Geral do Estado (portaria de 5 de novembro de 1912, com data retroativa de 13 de fevereiro de 1911; nova portaria em 08 de outubro de 1913, com mandato de nove anos; em 24 de outubro de 1922, portaria para novo mandato).
- 1912** – Aos 25 anos, casa-se com Anna Alice de Azevedo Mello; – Lança a plaquete do seu discurso “Sobre o Divórcio”.
- 1914** – 11 de maio, nasce seu filho Reynaldo.
- 1915** – 18 de agosto, nasce sua filha Selda.
- 1919** – 23 de agosto, nasce José Américo Filho.
- 1921** – Nomeado Consultor Jurídico do Estado, continua exercendo a advocacia, conquistando clientela, não só na Paraíba, mas em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo; – Lança a plaquete do seu discurso “Poetas da Abolição”, Paraíba, Imprensa Oficial.
- 1922** – Nomeado novamente Procurador do Estado; – publica sua primeira obra literária: **Reflexões de uma cabra** novela em que faz de maneira satírica “uma análise da psicologia no nordestino



que foge do seu *habitat*”; – Colaborador assíduo da Revista ERA NOVA e do Jornal A UNIÃO, a partir desta época.

- 1923** – Publica **A Paraíba e seus problemas**, ensaio que reflete estudos de Economia, Geografia Humana e Sociologia.
- 1924** – 10 de maio, nomeado Consultor Jurídico do Estado (cargo vitalício).
- 1928** – Nomeado Secretário Geral do Estado da Paraíba, em seguida Secretário do Interior e Justiça; – Publica o romance **A Bagaceira**, considerando um marco na literatura brasileira, que lhe confere projeção nacional como escritor. Essa obra encontra-se na 32ª edição em língua portuguesa e tem quatro edições em língua estrangeira: espanhol, inglês e esperanto, além de versão em francês (inédita), pela Fundação Casa de José Américo e Edição Crítica publicada em 1989.
- 1930** – Eleito Deputado Federal, seu mandato é depurado com o de toda bancada da Aliança Liberal, numa reação do Governo Federal; – Volta à Paraíba quando é nomeado Secretário de Segurança Pública pelo Presidente João Pessoa; – Acompanha os embates da Revolta de Princesa, *in loco*; – Assume a chefia da Revolução no Norte e Nordeste; – Proclamado Interventor do Estado e Chefe do Governo Central do Norte até a posse de Getúlio Vargas; – Nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas no Governo Provisório.
- 1932** – Tem grande atuação no combate às secas do Nordeste; – Acidente aéreo, ficando 2 meses hospitalizado em Salvador-BA, com falecimento do Interventor do Estado Antenor Navarro.

- 1933** – Publica o relatório **O Ministério da Viação no Governo Provisório**.
- 1934** – Mentor da criação da Escola de Agronomia da Paraíba, Decreto Estadual Nº 478, de 12 de janeiro de 1934, em regime de acordo entre os Governos Estadual e Federal; – Deixa o Ministério da Viação e Obras Públicas; – 12 de julho nomeado Embaixador junto ao Vaticano, porém, renuncia ao cargo; – Publica **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação** – Relatório (Rio de Janeiro, Imprensa Oficial).
- 1935** – Eleito Senador pela Paraíba, renuncia três meses depois de assumir o cargo; – Publica duas outras novelas: **O Boqueirão** e **Coiteiros**, nas quais trata de dois grandes problemas do Nordeste: as secas e o cangaço; – 31 de julho, nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, cargo vitalício.
- 1937** – É candidato à Presidência da República, oportunidade em que pronuncia discursos notáveis. Com o Golpe do Estado, retorna às funções no Tribunal de Contas da União.
- 1945** – 24 de fevereiro, concede entrevista para o CORREIO DA MANHÃ ao jornalista Carlos Lacerda.
- 1946** – Candidato a Vice-Presidente da República por eleição indireta. Mas não foi eleito.
- 1947** – 19 de janeiro, novamente eleito Senador pela Paraíba, sendo escolhido para Presidente da União Democrática Nacional – UDN.
- 1948** – em maio, desliga-se do Partido União Democrática Nacional – UDN.

- 1950** – Cria o Partido Libertador – PL; – 03 de outubro, eleito Governador do Estado da Paraíba, pela Coligação Democrática Paraibana (PSD, PL, PTB, PDC, PRP e dissidentes da UDN).
- 1951** – janeiro, posse como Governador do Estado da Paraíba; – 11 de dezembro, aposentadoria como Ministro do Tribunal de Contas da União.
- 1953** – Assume, novamente, o Ministério de Viação e Obras Públicas, licenciando-se do cargo de Governador do Estado; – Publica as **Secas do Nordeste** (exposição e debates na Câmara Federal).
- 1954** – No mês de setembro retorna ao cargo de Governador do Estado da Paraíba; – Publica **Ocasos de Sangue** – crônicas de estilo memorialista, em que narra as mortes trágicas de João Pessoa, Afrânio de Melo Franco e Getúlio Vargas.
- 1955** – 02 de dezembro, funda a Universidade da Paraíba.
- 1956** – janeiro, termina o mandato de Governador do Estado; – 28 de novembro, é nomeado Reitor da Universidade da Paraíba
- 1957** – abril, deixa o cargo de reitor da Universidade da Paraíba; – Publica na Revista O CRUZEIRO a série de crônicas: Sem me rir, sem chorar, junho de 1957 a janeiro de 1958. São vinte e cinco textos de tom memorialista em que conta episódios do homem público e do escritor.
- 1958** – Candidato ao Senado pela Paraíba. Perde a eleição e afasta-se da vida pública; – Torna-se conhecido *o Solitário de Tambaú*.
- 1962** – Falece sua esposa, Anna Alice de Mello Almeida.

- 1964** – Publica **Discursos de seu tempo**; discursos de caráter não político, pronunciados em várias ocasiões de 1928 a 1964.
- 1965** – Publica **A Palavra e o tempo**, discursos que refletem etapas na vida política de 1930 a 1951; – Em 22 de junho toma posse na cadeira consagrada ao poeta Raul Machado, na Academia Paraibana de Letras.
- 1967** – É eleito na Academia Brasileira de Letras para a cadeira nº 38, que tem como patrono Tobias Barreto; – Escreveu ***Ad Immortalitatem***, discurso que pronuncia por ocasião da posse na Academia Brasileira de Letras.
- 1968** – Publica **O Ano do Nego**, memórias; – Escreve **Graça Aranha, o doutrinador** – ensaio.
- 1970** – Publica **Eu e Eles**, memórias.
- 1975** – Publica **Quarto Minguante**, seu único livro de poesias. Em plena maturidade José Américo revela-se poeta, e através da linguagem simbólica narra experiências de sua vida singular.
- 1976** – Publica **Antes que eu me esqueça**, memórias; – Recebe o título de intelectual do ano pela União Brasileira de Escritores – Troféu “Juca Pato” da Folha de São Paulo.
- 1980** – 10 de março, com noventa e três anos, falece na sua residência, em João Pessoa, sendo sepultado com honras de Ministro de Estado; – Em 10 de dezembro, é criada a Fundação Casa de José Américo pelo então Governador Tarcísio de Miranda Burity, através da Lei nº 4.195.
- 1982** – 25 de novembro de 1982 seus restos mortais, juntamente com os de sua esposa, foram translados para um memorial

construído no jardim de sua antiga residência, hoje Fundação Casa de José Américo.

**1983** – 20 de janeiro, inauguração do mausoléu, pelo Presidente da República João Figueiredo.

### **Fontes:**

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; SANTOS, Neide Medeiros; ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. **José Américo: uma fotobiografia.** João Pessoa: Ideia, 2014.

BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos “Brasis”:** José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930- 1934). Universidade Federal de Campina Grande. Doutorado em Ciências Sociais. 2019.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e Assistencialismo na Paraíba:** o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em História. 2011.

BURITY, Luiz Mário Dantas. **José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d’Água à campanha presidencial de 1937.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em História. 2021.

FCJA. **“Exposição da obra de José Américo comemorativa do centenário do nascimento do escritor: 1887-1987”.** João Pessoa: FCJA, 1987.

LEITE, Norma Lins. **Bibliografia comentada de José Américo de Almeida.** João Pessoa: UFPB/FCJA, 1998.

PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo de Almeida: saga de uma vida.** 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2010.

O que faz uma obra perdurar durante tanto tempo? A resposta de maior amplitude nos parece ser o fato de que os problemas lá do passado dos inícios do século XX, analisados por José Américo naquele que, então, era seu presente histórico, ainda hoje continuam presentes. As secas, o subdesenvolvimento... é que perduram, e aí se compreende que a interpretação do autor, de 100 anos atrás, continua válida em seus contornos gerais, ainda que não nos específicos. Os mesmos problemas perduram, lamentavelmente, na sociedade brasileira e nordestina, apesar do decurso histórico.



FUNDAÇÃO CASA DE  
JOSÉ AMÉRICO

ISBN 978-85-7879-895-6



9 788578 798956

